

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

LUIZ CARLOS CHAVES

LABORATÓRIOS SOCIAIS DE AUTOGESTÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA:

Cooperativas na produção e reprodução da vida em cooperação

**FLORIANÓPOLIS (SC)
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

LUIZ CARLOS CHAVES

**LABORATÓRIOS SOCIAIS DE AUTOGESTÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA:
Cooperativas na produção e reprodução da vida em cooperação**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Bernardete Wrublevski Aued

FLORIANÓPOLIS (SC)
2008

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário – Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040 – 900 – Florianópolis SC – Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**LABORATÓRIOS SOCIAIS DE AUTOGESTÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA:
COOPERATIVAS NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO
DA VIDA EM COOPERAÇÃO**

LUIZ CARLOS CHAVES

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final pela
Orientadora e Membros da Banca Examinadora, composta
pelos Professores:

.....
Prof.^a. Dr.^a. Bernardete Wrublewski Aued
Orientadora

.....
Prof. ^a Dr.^a. Maria Ignez Paulilo
Membro

.....
Prof. ^a Dr.^a. Valeska Nahas Guimarães
Membro

.....
Prof. ^a Dr.^a Ivete Simionatto
Membro

.....
Prof. ^a Dr.^a Célia Regina Vendramini
Membro

.....
Prof. ^a Dr.^a Lígia Helena Hahn Luchmann
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS (SC), MAIO DE 2008.

Aos meus pais, Alzira e João Mineiro (a este, in memorian), e meus irmãos, Altivo, Nair, Lurdes, Preta, Maria e Romilda.

Estou consciente de que para nossa família este trabalho representa para além da conquista de um título de Doutor, é nossa vitória. É a vitória do inconformismo e da dignidade, da nossa luta pela liberdade social. Nós sabemos exatamente como é a vida daqueles que trabalham durante o dia para poder ter comida na mesa à noite, porque somos parte deles, nascemos nessa condição e é por meio dela, entre uma ajuda e outra, que conseguimos resistir e alcançar este sonho, muito distante para bóias-frias, cozinheiras, domésticas, cortadores de pedra, garçons e soldados, como nós. Vocês não tiveram as mesmas oportunidades que eu, talvez eu tenha tido sorte, não sei ao certo, mas sei que desde os quinze anos vocês, minha família, me fazem muita falta. Ainda estão presentes em mim as ajudas e incentivos de coragem e perseverança que recebi de vocês, que não mediram esforços para que eu prosseguisse estudando, e a vibração em cada passo dado rumo a esta tese. Reconheço todo o empenho e preocupação de cada um nessa caminhada. Mãe, eu sei que todas estas páginas que escrevi sobre a luta pela vida podem lhe parecer indecifráveis, porém, elas representam o seu triunfo diante das condições adversas impostas pelo sistema capitalista durante toda a vida. O pai, se vivo estivesse, provavelmente encheria os olhos d'água.

AGRADECIMENTOS

Ao ensino público brasileiro: Ensino Básico, Médio, Superior e Pós-Graduação.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa realizada na Argentina.

Aos trabalhadores da IMPA e da COOPERMETAL pelo carinho, compreensão e pelo aprendizado.

À professora orientadora Bernardete Wlublevski Aued, simplesmente, por tudo; desde 1999, quando participei da disciplina Sociologia do Trabalho, sigo aprendendo com você.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em especial às funcionárias Albertina Buss Volkmann e Maria de Fátima Xavier da Silva sempre companheiras nas horas delicadas, e à professora Dr^a. Tamara Benakuche, pelo profissionalismo e zelo na gestão enquanto coordenadora do Programa.

Às professoras Márcia Grizzoti e Maria Chalfin Coutinho, membros da Banca de Qualificação, pelas críticas e contribuições oferecidas.

Aos professores Alberto Bialakowsky e Arturo Fernández e equipe, pela valiosa co-orientação, atenção e respeito.

Ao meu amigo e parceiro de trabalho, Comandante Jorge Nelson de Carli, pela sua participação decisiva na minha formação acadêmica.

A todos os meus amigos que me apóiam e estão sempre comigo, em especial ao meu filho João Pedro.

SUMÁRIO

| | |
|--|--------|
| LISTA DE TABELAS | VIII |
| LISTA DE QUADROS | IX |
| LISTA DE GRÁFICOS | X |
| LISTA DE FIGURAS | XI |
| SIGLAS | XII |
| RESUMO | XIV |
| ABSTRACT | XV |
| 1 INTRODUÇÃO | 01 |
| 1.1 A CATEGORIA “FÁBRICA”: UMA ABORDAGEM EM MARX | 02 |
| 1.2 COOPERATIVAS E O ADVENTO DOS SOCIALISTAS UTÓPICOS | 04 |
| 1.2.1 Os Pressupostos de Robert Owen | 05 |
| 1.2.2 O Pensamento de Charles Fourier | 07 |
| 1.3 O ANARQUISMO E AS COOPERATIVAS | 10 |
| 1.3.1 Proudhon e o cooperativismo mutualista | 11 |
| 1.3.2 Bakunin e as cooperativas operárias | 12 |
| 1.3.3 Cooperativas e a crítica de Marx e Engels | 13 |
| 1.4 AUTOGESTÃO | 16 |
| 1.5 FÁBRICA RECUPERADA | 24 |
| 1.6 A PESQUISA | 26 |
| 1.6.1 Momentos da pesquisa | 27 |
| 1.6.2 Investigação de campo: plano da pesquisa e instrumentos utilizados | 27 |
| 1.6.3 Pesquisa Bibliográfica | 28 |
| 1.7 A ORGANIZAÇÃO DA TESE | 29 |
| 2 FÁBRICAS RECUPERADAS, ESTRUTURAS POLÍTICAS E TRABALHO AUTOGESTIONADO NA ARGENTINA | 32 |
| 2.1 PORQUE SURGEM AS FÁBRICAS RECUPERADAS? | 32 |
| 2.1.1 Ampliação do trabalho na Argentina | 33 |
| 2.2 EXPERIÊNCIAS EMBLEMÁTICAS RECENTES E OS CAMINHOS DA AUTOGESTÃO | 43 |
| 2.2.1 Ocupações de fábricas na Argentina: primeiros antecedentes | 45 |
| 2.2.2 Recuperação da Fábrica de Alimentos SASERU | 51 |
| 2.2.2.1 Pressão popular operária | 55 |
| 2.2.3 Fábrica Brukman, confecção de roupas para executivos | 57 |
| 2.2.4 Cerâmica Zanón: luta operária e recuperação do trabalho | 71 |
| 3 A FÁBRICA RECUPERADA IMPA: LABORATÓRIO SOCIAL DE AUTOGESTÃO | 77 |
| 3.1 NACIONALIZAÇÃO DA FÁBRICA METALÚRGICA IMPA: HISTÓRIA E TRABALHO | 77 |
| 3.2 FÁBRICA COOPERATIVA IMPA | 80 |
| 3.3 FÁBRICA RECUPERADA IMPA: UMA NOVA FÁBRICA APÓS 1998 | 83 |
| 3.3.1 Composição dos recuperadores | 86 |
| 3.3.2 Produção, divisão técnica e a planta da Fábrica | 93 |

| | |
|---|------------|
| 3.4 FORÇAS EM LUTA | 97 |
| 3.5 COMO POR COMIDA NA MESA? | 102 |
| 3.5.1 O MNER e as teses de Eduardo Murúa | 107 |
| 3.5.2 O MNFRT e as teses de Luís Caro | 109 |
| 3.6 OS CAPITALISTAS INVESTIDORES | 113 |
| 3.6.1 Persistência do conflito: quando os capitalistas investidores deixam o aparente anonimato | 114 |
| 4 COOPERATIVAS E TENDÊNCIAS POLÍTICAS NO BRASIL | 128 |
| 4.1 COOPERATIVAS E CONTROLE ESTATAL: ALGUMAS CORRENTES INTERPRETATIVAS A PARTIR DE 1930 | 130 |
| 4.2 COOPERATIVAS AUTOGESTIONÁRIAS | 138 |
| 4.2.1 Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e a Institucionalização | 143 |
| 4.2.2 Algumas experiências autogestionárias recentes: em breves traços | 145 |
| 4.2.2.1 Cooperativa Industrial dos Trabalhadores da Wallig Sul | 145 |
| 4.2.2.2 Cooperativa dos Mineiros de Criciúma - COOPERMINAS | 146 |
| 4.2.2.3 Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda. - BRUSCOR | 148 |
| 5 COOPERATIVA AUTOGESTIONÁRIA DOS METALÚRGICOS DE CRICIÚMA: REORIENTAÇÃO SINDICAL E AUTOGESTÃO | 152 |
| 5.1 O PÓLO CRICIÚMA: DA MINERAÇÃO À DIVERSIDADE FABRIL | 154 |
| 5.2 SIDERÚRGICA CRICIUMENSE SOCIEDADE ANÔNIMA | 157 |
| 5.3 UMA NOVA FÁBRICA APÓS DEZEMBRO DE 1998 | 160 |
| 5.3.1 Laços externos decisivos | 161 |
| 5.3.2 Os sujeitos da COOPERMETAL | 164 |
| 5.3.3 Autogestão se aprende? | 166 |
| 5.3.4 Planta da Fábrica e organização produtiva | 171 |
| 5.3.5 Entre as sobras e o salário: como distribuir o faturamento? | 172 |
| 5.3.6 Hierarquia e institucionalidade | 176 |
| 6 CONCLUSÕES | 192 |
| REFERÊNCIAS | 205 |
| ENTREVISTAS | 218 |
| BIBLIOGRAFIA CONSULTADA | 220 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|--|-----|
| Tabela 1 | Faturamento, despesas e saldo devedor da IMPA, com referência no mês de julho de 2006 (em moeda argentina - pesos) | 114 |
| Tabela 2 | - Cooperativas, cooperados e empregados no Brasil em 2006, por Estados brasileiros | 134 |
| Tabela 3 | - Cooperativas, cooperados e empregados no Brasil em 2006, por atividade desenvolvida | 136 |

LISTA DE QUADROS

| | | | |
|----------|---|---|-----|
| Quadro 1 | - | Relação das fábricas metalúrgicas recuperadas na Argentina, entre 1994 e 2005 | 101 |
| Quadro 2 | - | Fábricas e empresas recuperadas que integram o MNFRT na Argentina | 111 |
| Quadro 3 | - | Alternâncias no domínio administrativo da COOPERMETAL | 157 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------|--|-----|
| Gráfico 1 | - Evolução dos empreendimentos produtivos recuperados na Argentina de 1994 a 2005 | 42 |
| Gráfico 2 | - Total de empreendimentos produtivos recuperados na Argentina entre 1994 e 2005 | 50 |
| Gráfico 3 | - Faixa etária dos trabalhadores da IMPA | 87 |
| Gráfico 4 | - Tempo de trabalho dos operários na IMPA | 88 |
| Gráfico 5 | - Distância do itinerário diário casa/fábrica percorrido pelos trabalhadores da IMPA | 89 |
| Gráfico 6 | - Participação dos trabalhadores da IMPA nas atividades de autogestão | 91 |
| Gráfico 7 | - Conhecimento dos trabalhadores da IMPA sobre a comercialização dos produtos e a situação financeira da Fábrica | 91 |
| Gráfico 8 | - Local de nascimento dos trabalhadores da IMPA | 92 |
| Gráfico 9 | - Grau de instrução dos trabalhadores da IMPA (em anos de estudo) | 93 |
| Gráfico 10 | - Cooperados e empregados das fábricas metalúrgicas recuperadas na Argentina entre 1994 e 2005 | 102 |
| Gráfico 11 | - Total de cooperativas no Brasil, em 2006, por atividade desenvolvida | 131 |
| Gráfico 12 | - Evolução das cooperativas no Brasil, entre 1990 e 2006 | 133 |
| Gráfico 13 | - Razão Social das empresas recuperadas no Brasil em 2005 | 138 |
| Gráfico 14 | - Distribuição regional de fábricas recuperadas no Brasil em 2005 | 140 |
| Gráfico 15 | - Surgimento de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil, de 1976 a 1994, 1995 a 2000, e 2001 a 2005 | 140 |
| Gráfico 16 | - Faixa etária dos cooperados da COOPERMETAL | 164 |
| Gráfico 17 | - Grau de instrução dos cooperados da COOPERMETAL (em anos de estudo) | 165 |
| Gráfico 18 | - Qualificação e participação dos cooperados da COOPERMETAL em atividades sobre autogestão | 166 |

LISTA DE FIGURAS

FOTOS DA IMPA

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 1 | - Foto da Fábrica Recuperada IMPA | 120 |
| Figura 2 | - Foto da entrada da IMPA | 120 |
| Figura 3 | - Foto da laminação | 121 |
| Figura 4 | - Foto alumínio planchado | 121 |
| Figura 5 | - Foto da laminação | 122 |
| Figura 6 | - Foto do Oracio Campos ajustando o torno | 122 |
| Figura 7 | - Foto do armazenamento de mercadorias | 123 |
| Figura 8 | - Foto da acomodação de tubos para envio à pintura | 123 |
| Figura 9 | - Foto da pintura de tubos para creme | 124 |
| Figura 10 | - Foto do controle de qualidade | 124 |
| Figura 11 | - Foto do Castillo em sua atividade diária no setor de papel alumínio | 125 |
| Figura 12 | - Foto do Castillo no setor de papel alumínio | 125 |
| Figura 13 | - Foto do produto final | 126 |
| Figura 14 | - Foto do mostruário | 126 |
| Figura 15 | - Foto do Centro Cultural: área concedida aos trapezistas | 127 |
| Figura 16 | - Foto da sala da escola profissionalizante | 127 |

FOTOS DA COOPERMETAL

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 17 | - Foto entrada COOPERMETAL | 181 |
| Figura 18 | - Foto da aciaria | 181 |
| Figura 19 | - Foto da aciaria | 182 |
| Figura 20 | - Foto da fundição | 182 |
| Figura 21 | - Foto da fundição | 183 |
| Figura 22 | - Foto da limpeza do forno | 183 |
| Figura 23 | - Foto do corte de canal | 184 |
| Figura 24 | - Foto da usinagem | 184 |
| Figura 25 | - Foto da usinagem | 185 |
| Figura 26 | - Foto da usinagem | 185 |
| Figura 27 | - Foto do rebarbamento | 186 |
| Figura 28 | - Foto do rebarbamento | 186 |
| Figura 29 | - Foto do rebarbamento | 187 |
| Figura 30 | - Foto da solda | 187 |
| Figura 31 | - Foto da manutenção | 188 |
| Figura 32 | - Foto do ajustamento mecânico | 188 |
| Figura 33 | - Foto do deslocamento das peças | 189 |
| Figura 34 | - Foto da assembléia geral realizada no refeitório da COOPERMETAL | 190 |
| Figura 35 | - Foto da assembléia geral realizada no refeitório da COOPERMETAL | 190 |
| Figura 36 | - Foto do refeitório da COOPERMETAL | 191 |
| Figura 37 | - Foto do final de turno na COOPERMETAL | 191 |

LISTA SIGLAS

ALCA - Aliança de Livre Comércio das Américas
ANT - Assembléia Nacional de Trabalhadores Ocupados e Desocupados
ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
CBCA - Companhia Brasileira Carboquímica de Araranguá
CCC - Corrente Classista Combativa
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNC - Conselho Nacional de Cooperativas
COOFUND - Cooperativa Industrial de Fundidos dos Trabalhadores da Wallig Sul Ltda.
COOMECA - cooperativa Industrial Mecânica dos Trabalhadores da Wallig Sul Ltda.
COOPERMETAL - Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma
COOPERMINAS - Cooperativa dos Mineiros de Criciúma
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CTA - Central dos Trabalhadores Argentinos
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
ERT - Empresa Regional de Telecomunicação
FASINPAT - Fábrica sem Patrão
FECOOTRA - Federação das Cooperativas de Trabalho
FMI - Fundo Monetário Internacional
FRs – Fábricas Recuperadas
FREPASO - Frente País Solidário
FTC - Frente de Trabalhadores Combativos
FUBA - Federação Universitária de Buenos Aires
FURB – Universidade de Blumenau
GEMERC - Gerência de Mercados da Organização das Cooperativas do Brasil
GEOF - Grupo Especial de Operações Federais
IAP - Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPA - Indústria Metalúrgica Plástica Argentina

INAES - Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social

INDEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MAS - Movimento ao Socialismo

MNER - Movimento Nacional de Empresas Recuperadas

MNFRT - Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MST - Movimento Socialista dos Trabalhadores

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil

OCESC - Organização das Cooperativas de Santa Catarina

PBI - Produto Bruto Interno

PJ - Partido Justicialista

PT - Partido dos Trabalhadores

PTS - Partido dos Trabalhadores pelo Socialismo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESI - Serviço Social da Indústria

SIDESA - Siderúrgica Criciumense S.A.

SIEMPRO - Sistema de Informação, Controle e Avaliação de Programas Sociais

SINMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos

SINE - Sistema Nacional de Empregos

UCR - União Cívica Radical

UDR - União Democrática Ruralista

UIA - União Industrial Argentina

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

A tese tem como objetivo principal demonstrar a impossibilidade humana de, individualmente, efetivar-se a produção da existência social. A reflexão tem como ponto de partida o aumento das fábricas autogeridas por trabalhadores associados no Brasil e na Argentina, neste estudo designados de “laboratórios sociais de autogestão”. Recentemente esses têm sido criados, sobretudo desde 1990, como resposta coletiva ao desemprego, e têm gerado um grande debate no campo teórico acerca de suas possibilidades e limites. Os laboratórios sociais revelam mudanças importantes na forma de organização dos trabalhadores, a começar pela grande fábrica, símbolo do surgimento da Revolução Industrial no século XIX. Também o sindicato advindo da grande fábrica parece estar sob questionamento e no seu lugar tem se colocado a autogestão, como luta contra a propriedade privada e por uma nova gestão social. Na busca por compreender a generalidade e as especificidades dessas formas de ser e agir dos trabalhadores, foram selecionados dois laboratórios sociais exemplares de desobediência ao capital: a Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma (COOPERMETAL) – autogestionada por trabalhadores desde 1998 –, e a Indústria Metalúrgica e Plástica Argentina (IMPA) – fábrica metalúrgica recuperada em 1998. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados instrumentos como observação direta no cotidiano das experiências, entrevista com trabalhadores e análise de fontes documentais, como livro de atas, recortes de jornais e bibliografia sobre a temática. Como conclusão, o estudo evidencia possibilidades relevantes de soluções que “põem comida na mesa” para um conjunto de trabalhadores sem ser pelo assalariamento e sem deixar de questionar a ordem capitalista. O aprendizado de produzir e, simultaneamente, tentar transcender a lógica capitalista tem desencadeado ações que ultrapassam o âmbito da fábrica e apontam para o advento de uma outra “cultura do trabalho”. Os limites também ficam evidenciados na conjuntura adversa em que esses laboratórios estão inseridos, na dificuldade de manter acesa a bandeira histórica dos trabalhadores de redução da jornada de trabalho e avanço nas lutas por melhor condições de produção da vida e do próprio trabalho.

Palavras-Chave: autogestão; laboratório social; movimentos sociais; fábrica recuperada; trabalho; cooperação.

ABSTRACT

This thesis aims to demonstrate the human impossibility to individually accomplish the production of the social existence. The reflection starts with the increase of self-managed factories by associated workers in Brazil and Argentina, called here "social laboratories for self-management". They have been created recently, specially since 1990, as a collective answer to unemployment and have produced a great debate in theoretical field about their possibilities and limits. The social laboratories revealed important changes in the form of the workers organization, starting by the great factory, symbol of the Industrial Revolution in the nineteenth century. Also the labor union that came from the great factory seems to be under question and has been replaced by self-management, as a struggle against the private property and for a new social management. Trying to understand the generality and the specificities of these forms of being and acting of the workers, two social laboratories were selected as examples of disobedience to capital: the Metallurgists Cooperative of Criciúma (COOPERMETAL) – self-managed by workers since 1998 -, and the Argentinian Metallurgic and Plastic Industry (IMPA) – metallurgic factory recovered in 1998. To develop this research, instruments like direct observation in everyday experiences, interviews with workers and documental resources analysis, like book of proceedings, newspapers and thematic bibliography were used. As conclusion, this study reveals important possibilities of solutions that "put food on the table" of a group of workers without earning wages and without letting to question the capitalist order. The learning of producing and, simultaneously, trying to transcend the capitalist logic has unleashed actions that go beyond the factory extent and point to the advent of another "culture of work". The limits are also revealed in the adverse conjuncture in which these laboratories are inserted, in the difficulty to carry on the historical symbol of the workers of reducing day's work and the advancement in struggles for better conditions of production of life and work.

Keywords: self-management; social laboratory; social movements; recovered factory; work; cooperation

1 INTRODUÇÃO

Este estudo procura apreender e desvelar o trabalho autogestionário de experiências operárias em laboratórios sociais no Brasil e na Argentina. A base empírica está ancorada em pesquisas realizadas na Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma (COOPERMETAL) e na Indústria Metalúrgica e Plástica Argentina (IMPA), dois laboratórios sociais exemplares da desobediência latino-americana ao capital global, por meio dos quais trabalhadores pensam, agem e questionam o desemprego iminente, criam formas de resistência ao domínio do capital e mostram que uma outra relação social é possível.

Para entendermos as práticas autogestionárias realizadas nos laboratórios sociais não nos prendemos somente ao espaço da práxis, também recorremos aos campos teórico e epistemológico concernentes. Portanto, buscamos pensar o homem para além da centralidade do trabalho destacada por Antunes (1999) e colocá-lo na perspectiva do ser humano proposta por Aued (1999), para, nesse sentido, refletir sobre o trabalho, a organização do processo produtivo e os trabalhadores em laboratórios sociais de autogestão, o que não resulta na negação da centralidade da categoria trabalho e sua importância à definição das relações sociais, ao contrário, defendemos que é necessário subordiná-la à vida e não ao capital.

No entanto, ressaltamos o cooperativismo autogestionário no Brasil e na Argentina, o qual, mesmo existindo em um contexto social adverso, é capaz de proporcionar aos trabalhadores formas de negação à relação social burguesa, geradora de exploração e sofrimento. Ademais buscamos compreender e analisar o entrelaçamento de velhos e novos conceitos, categorias e proposições teóricas presentes na prática da autogestão operária, tais como: autogestão e incompatibilidade (FARIA, 1985; e AUED, 2005), autogestão e coexistência (SINGER, 2002a), autogestão e anticapitalismo (SANTOS, 2002), economia do trabalho (CORAGIO, 2003), a outra economia (CATTANI, 2003), economia popular solidária (TIRIBA, 2001), experiência histórica (VENDRAMINI, 2004), cooperação e fábrica capitalista (MARX, 1985) e associativismo e mutualismo (PROUDHON, 2003).

1.1 A CATEGORIA “FÁBRICA”: UMA ABORDAGEM EM MARX

A abordagem da fábrica capitalista como espaço ambíguo de coexistência social e exploração humana por meio do trabalho (assalariado) é fundamentada nas análises de Karl Marx, desenvolvidas a partir do século XVIII, sobretudo nas suas reflexões sobre a maquinaria, a grande indústria e a lei geral da acumulação capitalista. As investigações desenvolvidas por esse autor¹ sobre o desenvolvimento da indústria e as alterações no cotidiano da classe trabalhadora na Inglaterra explicitam como a mecanização da produção reunida no espaço da fábrica aumenta o material humano explorável pelo capital, amplia a jornada de trabalho e permite a produção de uma quantidade maior de mercadorias com reduzido emprego de força de trabalho. Foi por meio da identificação desses pressupostos que se pôde definir a fábrica como o meio sistemático mais eficiente para liberar, em cada momento, mais trabalho e, portanto, para explorar, de modo intenso, a força de trabalho empregada.

Quando, em 1735, John Watt anunciou sua máquina de fiar e, com ela, a Revolução Industrial do século XVIII, em momento algum aventou que, em vez de um homem, um burro moveria a máquina e, no entanto, esse papel acabou por recair sobre o burro. Uma máquina “para fiar sem os dedos” rezava seu prospecto (MARX, 1985, p. 8).

Um dos aspectos essenciais das análises de Marx sobre a constituição da fábrica e as conexões desta com a força de trabalho, empregada direta ou indiretamente, recai sobre o avanço da maquinaria. Entretanto, é na relação social burguesa que o autor identifica a origem dos problemas oriundos do estabelecimento do sistema fabril mecanizado e suas influências sobre o comportamento e o destino da classe trabalhadora.

Se examinarmos, agora mais de perto, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho propriamente dita, então reaparecem, grosso modo, ainda que, freqüentemente, sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador de manufatura trabalham não como ferramentas do homem, porém, agora, como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas. Ou a máquina toda é uma edição mecânica mais ou menos modificada do antigo instrumento artesanal, como no caso do tear mecânico, ou os órgãos ativos implantados na armação da máquina de

¹ Uma análise instigante sobre este assunto é encontrada em: ENGELS, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Buenos Aires: Esencias, 1974.

trabalho são velhos conhecidos, como fusos na máquina de fiar, agulhas no tear de confeccionar meias, lâminas de serra na máquina de serrar, facas na máquina de picar etc.. (MARX, 1985, p. 8-9)

Se por um lado a adaptação de ferramentas ao corpo da máquina emite uma nova característica aos processos produtivos no interior da grande fábrica, substituindo o emprego individual de ferramentas pelo funcionamento simultâneo e articulado de instrumentos de trabalho por uma única força motriz ou mecanizada, por outro, a adaptação da força de trabalho aos novos ritmos e intensidades no processamento das mercadorias consolidam as divisões técnica e social do trabalho. Nas reflexões de Marx sobre tal aspecto da relação capital e trabalho para além da preocupação com o desenvolvimento tecnológico de “máquinas de trabalho” e com a constituição de grandes indústrias, observam-se traços dos caminhos metodológicos construídos para a apreensão das alterações desse modelo social e produtivo na vida dos produtores diretos, ou seja, da classe trabalhadora. Os primeiros apontamentos vislumbram uma questão que se transformou numa espécie de pedra angular da relação entre a força de trabalho empregada e a quantidade de mercadoria produzida. Marx mostrou que as constantes invenções de máquinas-ferramentas não representam somente aumento na produção, ademais, mostram a comercialização e a exploração da força de trabalho como um pressuposto da existência da fábrica.

Na Alemanha, tentou-se inicialmente fazer com que um fiandeiro movesse duas rodas de fiar, fazê-lo, portanto, trabalhar simultaneamente com as duas mãos e os dois pés. Isso era estafante demais. Depois se inventou uma roda de fiar com pedal e dois fusos, mas os virtuosos da fiação que conseguiam fiar dois fios ao mesmo tempo eram quase tão raros quanto homens com duas cabeças. (MARX, 1985, p. 9)

Essa metamorfose na condição do trabalhador valorizado pela sua capacidade física naturaliza a exploração do homem via produtivismo industrial, eleva a utilização da força de trabalho aos limites da força muscular humana e transforma a fábrica num *locus* privilegiado para produção e reprodução da vida social centrado no trabalho assalariado, onde os investimentos ocorrem primeiro, e em maior quantidade, na manutenção, substituição e aprimoramento da maquinaria. Em segundo, e em menor proporção, nas condições de trabalho e de salário dos operários empregados. Nesse sentido, a fábrica se constitui numa categoria central para o crescimento do capital e um espaço, por excelência, de confronto entre trabalhadores e capitalistas. Desse modo, é também no contexto da Revolução Industrial que Marx percebe e faz a crítica à alternativa do cooperativismo defendida pelos utópicos,

Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier, na primeira metade do século XIX, sem, no entanto, deixar de reconhecê-los como a primeira leva de críticos ao capitalismo. Segundo Teixeira (2002), esse grupo de pensadores, rigorosamente pertencentes à mesma época histórica, forma uma espécie de socialismo anterior a Marx.

1.2 COOPERATIVAS E O ADVENTO DOS SOCIALISTAS UTÓPICOS

Em uma palavra, as instituições sociais e políticas estabelecidas pela “vitória da razão”, comparadas com a promessa falaz dos homens do século XVIII, manifestaram-se por meio de caricaturas cruelmente enganosas. Faltavam homens que comprovassem a decepção, e esses homens apareceram no princípio do século XIX. Em 1802 apareceram as Cartas de Genebra de Saint-Simon; em 1808 a primeira obra de Fourier – ainda que a primeira idéia de sua teoria se remonta em 1799 – e em 1º de janeiro de 1800, Robert Owen assume a direção de New-Lanark. (ENGELS, 1987, p. 271)

Baseado no associativismo produtivista, o socialismo utópico propõe a criação de sociedades cooperativas como alternativa à exploração do capital. Saint-Simon (1760-1825)², seu primeiro representante, alicerçado no positivismo da ciência e na lógica do desenvolvimentismo industrial, organizava suas idéias no sentido de demonstrar que o positivismo é a única ciência capaz de entender e organizar a sociedade. Em 1814, Saint-Simon propõe uma reforma moral da sociedade européia como passo fundamental ao sucesso e generalização da industrialização. Para ele a sociedade era dividida em duas classes: a dos produtores (a casta superior), formada por camponeses, artesões, banqueiros e todos os homens envolvidos na produção de bens materiais, e que possuem méritos pessoais e predestinações, por isso pertencem à classe superior; e a classe dos ociosos, “os homens inferiores”, que são a causa da pobreza e improdutividade. A fim de encontrar um equilíbrio

² Claude Saint-Simon (1760-1825), socialista utópico francês, liberal e revolucionário, foi educado com uma formação racionalista. Para ele, o avanço da ciência determinava a mudança político-social, além da moral e da religião. É considerado o precursor do Socialismo, e dizia que, no futuro, a sociedade seria, basicamente, formada por cientistas e industriais. O pensamento saint-simoniano pode ser visto nas obras de 1807 a 1821, com o lema: “a cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo seu trabalho”. A violência da guerra napoleônica leva-o a se abrigar no Cristianismo e de uma base cristã construir as bases para uma sociedade socialista. Prevê a industrialização da Europa e sugere uma união entre as nações para acabar com as guerras. Mantém a idéia de uma sociedade hierarquizada, por isso a desigualdade, pois no topo estariam os diretores da indústria e de produção, engenheiros, artistas e os cientistas; na parte de baixo estariam os trabalhadores responsáveis pela execução dos projetos feitos pelos inventores e diretores. A obra principal de Saint-Simon é “New Christianity” (1825), declarando que a religião tendia a melhorar a condição de vida dos mais necessitados. (IONESCU, 1983)

social entre ricos e pobres, propõe a criação e a generalização das cooperativas comunitárias, que, aos poucos, englobariam todos os homens. As considerações de Saint-Simon sobre a sociedade ideal demonstram sua crença na coexistência social entre ricos e pobres, necessária e imprescindível para o funcionamento harmônico da sociedade, que se tornaria natural e benéfica. Acreditava nas virtudes da elite e na necessidade de uma reforma moral dos pobres, adaptando-os aos valores da elite virtuosa em um mesmo espaço de convivência e produção, controladas pelo Estado.

Apesar disso, Saint-Simon é um crítico profundo da ordem social vigente, considerando necessário melhorar, o mais depressa possível, a existência moral e física da classe mais pobre. Defendia a reforma social e dizia: “não pode haver modificações na ordem social sem uma mudança na propriedade”, não pregava, no entanto, a abolição da propriedade, mas sua reorganização sob controle do Estado. (TEIXEIRA, 2002, p.48)

Saint-Simon, ao fazer a crítica às contradições sociais de sua época, já vislumbrava uma sociedade sem classes. Porém, sua intenção de transição tem como pressuposto a junção harmônica de capitalistas e proletariado, e não a passagem de governo para outro. Sonhava com uma sociedade em que a centralidade do trabalho se convertesse na fonte de coesão de todas as virtudes humanas, e é nesses termos que Engels (1987) lembra a obra “Cartas de Genebra”, na qual Saint-Simon defende que todos os homens devem trabalhar.

1.2.1 Os Pressupostos de Robert Owen

Marx e Engels, dentre todos os utópicos, apreciam Robert Owen³, pois entendem que ele possui uma proposta concreta, baseada em idéias praticas como, por exemplo, introduzir a creche no corpo da fábrica e reduzir a jornada de trabalho.

A nova forma de produção apenas começava sua evolução ascendente, era ainda a forma de produção normal, a única adequada às circunstâncias, mas

³ Robert Owen (1771-1859) nasceu no interior da Inglaterra, numa família de origem modesta. Aos dezoito anos passou a dirigir uma indústria têxtil em New Lanarck, com 500 operários. Acumulou grande fortuna, tornando-se um importante industrial. Ateu, programou sua independência religiosa em 1817. Defendia que o caráter é consequência do meio social e de circunstâncias externas ao homem, vendo na educação o meio para transformá-lo. Para mais informações sobre o assunto ver: TEIXEIRA, A. *Utópicos, heréticos e malditos*. São Paulo: Record, 2002.

desde então já engendrava abusos sociais inaceitáveis: aglomeração de uma população de sem tetos nas piores condições de moradia das grandes cidades; ruptura de todos os laços tradicionais de nascimento, de subordinação patriarcal e de família; excesso horrível de trabalho, em particular para mulheres e crianças; desmoralização em massa da classe trabalhadora, lançada, de repente, em um meio completamente novo. Então, surgiu em sua função de um reformador fabricante de vinte e um anos, um homem de caráter, de uma ternura juvenil, e ao mesmo tempo um líder social como poucos. Robert Owen havia assimilado a doutrina dos materialistas do século XVIII, segundo a qual o caráter dos homens é produto, de uma parte, de sua organização original, e de outra, das circunstâncias que os rodeiam durante as suas vidas, em particular no período de crescimento. A maioria dos homens de sua classe não via na revolução industrial nada além de confusão e caos e uma oportunidade para enriquecer-se rapidamente; mas Owen enxerga nela uma ocasião para aplicar sua teoria e pôr ordem naquele caos. (ENGELS, 1987, p. 274)

Personagem importante do socialismo utópico, Owen, na defesa de suas idéias, sempre ressalta a preocupação com a felicidade, destacando-a como finalidade central da existência dos homens. Na obra “Do Novo Mundo Moral”, de 1836, elabora suas formulações sobre o princípio da ciência da natureza humana, da formação geral do caráter dos homens e sua influência sobre a sociedade, religião e economia social, demonstrando que:

A finalidade da existência do homem é desfrutar de felicidade, e a mais alta sabedoria humana consiste no conhecimento dos meios para obter e garantir a maior soma de felicidade que seja possível usufruir permanentemente. Esta importante ciência deve preparar o homem para atingir o mais alto grau possível de perfeição física, intelectual e moral. Ora, a experiência lhe ensina que todas as suas inclinações e faculdades são igualmente necessárias para sua felicidade, e devem ser exercidas e desenvolvidas em ordem conveniente e com moderação, sem jamais ultrapassar determinado ponto, sob pena de desarrumar todas as funções do indivíduo e de prejudicar a saúde de sua organização e o bem-estar de seus semelhantes. Como cada parte da organização é essencial para a perfeição do todo, não se pode justamente considerar uma parte inferior às outras. Os sistemas que quiseram reduzir e prescrever certas inclinações e faculdades se formam na ignorância da natureza humana e do que constitui a felicidade. (TEIXEIRA, 2002, p. 107)

É por meio dos experimentos de Owen que, na prática, a classe operária aparece pela primeira vez como sujeito transformador. Nas suas críticas à sociedade vigente, procura demonstrar que as mudanças sociais acontecem no mundo das coisas e não por meio da metafísica. Não se coloca contra a propriedade privada, porém, julga necessário dissolver a fábrica dominada pelos patrões e propõe a criação das cooperativas de produção dirigidas por cooperados. Owen acreditava que, com a formação das cooperativas de produção, os trabalhadores poderiam assumir, também, a gestão da produção. Tornou-se cooperado em

1800, permanecendo até aos 29 anos nessa condição, período que gerencia a grande Fábrica-Cooperativa de Tecidos de Algodão New-Lanark, na Escócia.

Transformou uma população que se elevou pouco a pouco a 2.500 pessoas, composta em sua origem por trabalhadores de formação heterogênea e os mais desmoralizados. Em sua colônia-modelo a embriaguez, a polícia, a justiça repressiva, os processos, a assistência aos indigentes e a caridade eram coisas desconhecidas, tudo isso simplesmente fornecendo aos trabalhadores um meio mais condizente com a realidade humana e, sobretudo, uma cuidadosa educação às crianças da nova geração. Ele é quem inventou as escolas para as crianças, quem primeiro introduziu a jornada escolar integral e estipulou o direito ao acesso à escola a partir dos dois anos. Enquanto os concorrentes trabalhavam treze e quatorze horas, em New-Lanark trabalhava-se dez horas e meia. (ENGELS, 1987, p.275)

A prática de Owen influencia, em grande medida, a aproximação entre confederações sindicais e cooperativas de produção. Porém, o caráter reformista de suas idéias permite a coexistência de diferentes tendências intelectuais dentro do movimento cooperativo. Dessa forma, para alcançar o socialismo, procura criar aldeias cooperativas, oficinas e lojas e, por meio de um desenvolvimento educacional profissional e moral, superar o capitalismo de forma gradual.

Fiod (2005) salienta que Owen é o mais conhecido entre os utópicos do seu tempo. Autodidata e financiador de seus projetos cooperativos, ele chega a construir uma escola para os filhos de cooperados agregada à cooperativa, ainda na metade do século XIX. No entendimento da autora, parece que essa experiência, embora tenha falido, revela um traço importante das proposições de Owen, quebra de paradigmas e inserção de processos práticos como forma de afirmação das idéias e possibilidade de transformação da sociedade.

1.2.2 O Pensamento de Charles Fourier

À sua maneira, Charles Fourier⁴ também crítica a sociedade e a civilização de seu tempo, concebendo um sistema econômico baseado na livre associação de indivíduos, capazes

⁴ François Marie Charles Fourier (1772-1827), filósofo e socialista utópico francês, filho de comerciantes, absorveu algumas idéias de Rousseau: “o homem nasce puro e bom, a sociedade e as instituições o corrompem”. Baseou seus estudos sobre a obra de Robert Owen e de Saint-Simon, mas logo os deixou de lado para definir qual seria, em sua concepção, a melhor sociedade. Alegava que os falanstérios superariam as

de se entregar ao jogo harmonioso das paixões como reação ao individualismo, para ele, produto do liberalismo econômico. Fourier, crente que Deus havia organizado o mundo com base no princípio da atração, concebe que os homens estariam se afastado dos caminhos indicados pela divindade. Em tese essa idéia fundamenta sua construção teórica, todavia, é na prática social que ela apresenta fragilidades decisivas.

Os experimentos práticos de Fourier são organizados tendo por base a supremacia do talento individual sobre a ação coletiva. A coletividade é definida como um sistema complexo formado por “elos societários”, chamados de “falanges”, que agrupados formam os “falanstérios” ou as sociedades industriais. Cada falange possuiria seu edifício comum: o falanstério. Fourier projeta a generalização de edifícios societários, com arquitetura adequada à coexistência, pois, para ele, a pobreza e a riqueza são fatos naturais, e assim devem ser compreendidas pelos homens. “Encontramos em Fourier uma crítica do estado social existente, mesmo sendo genuinamente francesa não é menos penetrante e profunda” (ENGELS, 1987, p. 272).

Nos falanstérios (fazendas coletivas agroindustriais) todos desempenhariam suas tarefas em proveito da comunidade, sendo que os homens trabalhariam para um fundo comum e a divisão das riquezas produzidas deveria considerar a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo. A utopia de Fourier centra-se também na reforma moral dos homens. Daí partem suas divergências com a prática de Owen:

Além do que tem sido escrito algumas experiências práticas de associação na América Latina, Inglaterra e uma seita dirigida pelo Sr. Owen, pretende ter criado o estado societário; mas é exatamente o contrário: ela contribui para desacreditar a idéia de associação, pela falsidade de seu método, contrário em todos os sentidos à natureza da atração passional. A seita owenista, ademais, não seduziu nem os selvagens nem as civilizações vizinhas: nenhuma tribo, nenhuma província dos Estados Unidos quis adotar este regime monástico desta comunidade de bens, esse semi-ateísmo ou ausência de culto divino e outras monstruosidades que o Sr. Owen deduz da palavra associação. Ele lança o descrédito à palavra, ele a torna objeto de especulação, fantasiando-a com formas filantrópicas; e desperta a apatia das corporações de sábios a respeito desse grande problema, sua negligência em precisar as condições a cumprir e o objetivo a atingir, dando motivo aos integrantes para desviarem a atenção sobre o tema. (FOURIER, in TEIXEIRA, 2002, p. 70-71)

desarmonias capitalistas, mas nunca conseguiu financiar seu projeto. Fourier começou a publicar suas idéias no diário “Le Phalanstère” ou “La Reforme Industrielle”, em 1832, que se transformou no “Phalange”, em 1836, recebendo sua forma final em 1843: “Le Democratique Pacifique” (TEIXEIRA, 2002).

Fourier entende que nenhum empreendedor ou teórico, até então, havia conseguido chegar ao cerne da questão sobre o cooperativismo alternativo, e argumenta que não basta associar as faculdades pecuniárias e industriais de um grupo de famílias desiguais em riqueza, conforme sustenta o Owenismo. Para Fourier, é necessário associar paixões, caráter, gostos e instintos com o intuito de desenvolver o bem de cada indivíduo sem melindrar o grupo e a associação em qualquer circunstância, campo ou cidade. A cooperativa tem a função central de despertar nos indivíduos associados a atração industrial.

Sobre as proposições defendidas pelos utópicos, Engels (1987) reconhece a sua importância como células embrionárias do socialismo e sugere: “os utópicos são utópicos porque não puderam ser outra coisa em um tempo em que a produção capitalista estava, ainda, pouco desenvolvida. Eles são obrigados, pelas condições dadas, a construir primeiro ideologicamente os elementos de uma nova sociedade” (p. 278). Engels entende que o estado imaturo da produção capitalista e do proletariado como classe condiciona a construção teórica dos socialistas da época, levando-os à contradição, uma vez que a solução necessária não estava no campo das idéias, mas na situação econômica embrionária envolvendo homens e mulheres. Ele não condena os utópicos e afirma que suas realizações são importantes para a época, sobretudo porque se opunham ao sistema vigente. Parece-nos que Engels tem razão: de fato os utópicos fazem críticas às relações sociais burguesas da época e oposição ao modelo de fábrica da indústria capitalista. Porém, cabe ressaltar, conforme assinalado anteriormente, que os utópicos pertencem ao mesmo contexto histórico, mas Owen se distingue dos demais não somente porque propõe outra forma à produção e reprodução da vida social, mas pela introdução da fábrica sem patrão e da propriedade coletiva.

Imediatamente posterior a essa época, surge uma outra geração, dividida entre os socialistas anarquistas e os socialistas científicos, suscitando discussões sobre cooperativismo e alternativas ao capitalismo.

1.3 O ANARQUISMO E AS COOPERATIVAS ⁵

Por meio das elaborações teóricas de Proudhon e Bakunin, as cooperativas ganham espaço efetivo como tática no movimento anarquista. Esses autores sustentam a organização cooperativa como campo propício para a concretização da participação livre e direta dos trabalhadores em associações cooperativas, defendem a prática do cooperativismo como um meio para o exercício da liberdade.

Para Proudhon, os homens de seu tempo podem viver melhor, sem a interferência do Estado e, por isso, devem lutar contra a propriedade privada e qualquer forma de autoridade. O autor apresenta o cooperativismo e o federalismo como modelos que devem estabelecer para se sobreponem ao Estado e organizar a sociedade.

A diferença entre uma sociedade anárquica e uma sociedade estatal é a mesma que existe entre uma estrutura e um organismo: enquanto a primeira é construída artificialmente, o outro cresce de acordo com as leis naturais. Metafisicamente se pode comparar a pirâmide do Estado com a esfera da sociedade, que é mantida por um equilíbrio de forças. Duas formas de equilíbrio têm muita importância na filosofia dos anarquistas. Um destes é o equilíbrio entre destruição e construção, que domina suas táticas. O outro é o equilíbrio entre liberdade e ordem, que faz parte de sua visão da sociedade ideal. (WOODCOCK, 1981, p. 14)

A negação da hierarquia e o não respeito a ordens pré-estabelecidas, sobretudo as provenientes do Estado, é ponto chave para a conquista da liberdade humana, na visão dos anarquistas, que consideram a ordem e a disciplina como atributos natos dos homens. Entretanto, é na defesa da destruição da propriedade que o anarquismo se afirma como um movimento de idéias e ações anticapitalistas.

⁵ A origem da palavra “anarquismo” envolve uma dupla raiz grega: *archon*, que significa “governante”, e o prefixo *an*, que indica “sem”. Portanto, anarquia significa estar ou viver sem governo. Por conseqüência, o anarquismo como doutrina prega que o Estado é a fonte maior de nossos problemas sociais e que existem formas e alternativas viáveis de organização voluntária. Para os anarquistas, “anarquia” significa ausência de coerção, e não ausência de ordem. Uma definição interessante pode ser observada em Malasteta: “O homem, como todos os seres vivos, se adapta às condições em que vive e transmite, através de herança cultural, seus hábitos adquiridos. [...] Portanto, se consideramos o governo necessário e sem ele haverá desordem e confusão, é natural e lógico que a anarquia, que significa ausência de governo, signifique ausência de ordem. [...] Quando o público estiver convencido de que o governo é desnecessário e extremamente prejudicial, a palavra “anarquia”, justamente por significar “sem governo”, será o mesmo que dizer “ordem natural”, harmonia de necessidades e interesses de todos, liberdade total com solidariedade total”. (MALASTETA, 1981, p. 58-59)

1.3.1 Proudhon e o cooperativismo mutualista

Pierre-Joseph Proudhon⁶ se difere dos demais socialistas anarquistas não somente pela sua vasta produção científica, mas, também, por sua oposição à propriedade privada. A idéia de criar “associações operárias” como demonstração da inutilidade social dos patrões foi amplamente absorvida pelos anarquistas, e Proudhon a condensou em sua fórmula famosa: “A propriedade é um roubo”. Isso confere sentido à ação operária, à qual cabia retomar o que lhe fora roubado – a começar pelas fábricas construídas graças ao seu trabalho, e a se associarem para geri-las, abolindo o trabalho assalariado e qualquer forma de trabalho subordinado ao patrão.

Para Leval et al. (2002), Proudhon é teórico do cooperativismo mutualista, e é nesse espaço que ele vislumbra o desmonte da propriedade privada e a ocupação dos meios de produção pelos produtores livres e associados. Nesse sentido, Buber (1986) destaca que Proudhon defende as cooperativas como base de uma futura sociedade socialista:

Existe mutualidade e reciprocidade quando, numa indústria, todos os trabalhadores, ao invés de trabalharem para um empresário que lhes paga, ficando com seu produto, trabalham uns para os outros, fabricando um produto comum, cujos lucros dividem entre si. Entendamos agora o princípio de mutualidade, que une o trabalho de cada grupo às associações de trabalho concebidas como unidades, e teremos criado uma forma de civilização que, de qualquer ponto de vista, político, econômico ou estético, se distinguirá totalmente das civilizações anteriores. (BUBER, 1986, p.44)

As primeiras publicações das idéias de Proudhon diferenciam-se das idéias dos socialistas utópicos pela negação à possibilidade de se alcançar o socialismo por meio de outra forma que não fosse a revolução política. Contudo, na obra “Sistemas das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria”, de 1846, redefine suas posições revolucionárias, defendendo a ação prática dos homens como a única forma capaz de concretizar a transição, e

⁶ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) nasceu na França, em Besançon. Pertencia à classe operária; seu pai foi toneleiro (espécie de marceneiro, montador de tonéis) e a mãe cozinheira. Trabalhou desde criança e desenvolveu várias atividades: boieiro (comerciante atacadista), tipógrafo e impressor. Conseguiu uma bolsa de estudos na Academia de Besançon, mas depois de divulgar suas memórias sobre a propriedade perde a bolsa, sendo denunciado como criminoso político. Nessa mesma época a tipografia, que mantinha com dois outros sócios, entra em falência. Na condição de desempregado, Proudhon aguarda o resultado do julgamento do processo que lhe fora imputado em 1842, devido ao “ato criminoso”. É absolvido, indo trabalhar em uma empresa de transporte fluvial. No campo teórico despena como o maior representante do anarquismo. Sua teoria, entretanto, não será baseada na dialética tríade de Hegel (tese, antítese e síntese): para ele a síntese não ocorre nunca, por isso defende uma dialética serial, inspirada em Fourier e Kant.

para isto propõe o cooperativismo mutualista como princípio econômico e o federalismo como princípio político. Daí as críticas de Marx na obra “A Miséria da Filosofia” de 1847.

1.3.2 Bakunin e as cooperativas operárias

As análises de Mikhail Bakunin⁷ (1979) sustentam a formação de cooperativas de consumo pelos operários como possibilidade de transformação social, sendo que a difusão dessas vivências difundidas pode subverter o poder hierarquizado sustentado pelo Estado, pois, organizados pelo consumo, os trabalhadores, em reciprocidade com outros movimentos da sociedade, se encarregariam de universalizar ações, práticas e idéias de uma sociedade organizada de baixo para cima.

A futura organização social deve ser feita de baixo para cima, de início, depois nas comunas, nas regiões, nas nações e finalmente numa grande Federação Universal. É só então que se realizará a verdadeira e vivificante ordem da liberdade e da felicidade geral, essa ordem que, longe de renegar, afirma, ao contrário, e põe em concordância os interesses dos indivíduos e da sociedade. (BAKUNIN, 1979, p. 31)

Uma das preocupações de Bakunin, a exemplo dos utópicos, é a corrosão da felicidade humana provocada pelo modo de produção capitalista. Pressupõe em suas análises que o intercâmbio entre trabalhadores e os diversos setores da sociedade e ramos da produção e do consumo se fará a partir da solidariedade, que por sua vez só poderá existir caso haja um amplo espaço educativo e formativo (entre os trabalhadores), com o objetivo de promover um processo de conscientização em que se ressalte a importância do indivíduo como sujeito coletivo. “A terra, os instrumentos de trabalho, como qualquer outro capital, tornando-se propriedade coletiva de toda a sociedade, passam a ser utilizadas pelos trabalhadores, quer dizer, pelas associações cooperativas agrícolas e industriais” (BAKUNIN, 1979, p. 34). Nesse caso, uma vez internalizada a importância do coletivo para os sujeitos, a sociedade passará a

⁷ Mickail Alexandrovch Bakunin (1814-1876) nasceu em Tver, interior da Rússia. Descendente da burguesia rural da Rússia, frequenta a escola militar de seu país e, desiludido, renuncia ao cargo de oficial da guarda imperial e se vincula a grupos revolucionários russos. Em 1848 e 1849 participa ativamente em favor das lutas operárias. Em seguida foge para a Áustria onde é preso e condenado à morte. Escapa da guilhotina com a deportação à Rússia, de onde é transferido para a Sibéria e mantido preso por vários anos. Em 1861 consegue fugir e chegar à Inglaterra, de onde se dedicou à difusão do socialismo libertário para toda a Europa. (LA LIBERTAD - OBRAS ECOGIDAS DE BAKUNIN, 1977)

questionar a realidade vivida, culminando na busca implacável da autogestão social, ou seja, do controle da produção e, principalmente, da distribuição de mercadorias pelos produtores associados (trabalhadores), sem a intervenção do Estado e do patrão. As cooperativas operárias do campo e da cidade são, assim, expressões coletivas das práticas sociais e possuem um *locus* central no ideário libertário defendido por Bakunin. Neste, as cooperativas operárias orientadas por processos educativos são fundamentais para a constituição de práticas anticapitalistas, pois elas assumem, gradualmente, o papel de condutoras organizadoras de uma nova sociedade, transformando o mercado capitalista, extinguindo a propriedade privada e implantando a gestão comum dos meios de produção.

Em relação à generalização das cooperativas, os anarquistas, entre eles Proudhon (2003), defendem a formação de redes que se interligam, sendo a base de sustentação do projeto expansionista de substituição da fábrica tradicional pela cooperativa formada por homens e mulheres “livres e associados”, ou, conforme sustenta Bakunin (1979), por operários camponeses e urbanos.

1.3.3 Cooperativas e a crítica de Marx e Engels

A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. [...] De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em grilhões. Sobrevém, então, uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (MARX, 1987, p. 25)

Em 1866, Karl Marx escreve uma proposta de resolução para o Congresso Internacional dos Trabalhadores⁸, em Genebra, recomendando “aos trabalhadores que perfilhem a produção cooperativa, em lugar dos armazéns cooperativos. Estes últimos tocam apenas a superfície do sistema econômico atual, [enquanto] o primeiro atinge as suas bases fundamentais”. Mais tarde Marx defende, de maneira incisiva, as cooperativas de produção, distinguindo-as das empresas capitalistas por ações:

⁸ Associação Internacional dos Trabalhadores ou, como ficou conhecida mais tarde: a “1ª Internacional”.

No sistema de ações já existe antítese na antiga forma [de propriedade privada individual], em que os meios sociais de produção surgem como propriedade individual; mas a transformação na forma da ação permanece, ainda, presa às barreiras capitalistas; e, portanto, em vez de superar a antítese entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, só a desenvolve numa nova configuração. As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são as primeiras rupturas da antiga forma, embora, naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro delas está abolida, ainda que, inicialmente, apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma, naturalmente, um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril oriundo do modo de produção capitalista não poderia desenvolver-se a fábrica cooperativa e tampouco o poderia sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção. [...] As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente. (MARX, 1985 b, p. 334-335)

A polêmica entre Marx e os anarquistas, especialmente Proudhon, não se perdeu no tempo, mantém-se na contemporaneidade. Partindo do suposto que os ideais de Proudhon superestimam a capacidade de generalização da propriedade do tipo social em meio a formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista, Marx sustenta que as estruturas sociais, políticas, ideológicas e jurídicas do Estado, orientadas sob a hegemonia do capital, são obstáculos efetivos e intransponíveis para a superação da propriedade privada pela propriedade social. Marx (1985) percebe diferenças e aproximações entre as iniciativas dos socialistas utópicos e a proposta proudhoniana do cooperativismo mutualista, concluindo que na prática eles convergem. A proposta do anarquista é superada pela concepção da fábrica-cooperativa do utópico Robert Owen e, portanto, também não é suficiente para implementar transformações estruturais na sociedade capitalista. Com a publicação do “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels, ainda na primeira metade do século XIX, demonstram que os socialistas utópicos se contrapõem à organização do proletariado por projetar uma sociedade e não perceberem nenhuma iniciativa histórica ou movimento político que lhe seja próprio. No entanto, os autores observam que Proudhon, mesmo num outro tempo histórico, ao substituir a atividade social pela “imaginação pessoal”, incorre no mesmo equívoco, não percebendo nas condições materiais o limite à emancipação social. Nesse sentido, Buber (1986) observa que, para Marx, a tendência dos anarquistas ao mutualismo

decorre da incapacidade de Proudhon em apreender a luta de classes como possibilidade de transformação geral da sociedade.

Para Marx (1985), as fábricas-cooperativas são importantes porque representam o surgimento de elementos de uma nova estrutura social. Por isso, defende a cooperativa de produção, não as cooperativas mutualistas de consumo, sem no entanto deixar de sublinhar que mesmo as cooperativas de produção somente poderão superar o modo produtivo capitalista se atuarem em larga escala, sob pena de serem rapidamente absorvidas pelo capital.

Nesse sentido, Marx (1983, p. 84-85) redige uma resolução sobre o trabalho cooperativo, e ressalta os seguintes pontos:

“1. O “movimento cooperativo” é uma das forças transformadoras da sociedade baseada em antagonismos de classe; seu grande mérito é mostrar que a cooperação subordinada ao capital, causadora da miséria da classe operária, pode ser superada pela “associação de produtores livres e iguais”; 2. Ao se elaborar, por esforços privados dos “escravos assalariados”, o sistema cooperativo, por si só nunca irá transformar a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo de trabalho livre e cooperativo, são requeridas mudanças das condições gerais da sociedade, que nunca serão realizadas, a não ser pela transferência do poder do Estado capitalista para os próprios produtores; 3. Os operários devem investir mais na criação e manutenção de cooperativas de produção do que nas de consumo, porque aquelas subvertem o capitalismo em sua base, ao passo que o consumo só o afeta na superfície; 4. As sociedades cooperativas devem investir na propaganda de seus princípios, promovendo o estabelecimento de novas fábricas-cooperativas; 5. Para evitar a degeneração vulgar em companhias, por ações da classe média, todos os sócios devem receber, igualmente. Aos acionistas será estabelecida uma taxa baixa de lucro”.

Para Riazanov (1984), embora Marx ressalte a importância prática da cooperativa de produção fundada por iniciativa de trabalhadores desempregados, refere-se a ela com reservas, preconizando-a para mostrar às massas operárias que a produção dirigida, seguindo os métodos científicos, pode se realizar e desenvolver sem a classe capitalista, que explora o trabalho operário; que os meios de produção não devem ser o monopólio de indivíduos isolados, transformando-se em instrumento de violência e escravidão; e que o assalariamento, assim como a servidão, não é algo eterno, mas um estado transitório, uma forma inferior de produção que deve ceder lugar à produção social.

Portanto, é nesse tempo e espaço, compreendido entre a segunda metade e o final do século XIX, que se desdobram discordâncias entre marxistas e proudhonianos. Enquanto Proudhon propõe o cooperativismo como modo de promoção do igualitarismo, Marx insiste que o problema está nas condições materiais de produção.

1.4 AUTOGESTÃO

Atualmente observa-se o surgimento, em diversos países, sobretudo da América Latina, de fábricas, empresas e outros empreendimentos produtivos controlados por trabalhadores sob a forma autogestionária. No Brasil, Faria (1997), ao investigar a experiência autogestionária na Makerly⁹, através da observação direta e de depoimentos dos cooperados, na tentativa de responder a indagação “se a coisa é por aí, que autogestão é essa?”, o pesquisador vislumbra os problemas que permeiam a experiência autogestionária e conclui que a verdadeira autogestão é aquela que proporciona a eliminação de todas as formas de dominação e exploração dos trabalhadores. Assim, suas conclusões parecem convergir com as idéias de Guimarães et al. (2004) que, por meio de investigações sobre empreendimentos produtivos autogeridos em Santa Catarina, demonstra que, na prática, eles são experiências com características autogestionárias e fazem parte de um conjunto de alternativas de gestão contrárias à heterogestão capitalista, sustentadas nas seguintes ações anticapitalistas: distribuição de poder entre todos os participantes; não divisão do trabalho entre quem opera e quem executa; ausência de relação de subordinação; controle total ou parcial do processo de trabalho pelos trabalhadores.

Vieitez & Dal Ri (2001), ao analisarem 19 experiências autogestionárias¹⁰, demonstram que a organização do trabalho nesses experimentos passa por significativas mudanças, dentre as quais destacam o desaparecimento das hierarquias tradicionais, da burocracia e da organização taylorista do trabalho. Enfatizam, também, que o conceito de autogestão encontrado na literatura é controverso e diversificado, portanto, eles a caracterizam como uma forma específica e manifesta da luta de classes, ao mesmo tempo “característica e superação da ordem social em sua existência e desenvolvimento” (p.17).

Ressalte-se que, em termos práticos, as experiências percussoras da autogestão no Brasil surgem ainda no século XIX. A primeira é chamada de Falanstério do Saí, instalada no norte do estado de Santa Catarina, em meio à efervescência mundial das práticas sistematizadas pelos socialistas utópicos. A segunda experiência acontece no sul do estado do

⁹ Fábrica de sapatos tomada pelos seus trabalhadores em 1993, a Makerly está localizada na cidade de Franca, interior do estado de São Paulo, onde está situado um dos maiores pólos calçadistas do Brasil.

¹⁰ As experiências pesquisadas por Vieitez & Dal Ri (2001) foram as seguintes: Alumifer, Bruscor, Cobertores Parahyba, Coomec, Cooperara, Cooperband, Coopercristal, Cooperjeans, Cooperminas, Coopertex, Coopevest, Facit, Frunort, Haga, Hidrophoenix, Makerly, Mambrini, Sakai e SkillCoplant.

Paraná, a Colônia Cecília, que surge após a deflagração da Comuna de Paris de 1872, no calor das discussões entre anarquismo e socialismo científico.

Uma das primeiras experiências anarquistas do mundo de que se tem conhecimento ocorreu às margens da Baía de Babitonga, próximo à cidade histórica de São Francisco do Sul, norte de Santa Catarina, denominada Falanstério do Saí.

Em 14 de dezembro de 1841, um grupo de 100 franceses utópicos desembarca no Brasil, Rio de Janeiro, liderado pelo médico Benoit Jules Mure¹¹, com o objetivo de construir uma nova vida por meio do trabalho rural. Fundamentados nas idéias dos chamados socialistas utópicos, especialmente nas elaborações teóricas de Saint-Simon e Fourier, esses personagens buscam a concretização e o estabelecimento de uma colônia industrial que não pode ser realizada na França.

O francês Villeneuve, proprietário do Jornal Comércio, simpatizante das idéias de Fourier, tornava público o seu entusiasmo com a experiência prestes a concretizar-se: “[...] sejam-lhes os ventos propícios. Realizem-se as grandes esperanças que foram concebidas. Executem esses aventureiros seu nobre projeto; vençam eles os obstáculos e alcancem o fim sublime que esperam [...]”. (THIAGO, 1995, p. 83)

No Rio de Janeiro, os franceses se apresentam como trabalhadores urbanos, entretanto, demonstram qualificação em atividades distintas daquelas a que se propunham. Essa característica dos imigrantes chama a atenção, ainda nos primeiros contatos, com a classe trabalhadora brasileira, à época formada pela força de trabalho escrava. O grupo também é apresentado às autoridades imperiais, inclusive a Dom Pedro II, e conforme os registros sistematizados por Thiago (1995), a comunidade carioca da época é facilmente convencida pelos discursos de Mure, que demonstra confiança nas intenções proferidas pelos franceses quanto ao projeto de implantação de uma colônia. Em pouco tempo os franceses conquistam a admiração e confiabilidade da população, dos políticos e do governo imperial, e como resultado o grupo recebe o convite oficial para uma reunião com o imperador, seguida de uma típica janta brasileira.

¹¹ Benoit Jules Mure é um dos introdutores e grande incentivador da homeopatia no Brasil. Médico formado pela Faculdade de Montpellier (França), pratica a homeopatia pela Europa e chega ao Brasil em 1840. No ano seguinte tenta implantar o projeto de colonização no Saí, no estado de Santa Catarina, e organiza a Escola Suplementar de Medicina e Instituto Homeopático de Saí. Depois de fracassado seu projeto, em 1843, transfere-se para o Rio de Janeiro e cria o Instituto Homeopático do Brasil, do qual é presidente até 1848, quando regressa à Europa. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Benoit_Jules_Mure>. Acesso em: 19 de janeiro de 2008.

Inicialmente céticos, mas, finalmente, o governo Imperial e os políticos passaram a confiar no projeto, principalmente ao verificarem a qualidade dos imigrantes [...] O temperamento entusiasmado do Dr. Mure não poderia deixar de se manifestar nessa ocasião de especial prestígio. O discurso que improvisou é bastante coerente com as idéias de Fourier que, ao contrário de Marx, não deposita no povo a tarefas das conquistas sociais. Esta era reservada para uma elite dotada de virtudes, como pensava, também, Saint-Simon. (THIAGO, 1995, p. 82)

A intervenção erudita de Mure lhe confere credibilidade na Corte Imperial e, sobretudo, junto à ordem religiosa. Ao defender as propostas de Fourier – coexistência social, conciliação e obediência aos valores religiosos –, Mure deixa transparecer a influência que norteará a convivência na futura sociedade industrial. A afirmação dessa opção teórica demonstra que, ao menos no desejo de Mure, o seu grupo não é influenciado pelas idéias de Saint-Simon – divergente da moral religiosa pregada pela Igreja Católica – e, principalmente, pelas idéias de Marx, que defende a luta de classes. Assim se dá o primeiro passo para a fundação do Falanstério do Saí ou Colônia Industrial do Saí, conforme idealizado por Benoit Jules Mure.

O associativismo falansteriano torna-se a primeira organização dessa natureza a receber subvenção por parte do Estado brasileiro. Convencido de que as atividades desenvolvidas pela experiência não atingiriam as determinações religiosas e os ordenamentos políticos, o governo concede ao grupo um empréstimo de 64 mil contos de réis (moeda da época), pagos em vinte parcelas anuais, mais 6% de juros ao ano depois que a experiência se tornasse auto-sustentável. Entretanto, as rupturas internas se explicitam antes mesmo de o grupo definir a localidade exata para a prática da experiência falansteriana. Os problemas aparecem quando integrantes do grupo exigem transparência por parte de Mure e o cumprimento de acordos realizados ainda na França. Isso acontece, sobretudo, com a chegada de Michel Derrion ¹² e sua família, e de outros imigrantes, com o objetivo de se juntarem ao grupo de Mure.

¹² Michel Derrion publicou, em 1834, no folheto “Constitution de l’industrie ou organisation pacifique du commerce et du travail” ou “Tentative d’un fabricant de Lyon pour terminer d’une manière définitive la tourmente sociale”. São soluções pessoais em torno dos problemas sociais vividos pelos trabalhadores da indústria da seda. Na seqüência, com seu projeto reformista, propõe a formação de cooperativas – “Comércio Veraz e Social” – que têm vida até 1838. Nesse período, transita do pensamento saint-simoniano ao fourierismo, formando o boletim “Correspondance Harmonienne”, lugar também de combate dos “lioneses” às teses de Victor Considérant. Em Paris, se agrega ao grupo em torno do periódico “La Phalange”, depois “La Démocratie Pacifique” e, por fim, “Lê Nouveau Monde”. É aqui que Derrion é tocado pelas acaloradas discussões acerca da necessidade de passar de imediato do terreno do “garantismo” à fase de experimentação, intermediária entre a civilização e a harmonia. É quando conhece outro colaborador de “Le Nouveau Monde”, Benoit-Jules Mure. (FELICI, 1998)

Por trás da esperança de Mure e dos imigrantes que com tanto entusiasmo haviam entoado hinos diante do Imperador, paira a discórdia e as intrigas em torno de uma possível infiltração de sansimonista na União Industrial fundada por Mure. Ficara patente a indignação diante de tais fatos e seu relacionamento com seus sócios, Jamain e Derrion, sofrera ranhuras que jamais se recuperariam na sua breve passagem pelo Saí. [...] Jamain e Derrion partem de Paris, levando suas famílias às próprias expensas para, junto com o Dr. Mure, darem início à Colônia Industrial. Ficam muito surpresos, porém, quando chegam ao Rio de Janeiro, em 14 de dezembro, e o empresário obtivera a concessão de terras do Saí em seu nome particular, fazendo jus às suspeitas já levantadas na França. Nesta circunstância Mure propôs-lhes um acordo que devia ser ratificado perante o Cônsul Francês. Ocorre que no dia e hora marcados, enquanto Jamain e Derrion esperam no consulado, Mure zarpa para a Província de Santa Catarina com todo o material, avaliado em 60.000 francos, e leva também as mulheres e os filhos dos dois, assim como os pertences de mais de vinte societários [...]. (THIAGO, 1995, p. 83)

A partir desse momento, Jamain e Derrion iniciam uma demanda judicial contra Mure e partem para a região do Saí, juntamente com os companheiros abandonados no Rio de Janeiro, e ali fundam a Colônia do Palmital, próximo ao Falanstério do Saí, sendo que essa rivalidade permanece até 1843, quando Mure abandona o experimento. Derrion e Jamain e uns poucos companheiros persistem na união, mas o fato é que, em 1847, o Falanstério do Saí é oficialmente extinta.

Em abril de 1890 um outro grupo de imigrantes, trabalhadores italianos defensores das idéias anarquistas, inaugura, no interior do Paraná, na cidade de Palmeira, a experiência autônoma mais conhecida da história política da República do Brasil, a Colônia Cecília. Aproximadamente 300 trabalhadores partem de Milão, em fevereiro de 1890, rumo ao Brasil. São trabalhadores com experiências profissionais no campo e na indústria, entre eles artesãos, mecânicos, agricultores e professores, e o intelectual anarquista Giovanni Rossi (1856-1943)¹³: líder do grupo.

¹³ O italiano Giovanni Rossi tinha apenas 22 anos de idade quando publicou, no ano de 1878, em Milão, o livro “Un Comune Socialista”. Nessa publicação ele já expunha as bases dos primeiros projetos de uma sociedade socialista denominada “Poggio Al Mare”. Agrônomo, veterinário, filósofo, poeta, cientista e jornalista, Rossi procurava um lugar no mundo para comprovar as suas idéias anarquistas e mostrar que a vida comunitária era uma coisa totalmente possível. Acreditava numa forma de vida sem o casamento poliândrico e a estrutura patriarcal. Organizou uma colônia agrícola em Cremona, chamada Cittadella, na Itália. Desde a década de 1870 propunha a criação de uma comunidade anarquista numa nação do hemisfério sul. A primeira opção era o Uruguai, mas havia uma eterna disputa política naquele país. Conheceu Carlos Gomes (brasileiro, músico de renome e autor de óperas), que residia na Itália. Encontraram-se os dois na ocasião em que o músico se entregava à partitura de uma ópera, “Lo Schiavo”, que pretendia tocar para o Imperador do Brasil, cuja chegada a Milão estava sendo aguardada. Gomes falou a Rossi de sua terra, do outro lado do mar, cheia de belezas naturais e de riquezas sem fim, e este decidiu implantar a colônia anarquista no Brasil. Neste país também trabalhou com Hermann Bruno Otto Blumenau, no projeto de colonização do Vale do Itajaí. Blumenau nasceu na Alemanha, foi filósofo, administrador e químico e fundador da cidade brasileira de

Um jornal brasileiro de Curitiba, “Quinze de Novembro”, anuncia no seu número de 20 de março de 1890, que o Dr. Rossi deixou a Itália no dia 20 de fevereiro para estudar a situação agrícola dos Estados da Bahia, Pará, Minas Gerais, e decidir sobre qual o melhor lugar onde instalar as cinquenta famílias que deveriam chegar a julho de 1890. É no dia 20 de fevereiro que o navio “Città di Roma” deixa o porto de Gênova, levando a bordo Giovanni Rossi e alguns camaradas. O “Città di Roma” entra no porto do Rio de Janeiro no dia 18 de março de 1890. Rossi e seus companheiros são abrigados na Hospedaria da Ilha das Flores, o alojamento dos imigrantes no Rio de Janeiro. Uma semana depois, eles partem novamente em direção ao Rio Grande do Sul, para Porto Alegre. (FELICI, 1998)

Não se sabe o número exato de fundadores da Colônia, uma vez que nem todos os trabalhadores componentes do grupo de Rossi participam das expedições para o reconhecimento e escolha da localidade para a instalação da futura experiência. Parte da literatura especializada consultada considera que a formação da colônia conta com 150 trabalhadores (GOSI, 1977; e MUELLER, 1989), porém o estudo de Felici (1998) recupera as primeiras publicações de Giovanni Rossi sobre a concepção da Colônia, encontrando indicação de que foi formada por 50 famílias, sendo que as primeiras notícias sobre a vida autogestionárias na Colônia são publicadas num jornal anarquista francês da época, chamado “La Revolte”. Por meio das sistemáticas publicações de Rossi em periódicos nacionais, e jornais e revistas anarquistas italianos, torna-se conhecida a vida no interior da Colônia Cecília. Segundo Felici (1989), Rossi procura descrever o estilo de vida na colônia relatando, à sua maneira, os problemas administrativos, sendo que os aspectos considerados negativos no cotidiano na Colônia são expostos por ele com pouca profundidade, como a pequena variedade de alimentos e o excesso de trabalho.

Nas suas reflexões sobre a Colônia, Rossi não analisa com profundidade as dificuldades coletivas, principalmente a convivência dos colonos com as refeições frugais e os cobertores insuficientes. Rossi sempre procura mostrar que apesar de todos os problemas a vida na colônia segue em elevados patamares de bem-estar, grifando sempre a ausência de patrão ou qualquer tipo de regulamento. (FELICI, 1998, p. 10)

O processo de adaptação às novas condições culturais e de trabalho aos poucos é aprimorado. A subsistência e os custos iniciais com alimentos, construção de moradias, beneficiamento do solo e a compra de sementes e instrumentos para o plantio são garantidos

Blumenau, estado de Santa Catarina. Fundou, em 1850, a Colônia São Paulo de Blumenau. Em 1860 o regime brasileiro tomou conta do município e Hermann Blumenau tornou-se o primeiro diretor oficial da colônia pago pelo Estado. (FELICI,1998)

por recursos acumulados ainda na Itália. No entanto, a efetivação das lavouras de milho e o plantio de frutas estabelecem ao grupo a necessidade de buscar novas alternativas de geração de renda, e muitos integrantes passam a dedicar-se ao trabalho nas estradas de ferro da região, sendo que os salários recebidos semanalmente garantem a manutenção dos gastos internos na Colônia.

No primeiro ano de existência da Colônia, dos 300 alqueires, 80 são ocupados com a plantação de milho. Os trabalhadores também constroem 10 quilômetros de estradas, um barracão coletivo, 20 barracões individuais, celeiros, uma escola, um moinho de fubá, um tanque de peixes, um pavilhão coletivo (que também servia de consultório médico), um viveiro de mudas, poços, valos, pomar de pêras e estábulos. Dedicados à agricultura, construção de casas e ao trabalho na educação, o grupo não aprofunda o relacionamento com o meio externo. A idéia é trabalhar e construir riquezas coletivas, fortificando os laços comunais no sentido de consolidar a chamada colméia de trabalho e a satisfação espiritual. Essas posturas ideológicas mantêm o grupo alheio às formalidades legais, sobretudo em relação à propriedade, sendo que a área geográfica ocupada pelos operários italianos nunca foi objeto de medição ou transferência de domínio. A terra ocupada pela Colônia Cecília não é assentada numa relação jurídica definida e isso passa a se constituir em problema para o grupo, pois com a extinção do Regime Imperial e o surgimento da República, altera-se a política de concessão e uso de terras nacionais.

Durante o Império, na constância da política imigratória, D. Pedro II e seus Ministros estimularam, por todas as formas, a instalação de colônias e núcleos de imigrantes ^[14], auxiliando com recursos financeiros e materiais a formação de comunidades. Todavia, pela Lei 3396, de 24 de novembro de 1888, todas as dívidas dos colonos foram transferidas para o Estado do Paraná. Em razão disso, o Governador Américo Lôbo Leite Pereira baixa o Decreto 58, de 31 de março de 1890, que diz, entre outras coisas: “Artigo 1º - Todas as dívidas dos colonos estabelecidos no Estado do Paraná, e ainda

¹⁴ Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, ocorre a abertura dos Portos. O Rio de Janeiro sofre grande impacto de população, pois a Corte Portuguesa é formada por aproximadamente 15 mil pessoas. Em 1824, há a imigração de colonos alemães para o sul, com concentração inicial em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. No ano de 1870 inicia-se o fluxo de imigração italiana, e os imigrantes italianos concentraram-se em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Dez anos após, em 1880, ocorre à imigração árabe. Apesar de haver registros anteriores da entrada no país de imigrantes árabes, a partir desse momento o fluxo migratório aumenta. Com a abolição da escravatura (1888), há importante incentivo à imigração, sendo que em apenas dez anos, de 1890 a 1900, entraram no Brasil mais de 1,4 milhões de imigrantes, o dobro do número de entradas nos oitenta anos anteriores (1808-1888). No ano de 1890 inicia-se a imigração espanhola, com presença marcante no Rio de Janeiro, e em 1908 chegam ao porto de Santos, São Paulo, os japoneses, e ali se concentram inicialmente. Esses são os principais grupos de imigrantes que povoaram o Brasil, portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses, que representam mais de 80% do total de imigrantes. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de agosto de 2007.

não pagas, ficam reduzidas ao preço da aquisição dos lotes rústicos, inclusive as vivendas, perdoados todos e quaisquer outros adiantamentos, assim como os 20% adicionais e mais outros tantos 20%”. Em plena fase de formação de núcleos, muitos chefes de colônias, a maioria sem conhecer a língua nacional, foi incitada a pagar, por vezes com multas, ao arbítrio de autoridades, dívidas que não se justificavam, por vivendas feitas pelos colonos com esforço, suor e trabalho de toda a família. (CHAVES, 2001, p.04)

As novas regras no Brasil República afetam a estabilidade econômica da Colônia Cecília. Diante da necessidade de reavaliar o pagamento pelas terras cultivadas, por meio da realização de novas medições, os colonos aceitam as novas regras, desde que consigam comercializar a colheita do milho plantado. Muito embora os integrantes da Colônia se declarem autônomos, Giovanni Rossi sempre está à frente das demandas externas. No caso da implantação da nova legislação vigente, é ele quem representa a Colônia perante as autoridades.

Ao tomar conhecimento da lei, Giovanni Rossi preferiu não se desgastar, de imediato, com a autoridade que lhe informava a situação. Preferiu deixar a delegacia de Palmeira e discutir a situação com seus companheiros antes de tomar qualquer atitude contra tamanha injustiça. Exacerbados pela notícia, os colonos, individual e coletivamente, comportaram-se com paixão, independência e dignidade, cada um deles expondo seu modo de ver a questão: os exaltados, a gritar contra a burguesia exploradora, a exigir reparos na arregimentação dos colonos, não só de Cecília, mas de outros lugares; os corajosos, menos dogmáticos, a entender que não deviam pagar; os mais prudentes, grupo predominante, a imaginar soluções conciliatórias. Todos, porém, a protestarem contra a excessiva tributação, anulação de seu trabalho e confiscatória de seus bens, se não pagassem. Por fim, prevaleceu o entendimento de que pagariam a dívida, se obtivessem rendimento das colheitas. Caso contrário abandonariam a terra. (CHAVES, 2001, P.05)

Para os colonos, a possibilidade de confisco da terra arada e plantada, das casas e todas as benfeitorias construídas não significava somente mais uma injustiça, mas impedimento concreto à realização da prática autogestionária. Essa iminência leva os anarquistas da Colônia a pensarem coletivamente na legalização da propriedade. Eles estabelecem encaminhamentos para a medição, delimitação de divisas e formalização da posse jurídica da propriedade das terras ocupadas. Impulsionados pela expectativa de uma safra lucrativa para o ano de 1893, os colonos sonham com a superação dos problemas criados pelo Estatuto Republicano, em 1890.

A produção agrícola foi razoável, dentro das previsões dos colonos, em 1890 e 1891. Pequena, mas compensadora ao que se plantou. No entanto, todos os

esforços do núcleo foram concentrados na safra de 1893. Cem alqueires de chão foram plantados. Os anarquistas selecionam trabalhadores para o corte do capim – futuro feno –, para a derrubada das espigas, objetivando o transporte até o pátio do celeiro. Empilhadas em gigantesco pavilhão, construído ao lado do barracão coletivo dos solteiros, as espigas de milho estavam preparadas para a venda. (CHAVES, 2001, p.05)

Na época da colheita, quando o coletivo se dedica integralmente ao trabalho, a Colônia é surpreendida por um surto epidêmico de febre amarela, com a morte de sete crianças. Além disso, após a colheita, os problemas com o Estado se superpõem, e antes de completar quatro anos de existência, em maio de 1893, a experiência sofre o golpe de misericórdia, pois a todas as dificuldades já existentes soma-se Gariga:

Por sua facilidade em fazer amigos, um dos integrantes do grupo, chamado Gariga, o homem do leva e traz, da Colônia à cidade, e vice-versa. Responsável pela compra e venda de mercadorias, trazia da cidade as cartas, jornais, embrulhos e novidades. Toda a produção de milho foi por ele transportada. Todas as possibilidades, não de lucro, mas de sobrevivência do núcleo, repousavam no aproveitamento racional do cereal. Quando Gariga apresentou-se pela primeira vez ao núcleo apenas indagaram-lhe se gostaria de viver em uma colônia anarquista, e respondido que sim, deram-lhe encargos e posição de prestígio. No entanto, passaram dias e José Gariga some. Para Rossi e outros idealizadores do projeto, o furto de Gariga representa a destruição de seus ideais postos em termos práticos. O furto dera a certeza da precariedade moral dos homens, de seu despreparo para experiência do tipo que idealizavam. Na somatória de crises que vive o núcleo, o furto representa a maior vulnerabilidade, porque violenta a ordem anárquica dominante. A semente da desconfiança nascera com o episódio e poucos demonstraram interesse em tentar tudo de novo, partindo do zero. Oportunidades de trabalho em outras comunidades, vantagens materiais em cidades servidas de luz, água, diversões, fizeram com que o núcleo fosse sendo abandonado aos poucos. (CHAVES, 2001, p. 06)

Em comum o Falanstério do Saí e a Colônia Cecília, experiências originadas nos ideais utópicos e anarquistas, tiveram a vida efêmera, sem deixar suas marcas e influências no sistema cooperativista brasileiro. Também em comum tiveram a inexistência das leis estatais, a regra geral consistia nos princípios do amor e respeito. Internacionalmente a concepção de autogestão também é relacionada à noção de autogoverno, gestão social, ou ainda sociedade autogestionária, sempre na direção única da luta contra a propriedade privada. Em termos gerais, a Comuna de Paris na França (em 1871), os Sovietes e os conselhos operários da União Soviética (em 1917) e a instituição dos conselhos de fábricas em Turim (em 1920) representam os primeiros casos emblemáticos. Mas o Falanstério do Saí e a Colônia Cecília se inserem nesse universo de idealismos e esperanças, mesmo sob bases ideológicas diferentes.

1.5 FÁBRICA RECUPERADA

As ocupações de fábricas por trabalhadores e a transformação destas em cooperativas autogestionárias têm estimulado pesquisas acadêmicas e produções teóricas que buscam a compreensão dessas práticas coletivas sustentadas por trabalhadores desempregados ou na iminência de ingresso nas fileiras do “exército industrial de reserva” (MARX, 1985). É por meio dessa constatação e a partir da visão de alguns autores que se tentará demonstrar quais noções perpassam o advento das Fábricas Recuperadas (FRs) que se popularizam com a crise econômica argentina de 2001/2002.

Davalos e Perelman (2003) analisam as FRs via noção de “empresas recuperadas” e sustentam que a recuperação de empresas na Argentina representa uma resposta não convencional dos trabalhadores frente às demissões em massa – é uma ação operária de tripla face, pois ao mesmo tempo em que configura a autogestão como fonte organizadora da produção e da vida social, pressupõe o fim da hegemonia sindical como representante dos interesses dos empregados frente aos patrões e rompe com o domínio do capital. Para Iturbe (2003) ¹⁵, a constituição das FRs é o resultado da combinação de diversos fatores decorrentes do processo de exploração do capitalista: a) a prolongada crise econômica iniciada em 1998 e agudizada durante os anos de 2001 e 2002; b) a destruição de postos de trabalho ocorrida durante o governo Menem, na década de 90; c) o desemprego aberto que, em 2002, superou 20%, e o subemprego, que chegou a 40%; d) o sucateamento deliberado das empresas por parte dos patrões antes de decretarem a falência total; e) o não pagamento de salário e indenizações aos trabalhadores. Nesse sentido, Iturbe afirma que as FRs não são constituídas com o objetivo direto de romper com o domínio do capital, mas originam-se na necessidade posta pelas relações sociais capitalistas à classe trabalhadora, que encontra como única saída unir-se na defesa do emprego.

Desobediência ao desemprego e consequência de crise estrutural do comando capitalista, é assim que Rebón (2004) define o surgimento das FRs. Diante desse posicionamento, Novaes (2005) defende que a inferência de que o capital esteja se autodestraindo e as FRs se generalizando não é coerente, pois os trabalhadores das FRs estão, cada vez mais, recorrendo à auto-exploração ou a contratação de trabalhadores assalariados

¹⁵ Disponível em: <<http://www.marxismovivo.org/marxismovivo7port.html>>. Acesso em: 15 de outubro de 2006.

como estratégia de manutenção das experiências no mercado. Ao pesquisar as FRs, Novaes (2004) desenvolve a *tese da tripla exploração* e sustenta que, para manter o empreendimento autogestionário, os operários envolvidos se auto-exploram no processo de trabalho, são explorados pelas empresas que compram as mercadorias produzidas e exploram outros trabalhadores, pois são obrigados a terceirizar parte da produção.

Bialakowsky (2002, 2006) destaca as FRs como conquista da classe trabalhadora, representando uma inovação social e laboral inédita. O autor relembra que a ocupação de fábricas e empresas não é uma realidade nova para o mundo do trabalho e frente às reivindicações da classe trabalhadora. Porém, adverte que as recuperações de fábricas ocorridas a partir de 1988 representam uma resposta dos trabalhadores à lógica destrutiva do capital consolidada pelo processo de desmonte do assalariamento. Nesse desenvolvimento expansivo das FRs, embora se registrem casos isolados desde o início da década de 1990, há uma aceleração do seu crescimento a partir de 1998, e a curva ascendente se torna visível a partir de 2001.

Das considerações de Marx (1985), que desnudam a grande fábrica dominada pela propriedade privada e a qualificam como *locus* privilegiado da exploração e da acumulação capitalista, passando pela crítica e negação dos utópicos e anarquistas a esse modelo produtivo aglutinador de trabalhadores assalariados, chega-se, na atualidade, à situação social em que os trabalhadores ocupam fábricas, dissolvem a propriedade privada e implementam a autogestão como base da propriedade coletiva. Em que termos políticos, sociais e econômicos isto tem acontecido? Muitos autores teorizam sobre essa questão ou tentam respondê-la, e é isso que, sem a pretensão de exaurir o assunto, também procuramos fazer ao longo deste trabalho, numa tese compreendida em três hipóteses básicas: a) no contexto atual há um esgotamento das possibilidades de produção da vida na forma individual; b) os laboratórios sociais são exemplos de que a fábrica do século XIX não é mais a mesma, independente dos padrões; c) a luta contra a propriedade privada transcende os muros da fábrica.

1.6 A PESQUISA

A pesquisa teve como eixo condutor o trabalho de campo etnosociológico que consistiu em observação direta e aplicação de instrumentais metodológicos na IMPA e na COOPERMETAL. Na busca de compreender as especificidades e as formas de ser e agir dos

trabalhadores contra as determinações do capital, a partir da formação de cooperativas autogestionárias no Brasil e na Argentina (doravante Laboratórios Sociais), alguns objetivos se tornam fundamentais, entre eles entender a dinâmica das experiências autogestionárias, o que significa apreendê-las, como resultado de um movimento histórico dialético contornado por correlações de forças internas e externas desde sua gênese como fábricas patronais. Tendo como fio condutor a simultaneidade entre aparência e essência, formulamos a questão norteadora da pesquisa: em que medida as ações coletivas de trabalhadores por meio dos laboratórios sociais se contrapõem ao domínio do capital e engendram possibilidades de produção e reprodução da vida social, não arbitrada pelas regras do trabalho assalariado? Nesse sentido, uma vez definido o trabalho sem patrão (a autogestão) como instrumento analítico, procuramos sistematizar a investigação sobre as experiências estudadas *in loco* (fontes primárias) e aquelas por meio de informações bibliográficas (fontes secundárias).

A COOPERMETAL, no Brasil, e a IMPA, na Argentina, são os laboratórios sociais escolhidos para a realização do estudo empírico, fundamentando-se nos seguintes critérios: a) cooperativas do mesmo ramo de atividade; b) cooperativas originadas no seio da classe trabalhadora e com experiência frustrada no trabalho formal; c) cooperativas que organizam e definem o processo produtivo e organizacional sob a forma autogestionária; d) cooperativas com mais de cinco anos de atividades; e) cooperativas que se autodeclaram não possuir patrão, chefes e gerentes; f) cooperativas com número semelhante de trabalhadores. Para a escolha das experiências complementares incorporadas no estudo, observou-se o caráter relevante dos estudos delas derivados e suas influências no cotidiano do movimento do trabalho autogestionado.

1.6.1 Momentos da pesquisa

A pesquisa pode ser definida em seis momentos principais:

- a) levantamento da literatura sobre as FRs na Argentina e as cooperativas autogestionárias no Brasil;
- b) levantamento geral das experiências autogestionárias: fábricas recuperadas na Argentina e cooperativas autogestionárias no Brasil;
- c) delimitação dos casos exemplares para realização do estudo de campo;
- d) pesquisa etnosociológica na IMPA;

- e) pesquisa etnosociológica na COOPERMETAL;
- f) sistematização, análise e interpretação dos dados levantados;
- g) Conclusões do estudo.

1.6.2 Investigação de campo: plano da pesquisa e instrumentos utilizados

A pesquisa na IMPA foi realizada entre os meses de maio de 2006 e abril de 2007. Nesse período freqüentamos a fábrica recuperada cinco dias semanais nos primeiros dois meses, com permanência de duas horas diárias. A partir de então a rotina foi dividida em dois turnos: de segunda a quarta-feira, das oito às doze horas, e nas quintas e sextas-feiras, das doze às quinze horas. Em relação à COOPERMETAL as primeiras aproximações aconteceram durante os dois primeiros anos do Doutorado (2004 e 2005), sendo que nesse período realizamos visitas, estreitamos contatos com alguns cooperados, bem como estudamos a história da instituição, sua organização técnica e administrativa. A pesquisa etnosociológica e a aplicação dos outros instrumentais metodológicos realizaram-se nos meses de maio a setembro de 2007 e nesse período freqüentamos a cooperativa diariamente (dias úteis), em dois turnos, de segunda a quarta-feira das dez às quinze horas e de quintas a sextas-feiras das quinze às vinte e uma horas.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo utilizamos os seguintes instrumentos: observação direta, aplicação de entrevistas e questionários, análise documental e registro em diário de campo e caderno de notas.

Na observação direta participamos da vida diária nas experiências, registrando no diário de campo os acontecimentos e informações verbais e no caderno de notas as percepções sobre as mudanças de rotina dos trabalhadores e no cenários dos setores de trabalho, o modo de agir, individual e coletivo, a comunicação e relação entre os trabalhadores, as percepções individuais no que diz respeito a participação de seus pares no Conselho Administrativo e outros acontecimentos atípicos.

Para escolha dos trabalhadores que participaram da entrevista semi-estruturada, foram estabelecidos os seguintes critérios: abranger trabalhadores de todos os setores, inclusive da divisão administrativa; e o tempo de trabalho nas experiências – a intercalação, em cada setor, entre trabalhadores com menos e mais tempo de trabalho, preferencialmente.

Assim, realizamos 22 entrevistas, procurando manter o mesmo padrão na escolha dos entrevistados.

Para ampliar a investigação e quantificar dados relevantes realizamos, também, a aplicação de 152 questionários, composto por seis eixos temáticos: 1)desenvolvimento humano; 2)relação com o meio social; 3)eficiência e funcionamento da cooperativa; 4)estrutura organizacional; 5)procedimentos administrativos; 6)planejamento objetivo e resultados. Os questionários, a princípio, seriam aplicados a todos os trabalhadores cooperados, tanto na IMPA quanto na COOPERMETAL, mas apenas 76 cooperados da IMPA se propuseram a respondê-lo, seguindo, dessa maneira, a mesma quantidade aplicada na COOPERMETAL, totalizando 152 questionários.

Durante todo o processo de pesquisa de campo, o diário de campo e o caderno de nota serviram como instrumento de resgate e registro, sendo estruturado, basicamente, da seguinte forma: descrição do processo de aproximação ao campo; detalhamento da aplicação dos instrumentos e do contato com os pesquisados; e observações realizadas nas reuniões setoriais, assembléias e manifestações públicas e conflitos internos nas organizações pesquisadas.

1.6.3 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi realizada em etapas distintas, iniciando-se no ano de 2003 no Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio de levantamento e sistematização prévia das produções teórico-clássicas e contemporâneas do cooperativismo de um modo geral, e das cooperativas autogestionárias no Brasil e na Argentina. Em 2004, a partir de definições estabelecidas no pré-projeto de pesquisa, aprovado no Programa de Doutorado do Departamento de Sociologia Política (PPGSP) da UFSC, iniciamos estudo sobre os autores que comporiam as bases para a qualificação do projeto. O intercâmbio de estudo intercalado autores-pesquisadores brasileiros e argentinos ocorrem até o início da pesquisa de campo em 2006. A partir desse momento as leituras tornaram-se específicas e correlacionadas com as vivências no campo de investigação. Na Argentina utilizamos como fonte de pesquisa bibliográfica as bibliotecas do Instituto Gino Germani (IGG), vinculado à Universidade de

Buenos Aires (UBA), a Biblioteca Central da UBA; do Centro Cultural de la Cooperación; e da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM).

1.7 A ORGANIZAÇÃO DA TESE

A tese está dividida em seis partes: introdução, quatro capítulos e conclusão. Após a introdução, no capítulo dois, analisaremos o cenário argentino, vislumbrando as articulações econômicas, políticas e sociais em diferentes momentos históricos e os resultados destas às transformações no mundo do trabalho e às alterações na organização e formas de lutas dos trabalhadores. Perpassa, nesse capítulo, a seguinte questão: onde e quando começa o movimento de recuperação de fábricas por trabalhadores na Argentina? Propositadamente essa questão norteadora não representa uma negação da originalidade das FRs atuais, mas afirma-as como resultado de um processo histórico de luta de classes e acúmulo de experiências dos trabalhadores na defesa de melhores condições para a produção e reprodução da vida social na estrutura capitalista. Demonstraremos as ocupações temporárias de fábricas como uma tática frequentemente utilizada pelos operários na história dos conflitos com patrões e as interferências dos comandos políticos militares no passado, bem como o continuísmo com os dirigentes políticos civis. Destacam-se, ainda, sobre as FRs, algumas análises e pontos de vistas teóricos e, concomitantemente, apresentaremos três experiências emblemáticas da ação coletiva dos trabalhadores até a transformação das mesmas em autogestionárias.

No capítulo três apresentaremos o laboratório social de autogestão, a fábrica recuperada IMPA, por meio da reconstituição histórica, procurando evidenciar os momentos de engendramento/dissolução/engendramento e as diferentes opiniões acerca do embate entre capital e força de trabalho pelo domínio da produção material e, por conseguinte, da produção e reprodução da vida social. A apreensão da totalidade que envolve essa experiência, os problemas internos, as aproximações e as negações decorrentes do processo de desenvolvimento do trabalho sem padrão são elucidadas na medida em que proporcionaremos espaço, vez e voz aos sujeitos edificadores dessa história, os recuperadores. Também nesse capítulo tentaremos demonstrar as relações que antecedem à conquista da fábrica patronal e sua transformação em fábrica recuperada. Para além das situações de positividade, transcorrem, também, as negatividades, motivadas por fatores advindos das mais diferentes

frentes, porém, oriundos de uma única direção, a força do capital e suas estratégias para manutenção do domínio e da exploração humana pelo trabalho.

No quarto capítulo recorreremos aos nexos históricos da formação do cooperativismo brasileiro como fundamento para a discussão sobre a recente criação das cooperativas autogestionárias. Apresentaremos o cooperativismo em linhas gerais, demarcando suas primeiras influências organizacionais e teóricas. A partir dessas reflexões adentraremos nas correntes interpretativas a partir dos anos de 1930, e as formas de controle estatal estabelecidas para o campo do cooperativismo até os dias atuais. Nesse capítulo dois aspectos essenciais são desenvolvidos: a apreensão das cooperativas tradicionais como organismos criados pelo Estado, numa expectativa de manutenção da ordem e auxílio ao progresso e implantadas com o objetivo de não gerar alteração conjuntural em favor da classe trabalhadora; e as cooperativas autogestionárias compreendidas como organizações coletivas que oferecem resistência ao modo de produção vigente. Para tanto, buscaremos entender os meandros da existência dessas duas modalidades de cooperativas no Brasil, bem como os arranjos históricos e as interfaces que as permeiam, tais como poder, hierarquia, divisão do trabalho e luta de classe, sem, no entanto, desvinculá-las da totalidade e das suas dimensões anticapitalistas, sobretudo no que tange às autogestionárias.

No quinto capítulo apresentaremos o laboratório social de autogestão brasileiro, a cooperativa autogestionária COOPERMETAL, problematizando possibilidades e limites dessa experiência operária exemplar das fábricas sem patrões existentes no cenário brasileiro. Adentramos na sua história, desde a fundação por capitalistas, em 1960, até a transformação em cooperativa sem patrão, iniciada pela ação coletiva dos operários. Resgataremos as diferentes conjunturas que contornaram esse período, as tensões entre capital e força de trabalho e as táticas e estratégias de ambos para assegurar a coexistência, inviabilizada, por completo, a partir de 1988, quando os empregados decretam greve e ocupam a fábrica. Diante da conjuntura apresentada nesse período, refletiremos sobre os arranjos e as formas de organização da luta dos trabalhadores pela transformação da propriedade privada em que eram empregados em uma cooperativa autogestionária sem proprietários e empregados, mas composta por cooperados. Destacaremos, também, identidades individuais dessa experiência, e refletiremos sobre a organização coletiva interna, as formas de produzir e dividir os resultados do trabalho, as dificuldades e positivities dessa tentativa de produzir e reproduzir a vida social desobedecendo às regras hegemônicas do capital, expressas no trabalho e no modo de produção capitalista.

Por fim, como conclusão, teceremos considerações sobre questões que perpassam a sobrevivência e a luta coletiva pela vida nos laboratórios sociais de autogestão e as interfaces com as forças sociais do contexto no qual os trabalhadores estão inseridos.

2 FÁBRICAS RECUPERADAS, ESTRUTURAS POLÍTICAS E TRABALHO AUTOGESTIONADO NA ARGENTINA

Enquanto uma opinião convencional aborda o problema das empresas esvaziadas e ocupadas como um tema de “modelos de gestão” ou de reinvenção do trabalho, o certo é que esse problema é formulado pela bancarrota capitalista e, portanto, será restabelecido por essa mesma bancarrota. (JORGE ALTAMIRA, 2003)¹⁶

Onde, porque e como efetivamente começa o movimento do trabalho autogestionado eclodido na Argentina em 2001? Iniciar com uma pergunta para quem aspira dissertar sobre a autogestão nas fábricas ocupadas por trabalhadores, expandidas com a crise econômica ocorrida no biênio 2001/2002, pode significar uma provocação. Todavia, não o é se considerarmos a premissa segundo a qual, o processo de ocupação e de autogestão de fábricas resulta, em grande medida, de uma construção histórica e, por conseguinte, de alterações nas relações humanas e necessidades sociais projetadas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, a reestruturação dos padrões de produção fordista-keynesiano não só precariza, mas inicia um processo de restrições à capacidade de organização coletiva dos trabalhadores. Por meio desse processo desencadeia-se a descentralização da luta operária nos sindicatos e a instituição de cooperativas. Entretanto, indaga-se se as morfologias sociológicas do trabalho, percebidas na atualidade, são frutos de um misto entre a resistência e a coexistência social (AUED, 2003). Outra questão é: em que medida a produção e a reprodução da vida social nas cooperativas autogeridas se contrapõem às regras sócio-produtivas do modo de produção vigente?

2.1 PORQUE SURGEM AS FÁBRICAS RECUPERADAS?

O processo de transformação de operários em patrões de si mesmos tem como ponto de partida as mudanças recentes ocorridas na história da Argentina, sobretudo desde 1966, com a “revolução argentina”, com a ditadura militar de 1976 a 1983, e a política constitucional, de 1983 a 1999. Essas transformações, que transcendem o espaço argentino,

¹⁶ Fragmento do Prólogo de Jorge Altamira em: HELLER, Pablo. *Fábricas Ocupadas: Argentina 2000-2004*. Buenos Aires: Rumbos, 2004.

refletem o pressuposto básico para explicar as fábricas recuperadas, qual seja, a impossibilidade da produção individual da existência.

A ditadura militar instalada em 1966 busca interromper a ascensão das lutas operárias e populares (tomadas de fábricas, protestos de rua e mobilizações estudantis) e resolver os conflitos entre os diferentes setores no bloco hegemônico das classes dominantes, através da chamada “Revolução Argentina”. Esta se constitui, basicamente, em acelerar as transformações em benefício da concentração da propriedade da terra e do capital a favor do bloco de fazendeiros e grandes burgueses intermediários do imperialismo, em particular dos setores pró-estadunidenses e pró-europeus. (GASTIAZORO, 2004, p.512, tradução nossa)

2.1.1 Ampliação do trabalho na Argentina

Na década de 1960 se exacerba a exploração do trabalho industrial, fonte principal de acumulação do capital na Argentina. Nessa conjuntura aprimoram-se os métodos de extração de mais-valia, aumentando ao máximo sua intensidade, e se estabelecem metas produtivas no sentido de alargar o tempo de trabalho. Assim, o quantitativo de cabeças, braços, mãos e pernas existente no interior da fábrica se transforma em sinônimo de riqueza acumulada. Com a massificação desse processo, os capitalista-industriais criam a possibilidade de aumentar o lucro sem alterações nas bases salariais.

Criam, também, mecanismos que tornam obsoleto o pressuposto do capital, qual seja, criam trabalhadores supérfluos (MARX, 1985), mais conhecidos como desempregados. A solução para reverter esse quadro de desemprego não é individual, mas coletiva. Os desmontes das formas de assalariamento e de ampliação são visíveis em 2001-2005 e diretamente relacionados ao advento das fábricas recuperadas, porém, a gênese desse processo se faz algumas décadas antes. Em breves palavras pretendemos demonstrar como foram se orquestrando os passos antecedentes ao surgimento das fábricas recuperadas.

A socialização da penúria vivida pela massa de desempregados, cada vez mais crescente, funciona como ferramenta de pressão sobre os empregados. Essa circunstância divide e estabelece contornos entre quem permanece no emprego e quem sofre sua ausência. Com a pressão, mesmo que indireta, provocada pelos desempregados aos seus pares assalariados, os capitalistas se aproveitam dessa circunstância. Entretanto, se o preço da força de trabalho é determinado pelo tempo social gasto para sua produção e reprodução, ao frear as

possibilidades de manifestações por melhores condições de trabalho, os capitalistas submetem os assalariados a um aumento no tempo social do trabalho excedente, naturalizando a mais-valia (MARX, 1985). Essa condição de mais trabalho permite à burguesia industrial se apropriar de maior parte da riqueza produzida socialmente, restringindo ainda mais as condições de vida dos trabalhadores.

Na Argentina, com a resistência operária organizada já no final da década de 1960, a burguesia industrial urbana se enfraquece e perde hegemonia diante da oligarquia agrária e do imperialismo centrado na liberdade de mercado. Gastiazoro (2004) se refere a esse momento como “o fim dos anos das vacas gordas” dos capitalistas industriais urbanos, os quais sucumbem ante a ofensiva do capital internacional. Esses encaminhamentos indicam que, se por um lado as mudanças na relação capital e trabalho supõem rearticulação, reorganização das formas de produzir mais-valia por parte do capital, por outro supõe sofisticação dos métodos de exploração do trabalho no interior das fábricas e desestabilização da classe trabalhadora.

Ao descartar o trabalho industrial como fonte central de acumulação e agregar a especulação financeira como a nova forma de reprodução do capital, a burguesia argentina passa a implementar, no campo da política, do trabalho e da economia, as concepções sociais idealizadas por Milton Friedman e Fredrerich Von Hayek na década de 1940.¹⁷

Os instrumentos de política econômica básicos do projeto burguês nacionalista são eliminados enquanto se “libera” a economia para os capitais internacionais e se incorpora o país ao Fundo Monetário Internacional. Se sucedem, um após outro, os planos de estabilidade e desenvolvimento destinados a acelerar o processo mercantilista, no qual o predomínio econômico-financeiro seria dos monopólios imperialistas, facilitando uma maior exploração da mão-de-obra e a mais rápida eliminação dos setores economicamente atrasados. (GASTIAZORO, 2004, p.191-192, tradução nossa)

A política adotada nesse momento tem como foco central promover maior eficiência e buscar a maximização dos lucros para os monopolistas internacionais e para os grandes latifundiários do campo argentino. A indústria, o comércio e as finanças são organizados no

¹⁷ Milton Friedman (1912-2006), economista estadunidense, maior referência da escola de Chicago, antidemocrata e antimarxista. Admirado pelos neoliberais como a expressão intelectual do livre mercado. Friedrich August Von Hayek (1899 - 1992), pensador neoliberal mais importante do século XX, manteve decisiva influência sobre o triunfo político do neoliberalismo na Inglaterra, nos Estados Unidos e na América Latina. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/friedman.htm>. Acesso em: 20 de dezembro de 2007.

sentido de estabelecer maior concentração de renda e centralização de poder para os interesses imperialistas da classe média urbana e dos grandes latifúndios. Essas determinações, iniciadas com a ditadura militar, em 1966, comandada pelo general Alejandro Augustin Lanusse, perduram sete anos. O movimento dialético da “criação e destruição” desempenhada pela ditadura determina a senda dinamizadora da ampliação do trabalho e a redução de direitos.

A magnitude crescente do desemprego engendra as fábricas ocupadas. Esse complexo dinamismo, repleto de avanços e recuos, resistência e coexistência sociais, lutas e conflitos políticos, produzem a existência, cada vez mais próxima, de um mundo do trabalho com o mínimo de mediações de classe, isto é, uma relação de trabalho em que a produção de mercadorias não produz mais relações de classes sociais, uma vez que patrão e empregado se fundem em um único ser produtor e explorador do processo produtivo. Esse é o fetiche da autopatronização, um êxito pequeno-burguês para a ampliação do trabalho, sobretudo nas formas cooperativas. No geral, a autopatronização funciona como um aniquilador das possibilidades revolucionárias, ficando constituída sob os pressupostos autogestionários.

Com a generalização da pressão popular, expressada por violentos protestos sociais e pelo surgimento de grupos guerrilheiros, os militares são obrigados a convocar eleições para 11 de março de 1973, nas quais é eleito à presidência o peronista civil Héctor Cámpora. Ao assumir em 25 de maio, Cámpora promove uma política de achatamento salarial, intervenção, cooptação de sindicatos e associações de trabalhadores e intensificação da exploração do trabalho nas indústrias. Esta postura de continuísmo lhe custa o isolamento popular. Desautorizado perante a classe trabalhadora, renuncia no mês de julho de 1973 e convoca eleição presidencial, na qual Juan Domingo Perón, após longos anos de exílio, é eleito e pela terceira vez assume o poder político na Argentina.

Entre 1973 e 1976 a Argentina volta a ser dirigida pelo peronismo (Perón 1973-1974, Isabel Perón 1974-76). A política implementada por Perón recupera algumas das medidas sociais da primeira era peronista, impulsionando o crescimento industrial, o assistencialismo e a melhoria dos salários com o controle de preços. Contudo, os conflitos internos no governo, a guerrilha promovida pela juventude peronista (os Montoneros) e o terrorismo de Estado, organizado concomitante à crise econômica mundial de 1973, complicam a economia e a governabilidade. Com a morte do presidente General Juan Domingo Perón, em 1974, e a incapacidade político-administrativa da vice-presidente Isabel Perón, o aprofundamento da crise é manejado como pretexto para a instalação de um novo golpe militar, deflagrado em 1976. A ascensão dos militares ao poder, representados pelo presidente General Jorge Rafael Videla, recebe amplo apoio por parte dos grandes grupos econômicos nacionais e agências

financeiras internacionais, entre elas o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Contudo, as tentativas conservadoras de introduzir o reformismo social e liberal são frontalmente enfrentadas pelos trabalhadores argentinos, desde algum tempo antes, com ações como o “cordobazo”¹⁸. A relação de avanço e de recuo da luta por democracia se constitui na tônica desse período, em que a miséria e a violência contra a vida inviabilizam, completamente, a convivência pacífica entre trabalhadores, poder político e capitalistas.

A coexistência social marcada pelo confronto e intolerância política, para além do retrocesso qualitativo às relações sociais, provoca também transformações na estrutura da produção e no mundo do trabalho. Nesse sentido, Frigerio (1983) sugere uma relação entre o estancamento geral do trabalho assalariado e a ditadura, que implementa alterações no mundo do trabalho extremamente maléficas à economia argentina.

Frigerio (1983), ao analisar a crise histórica desse setor, mostra que os militares sistematizam as tendências que conduzem a economia argentina a partir de 1976 fundamentados no desenvolvimentismo. A respeito dessa época, Frigerio já vislumbra importantes alterações no mundo do trabalho argentino e também aponta para a tendência da ampliação do trabalho, muito embora este ainda permaneça limitado ao setor de serviços.

A ditadura militar que assalta o governo em 24 de março de 1976 tem como finalidade quebrar o sujeito popular (classe trabalhadora) que tinha impedido as tentativas anteriores de privatizações. Ela pretendia se legitimar proclamando a necessidade de uma luta contra a “guerrilha” que destruíra “nosso modo de vida”. Puro pretexto, na medida em que os grupos armados praticamente estavam derrotados, sem possibilidades de alterar as instituições. (DRI, 2006, p. 140, tradução nossa)

¹⁸ Em 14 de maio de 1969, na cidade de Córdoba, a greve dos trabalhadores mecânicos pela permanência do descanso aos sábados é violentamente reprimida pela polícia. Em forma de protesto contra o ocorrido, a CGT convoca uma paralisação geral para o dia 29 do mesmo mês. Apoiados por estudantes e agremiações civis antiditadura, participam do ato trabalhadores da Fiat, da Renault, da Companhia de Luz e Força, entre outras. Estes saem das fábricas, no período da manhã, organizados em colunas, e em distintos pontos da cidade começam os enfrentamentos. No confronto da polícia com os trabalhadores da Renault, morre o trabalhador Máximo Mena, fato este que causa a multiplicação de barricadas e o combate de trabalhadores contra a polícia. Os estudantes tomam o bairro e invadem clínicas. No início da tarde a polícia, derrotada, se retira ao quartel central. Ao anoitecer as tropas do exército ingressam na cidade, os combates se intensificam e durante toda a noite e no dia seguinte a maior parte dos bairros continua nas mãos dos trabalhadores. Antes do anoitecer o exército e a polícia controlam a manifestação e os trabalhadores se rendem (FRIGERIO, 1983; GASTIAZORO, 2004).

Avançando as análises Gastiazoro (2004), aponta que, consumado o golpe de 1976, a classe trabalhadora perde potência como sujeito coletivo, devido à generalização e extensão do auto-emprego. Se recua num primeiro momento, retorna ao protesto sob diversas formas:

Consumado o golpe, o proletariado dá um passo atrás. Abre-se um prolongado período de refluxo no movimento de massa. No entanto, pouco a pouco surgem pequenas lutas que permitem à classe trabalhadora acumular experiências no combate ao inimigo desconhecido e feroz. Em outubro e novembro de 1976 iniciam lutas importantes no movimento operário, várias greves são realizadas em setores como: a Companhia de Luz e Força, a montadora General Motors (Barracas), a Mercedes Benz, a IKA Renault, a Ford, a Standard, a Cântabra e a Peugeot, entre outras. Depois disso, a grande greve ferroviária de novembro de 1977 marcaria um novo momento da ditadura fascista. Por sua vez, no dia 30 de abril de 1977 se inicia o Movimento das Mães da Praça de Maio, que tem um papel de destaque na resistência antiditatorial. No final de 1978 se produzem as gigantescas manifestações pela paz e em repúdio às ameaças de guerra, das quais participa grande massa de mulheres, alcançando impedir que a ditadura nos levasse a uma guerra fratricida. Com a derrota da política belicista, inicia-se a contagem regressiva do ciclo ditatorial e se abre um novo momento de avanço na resistência das massas. (GASTIAZORO, 2004, p. 247, tradução nossa)

Sob os efeitos da tecnologização da produção e do sistemático fechamento de postos de trabalhos, comandados pela política econômica da ditadura de 1976, operários das grandes fábricas procuram romper com o período de refluxo imposto pela repressão. Confrontando-se com os patrões, articulam-se e promovem greves setoriais. No período ditatorial mais repressivo da história argentina, ainda assim os trabalhadores se organizam nos sindicatos, que se encontram fragmentados por diversas ideologias políticas, nem sempre consensuais. O movimento operário, desde 1977, soma-se ao Movimento Popular da Avós e Mães da Praça de Maio; sob o manto repressivo, revigora-se e retoma a correlação de forças com o capital.

As forças em luta se explicitam com a proposição de defesa dos interesses nacionais, e os militares recebem amplo apoio da Igreja Católica e de setores da burguesia agrária e urbana. Se por um lado o projeto econômico busca o desenvolvimentismo excludente, condenando milhares de trabalhadores à pobreza, por outro os militares assumem a missão de destruir as organizações populares, sociais e políticas. A destruição não se limita a terminar com o poder de pressão e de influência social desenvolvida pelos sindicatos, associações comunitárias, movimentos estudantis e intelectuais de orientação marxista e comunista, vai além, no sentido de eliminar sujeitos sociais líderes de organizações e, ainda, justificar oficialmente o terrorismo de Estado como uma política de defesa nacional. O terrorismo de Estado, implantado na Argentina pelo regime ditatorial (1976 a 1983), fundamenta-se na

Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Sua tese principal baseia-se na existência de um ser nacional, assediado pelo inimigo denominado Marxismo. Para os militares e aliados, esse inimigo teria a capacidade de camuflar-se e apresentar distintas formas para confundir o adversário.

Para isso a ditadura militar implanta o mais impiedoso terror. Qualquer projeto, qualquer iniciativa, era violentamente reprimida, de modo a cortar pela raiz todas as tentativas de “colocar-se”. O sujeito devia ser completamente objetivado. Continuamente eram publicadas mensagens avisando que o inimigo se encontrava em todas as partes, ocultava-se em todos os cantos, camuflava-se, de maneira que podia estar no amigo, no irmão, na namorada, tornando absolutamente difícil qualquer movimento de reconhecimento. Os militantes populares, os lutadores sociais não só são presos, torturados e assassinados, mas “desaparecem” diretamente, ou são “desaparecidos”. Não existem. Talvez nunca tivessem existido. Era o golpe brutal, assassino da memória, o golpe a toda a utopia e projeto possível. (DRI, 2006, p.141, tradução nossa)

A ação política repressiva por parte do Estado revela a alta capacidade de resistência popular operária contra a exploração humana. Os que não concordavam com as desigualdades e com o próprio sistema pagavam com a vida o preço da rebeldia.

Os fundamentos morais da DSN adotada pela ditadura são proporcionados pela teologia eclesiástica católica, por meio da popularização da existência de um deus todo poderoso e provedor de toda a magnificência e riqueza. Essa velha forma de preservação e domínio social por parte da Igreja Católica se constituiu, ainda no Século IV, sob a junção do poder material com o poder espiritual (DRI, 2006).

Em 1983 ocorreu o início dos governos constitucionalistas da democracia partidária – Pousadela (2006) ressalva que esse período foi o mais prolongado de toda a história argentina.¹⁹

A eleição de Raúl Alfonsín instala o primeiro governo civil depois da última ditadura e não tarda em frustrar a chamada “primavera democrática”. Logo se constata que o governante não possuía uma proposta alternativa concreta ao projeto defendido e praticado pelos militares. A permanência latente das mazelas sócio-econômicas – pobreza, desemprego

¹⁹ Desde 1983 a Argentina vive um estado “democrático” e de restabelecimento das liberdades civis e dos direitos humanos. Continuando com alguns legados deixados pela ditadura, Alfonsín (1983-89) estabelece uma política cambial amplamente prejudicial à classe trabalhadora. Carlos Menem (1989-99) mantém o continuísmo, com uma política de privatizações que gerou uma breve etapa de Bem-Estar entre os anos de 1991 e 1995, mas terminou em 1999, numa profunda crise da política, da economia e do trabalho (GASTIAZORO, 2004).

e a crescente inflação – mantém presentes, também no regime democrático, a crise econômica e ampliação do tempo de trabalho.

Eleito por meio de um discurso radical em favor dos oprimidos, Alfonsín mantém a adesão de forças heterogêneas, compostas por representantes de interesses diversos (burguesia agrária, da classe média urbana e do capitalismo internacional). Se por um lado o movimento social de massas alcança seu apogeu com a derrota dos militares e a imposição de um governo civil constitucionalista, por outro sofre um grande golpe com os encaminhamentos políticos e econômicos adotados pelo novo regime dirigido pelo Partido da Frente Radical.

Assim se adentra em um novo período. A ditadura, acuada pela luta das massas e minada pelas suas próprias contradições, pôde sem embargo escolher o caminho de sua retirada, negociando uma “saída” eleitoral condicionada a uma série de exigências com os dois grandes partidos burgueses, o Partido radical dirigido por Raúl Alfonsín e o Partido Justicialista encabeçado por Ítalo Lauder. (GASTIAZORO, 2004, p. 258, tradução nossa)

A política econômica antinflacionária adotada pelo governo de Alfonsín aprofunda a deterioração das condições de vida dos trabalhadores, uma vez que a política cambial decorrente favorece grandes capitalistas agropecuários e monopólios multinacionais.

Dávila (1987), ao sistematizar a dinâmica do emprego na indústria manufatureira, mostra que de 1935 a 1948 ela emprega 1.200.000 operários, e que em 1974 havia 1.500.000 trabalhadores registrados nesse setor. Mas em 1985 o total de trabalhadores na manufatura não chega a um milhão e quatrocentos operários. Essa crescente diminuição do número de trabalhadores na indústria, na década de 1980, explicita a gênese da alternativa do trabalho sem patrão. Em aproximadamente 50 anos o emprego cresceu em apenas 200 mil postos de trabalho industrial.

A manutenção dos pressupostos neoliberais custa caro ao projeto político do partido da União Cívica Radical (UCR). Alfonsín, sob pressão popular, depois de ter resistido a treze greves gerais dos trabalhadores, sob acusação de repressor ao movimento popular, convoca eleições gerais para maio de 1989. Nesta, o candidato peronista Carlos Saúl Menem, do Partido Justicialista (PJ), triunfa sobre o radicalista Fernando De La Rúa, da UCR.

O triunfo eleitoral de Menem traz, no início, uma grande esperança aos trabalhadores argentinos; estes esperam que, pela primeira vez em muitos anos, haja uma política a favor dos movimentos populares. Mas os postulados de conteúdos nacionalistas e reformistas, levantados por Menem na campanha eleitoral, são abandonados pouco depois de assumir o governo.

A esperança no salário e na revolução produtiva é frustrada e desmentida pelas políticas “menemistas”. A traição de Menem, dada sua condição de dirigente peronista, e a cumplicidade das hierarquias sindicais refletem-se duramente no movimento operário e abrem um período de refluxo ao movimento popular. Passa-se de uma economia fortemente estatizada à economia de feira livre e desregulada, liquidam-se ramos inteiros da produção nacional, especialmente os mais avançados em tecnologia e importantes para um desenvolvimento independente da economia nacional. Inclusive se retrocede em setores importantes da indústria leve, como a metalurgia, a têxtil e a de calçado. (GASTIAZORO, 2004, p.300, tradução nossa)

Com Menem (1989-1999), a opção por privatizar as empresas mais avançadas tecnologicamente reforça o processo de substituição do trabalho em larga escala. Orientada por uma política de ajuste cambial, a economia argentina vive sob uma saraivada de planos fiscais e econômicos. As decorrências negativas desses ajustes recaem sobre os operários assalariados, pois ao produzir uma recomposição de preços, isolam-se os setores de produção de bens e desestabiliza-se o trabalho organizado na forma de emprego. “O único ramo produtor de bens que melhora sua posição durante a década “menemista” é o da construção civil; ainda assim, sofre um duro golpe posteriormente, em virtude da recessão no mercado interno provocada pela desvalorização da moeda” (GASTIAZORO, 2004, p.304, tradução nossa).

Os ajustes políticos e econômicos operacionalizados por Menem aprofundam, em escala alarmante, o empobrecimento da classe trabalhadora, e atingem, de forma ostensiva, os rendimentos da chamada classe média. Em seu segundo mandato, iniciado em 1995, adota uma política mais arrojada contra os trabalhadores e, paralelamente, busca hegemonia política para alterar a constituição nacional e garantir um terceiro mandato. Esse posicionamento estabelece uma espécie de sobrevida aos políticos dos partidos de esquerda, os quais, por meio de alianças, constroem uma frente de oposição contra o menemismo e conjugam vários setores populares, em especial o operariado.

Diante da impossibilidade enfrentada pelos partidos opositores para vencer o oficialismo separadamente, o FREPASO e a UCR formam, em agosto de 1997, uma aliança pelo trabalho, justiça e educação, é esta coligação que dois meses depois derrotará o menemismo. Estas eleições outorgam à aliança um triunfo demolidor não só na Capital Federal, mas também na província de Buenos Aires. (POUSADELA, 2006, p. 74)

Esse contraditório engajamento político dos trabalhadores amplia o trabalho estabelecido, pelo menos, durante duas décadas de “reformas” constitucionalistas e

conservadoras. Segundo dados do Sistema de Informação, Controle e Avaliação de Programas Sociais (SIEMPRO), em fins da década de 1990, na Argentina, 53,8% da população estava abaixo da linha de pobreza, o equivalente a mais de 19 milhões de pessoas, a considerar o total de 36 milhões de habitantes do país. Dados dessa mesma fonte apontam que 8,4 milhões de argentinos viviam na indigência, com renda familiar inferior a 300 pesos (84 dólares), enquanto que 8,6 milhões de pessoas menores de 18 anos viviam na miséria absoluta²⁰.

Os trabalhadores, ante a miserabilidade iminente, aproximam-se da UCR de Alfonsín e retrocedem ao ponto de partida da luta contra a exploração, iniciada depois do governo ditatorial. Com as eleições presidenciais ocorridas no final de 1999, o radical Fernando De La Rúa derrota o justicialista peronista Eduardo Duhalde. Prosseguindo pelos caminhos adotados pelo peronismo, o governo da aliança FREPASO/UCR²¹ conserva os processos de ajuste fiscal e privatizações.

Após um breve período de confusão, em particular nos setores populares que haviam votado na aliança, fica nítido à maioria que nada de bom podia esperar desse governo. Multiplicam-se as frentes de tempestade dos diferentes setores afetados pela sua política e se intensifica o caminho das grandes manifestações populares, com fechamento de ruas e avenidas, ocupações de fábricas ameaçadas de fechamento, de escolas e faculdades. (GASTIAZORO, 2004, p. 315, tradução nossa)

No transcorrer do ano 2000 as manifestações populares contra a pauperização, o desemprego e a corrupção corroem o governo de De La Rúa. Inoperante frente às demandas sociais, recorre à repressão e aos aparatos jurídicos contra as diversas formas de protestos sociais, inclusive contra os operários que ocupavam as ruas das principais cidades do país, em especial as da grande Buenos Aires.

A intensa ação repressiva estatal contra o movimento operário popular diversifica as formas organizacionais de protesto e deflagra a adesão de novos personagens sociais em defesa do trabalho. Consolida-se, em nível do Estado-Nação, o movimento dos piqueteiros. Esses personagens explicitam e denunciam uma sociedade indesejada, a fome e a falta de emprego.

²⁰ Sobre essa situação recomenda-se a apreciação do documentário: Memoria del saqueo: la oscura trama de la corrupción. Dirigido por Pino Solanas. Argentina, 2004.

²¹ Frente País Solidário (FREPASO), partido de centro-esquerda, fundado em 1993 por peronistas dissidentes do menemismo, organismos de direitos humanos, partidários da Democracia Cristã, pelo Partido Comunista e pelo segmento do peronismo intransigente. Esse partido se coligou com o partido UCR e deu origem à coligação que derrotou o PJ de Menem nas eleições legislativas e presidenciais de 1999.

A condição de indigência a que foi submetida a classe operária argentina agrava-se em 2001, atingindo, também, a classe média. A fome e a frustração perambulam pelas ruas. Não há mais separação entre aqueles que usam ternos ou uniforme operário – percebem mais ou menos salário –, nem, tampouco, entre aqueles que têm e não emprego – todos estão na condição de desempregados.

Ao completar dois anos de mandato, em 2001, De La Rúa decreta estado de sítio e ordena a repressão policial contra as organizações populares que, diuturnamente, ocupam as ruas de todo o país, principalmente em Buenos Aires, exigindo o fim da política promotora da fome e do desemprego. No dia 19 de dezembro desse mesmo ano, donas de casa, empregados, operários desocupados e ocupados, professores e alunos, vizinhos e vizinhas e profissionais liberais, marcham à Praça de Maio, centro real e simbólico do poder, em protesto contra a miséria, o confisco de bens e a repressão institucionalizada pelo estado de sítio.

Segundo registra Gastiazoro (2004) esse protesto perdura por mais de 12 dias até o anúncio da renúncia do presidente da República, resultando também na morte de 30 pessoas e centenas de feridos: “O argentinazo não é um relâmpago em um céu sereno. Os elementos dessa grande tempestade, que termina com o governo de De la Rúa, vinha-se acumulando há vários anos atrás e mergulha-nos em uma das piores crises de nossa história” (p.324, tradução nossa). Nesse contexto histórico despontam as fábricas recuperadas, conforme mostra o gráfico a seguir:

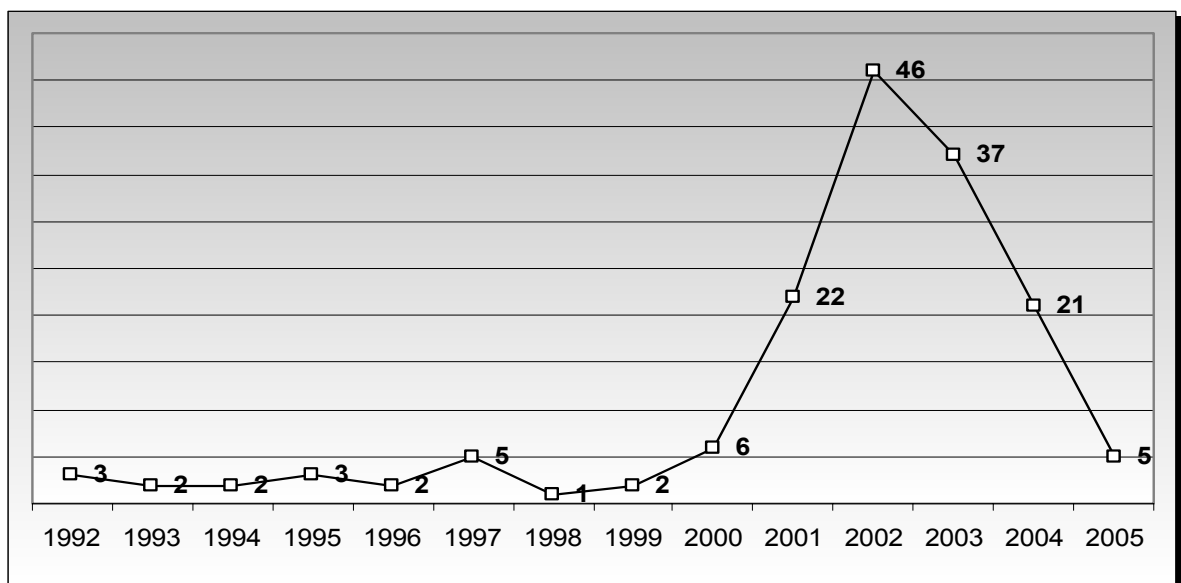


Gráfico 1 - Evolução dos empreendimentos produtivos recuperados na Argentina de 1992 a 2005.

Fonte e elaboração: Periódico de Lavaca. Disponível em: www.lavaca.org.

Acesso em: outubro de 2006.

2.2 EXPERIÊNCIAS EMBLEMÁTICAS RECENTES E OS CAMINHOS DA AUTOGESTÃO

A idéia de pensar as possibilidades do trabalho e da autogestão realizada pelos trabalhadores em fábricas recuperadas, distanciando-se do idealismo utópico e imediatista, resulta do fetichismo da transformação quase conquistada. Com isso não queremos afirmar que a ocupação e a gestão de fábricas por trabalhadores não possam ser analisadas sob o prisma de conquista e resultado da luta de classes (BIALAKOWSKY, 2002, 2003). Ao contrário, o que colocamos em debate é a luta operária contra a adequação histórica dessas experiências ao ideário capitalista, seja a curto ou a longo prazo. No aspecto micro-sociológico, as alterações no processo de trabalho das fábricas recuperadas pressupõem o desmonte da relação hierárquica e a supressão da mais-valia. O desmonte da relação hierárquica e a supressão da mais-valia são condições para o exercício da autogestão (FARIA, 1985,1987; GUIMARÃES et al, 2004; GUIMARÃES & KOROSUE, 2000; e VIEITEZ & DAL RI, 2001).

Na indústria de grande porte, com o emprego de alta tecnologia, como a robotização, o processo de substituir o trabalho coletivo do homem desenha uma nova dinâmica de produção de bens materiais. Nesse processo tende-se a eliminar, substancialmente, a relação patrão-empregado no interior e fora da grande fábrica. Nas pequenas indústrias a necessidade de trabalho persiste, forçando a permanência, mesmo precarizada, do assalariamento, e mantém-se inalterada a luta de classes. No *górdio* para o processo de exploração capitalista, o trabalho desenvolvido nas pequenas e médias indústrias reacende a cada crise estrutural as teses revolucionárias. Na Argentina, sinais decisivos dessas características são percebidos desde a década de 1970 (RUGGERI, 2005, p. 42).

Se as formas de trabalho que dispensam o labor humano coletivo são cada vez mais difundidas, a transferência de mais valor à mercadoria parece concretizar a estratégia da robotização na grande indústria. Nas pequenas indústrias, a cada desestruturação os operários expõem suas tentativas de auto-organização e gestão do trabalho. Esse modo de produzir e reproduzir a vida social por meio da formação de cooperativas autogestionadas requer a suspensão da relação de venda da força de trabalho e posiciona todos os trabalhadores na condição de patrão.

Para Rebón e Saavedra (2006), durante o processo de recuperação os trabalhadores enfrentam duas frentes de lutas intimamente articuladas. Por um lado, a luta pela apropriação

da empresa e obtenção da licença legal que garanta o mínimo de segurança aos trabalhadores envolvidos; por outro, a necessidade de reposicionamento competitivo da fábrica no modelo concorrencial capitalista (NOVAES, 2007).

As experiências de controle operário na Argentina, produzidas desde 1998, demarcam um traço novo às formas de luta dos trabalhadores. Realiza a aproximação entre o passado e o presente do movimento operário, enfocando a dimensão coletiva de suas possibilidades no contexto atual.

Em tempos recentes, o primeiro sinal evidente de rebeldia dos trabalhadores ocorre quando um grupo de trabalhadores da Cooperativa IMPA²² passa a viver na fábrica diuturnamente, e durante dezessete dias não se afasta das máquinas. De maneira distinta dos encaminhamentos no passado²³, trabalhadores ocupam a fábrica não para quebrar as máquinas, mas, para preservá-las e torná-las propriedade coletiva. Essa experiência se irradia nos anos seguintes como instrumento determinante à luta anticapitalista dos trabalhadores e de defesa contra as mazelas oriundas da falta de emprego. Nos anos de 2000 a 2003, período da grande explosão do desemprego, os trabalhadores ocupam fábricas, pondo-as em funcionamento, sem se resignar às determinações do capital (HELLER, 2004, p. 19).

A ocupação e a gestão de fábricas como síntese da relação contraditória entre o capital e o trabalho possuem uma vasta tradição entre os operários argentinos. Intrínseco ao movimento de rearticulação política e econômica do sistema capitalista decorrente da crise estrutural, eclode, pontualmente, em momentos de instabilidade econômica conjuntural.

²² Sobre a Indústria Metalúrgica e Plástica Argentina (IMPA), metalúrgica nacionalizada em 1945, transformada em cooperativa de trabalho em 1961 e em fábrica recuperada em 1988, ver Capítulo 2.

²³ A classe operária mundial, em sua base histórica, desenvolve aparatos de protestos anticapitalistas e ações coletivas em defesa do trabalho. Assim acontece com os trabalhadores das indústrias inglesas, em 1812, sobretudo entres os operários da indústria têxtil. A destruição de máquinas pelos trabalhadores, em protesto contra o capitalismo e o desemprego – entendido como resultado da modernização mecânica do processo produtivo –, fez do movimento luddista uma das mais importantes sínteses da relação capital e trabalho nos primórdios da revolução industrial. Esse movimento extrapola o interior das fábricas e desnuda, também, os moldes clássicos repressivos, que o capital transformará em instrumentos históricos contra os trabalhadores, além de institucionalizar a repressão militar, a criminalização dos protestos coletivos operários e a condenação individual de trabalhadores. Ver: Novaes (2005).

2.2.1 Ocupações de fábricas na Argentina: primeiros antecedentes

Os autores Frigoli (2003) e Frigerio (1983) demarcam os primórdios das fábricas recuperadas nos anos de 1970, porém, desde 1959 a ocupação de empreendimentos produtivos se incorpora ao movimento operário como instrumento de luta contra a precarização do trabalho e do desemprego. Essa resistência conjuntural se transforma em um problema à organização da classe operária, pois ao mesmo tempo em que estabelece uma crítica ao domínio do capital, explicita o questionamento de sua própria forma de organização.

Para Heller (2004), na ocupação do Frigorífico Lisandro da Torre, em janeiro de 1959, a classe trabalhadora retoma, por tempo indeterminado, a luta de barricadas contra o Exército, no bairro de Matadero, na Grande Buenos Aires. Esse acontecimento resulta em discussões sociais e políticas sobre a situação dos trabalhadores em todo o país.

Na maioria das vezes, as ocupações de fábricas na Argentina coincidem com o **desemprego**, as manifestações de ruas e as greves políticas de massa. Nos anos de 1960 a Justiça do Trabalho na Argentina reconhece as ocupações de empresas como um meio de ação legítima. (HELLER, 2004, p.10, tradução e grifo nosso)

Nesse sentido o autor Gastiazoro (2004) demonstra que a aprovação do projeto nacional de luta operária pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT)²⁴, em 1964, unifica a luta operária e aproxima o movimento sindical a outras expressões do movimento social argentino, como, por exemplo, o estudantil e as organizações representativas dos funcionários públicos. O projeto sistematiza as seguintes ações: a) realização de protestos em favor da liberdade dos presos políticos e da revogação da lei de repressão; b) defesa da manutenção e criação de novos postos de trabalho; c) defesa do patrimônio público contra as privatizações.

A resistência por parte dos poderes político e patronal em ceder espaço para a efetivação desse projeto provoca uma ação ofensiva dos trabalhadores contra o capital. Nesse sentido, a CGT decreta, no mês de maio de 1964, uma seqüência de ocupações de fábricas em todo o país. No mês seguinte, cerca de 3.400 fábricas são ocupadas por trabalhadores por um

²⁴ Criada em 1930, a CGT é a maior e mais antiga central sindical da Argentina. Resultado da junção das mais diversas entidades representativas dos trabalhadores, a Central Sindical é organizada como central sindical única e plural. Desde 1945, com a vinculação ao governo de Perón, a CGT é conduzida por militantes operários socialistas autodeclarados peronistas. Hoje representa, ainda, a maioria dos operários argentinos, porém se declara apartidária. Estes dados foram obtidos pelo autor nos arquivos da União Obreira Metalúrgica da República Argentina (UOM), em Buenos Aires, no ano de 2006,

período de 24 horas. Esse movimento é encerrado com a concessão de alguns benefícios reclamados, dentre eles o reajuste salarial e a garantia de estabilidade. O fenômeno da ocupação temporária estabelece importantes alterações na dinâmica da produção de mercadorias, na relação de trabalho e na política partidária. Ainda que intrínseco ao processo de desenvolvimento histórico do capitalismo, a ocupação temporária reaquece o debate teórico sobre as ações regionais operárias anticapitalistas. (HELLER, 2004)

Magnani (2003) afirma que em 1973 ocorrem novos protestos operários em todo o território nacional, dirigidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Montadoras de Automóveis, e como resultado ocupam dois mil espaços de trabalho, dentre eles fábricas, hospitais, universidades e canais de televisão. Esse conflito dá origem a um acordo tripartite envolvendo trabalhadores, governo e empresários.

Esse conflito é contido por acordos entre Perón, os sindicatos e os empresários, mas volta a ocorrer durante o breve governo de Maria Estela Martínez de Perón, no qual ocorre a radicalização de alguns setores dentro do peronismo. Nesse período ocorre a ocupação da fábrica de papel Mancuso-Rossi, na qual os trabalhadores conseguem a co-gestão, o controle operário sob a gestão patronal. Outro caso de gestão operária direta foi a ocupação da petroquímica PASSA, na Grande Rosário, mas que também teve pouca duração. (MAGNANI, 2003, p. 34, tradução nossa)

No caso da petroquímica PASSA, o autor ressalta que a ocupação e a gestão do processo produtivo por trabalhadores durou 18 dias, mas representa o primeiro indicativo claro de que os trabalhadores poderiam produzir sem os patrões. Muito embora esse movimento tenha acontecido como moeda de barganha pela reincorporação de 33 trabalhadores demitidos, esse fato é um marco referencial para se pensar a construção histórica e política das recentes experiências de gestão de fábricas por trabalhadores. Todavia é mister ponderar que essas ferramentas de luta têm, com o incremento das privatizações, um princípio de refluxo, pois estas afetaram diretamente a organização sindical e a impotência sindical ante o avanço da desestruturação programada do trabalho atinge, sensivelmente, na organização política da classe trabalhadora na Argentina.

Diante da desintegração generalizada provocada pelas privatizações, o problema continua e durante toda a década 1990, a adaptação dos trabalhadores não se dá sob absoluta sujeição. O aparente imobilismo social e a afirmação conservadora da irreversibilidade do “novo” espectro da relação capital e trabalho não constroem a hegemonia esperada (DRI, 2006). Ao final da década, sob uma articulação silenciosa, os trabalhadores argentinos chegam mais organizados.

O surgimento do movimento de desempregados se situa em meados da década de 1990, quando o desemprego cresce a mais de 18 %, marca recorde até então. Nos jornais as manchetes mais comuns eram: “400.000 empregados estatais na rua” ou “são despedidos 50.000 operários metalúrgicos em Córdoba”. Nesse contexto se constitui formalmente o MTD no ano de 1996, quando os protestos das massas em Cultra-Có e Jujuy exigem do Estado uma resolução e expõem à opinião pública as necessidades que ainda hoje não foram resolvidas: comida e trabalho. (FLORES, 2005, p. 14, tradução nossa) ²⁵

Nesse contexto histórico de desemprego ascendente destacado por Flores (2005), surgem, em grande número, as fábricas e as empresas recuperadas, que exibem uma ampla conexão de trabalhadores nacionais com todos os segmentos afetados pelos resultados da política capitalista oficializada desde 1989, no governo do peronista Carlos Saúl Menem.

A desobediência à política de demissões via ocupação coercitiva de fábricas e empresas culmina com o questionamento da propriedade privada, elemento decisivo para a materialização da ocupação como um instrumento de luta da classe trabalhadora contra a miséria e suas fontes (REBÓN, 2004). Esse questionamento pelo fim da propriedade privada se desdobrará em muitas formas, como confronto com o Judiciário, a polícia e a política institucional. A generalização do trabalho autogestionário como controle e gestão sócio-política de distribuição do trabalho e de riqueza socialmente produzida distingue o movimento como eixo importante para a união da classe trabalhadora em direção a sua emancipação social.

A autogestão de empresas e fábricas aguça a luta de classes e assume diversas formas. Uma delas sustenta que “[...] definitivamente: ou a classe operária põe um fim no capitalismo ou este termina com as fábricas ocupadas” (HELLER, 2004, p. 24, tradução nossa). Davalos (2003) destaca que a autogestão nas fábricas recuperadas se afirma quando as experiências concretizam a vida independente das normalizações sindicais. Um outro autor, Rebón (2004), concebe a autogestão nas fábricas e empresas como um importante agregador

²⁵ O Movimento de Trabalhadores Desocupados (MTD), constituído formalmente em 1996, é formado por dois grupos: a Coordenadoria de Trabalhadores Desocupados (CTD) e a Aníbal Verón, conhecida também como MTD Solano 17, cuja sede está localizada à Rua Solano, município de Lanús. A maioria dos seus núcleos organizacionais está assentada no trabalho territorial, na autonomia e na horizontalidade como critérios de funcionamento político. Defendem o modelo de organização plana e anti-hierárquica, rejeitando qualquer modalidade que atenda à lógica representativa. Esses critérios implicam a instalação de assembleia permanente, que supõe uma dinâmica de idas e vindas das decisões tomadas nas instâncias de coordenação e nos bairros. O Movimento pretende instalar novas formas de produção e de trabalho para além da relação salarial, isto é, do emprego formal. Nessa perspectiva, as atividades comunitárias e autogeridas tornam-se centrais. Os integrantes desse coletivo orientam-se no sentido da construção de uma comunidade e de uma economia autogerida, caracterizada pela presença de diversos micro-empresendimentos (hortas, padarias etc.) e de novas formas de trabalho produtivo. (FLORES, 2005)

de múltiplos segmentos sociais, donde se articula um conjunto de relações que envolvem diferentes sujeitos. Para esse autor, a autogestão surge como uma entre as diversas alternativas que aparecem no contexto da crise, como, por exemplo, as assembléias de bairros, os grupos universitários e os piqueteiros. Afirma também que esse conjunto de ações, devidamente articuladas em seus espaços e na sua totalidade, constitui uma força social que transcende o espaço da produção no chão de fábrica. Todavia, vincula a autogestão como fundamento do movimento de recuperação de fábricas e empresas por trabalhadores e resultado de uma crise de comando capitalista. Esta última análise supõe que a desarticulação do arcabouço produtivo do capital possibilita o surgimento de novas formas de relações entre distintas identidades, e que a verdadeira força social capaz de superar a crise se formará na articulação entre os movimentos sociais organizados e na concretização de interesses e objetivos específicos.²⁶ Tal leitura, ao sugerir a autogestão apenas como resultado de uma crise, a da produção, parece tirar-lhe o sentido revolucionário, uma vez que a compreende tão-somente como uma forma de organização e resistência dos trabalhadores em tempos de escassez do emprego. Analisada por este prisma a autogestão do trabalho é transformada em mero recurso para ser utilizado em casos específicos, unilaterais e não encaminhamento a um fim totalizante.

Independente de qual seja, no futuro imediato, a evolução do fenômeno, uma mudança na cultura operária começa a criar forma. A recuperação se incorpora à caixa de ferramentas dos trabalhadores, passando a fazer parte de seu repertório de luta. E como todo instrumento disponível, poderá ser utilizado em uma escala mais ampla em crises futuras. (REBÓN, 2004, p. 8, tradução nossa)

Fajn (2003), ao compreender as fábricas recuperadas como um fenômeno social importante para a realidade do mundo do trabalho argentino, evidencia o potencial das práticas coletivas, também entendidas como expressões de resposta à crise do trabalho e, especificamente, como propostas exploratórias de modalidades de gestão.

²⁶ Martínez e Vocos (2000) analisam as fábricas recuperadas sob três pontos específicos: a relação dessas experiências com a dinâmica geral da estrutura produtiva; a articulação com as mudanças na organização do trabalho; a recomposição da classe trabalhadora. O debate proposto por esses autores recupera as teses geradas em torno das divergências clássicas entre os defensores do cooperativismo de consumo e os patronos do cooperativismo de produção. Nessa direção, apontam que as fábricas recuperadas refletem mudanças no comportamento, nas formas de respostas da classe operária ao desemprego e na fragmentação dos trabalhadores em geral. Entretanto, não demarcam posições sobre as possibilidades concretas desses experimentos, e adotam a investigação empírica como fio condutor na construção do conhecimento sobre seus alcances, limites e incidência social. Disponível em: <http://www.iisg.nl/labouragain/documents/martinez_vocos.pdf>.

Partindo do suposto de que o universo das fábricas e empresas recuperadas, salvo poucas exceções, não possui alto grau de complexidade e diversidade nos processos produtivos, nem elevados níveis de estratificação interna (divisão hierárquica), o autor propõe a aproximação e o intercâmbio entre as diversas áreas produtivas recuperadas como facilitadores dos processos de horizontalidade, base da autogestão. Preso à estrutura rígida e estafante do processo de trabalho capitalista tradicional, Fajn (2003) corrobora as análises conjunturais apresentadas por Rebón (2003), e reafirma a tendência de confinamento das experiências, ou seja, analisa a autogestão como um modelo privilegiado de gestão do trabalho.

Numa outra perspectiva teórica, Coraggio (2000, 2003, 2004) localiza o movimento de recuperação de fábricas e empresas recuperadas como uma das formas históricas de associativismo desenvolvido pelos trabalhadores desempregados na luta anti-sistema. Ademais, apesar de esta sua análise parecer possuir características das construções teóricas realizadas pela economia solidária do Brasil, Coraggio privilegia a “economia social” como forma de diferenciar-se da economia solidária no mercado capitalista, e destaca o trabalho como meio central a esse fim. A definição de trabalho construída pelo autor não se aproxima em nada das proposições tradicionais capitalistas, não obstante sugerir uma inexorável, porém efêmera, relação de coexistência entre economia social do trabalho e assalariamento. Essa contradição é observada no interior das cooperativas autogestionárias, onde distintas formas de distribuição da riqueza produzida pelo trabalho são desenvolvidas.

Importante para a apreensão do trabalho autogestionado é a noção de conjunto formado pelas fábricas e empresas recuperadas, e do quantitativo de falências e abandonos de fábricas e empresas, ocorridos no mesmo período. Segundo a Federação de Câmaras e Centros Comerciais da República Argentina, aproximadamente 2.000 pequenos e médios empreendimentos produtivos foram desativados no ano de 2002, enquanto o conjunto de empreendimentos recuperados até 2005 chegava, no máximo, a 10% desse total. Se considerada as pesquisas de Frigoli (2003), as quais indicam que em 2003 havia na Argentina 1.500 estabelecimentos produtivos abandonados por seus proprietários, teremos que os empreendimentos recuperados não chegam aos 10% daqueles abandonados pelos patrões.

Com forte vinculação ao pólo industrial, o processo de constituição das cooperativas autogestionárias irradia-se em distintas áreas produtivas. Esse encaminhamento na forma de produzir mercadorias adentra, também, outros setores, tais como educação, lazer, cultura, saúde, conforme demonstra o gráfico a seguir:

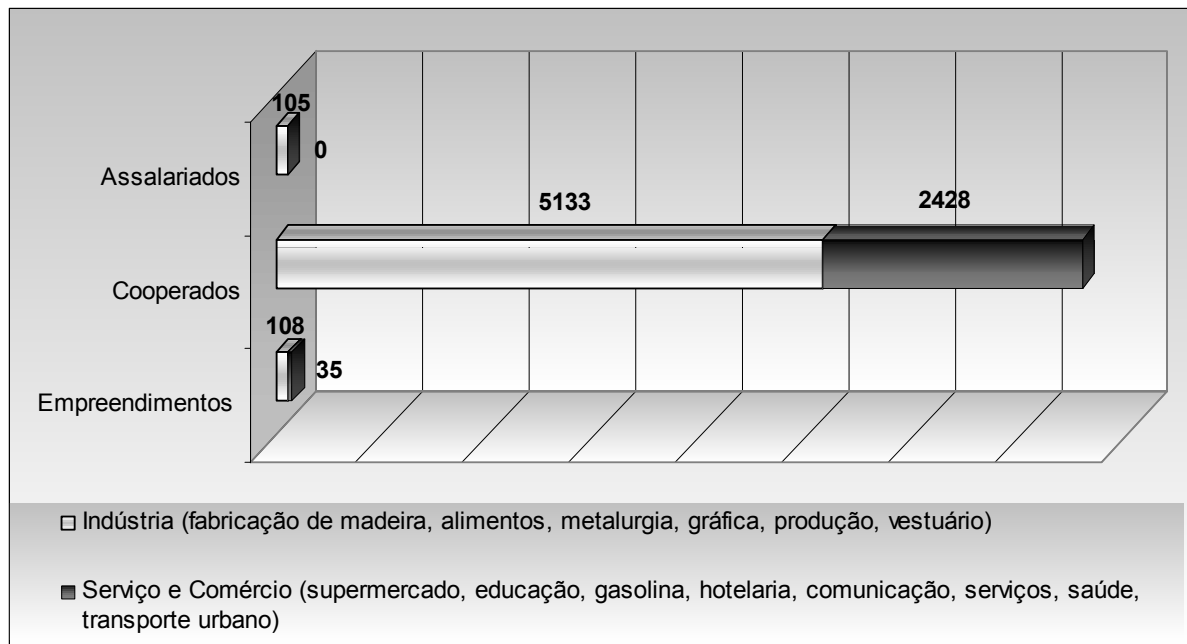


Gráfico 2 – Total de empreendimentos produtivos recuperados na Argentina entre 1992 e 2005.
 Fonte: Periódico Lavaca. Disponível em: <<http://www.lavaca.org>>. Acesso em: outubro de 2006.
 Elaboração: do autor.

O Gráfico 2 também evidencia a manutenção do assalariamento no interior das fábricas recuperadas, apontando uma contradição no trabalho autogestionado. Essa controvérsia possui explicações variadas e reflete a manutenção da hierarquia do conhecimento. Os trabalhadores mais qualificados geralmente não abrem mão do contrato individual e preferem o assalariamento como meio de manutenção de autoridade.

A concretização da autogestão e a conquista de fábricas por trabalhadores envolvem vários sujeitos e são, na maioria das vezes, permeadas pelos mesmos conflitos: enfrentamentos com patrões, com o Poder Executivo, o Poder Judiciário e, às vezes, com a própria comunidade comercial, na qual o processo produtivo da fábrica recuperada está envolvido. Os processos de constituição das fábricas recuperadas SASETRU, Brukman e Zanón, entre 2001 e 2003, são reveladores nesses aspectos.

2.2.2 Recuperação da Fábrica de Alimentos SASETRU

Olhe o que é isto, esta solidão. Sabe o que era aqui há 20 ou 30 anos? Às cinco da manhã, isto já era um mundo de gente que ia e vinha. Homens,

mulheres, todos com o “bolsito” de trabalho, agora não existe nada, companheiro, nada de nada. (HELLER, 2004, p. 159, tradução nossa)²⁷

Para Heller (2004) a fábrica de alimentos e beneficiadora de cereais SASETRU Alimentos Argentinos, em Sarandi, Grande Buenos Aires, chama a atenção pela forma como foi inutilizada e abandonada pelos patrões. Fundada em 1949 por Alberto Salimei (ex – ministro de economia do governo ditatorial, 1966), dedicava-se à fabricação de macarrão, farinha, azeite e beneficiamento de arroz e outros alimentos.

Meyer (2006) destaca que no início dos anos de 1970, controlava 40% do mercado alimentício nacional, possuía um parque industrial de 140 empresas e um contingente de onze mil empregados.

[...] “Aqui havia gente por todos os lados. Tudo era muito ruidoso, havia vida ao redor e até chegava um trem exclusivo para trazer e levar a carga”, lembra Eduardo, que ingressou na empresa aos 16 anos e agora, aos 48, retorna como integrante da Cooperativa de Trabalho SASETRU. (MEYER, 2006, tradução nossa)

Em 13 de agosto de 1981, a SASETRU S.A., alegando uma crise na sua base econômica, decreta falência. Os trabalhadores não recebem seus salários e ficam desempregados. Os capitalistas são denunciados na Justiça, mas isso em nada altera a situação dos operários envolvidos. As instalações da SASETRU, e também os meios de produção que a compõem, recebem custódia policial, o que não resulta em acesso aos trabalhadores. Nesse sentido, Heller (2004) mostra que em Sarandi, no cruzamento do caminho General Belgrano e Madariaga, sobre o limite entre Alveaneda e Lanús, em 12 hectares onde há duas décadas funcionava SASETRU, um dos maiores monopólios alimentícios da América Latina, só se vê agora pasto e ratos, e onde antes esteve a fábrica, agora existe um edifício arruinado com as velhas máquinas enferrujadas. Vinte anos antes, dois mil operários trabalhavam no lugar e quase vinte mil conseguiam sustento, decorrente de transporte, distribuição e comercialização dessa fábrica.

Em 1976, o alinhamento dessa fábrica ao modelo de desenvolvimento político e econômico pela ditadura militar aponta para além das metamorfoses provocadas no mundo do trabalho, e explicita também as formas neoliberais de distribuição da riqueza socialmente produzida. Aos capitalistas empresários o bônus do “risco” financeiro, aos operários produtores o ônus do desemprego – assim ocorreu com os trabalhadores da SASETRU e de

²⁷ Entrevista concedida por trabalhador desempregado e ex-operário da SASETRU.

todas as empresas e fábricas que com ela coexistiam (HELLER, 2004). Muitos trabalhadores sequer receberam seus direitos legais, conquistados pelo trabalho de vários anos, ademais, numa mudança radical, percebem o desaparecimento social do trabalhador empregado, são despejados num universo societário onde a regra é o desemprego, e o trabalho registrado com previsão de direitos é exceção. Na ocupação da SASETRU participaram também pessoas que nunca haviam trabalhado na fábrica, que somam aproximadamente 270 trabalhadores.

Para trabalhadores e ex-trabalhadores de cidades, bairros e vilas vizinhas ao complexo industrial da SASETRU, a situação de falência começa a ser revertida após vinte e dois anos de desemprego (MEYER, 2006; MAGNANI, 2003). Heller (2004) destaca que em janeiro de 2003, um grupo formado por 420 desempregados marcha rumo ao portão da indústria abandonada e adentra ao “paraíso”. Somam-se ao grupo inicial mais duzentos desempregados organizados pelo Pólo Obreiro²⁸. Estes participam da primeira assembléia, que resulta em divisões de tarefas, com a criação de comissões de imprensa e difusão da ocupação, de limpeza, de segurança e de produção de faixas e cartazes.

O aparelho repressivo dos capitalistas, representado pelo sistema de segurança da fábrica abandonada, inicialmente não oferece resistência aos trabalhadores, mas a tropa de choque do Estado não tarda a entrar em ação. Além disso, fazem-se presentes representantes do Ministério da Segurança Pública da Província. Diante da ocupação, a intervenção do Estado no processo de tomada da SASETRU se faz pela intimidação e generalização do medo. A recuperação ocorre em meio à coerção e afirmação da propriedade. Os desempregados que tomam a fábrica enfrentam muito mais que a visita de um grupo de delegados e especialistas em “segurança pública”; devem superar barreiras materiais (falta de matéria prima, instrumentos de trabalho e infra-estrutura), sociais, jurídicas e políticas, que sequer haviam identificado previamente (MAGNANI, 2003; HELLER, 2004). Sobre esses aspectos Heller (2004) faz os seguintes registros:

Doze hectares e dez mil metros quadrados cobertos de lixo em condições materiais, de higiene e habitabilidade pior que péssimas. Transformar esse ninho de ratos em um lugar de trabalho, em uma atmosfera solidária, de companheirismo, contrário ao sistema fabril carcerário do capitalismo, é a primeira grande vitória dos ocupantes de SASETRU. As máquinas, após tantos anos, estavam ainda em condições de produzir, depois de algumas tarefas menores de condicionamento, salvo uma caldeira que devia ser

²⁸ Movimento operário nascido em 2001 com o objetivo de criar uma tendência do Partido Obreiro dentro do movimento nacional dos piqueteiros. Em 2002 contava com 40 mil militantes e administrava 500 estabelecimentos de distribuição espalhados por todo o país, chamados de “comedores populares”. Na atualidade, é uma das correntes mais influentes no movimento dos piqueteiros.

substituída. Mais da metade dos companheiros chegava à fábrica vindos de localidades distantes, 15 quilômetros ou mais, de modo que muitos contaram com a solidariedade de cobradores dos ônibus, além das coletas internas e externas e a combinação de trem e bicicleta. Havia organização e vontade dos trabalhadores para superar mais de mil empecilhos e recuperar a fonte de trabalho. A guarda noturna, realizada basicamente por companheiros do Pólo Operário [PO], constrói uma escola de convivência, ainda que no pior dos palcos, do esgotamento físico e sono curto. A solidariedade operária esteve presente em todos os momentos, desde as doações (200 litros de tinta e alimentos), até a assessoria técnica para a reparação de máquinas, algumas obsoletas depois dos avanços técnicos dos últimos vinte anos. Quadros de honra especial merecem os companheiros que doaram ferramentas. Doaram, não emprestaram, porque eles sabiam que em qualquer momento podia chegar o despejo, e com ele a rapina predadora dos invasores. (HELLER, 2004, p.163, tradução nossa)

A estratégia patronal de destruição de máquinas e ferramentas como uma das formas de impedir a recuperação do processo produtivo exige inovação de algumas estratégias de vigilância, trato e proteção dos meios de produção. O surgimento dessas demandas, além do efeito prejudicial aos desempregados, proporciona à totalidade da classe trabalhadora um mote para reflexão, principalmente em relação às transformações na relação capital e trabalho e a importância da cooperação entre trabalhadores empregados e desempregados na luta contra o capital.

Em fevereiro de 2003, uma manifestação de solidariedade aos trabalhadores ocupantes da SASETRU reúne mais de 500 pessoas, entre elas trabalhadores de fábricas e de empresas recuperadas e piqueteiros pertencentes à Interbairro de Alvellaneda e ao Partido Operário (PO). Em março de 2003 a fábrica é inspecionada pelo Poder Municipal e é avaliada positivamente em relação à recuperação da fábrica. Porém, isso não impede que os proprietários da massa falida busquem na Justiça a reintegração de posse. Numa tríplice negociação, o capital consegue, via sistema jurídico, fundamento para a reintegração de posse depois de sessenta dias de trabalho e de ocupação. A garantia de esvaziamento, obtida pelos proprietários na justiça, significa o retorno dos trabalhadores às condições de desalento provocadas pela falta de trabalho, e essa possibilidade enfurece os ânimos dos operários, que entrelaçam tensão com o reconhecimento da luta de classe. Dessa forma, arma-se a resistência externa e interna.

As manifestações das assembléias comunitárias se multiplicam em defesa da ocupação da SASETRU e do reconhecimento da Cooperativa SASETRU Gestão Operária. Internamente, os trabalhadores permanecem organizados em comissões, recuperando máquinas e organizando os procedimentos para iniciar a produção de massas e farinhas.

Enquanto era preparada uma grande marcha ao Conselho Deliberativo do município na última semana de março de 2003, o processo de recuperação do maquinário continuava em ritmo acelerado. No setor elétrico concluiu-se a manutenção de compressores, na parte mecânica instalaram-se as bombas de água e os encanamentos para o funcionamento das bombas de farinha. (HELLER, 2004, p. 166, tradução nossa)

No terceiro mês de ocupação e resistência, corroborada por uma solidariedade popular que distingue a SASETRU em meio a um acalorado período de revolta social na Argentina, a fábrica é sitiada por 800 policiais da Infantaria Federal de Buenos Aires, com a determinação judicial para esvaziar a fábrica. Tomados de surpresa, os trabalhadores que montam guardas nesse dia logram manter resistência ao fazer do sub-teto da fábrica uma trincheira contra o alcance dos policiais. Dessa forma, suportam a investida até o início do amanhecer, quando chega o restante dos trabalhadores que dominavam a fábrica. O confronto à luz do dia é intensificado por ambos os lados; dentro e fora da fábrica policiais e trabalhadores armam um combate, com tiros de borracha, paus e pedras. A luta do trabalhador contra o capital se transforma numa batalha que gera vítimas.

Nas ruas de Alvear, durante toda tarde, carros circulam com alto-falantes convocando os moradores a socorrer os trabalhadores e defender a ocupação. A resistência, dentro e fora da fábrica, fortalece-se sobremaneira com a chegada dos piqueteiros e representantes de diversas fábricas recuperadas, estendendo o confronto até o final do dia. Depois de doze horas a polícia rende os resistentes no interior da fábrica, mas não consegue evitar o desgaste social (HELLER, 2004).

Nesse momento chega a notícia que o Conselho Deliberativo Municipal estava a ponto de votar o pedido de expropriação. Ante tal novidade, e apesar da oposição da polícia, os companheiros permanecem reunidos à espera da votação. A permanência nessas condições dura seis horas e é decisiva para forçar a decisão do Conselho. Depois de tanta demora, essa pressão faz com que o Conselho se decida quarenta e oito horas antes do previsto e em tempo recorde. De imediato, a presidente do Conselho, María Gabriel Iglesias, junto com o secretário do Município e um grupo de vereadores, dirigem-se à fábrica para comunicar a resolução ao juiz e solicitar que torne sem efeito a ordem de despejo. Certamente, a Túbio [o juiz] lhe importava muito pouco o Conselho, a ele importava a Pérez Company. Obviamente, ele não anula a sentença e persiste com o despejo, ignorando a comissão dos vereadores. Isso sucede após as seis da tarde, o momento mais dramático da jornada. Frente aos narizes da polícia, os companheiros realizam uma assembléia e decidem não se retirar. Diante de milhões de pessoas que assistiam via televisão, a repressão recomeça. Os companheiros sentados diante da fábrica gritam: “SASETRU é dos trabalhadores, quem não gostar que...”, enquanto os policiais – essa ralé sem ofício, como chamava Alfredo Palácios – arremetiam-se violentamente

contra eles para despejá-los do lugar. Também se retomava a repressão fora da fábrica, com gases e balas de borracha. (HELLER, 2004, p. 168, tradução nossa)

A detenção e o encarceramento de trabalhadores são decisivos à desocupação definitiva da fábrica, depois de cinquenta e cinco dias. Entretanto, com as prisões, a revolta dos operários avança noite adentro. Dois mil trabalhadores saem em marcha pelas principais ruas da cidade com cartazes e faixas pedindo a permanência do apoio popular, repetindo constantemente “SASETRU, voltaremos”, e concentram-se frente à delegacia local para exigir a liberação dos trabalhadores presos. Após esses fatos, os trabalhadores montam, dia e noite, patrulhamento nas imediações da fábrica; grupos de desempregados se revezam com o objetivo de impedir que as máquinas sejam retiradas do interior da fábrica. Outro mecanismo utilizado pelos trabalhadores consistiu na representação judicial e o amparo na lei de expropriação aprovada pelo Legislativo Municipal, a qual lhes garantia a permanência na fábrica e a custódia das máquinas. O processo de resistência e luta dos trabalhadores tentava assim reverter o “adeus ao trabalho” instaurado há 22 anos atrás. (HELLER, 2004).

2.2.2.1 Pressão popular operária

No dia 23 de maio de 2003, mais de dois mil trabalhadores se reúnem na Praça Alzina, em Alvellaneda, num ato que marca a recuperação da SASETRU, amplamente apoiado pela sociedade civil representada por piqueteiros, estudantes secundários e universitários e associações de moradores de distintas localidades.

São coletadas milhões de assinaturas ao sul da Grande Buenos Aires; comissões de companheiros visitam sindicatos e escolas. As paredes de Alvellaneda se enchem com dizeres convocando os trabalhadores ao ato. A distribuição de adesivos e cartazes em massa fez da atividade um marco na mobilização popular. Organiza-se uma comissão estudantil de apoio à SASETRU, coordenada pela FUBA [Federação Universitária de Buenos Aires] de Alvellaneda. (HELLER, 2004, p.172, tradução nossa)

Pressionada popularmente, a Câmara dos Senadores da Província, sediada na cidade de La Plata, sanciona o projeto de expropriação da SASETRU, e a possibilidade de retorno ao trabalho ganha materialidade. No entanto, são vetadas várias reivindicações dos trabalhadores, tais como: a entrega gratuita, à gestão operária, dos bens expropriados; o empréstimo público

a fundo perdido para restabelecer o funcionamento da fábrica; e o reconhecimento oficial da Cooperativa SASETRU Gestão Operária como provedora privilegiada da Província.

A lei aprovada pelos senadores declara de utilidade pública e sujeito à expropriação somente o setor de produção de massas secas, o conjunto da maquinaria e as instalações. A declaração da expropriação a “título oneroso” assegura que nem a Cooperativa nem o Estado devem se responsabilizar pela indenização reclamada pelos patrões.

A reconquista da SASETRU, com o reingresso dos trabalhadores, evidencia a necessidade de uma luta comum, de conjunto, em escala nacional, por estas demandas: 1) expropriação definitiva e sem onerar os trabalhadores de todas as fábricas que fecha ou desempregam, começando pelas já recuperadas pela gestão operária; 2) auxílio econômico do Estado mediante subsídios a fundo perdido, que permitam às gestões operárias obter capital de trabalho e salários de modo algum inferiores ao salário mínimo; 3) que todas as fábricas expropriadas e sob gestão operária se constituam em provedoras privilegiadas do Estado; 4) nacionalização dos bancos, que deverá integrar no seu diretório a representante das fábricas sob gestão de seus trabalhadores, para orientar o crédito e colocar os recursos financeiros do país ao serviço dos empreendimentos da classe operária. (HELLER, 2004, p. 175, tradução nossa)

A não inclusão de todas as demandas operárias ao projeto da Cooperativa não desconcentra os trabalhadores em sua luta pela recuperação. Ciente de que o desafio se desloca para o Poder Executivo da Província, a garantia da recuperação passa pela aquiescência do então governador Felipe Solá.

No dia 28 de agosto de 2003 os trabalhadores obtêm do Poder Executivo a possibilidade de recuperação. No entanto, o cenário de destruição encontrado no interior da unidade produtiva, “protegida” diuturnamente pela força “pública” supera as expectativas dos mais pessimistas. Os trabalhadores constataam o desaparecimento de peças, ferramentas e destruição de máquinas. As conexões da cadeia produtiva haviam sido cuidadosamente desmontadas. Esses fatos, porém, não são suficientes para impedir a ação dos trabalhadores cooperados, que iniciam a reativação do processo de trabalho.

Ao completar quatro meses de despejo, nesse agosto de 2003, os trabalhadores de Sarandi e região obtêm expropriação definitiva da SASETRU e a transformam oficialmente na Cooperativa SASETRU Gestão Operária, exemplo de autogestão, engendrada por meio de luta interna e externa que uniu ex-operários da empresa e desempregados da região.

2.2.3 Fábrica Brukman, confecção de roupas para executivos

Fundada na década de 1950, a Brukman se transformou em referência na fabricação de roupas para executivos. Em princípios de 1990, mantinha 300 trabalhadores e trabalhadoras nas linhas de produção, mas desde 1995 iniciaram-se os conflitos internos, provocados por atrasos e parcelamento dos salários. Foi nesse contexto que ocorreu a diminuição da força de trabalho. Em 1999, possuía menos de 200 empregados. Nesse momento, a família Brukman, proprietária da confecção, realiza uma manobra jurídica para fugir das dívidas, inclusive as trabalhistas, e altera a razão social da fábrica. Essa manobra não evita que dezoito pedidos de falência sejam protocolados na Justiça do Trabalho por fornecedores de matéria-prima e clientes. Como resposta, os Brukman requerem a negociação da empresa, o que lhes permite efetuar parte dos pagamentos em aberto e manter a fábrica em funcionamento. A estratégia patronal para fechar a fábrica e se livrar das dívidas passa, também, pela manutenção da produção com o mínimo de custo, achatamento dos salários, diminuição dos intervalos de descanso, sonegação de impostos, não pagamento aos fornecedores de matéria prima, para, finalmente, gerar uma situação de férias coletivas e, assim, esvaziar definitivamente a fábrica longe dos olhos dos operários.

Se por um lado a Justiça se mostra complacente com os patrões, de outro, os empregados da Brukman estão no limite da indignação, pois em lugar de salários recebem vales semanais. Essa forma de pagamento começa com cem pesos e se converte em noventa, depois oitenta e, por fim, em setenta pesos semanais. Em 2001, para os 115 trabalhadores que permanecem na fábrica, o salário recebido na forma de vale se resume a cinco pesos, e em seguida dois pesos semanais. Essa situação coincide com a conjuntura de desmonte dos serviços públicos e destruição/precarização do trabalho promovidos pelo capital. Coincide, também, com o momento em que várias fábricas e empresas são tomadas pelos trabalhadores com integral apoio dos movimentos sociais organizados. O começo do processo de ocupação como um passo na direção da tomada definitiva da fábrica Brukman tem seu apogeu com a unificação dos protestos sociais em favor dos operários da Brukman, ocorridos nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Nessa história também se misturam questões de gênero, já que quase todos os trabalhadores da fábrica são mulheres. A efetivação da meta patronal de parcelamento e redução dos salários torna insustentável a sobrevivência econômica dos trabalhadores.

Reunimos-nos com o porteiro, e ele nos disse que havia movimento de caminhões durante as noites, levando coisas da fábrica, e que, se saíssemos de férias coletivas, como nos tinham proposto, quando voltássemos não iríamos encontrar nada, porque haveriam de levar tudo. Por isso falamos com outros colegas e nos perguntamos: o que fazer? A quem falar? Nesse momento um colega chama a Crônica TV e eles falam com o filho do chefe. É um companheiro, porque sempre trabalhou conosco, apesar de ser filho de um dos donos. É um jovem com pouca capacitação. Portanto, a Crônica o chama e o põe frente às câmaras com os cinco pesos que lhe tinham dado. Sentia-se ainda pior que nós, porque era filho do chefe. Foi horrível para ele. Depois vêm coisas piores. Alba e eu decidimos telefonar ao Muszkat [advogado que, naquela época, não trabalhava para os Brukman] para perguntar-lhe o que fazer. Nós o chamamos porque pensávamos que ele poderia salvar a fábrica, mas ele disse não. Ele não podia fazer nada legalmente, porque tinha ido embora da fábrica em má situação com os Brukman, mas que ia nos chamar em poucos dias. Quando nós lhe telefonemos novamente ele nos diz:

– “A fábrica vai fechar, se estão levando tudo não vão ter a possibilidade de pagar ninguém, portanto, agarrem o que há na fábrica, porque vão terminar na rua.”

Perguntamos-lhe:

– “Que pode fazer legalmente por nós?”

Ele nos dita um telegrama que deveríamos mandar-lhe em seguida, nomeando-o como nosso advogado, e agora ele volta como advogado da fábrica, após dois anos sem trabalhar para os Brukman. Antes tinha nos dito o que os donos estavam fazendo, e agora diz que nós tomamos o lugar e que somos vinte militantes de partidos de esquerda. Mas nós temos a consciência tranqüila, porque sabemos que não é o certo. (MAGNANI, 2003, p.172, tradução nossa)²⁹

No dia 18 de dezembro de 2001, um grupo de 30 trabalhadores consegue autorização para dormir na fábrica, pois não haviam terminado a produção encomendada e estavam sem dinheiro para retornar ao trabalho no dia seguinte. Antes da meia noite rendem os seguranças e os expulsam da fábrica. A seguir, os patrões não aparecem para realizar o pagamento dos salários atrasados e, ademais, efetuam denúncia criminal contra esses empregados por roubo e usurpação. No terceiro mês de exercício da gestão operária, os trabalhadores da Brukman recebem a primeira ordem judicial para desocupação da fábrica. No entanto, a reação popular em defesa dos operários da Brukman frustra a expectativa judicial-patronal em manter um efetivo policial postado na porta da fábrica, como forma de impedir a entrada dos trabalhadores. Centenas de trabalhadores que rodeavam a fábrica com faixas, cartazes, músicas e entonação coletiva de palavras de ordem em defesa do trabalho asseguram a entrada de trabalhadores na Brukman. Ao perceber a desproporção quantitativa em relação aos trabalhadores e a determinação deliberada de defesa do direito ao trabalho impregnado

²⁹ Entrevista concedida pela trabalhadora da Brukman, Célia Martinez. In: MAGNANI (2003).

pela massa trabalhadora, o aparato repressivo estatal compreende que seria necessário um contingente maior de agentes para suportar uma batalha campal. Os trabalhadores resistem à ordem judicial, enfrentam os patrões e o operativo policial se retira ao anoitecer, quando os operários, homens e mulheres, reingressam à fábrica, entoando: “A Brukman é dos trabalhadores” (KOROL, 2005).

Em março de 2002 a fábrica sofre o primeiro ataque repressivo. A ordem de desalojamento determina o ataque para sábado às 6 horas, quando na fábrica está apenas uma guarda. Policiais com trajes civis empurram a porta e batem nas companheiras e nos vizinhos que se aproximam oferecendo solidariedade. Certamente a manobra patronal teve a seu lado a cumplicidade do poder do Estado; este, como faz com os piqueteiros, prontamente transforma a luta popular em “causa penal” e atua como assaltantes noturnos com seus juizes e policiais. Mas o tiro saiu pela culatra. Com uma hora de ataque e as trabalhadoras acuadas, os muros da Brukman já estavam rodeados por vizinhos e integrantes das assembléias populares mais próximas (San Cristóvan, San Telmo, Congresso, Parque Lezama). Das sacadas dos prédios vizinhos soavam aplausos e as batidas de caçarolas acompanhavam a ação operária. Antes do meio dia, quando a notícia chega à imprensa, os repressores militares disfarçados de civis que tinham batido nas companheiras são devidamente expulsos pelos trabalhadores. (HELLER, 2004, p. 189, tradução nossa)

No dia seguinte, a resistência popular-operária ao desemprego e aos ordenamentos capitalistas contra os trabalhadores é ratificada. A Assembléia Nacional de Assembléias Populares, realizada no Parque Centenário, organiza uma frente popular de protesto contra a ordem judicial promotora do ataque repressivo à Brukman. Ao encerrar as atividades, quatro mil trabalhadores marcham em direção à Rua Jujuy, onde se situava a Brukman. Essa atitude dos desempregados, organizados em assembléias, pressiona o Poder Executivo a declarar incompetência momentânea para cumprir a determinação judicial de impedir a entrada e permanência dos operários no interior da fábrica. O conflito laboral não pôde ser transformado em caso de polícia, conforme desejavam os patrões. Dias depois, graves incidentes entre polícia e trabalhadores ainda são registrados.

Entre trabalho, protesto, vigília permanente, assembléias e corrida a tribunais, os operários da Brukman permanecem firmes na luta pelo direito ao trabalho e recuperação dos salários não recebidos.

Logo depois, a empresa fez uma proposta absurda, uma provocação. Aconteceu uma audiência no Ministério do Trabalho, com a presença do síndico, o administrador judicial, a burocracia do sindicato (Soiva) e delegados da fábrica. Em princípio, os empresários se negavam a reconhecer

a dívida salarial, de modo que o pagamento aos trabalhadores se veria reduzido a somente 80 pesos por quinzena. E, ainda, essa porcentagem de miséria seria paga com fundos procedentes da venda do estoque, de modo que os pagamentos nem sequer ficavam assegurados. Deve-se sublinhar nesse ponto, a conduta do Ministério do Trabalho e do Poder Judiciário, que não se posicionam ante a proposta, que constitui a confissão de um delito, uma fraude trabalhista: os patrões admitiram a realização de admissão de pessoal sem o contrato de trabalho e, portanto, admitem perante a Justiça fraude aos cofres públicos. Por outro lado, a patronal não se comprometeu em assegurar o emprego dos 115 trabalhadores; mais ainda, o advogado da empresa disse que a necessidade da fábrica era incompatível com essa quantidade de operários, de modo que boa parte deles iria parar na rua. (HELLER, 2004, p.190, tradução nossa)

Os patrões insistem na estratégia de caracterizar o movimento operário como intransigente, e essa tese define, aos poucos, as forças em luta. Os patrões obtêm apoio do Poder Judiciário e do Poder Executivo, e a correlação de forças permanece ainda mais desfavorável aos operários.

Para Heller (2004) os posicionamentos tendenciosos por parte dos representantes institucionais, quase sempre de acordo com as propostas patronais, deixam claro aos representantes da Cooperativa que a saída encontra-se na organização popular operária externa à fábrica. Em assembléia, os operários deliberam por não aceitar a alternativa de reabertura da fábrica proposta pelos patrões, decidem pela persistência na ocupação e no recebimento das dívidas trabalhistas. Desta feita, os operários apresentam uma contraproposta: o pagamento imediato da dívida salarial; a estabilidade para todos os trabalhadores; a reabertura da fábrica com manutenção do salário integral dos trabalhadores; e instituição da figura do fiscal de fábrica com poder para intervir no processo produtivo e na administração da fábrica. A socialização dessas demandas provoca uma imediata reação patronal. O policiamento ostensivo na área próxima da fábrica é rapidamente realimentado e implementa-se o movimento da guarda motorizada, numa constante ida e volta à frente do portão principal da fábrica. Por meio dessa estratégia de intimidação, os patrões tentam estabelecer o domínio pela generalização do medo, mas são surpreendidos, mais uma vez, por uma reação coletiva, comandada pelos trabalhadores da Brukman, apoiados pelos piqueteiros, pelo Partido Obreiro e pela Assembléia Nacional de Trabalhadores Ocupados e Desocupados (ANT). Esse bloco de resistência exige a homologação da lei de expropriação e a transformação da fábrica Brukman em cooperativa estatal. O bloco radicaliza a resistência operária e apressa a discussão parlamentar sobre a expropriação. Não obstante, os patrões, por meio do Poder Executivo, buscam apoio para uma forma de expropriação que lhes garanta a manutenção do capital.

Entre os meses de julho e setembro de 2002, o movimento em favor da estatização se estende aos tradicionais organismos representativos dos trabalhadores. A Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) ³⁰ e a Corrente Classista Combativa (CCC) ³¹ declaram solidariedade à luta e à reivindicação dos operários da Brukman. Paralelamente a essa ação, a ANT adota a Brukman como exemplo aos trabalhadores de todo o país, aprovando quatro propostas em defesa da classe operária e ratificando a unificação dos trabalhadores contra o Estado capitalista: a) apoio e solidariedade à luta da Brukman e pela estatização sob controle operário; b) colaboração para a realização do Festival Operário em julho, como meio de arrecadação financeira para a constituição do fundo de greve; c) marcha à Casa do Governo, exigindo a estatização e subsídio para manter e diversificar a produção, planejamento e execução de interrupção de rodovias e dos principais acessos viários em cadeia nacional; d) unificação em defesa do trabalho, ocupações e gestão operária imediata de fábricas e empresas que instituem demissões em massa e decretam falência (HELLER, 2004).

Em meados do mês de julho de 2002, o Poder Legislativo inicia a análise do projeto de estatização apresentado pelos trabalhadores.

Alguns deputados da Comissão consideram pouco “realista” a estatização com um Estado em quebra. A bancada do PO responde que essa situação não tinha impedido, por exemplo, que o governo socorresse os capitalistas, muitos deles nem estando em crise e recebendo numerosos fundos estatais, como ocorria com os bancos, cujas dívidas eram “estatizadas” sem que nenhum desses legisladores tentasse impedir. Agora se tratava de inverter a fórmula: em vez de ajudar os capitalistas e confiscar direitos dos trabalhadores, havia que resgatar os trabalhadores e confiscar os responsáveis pela catástrofe. (HELLER, 2004, p. 191, tradução nossa)

Numa outra esfera, o Poder Executivo sustenta uma expropriação em que os trabalhadores assumem a fábrica e todas as suas dívidas, mediante a compra e não a estatização. O Poder Executivo apresenta o Estado na condição de fiador e com poder para

³⁰ A CTA foi criada em 1991 por militantes dissidentes da CGT. A ruptura ocorreu devido aos desentendimentos sobre a posição oficial da CGT frente ao governo Menem. Sua base política baseia-se na social democracia cristã-peronista, e nos seus quadros também militam trotskistas e comunistas. Não é considerado um sindicato tradicional, sendo que seus filiados são aposentados, inconformados com os baixos benefícios recebidos, grupos de piqueteiros e associações de moradores. Advoga pela autonomia em relação aos partidos políticos.

³¹ Oficializada em 1994 como uma associação de trabalhadores descontentes com a atuação das centrais sindicais, criou uma frente única, agrupando trabalhadores de distintos matizes ideológicos e unificados por um programa em comum. No seu quadro coexistem trabalhadores empregados, desempregados e aposentados. A CCC tem suas origens no movimento operário classista surgido na década de 1970, e desde então exerce influência no movimento operário, desempenhando papel importante em determinadas situações de confronto entre empregados e patrões, sobretudo nas greves. A partir de 1996 passou a organizar o movimento dos desempregados e se tornou uma das principais correntes do movimento dos piqueteiros.

liquidar a fábrica por meio de venda direta ou de leilão, caso os trabalhadores não cumpram o pagamento da dívida de dez milhões de pesos (contraída por seus ex-patrões) dentro do prazo estipulado de dois anos. Em paralelo a essa condição, propõe extinguir a dívida trabalhista e estabelecer uma linha de crédito especial aos cooperados da Brukman.

A mediação do Estado se revela uma estratégia de endividamento dos trabalhadores, que de cobradores passariam a devedores, e cuja única fonte de pagamento seria o trabalho. Essa cilada impulsiona a auto-exploração no fetichizado processo de trabalho sem patrão. Ademais, o empenho do Poder Legislativo no sentido de garantir a indenização da patronal consolida uma articulação antioperária entre os aparelhos ideológicos do Estado, que, para além da aparente obediência às leis, mantêm e procuram reafirmar os pressupostos da propriedade privada.

Quanto ao debate político, Heller (2004) ressalta que na Assembléia Legislativa a Brukman divide opiniões. Os deputados governistas sustentam o empréstimo das máquinas e estabelecimento da Cooperativa mediante contrato de aluguel, de modo que o estatuto da propriedade privada não seja alterado. A proposta apresentada pelo Partido Operário defende a expropriação integral baseada em quatro eixos: a) a expropriação não deve constituir-se em uma escapatória aos capitalistas, os recursos estatais não devem subsidiar negócios privados, mas financiar a gestão operária; b) a expropriação deve ser efetivada, no máximo, em trinta dias após o sancionamento da lei; c) os trabalhadores não podem, nem devem assumir as dívidas dos capitalistas, pois os falidos devem responder por suas dívidas com seus bens e patrimônio pessoal; d) o Estado deve fazer da Brukman um provedor privilegiado para toda sua demanda social de material têxtil (vestimentas, insumos escolares e hospitalares), de modo a assegurar um destino à produção da cooperativa autogestionada.

Essas propostas norteiam o debate político e as ações dos operários envolvidos diretamente, bem como de todo o movimento popular solidário aos costureiros da Brukman.

Os trabalhadores de Brukman levam sete meses de luta nesse conflito e seis meses de produção, durante os quais passam por inumeráveis obstáculos de toda índole, desde problemas sociais, econômicos e políticos ao das lutas internas. Passam pelas lutas contra a burocracia sindical e patronal. Não aceitam a patronal na fábrica porque não necessitam dela. Portanto, os trabalhadores da Brukman seguem lutando pela estatização da fábrica sob controle operário como única alternativa viável. (HELLER, 2004, p. 193, tradução nossa)³²

³² Entrevista realizada com Yuri Fernández, em 2002, operário e representante da fábrica Brukman (HELLER, 2004).

No mês de outubro de 2002, a ANT deflagra uma jornada de manifestações baseadas na obstrução geral e simultânea das principais rodovias e pontes que ligam as cidades vizinhas a Buenos Aires. Esse protesto inclui, também, a solidariedade aos piqueteiros detidos e encarcerados pela polícia da capital e das províncias. Em Buenos Aires, as principais praças públicas são tomadas por trabalhadores, estudantes, intelectuais e políticos apoiadores do movimento. A jornada operária popular termina em frente à Assembléia Legislativa, onde centenas de trabalhadores exigem uma decisão política satisfatória às necessidades da classe trabalhadora.

Os trabalhadores da Brukman entregam aos deputados da Comissão de Desenvolvimento Econômico uma petição que exigia: a) a expropriação sem pagamento, imediata e definitiva, de imóveis, maquinarias e da marca Brukman Confecções para que os trabalhadores continuassem com a produção sob gestão operária; b) que o Estado garantisse os salários, pelo menos nos patamares do salário mínimo; c) que outorgasse subsídios, a fundo perdido, no valor de 150 mil pesos, para ampliar e diversificar a produção e incorporar mais trabalhadores, atualmente desempregados, mediante a implementação de uma escola técnica; d) que o Estado comprasse a produção em função das necessidades de hospitais e outras instituições, assim como da população carente que requer indumentária; e) que os trabalhadores da Brukman discutissem a forma legal de organização, com decisão soberana, em sua assembléia, sobre quem faria parte da fábrica sob gestão operária. Nesse ponto, torna-se inevitável uma nova tentativa repressiva do governo. (HELLER, 2004, p. 196, tradução nossa)

O apoio popular alcançado pelos trabalhadores da Brukman aos poucos reafirma um cenário favorável aos operários, contra os patrões e instituições estatais mantenedoras dos privilégios burgueses. Essa demonstração de força popular operária apressa a família Brukman à impetração do pedido de reintegração de posse, que é acatado pelo Poder Judiciário e despachado pelo Poder Executivo por meio de força policial.

No dia 24 de novembro de 2002, em episódio descrito por Heller (2004) como um “assalto noturno”, os patrões surpreendem a única costureira que montava guarda na fábrica. Ela presencia a chegada de significativo contingente policial, reforçado por ex-patrões e ex-companheiros de trabalho e um Oficial de Justiça. Porém, às oito horas da manhã, 100 manifestantes entram em cena e indicam aos patrões que a resistência está presente. No período da tarde mais de quinhentos trabalhadores protestam em frente à fábrica. Sitiados por uma massa de pessoas convencidas da necessidade de defesa do trabalho, os mandatários da reintegração de posse suspendem a operação. A polícia e seus acompanhantes deixam a fábrica. Nesse mesmo dia, os trabalhadores convocam uma coletiva de imprensa e denunciam

a destruição de máquinas e instalações, o roubo de documentos que comprovam manobras fraudulentas dos ex-patrões e a convivência por parte da polícia e do Poder Judiciário.

Esses acontecimentos ainda polarizam os patrões, apoiados por pessoas do Poder Executivo e Judiciário, e os operários, estes amparados por distintos movimentos sociais, estudantes e partidos políticos de esquerda.

A ação do coletivo torna a luta dos trabalhadores da Brukman uma fonte de expressão de poder e domínio social, por meio da qual capital e trabalho se enfrentam em distintas esferas. A correlação de forças se mostra favorável ferramenta às demandas da classe trabalhadora. Nesse ínterim, a violência, sob a égide do Estado capitalista, volta-se diretamente aos trabalhadores.

Heller (2004) registra que, em março de 2003, os ex-patrões, com auxílio da polícia e do Poder Judiciário, conseguem introduzir cinco trabalhadores na fábrica, caracterizando a interrupção da sua recuperação. Esses trabalhadores permanecem dentro da fábrica como se estivessem cumprindo uma jornada de trabalho. No fim do turno, ao saírem, são abordados por um forte piquete formado por seus companheiros, o que provoca confronto com a polícia que os escolta. O conflito se generaliza, registrando mais uma batalha campal. O reflexo desse episódio não se resume apenas a uma centena de prisões ou em policiais e trabalhadores feridos, mas culmina em uma convocação, pela ANT, para uma grande manifestação de repúdio à violência e em defesa do trabalho no dia 11 de março. Nesse dia, 20 mil trabalhadores, sendo a maioria piqueteiros, marcham em direção à Praça de Maio.

Depois dessa marcha e da crescente agitação na Brukman, o periódico *Âmbito Financiero* publica que o governo estava “desorientado” e que preparava uma comissão para fazer a intermediação “entre os operários rebeldes e os proprietários”. (HELLER, 2004, p.201, tradução nossa)

Como resposta à resistência popular operária, o Estado institui uma comissão mediadora, destina o caso ao Ministério dos Direitos Humanos e delega a condução dos trabalhos ao secretário Eduardo Luis Dhualde. Essa instância mediadora, além dos trabalhadores delegados de fábrica, conta também com a participação das chefias do Ministério do Interior, da Casa Civil e de um mediador informal indicado pelo governo. As divergências e as tensões emergem no delineamento de propostas. Os representantes governamentais insistem na saída jurídica, por meio de um pedido de concordata da fábrica, o que beneficiaria os ex-patrões e não contemplaria as aspirações de estatização com controle operário. A posição governista visa constituir uma comissão administrativa provisória para

gerir a fábrica até a publicação do decreto judicial de falência. Porém, os trabalhadores contestam esse posicionamento sob dois fundamentos: por um lado, têm provas suficientes sobre a lesão aos cofres públicos; por outro, discordam do prazo estipulado pelo Poder Executivo para a expropriação da fábrica.

Assim, a “saída judicial” não era mais que uma cortina de fumaça lançada pelo governo para libertar-se da pressão operária e popular que estava se desenvolvendo. Os governos nacional e portenho tratavam de se isentar de toda a responsabilidade, e transferi-la a um âmbito alheio a sua órbita direta de decisão. Essa comissão não tinha outro objetivo senão o de preparar as escusas para que o governo cruzasse os braços e encolhesse os ombros ante qualquer resolução que adotasse o judiciário. (HELLER, 2004, p. 203, tradução nossa)

Ainda sobre este assunto Heller (2004) segue desvelando a lógica dos fatos e demonstra que em 17 de abril, em plena madrugada, ocorre o terceiro ataque policial a Brukman, ordenado pela Justiça Criminal: depois do fracasso de despejo determinado pela Justiça do Trabalho, os ex-patrões transferem o caso para a Justiça Criminal, que determina a imediata reintegração de posse, colocando à disposição os recursos repressivos do Estado. Ao programar a ação para o dia indicado, tudo é meticulosamente planejado pela Justiça e pela Força Policial: numa madrugada de quinta feira, véspera do feriado da Semana Santa, o Poder Judiciário e o Executivo mostram, com contundência, a posição do Estado frente ao conflito. A ação sigilosa da força repressiva caracteriza a criminalização do trabalho autogestionado, uma vez que a fábrica estava funcionando sob controle obreiro, alheio ao comando patronal e à hierarquia das fábricas tradicionais. No dia 21, quatro dias depois da execução da ordem judicial, uma multidão formada por dez mil trabalhadores se concentra nos arredores da fábrica, tornando o confronto inevitável. Se por um lado as barricadas montadas pela polícia impediam os trabalhadores de se aproximarem da fábrica, por outro, os trabalhadores tentavam impedir a entrada de mais policiais nas dependências da Brukman. Carros policiais são queimados, centenas de trabalhadores são presos e a violência persiste até o início da madrugada do dia vinte e dois. No dia seguinte, os trabalhadores estabelecem um acampamento operário nos arredores da Brukman, antecipando o que seriam os próximos dias de luta. A massa de trabalhadores não se rende à operação repressiva do Estado, e se inicia uma nova etapa da luta em defesa do trabalho e dos trabalhadores da Brukman (HELLER, 2004).

As promessas patronais de reincorporação de antigos trabalhadores demitidos que ainda permaneciam desempregados, afiançadas pelo Poder Judiciário, provocam uma cisão de

apoio à Brukman dentro do movimento, pois muitos trabalhadores, na esperança de voltarem ao emprego e fugirem da miséria, passam a defender as negociações propostas pela patronal, enquanto que outros defendem a estatização.

O Juiz Jorge Rimund, emissor da ordem judicial repressiva, em entrevista ao documentarista canadense Avi Levis, expõe seu ponto de vista sobre a Brukman.

Antes de tudo, eu não sou a pessoa mais indicada para dizer-lhe nada de ninguém. Normalmente tenho um defeito pessoal, é que sou muito crítico de muitas coisas e as versões que obtenho de ambas as partes são muito subjetivas em termos gerais, e precisamente meu trabalho, minha tarefa, é deixar a subjetividade de lado e tentar mediar e obter a versão mais real possível, muitas vezes tomando parte de cada versão. E aqui, do meu ponto de vista como magistrado, há uma decisão judicial que se cumpre, e segue sendo cumprida, e como cidadãos nós devemos aceitar, como em qualquer outra parte do mundo, uma ordem de um juiz. Sem importar se é legítima ou não, deve ser respeitada. Aqui a idéia não é desemprego ou emprego. O que tem ocorrido durante todo o processo é que os donos reclamam seus direitos desde dezembro de 2001 até os dias de hoje. Eles sempre disseram que queriam trabalhar e produzir, seguir com a exploração comercial, e agora com uma guarda permanente, de gente acampada ao lado, é bastante difícil. Bom, estamos tentando ver como se resolve isto para que possam voltar a produzir em algum momento. Eles sustentam a todo o tempo que na primeira possibilidade colocarão a fábrica em funcionamento, e irão incorporar os trabalhadores que estão de fora e desempregados por mais de um ano. Também os donos demonstram boa intenção de chegar a alguma solução para os trabalhadores que ocupam a fábrica. Portanto, o conflito, do ponto de vista trabalhista, pode ser resolvido. Obviamente a solução vai ter que ser negociada e, como toda negociação, há renúncia de alguns pontos para que todas as partes possam beneficiar-se. Num extremo se encontram os trabalhadores que ocupam a fábrica, dizem que ela teria de ser entregue a eles somente. No outro extremo estão os donos e o dilema, de retomar a fábrica ou fechá-la. Bom, essas são duas posições extremas. Quando se negocia é preciso ceder muito para obter um pouco. Além disso, vejo a preocupação por parte das autoridades administrativas, em nível local e nacional, do Governo da cidade de Buenos Aires e, também, do Ministério do Trabalho, que estão preocupados em encontrar soluções e fazer um acordo entre as partes, e isso me dá esperança, porque o diálogo é a forma mais efetiva de resolver conflitos em uma sociedade organizada. Isso é o que tenho para dizer-lhes, mas não é uma mensagem a ninguém. (MAGNANI, 2003, p.198, tradução nossa)

Finalmente, destaca-se que a Brukman, a exemplo dos outros casos estudados, também é recuperada por seus próprios trabalhadores, mas o projeto ganha adesão de vizinhos, artistas, fábricas recuperadas e universidades, em dimensões inesperadas. A diferença em relação a SASETRU é que os recuperadores da Brukman demandam a estatização da fábrica, enquanto que os primeiros requerem a transformação em cooperativa sem vínculo estatal.

Também é importante recordar que as fábricas recuperadas revelam uma solução à crise da Argentina no início de 2001. Mostra que os operários não cruzam os braços, simplesmente, mas reagem ao desemprego. Entretanto, já em 2003, o governo de Néstor Kirchner³³ desencadeia um processo de institucionalização das fábricas recuperadas, desenhando uma aparência de final da fase crítica econômica. A classe política, que pretende recuperar a estabilidade com o controle do governo, contempla amplamente a burguesia e a classe média, criando o “plano nacionalista” em defesa do patrimônio nacional. As incertezas econômicas são remediadas com os investimentos estatais no setor privado financeiro e a relativa melhora no nível de ocupação dos estratos médios da população. Esse reaquecimento da economia é suficiente para provocar os primeiros sinais de isolamento das fábricas recuperadas, sobretudo aquelas que desenvolvem maior enfrentamento político, como o caso da Brukman. A luta pelo trabalho e pela vida persiste, sobretudo entre os piqueteiros e trabalhadores das fábricas recuperadas. Mas a classe média, que antes apoiava o movimento reivindicatório, vai sendo cooptada por meio da concessão de benefícios e de distribuição de cargos públicos. As lideranças populares de associações abandonam o bloco único, formado desde 2001, e se alinham ao projeto de planificação econômica e de reordenamento político e moral da Argentina, proposto por Kirchner. Tal coalizão forma o chamado kirchnerismo, que desde 2003 é composta por representantes dos piqueteiros, da cúpula diretiva do Movimento Popular das Avós e Mães da Praça de Maio, dos segmentos do movimento sindical de esquerda e dos movimentos representativos das fábricas e empresas recuperadas. Assim, o movimento operário popular na Argentina passa a ser marcado pelo discurso nacionalista humanista e de direitos humanos do kirchnerismo e abandona, por conseguinte, a questão do desemprego. Esse redimensionamento desloca a possibilidade de formação de um projeto coletivo de classe para o privilégio da luta pelo direito individual.

O bloco hegemônico operário popular mostra suas primeiras fissuras. Surgem as manifestações contra o direcionamento e métodos utilizados pela ANT, um dos primeiros movimentos nacionais que havia declarado solidariedade aos operários da Brukman. Nesse momento, a idéia da estatização, principal objetivo da ANT, não é mais internamente

³³ Néstor Carlos Kirchner é advogado, político argentino e ex-presidente da Argentina. Iniciou a campanha eleitoral de 2003 numa posição desfavorável. As pesquisas de intenção de voto indicavam que ele estava atrás de Menem e também de Ricardo López Murphy, candidato de centro-direita. Entretanto, a popularidade de Kirchner começou a crescer impulsionado por um programa de perfil social-democrata, com que buscava diferenciar-se das políticas adotadas durante os governos de Menem e De la Rúa, prometendo prioridade para a produção, a justiça, a educação, o trabalho, a igualdade e a saúde. Em 14 de maio, Menem renunciou à candidatura, o que automaticamente converteu Kirchner em presidente da Argentina, sendo que seu governo

hegemônica, e sofre duras resistências dos poderes político, executivo e legislativo. A intenção política de transformar Brukman em uma cooperativa tradicional e não modificar o estatuto da propriedade privada se reincorpora como uma saída genuína aos trabalhadores, que passam a admitir a compra da fábrica, de acordo com o ideário capitalista. Essa divergência provoca a convocação de uma assembléia, denominada “Encontro de Brukman”, momento este em que os convocantes pretendem reverter a hegemonia da ANT frente à Brukman. Sobre isso, Heller (2004) ressalta:

O “Desencontro da Brukman”, programado pelo MST [Movimento Socialista dos Trabalhadores] e alguns grupos menores, como a Convergência Socialista, a fração da FTC [Frente de Trabalhadores Combativos] vinculada ao MAS [Movimento ao Socialismo] e o Partido de Trabalhadores pelo Socialismo (PTS), não chega a começar. O MST exige a participação de 800 delegados, e os outros só querem 350, de modo que o Movimento Tereza Vive³⁴ se retirou em meio a uma cena de boxe com militantes do PTS e da FTC. Com essa vergonha, também se foram os delegados da Convergência Socialista. (HELLER, 2004, p.204, tradução nossa)

A VI Assembléia Nacional de Trabalhadores Ocupados e Desocupados, realizada no mês de julho, para avaliar a situação do mundo do trabalho e as condições, em especial, dos desempregados no governo Kirchner, recebe a presença massiva dos operários da Brukman. Nesta assembléia os trabalhadores homologam, em definitivo, a permanência na luta pelo trabalho autogestionado, a defesa da estatização, e a oposição ao humanismo oficialista é ratificada por uma carta documento apresentada pelos operários da Brukman, que convocam todos os trabalhadores a apoiar a luta operária.

Os trabalhadores da Brukman nesta Assembléia Nacional de Trabalhadores Ocupados e Desocupados estão aqui presentes como convocantes. Como os senhores já sabem, estamos há um ano e oito meses em luta, com três meses de despejo da fábrica e arrancados de nossos postos de trabalho pela Justiça e pelos funcionários de Kirchner. Estamos hoje aqui porque é necessário construir uma unidade entre todos os que lutam; queremos deixar dito que não somos ingênuos e sabemos que estão nos castigando duramente por fazer o questionamento da propriedade privada, e ao governo por fazer gerar trabalho genuíno e haver criado postos de trabalhos. Sabemos que, com isto, estamos combatendo o desemprego. Por isso devemos exigir mais que nunca: postos de trabalhos genuínos e, assim, poder engrandecer nossa

iniciou em 2003, com término no início de 2008. Também Governou a Província de Santa Cruz e militou no Movimento Justicialista como membro da Juventude Peronista (COSTA, 2007).

³⁴ O Movimento Tereza Vive (MTV) nasceu da organização de “sem-tetos”. Atualmente faz parte do movimento dos piqueteiros, com grande atuação na região da Província de Buenos Aires.

Pátria; aumento de salários já; aumento de subsídios para homens e mulheres desocupados; e a imediata devolução da fábrica a nós, os trabalhadores da Brukman, empresa à qual a patronal abandonou, usando os trabalhadores para seu próprio enriquecimento, explorando-nos ao ponto de deixar morrer um de nossos companheiros. Por isto, propomos um plano de luta para recuperar a fábrica, por isso convidamos para que nos apoiem: 1) 24 horas de acampamento frente à Legislatura da Cidade de Buenos Aires, no dia 5 de agosto. 2) Cortes de ruas nos principais acessos do país ou ações que os senhores determinem, em todo o país, até que se aprove o projeto de expropriação de nossa fábrica. 3) Apoio total e incondicional à luta das operárias da Brukman pela recuperação da fábrica, para o qual é necessário impulsionar um extenso plano de luta. 4) Marchar para exigir da burocracia sindical, como a CGT, e todo o tipo de burocracia, apoio para todos os pontos anteriores. Desde já, contamos com seu apoio incondicional, e nós nos pomos à sua disposição para todas as ações que possamos fazer em comum, com todos os senhores. (HELLER, 2004, p.206, tradução nossa)³⁵

Com o resultado dessa assembléia, os operários se unem e organizam manifestações públicas em defesa do trabalho e contra o capital. A presença massiva dos piqueteiros e a determinação dos trabalhadores marcam os meses de agosto e setembro de 2003 como os “meses vermelhos” desse curto período histórico do movimento do trabalho autogestionado na Argentina.

Conforme demonstrado por Heller (2004) e Magnani (2003), em agosto, os trabalhadores realizam um ato público de repúdio ao Poder Judiciário e apresentam provas materiais das fraudes contra os cofres públicos e a economia nacional cometida pelos expatrões da Brukman. Na sequência, no mês de setembro, uma grande marcha é realizada por operários que invadem as ruas da capital federal, concentrando-se em frente ao Ministério do Trabalho. Protestam e protocolam um documento exigindo a saída imediata da polícia das dependências da fábrica e a sua devolução incondicional aos trabalhadores. Por fim, essa mesma massa, dois dias depois, concentra-se em frente à Brukman, que se encontra rodeada por policiais, e realiza um julgamento público de Jacob Brukman e seus colaboradores. Essas iniciativas foram fundamentais para que, no dia 30 de outubro de 2003, o Poder Legislativo homologasse a expropriação e entregasse a Brukman à cooperativa constituída por seus trabalhadores.

A aprovação da lei de expropriação significou uma vitória dos operários sobre os patrões, entretanto, ainda não expressava a derrota do capital pretendida pelos trabalhadores. O projeto geral da estatização, visto como primeiro passo para um princípio constitutivo de consciência geral de domínio operário e de transformação do Estado, não se efetiva por

³⁵ Documento apresentado pelos operários da Brukman à VI Assembléia Nacional de Trabalhadores.

completo. Por um lado, o texto legal da lei de expropriação estabelece a concessão temporária do espaço físico da fábrica, com desapropriação de apenas 40% do valor da maquinaria, e determina um prazo de dois anos para que os trabalhadores efetuem o pagamento do imóvel e das máquinas, sob pena de extinção definitiva dos postos de trabalho. Por outro, a inclusão do artigo 8º, que determina a criação do “Registro de Trabalhadores da Cooperativa 18 de Diciembre”, e não mais Empresa Brukman, introduz uma segunda dificuldade, atingindo o processo de organização interna: este cria um mecanismo de reinserção de todos os ex-operários da Brukman que solicitassem o retorno ao trabalho. Na aparência, essa medida corrobora as propostas dos trabalhadores. No entanto, na essência, revela-se mais uma estratégia do Estado para controle dos trabalhadores. A competência para emissão do registro dos trabalhadores não é delegada à assembléia dos trabalhadores da cooperativa, ao contrário, permanece sob o manto do Estado.

O esforço coletivo da luta pela formação da cooperativa e a autogestão do trabalho poderá resultar em mais problemas para os operários cooperados. A dimensão real dessa afirmativa está ancorada em dois pilares centrais: a) os operários da Brukman, ao se constituírem em cooperados autogestores do trabalho, são forçados a iniciar o processo produtivo sustentando uma dívida que não lhes pertence, a qual devem pagar com trabalho – isso significa que, independente das condições de mercado e da capacidade da força de trabalho, somente poderão iniciar um processo de trabalho se em dois anos conseguirem acumular dinheiro para sobreviver e pagar a dívida transferida pelos poderes instituídos pelo Estado capitalista; b) a Direção Geral de Indústria e Comércio do Governo da Cidade de Buenos Aires dispõe de soberania para admitir ex-trabalhadores na Cooperativa, estabelecendo, também, o controle da entrada de novos cooperados, à revelia da assembléia geral de trabalhadores.

A Cooperativa 18 de Diciembre constitui um exemplar do movimento de trabalho autogestionado, ao explicitar caminhos e dificuldades contemporâneas para a construção de alternativas anticapitalistas. Seu projeto de luta, como já foi dito, é concebido sob as teses da estatização com controle operário. Essa alternativa requer uma permanente refutação, por parte da classe trabalhadora, aos pressupostos estabelecidos pelo sistema capitalista. Assim, as reivindicações não se limitam à recuperação dos postos de trabalho e combate ao desemprego.

2.2.4 Cerâmica Zanón: luta operária e recuperação do trabalho

Inaugurada em 1979, na cidade de Neuquén, sul da Argentina, pelo empresário Luiggi Zanón, a cerâmica Zanón S.A. se transformou na maior produtora ceramista do país e da América Latina. As benesses concedidas pelo Estado extrapolaram o período ditatorial e, em 1993, o presidente Carlos Saúl Menem e o governador da Província de Neuquén, Jorge Sobisch, liberaram um investimento milionário de capital na cerâmica da família Zanón.

No ano de 1998, as exportações chegaram aos dez milhões de dólares e a cerâmica empregava 500 operários. Paralelo ao crescimento da produção, despontava a modernização tecnológica. Essa variável possibilitou aos patrões iniciarem uma dinâmica interna de manutenção e aumento da produção com o mínimo de força de trabalho empregada. Entretanto, no final desse mesmo ano, cem trabalhadores foram demitidos, e os que permaneceram tiveram seu trabalho intensificado sob a exitosa combinação de alta tecnologia e força de trabalho reduzida. A cerâmica Zanón ascende ao patamar de maior fabricante de piso em porcelanato da América do Sul. A exploração no processo de trabalho e as demissões efetuadas às vésperas do natal de 1998 provocam reações por parte dos trabalhadores. Os mais combativos ficam marcados pelos patrões, sendo colocados na lista dos prováveis demitidos, conhecida na fábrica como a lista “marrom”. Em 1999, os trabalhadores da Zanón iniciam um processo organizativo interno para amenizar o sofrimento provocado pelo forte ritmo de trabalho, implementado pela patronal e fiscalizado por uma comissão da fábrica, contraditoriamente, legitimada, por meio do voto direto, pelo coletivo da fábrica.

Tudo começa a mudar no final de 1999, que, após um campeonato de futebol, alguns trabalhadores organizam uma chapa de oposição para concorrer à comissão interna da fábrica. Essa chapa fica conhecida como “a lista marrom” e ganha as eleições com o slogan: “Nós não vamos trair aos companheiros”. (HELLER, 2004, p.215, tradução nossa)

No final de 1999, a chapa da lista marrom ganha as eleições internas e ascende à direção da comissão de fábrica. As assembléias passam a fazer parte da rotina dos operários e as denúncias sobre as péssimas condições de trabalho, em alguns setores, aos poucos proporcionam um alinhamento comum dos trabalhadores em relação à produção capitalista, imposta pela patronal. A constante negação das propostas operárias de otimização do trabalho e de oposição ao projeto de demissão gradual iniciado pela patronal, a qual contava com o apoio da comissão de fábrica anterior ao conflito, impelem os patrões a acionar o sindicato da

categoria. O sindicato, a exemplo da comissão interna anterior a 1999, procura convencer os trabalhadores sobre os aspectos “vantajosos” das medidas anunciadas pelos patrões, ao mesmo tempo em que circulava pela fábrica uma relação de 100 nomes de trabalhadores marcados para demissão. Depois de utilizar todos os meios possíveis para precarizar o trabalho, os patrões buscam auxílio no Poder Judiciário, por meio da apresentação de uma menção preventiva para evitar a falência e garantir as demissões. A decisão em demitir mais 100 operários transforma o pêndulo da correlação de forças entre trabalho e capital. Se os patrões constituem força, os trabalhadores também se organizam e constituem a Chapa Marrom. Além disso:

O sindicato estava com a patronal. Eles nos diziam que estavam brigando e que os patrões não demitiriam os 100 trabalhadores, mas sim 75. Nós não queríamos que ocorressem demissões. Assim, decide-se que o sindicato não era representativo, e sim a comissão de fábrica. Depois de uma consulta interna aos trabalhadores, decide-se pelo envio de representantes à Justiça do Trabalho de Buenos Aires. Essa é a primeira vez que uma comissão interna de fábrica encaminha ações à revelia do sindicato. A representação enviada a Buenos Aires tinha a missão de demonstrar que não podia, e não era lógico, haver demissões; de solicitar à Justiça que fizesse uma contagem de quantos caminhões saíam todos os dias da fábrica e, desse montante, quantos nos correspondia de salário. Então, refutamos tudo o que a empresa dizia. Mostramos que não havia faturamento de apenas 43 milhões de dólares, e sim 98 milhões, pois nós não baixamos dos 800.000 m² de cerâmica por mês. Deixamos claro que era o primeiro caso de desemprego em massa que ocorria na fábrica. Dos dez pontos que solicitamos ao Ministério do Trabalho, nos concedem nove; o que nos negam é o pedido de afastamento do técnico de segurança. (MAGNANI, 2003, p. 138, tradução nossa)³⁶

Nas eleições para a direção geral do Sindicato Operário e Ceramista de Neuquén, em dezembro de 2002, a Chapa Marrom candidata-se e ganha o sindicato. Com a vitória, redimensiona-se a luta operária da Zanón, pois o sindicato deixa de ser ponto de apoio da patronal. A partir daí, a oposição aos trabalhadores rebeldes se generaliza, os patrões iniciam um processo progressivo de atrasos dos salários e insistem na situação de crise da empresa. A ação dos trabalhadores combativos frente ao sindicato da categoria e no interior da fábrica desmascara, gradualmente, as manobras ilícitas realizadas pelos patrões. Nesse ínterim, constatam-se o desvio do lucro obtido desde 1999, o não pagamento dos empréstimos tomados do Estado e a dívida com a maioria dos fornecedores de matéria-prima, acumulando um saldo devedor de 75 milhões de pesos – de 1999 até o primeiro semestre de 2001. O esvaziamento empresarial culmina com o não pagamento de salários do mês de setembro.

Com base nesse fato, e sob pressão dos trabalhadores, o Poder Judiciário promove, no mês de outubro, uma reunião de conciliação, na qual decreta a intervenção na fábrica e venda imediata de 40% do estoque da produção acumulada como forma de pagamento dos salários atrasados. A resposta patronal a esse ato é a demissão coletiva dos 380 trabalhadores no mês seguinte. Os trabalhadores iniciam protestos e realizam uma marcha que pretendia chegar até a sede do governo provincial, mas são impedidos sob violenta intervenção da polícia. Os patrões seguem sustentando a impossibilidade econômica de manter a empresa sem demissões e destacam a falta de flexibilidade dos trabalhadores como origem do fracasso da empresa e dos atrasos de salários. Sobre as posições defendidas pelos empresários, Magnani (2003) destaca:

No dia 1º de dezembro a empresa apresenta pedido de falência. A gerente geral da empresa, Elizabeth Sarmiento, assegura que são feitas múltiplas opções aos trabalhadores, como demissão incentivada, reformulação da jornada de trabalho e redimensionamento salarial (pagar uma parte fixa e outra segundo produtividade), mas todas são rejeitadas com a premissa de que não se dispensasse ninguém e os salários fossem pagos sem atraso, e que não tivesse alterações nos direitos adquiridos. Segundo a explicação de Sarmiento, essa falta de flexibilidade dos trabalhadores torna insustentável a manutenção da cadeia produtiva. (p.138, tradução nossa)

A partir desse momento, os 380 ceramistas da Zanón iniciam, por conta própria, a venda dos produtos embargados pela Justiça, que se estende até fevereiro de 2002. Nesse período os operários passam a dividir tarefas de comercialização e organização política da resistência. À medida que se aproximava o fim do estoque de mercadorias, o horizonte que se desenhava aos operários apontava para as alternativas: aceitar o desemprego, conforme determinavam o Poder Judiciário e os patrões, lutar pelo subsídio de cento e cinquenta pesos oferecidos pelo governo aos desocupados ou ocupar a fábrica. A opção definida em assembléia geral dos trabalhadores da província de Neuquén é de recuperar a fábrica:

De imediato os ocupantes se dividem em três grandes grupos: vendas, produção e segurança. Organiza-se o trabalho em jornada de oito horas, em três turnos de setenta ou oitenta pessoas cada um, durante os quais se asseguram os processos de confecção da cerâmica e do porcelanato. Outros trinta operários se constituem em uma comissão de segurança, cuja tarefa não é a produção em si, mas controlar o funcionamento da maquinaria e da fábrica em geral, incluídas as rondas noturnas pelo prédio. É escolhida uma comissão interna composta por representantes de todos os setores da fábrica: forno, esmaltado, polido, vendas, segurança, entre outros. Mas as decisões

³⁶ Entrevista concedida por Carlos Guerra, trabalhador da cerâmica Zanón.

são tomadas em assembléia geral, máxima autoridade dos trabalhadores em luta. Esse ponto deve ser sublinhado, já que, permanentemente, os inimigos da ocupação procuram colocar a assembléia em segundo plano, senão eliminá-la. E com razão, já que, substituída a assembléia, fica suprimido o controle operário. (HELLER, 2004, p. 216, tradução nossa)

Com a definição coletiva sobre a tomada da fábrica Zanón, as instituições privadas e públicas, inclusive o Governo Provincial, que haviam investido na fábrica, juntam-se para recuperar o capital investido. A proposta dos credores da Cerâmica Zanón apresentada à Justiça requer a posse da fábrica e suas linhas de produção como garantia de pagamento. Esse posicionamento se confronta com o controle operário almejado pelos trabalhadores.

Nos meses de março e abril, o Poder Judiciário e o Executivo programam várias tentativas de retirada dos trabalhadores que ocupam a fábrica. Entretanto, a produção e comercialização seguem sob controle dos mesmos.

Quarta-feira, sete de agosto de 2002, volta a aterrissar em Neuquén uma ordem de despejo da Zanón. O juiz Germán Paes Castañeda, da Capital Federal, ordena que síndicos designados tomem posse da fábrica e realizem o inventário de seus bens. Nessa mesma noite, a partir das 23 horas, começam a chegar companheiros à fábrica, e às duas horas da madrugada do dia seguinte, aproximadamente 400 trabalhadores de diferentes pontos da cidade acompanham os ceramistas. Outra vez é reforçada a guarda da fábrica com a participação de trabalhadores de diferentes sindicatos e de desocupados, ao tempo em que se designavam os dois membros de cada organização presente para se reunirem na primeira hora da manhã com autoridades governamentais e com o juiz estadual Bassi. O juiz, durante a reunião, diz que se via obrigado a determinar a execução da resolução de Paz Castañeda no prazo de cinco dias, mas acrescenta que as alternativas são várias e em princípio não se propunha a emitir ordem de despejo. O debate com a Subsecretária do Trabalho da Província – uma senhora de sobrenome Comelli – é muito mais áspero: Comelli delega à Justiça a resolução do conflito e afirma que a responsabilidade da Província no caso era mínima, porquanto, sobre uma dívida total de 70 milhões de dólares da empresa, o Estado provincial era credor de somente cinco milhões. Mas, além disso, Comelli sustenta que o principal obstáculo para a resolução do problema era a atitude do Secretário-Geral do sindicato ceramista, que, segundo ela, “se negava a toda negociação”. Todas as culpas caíam sobre o dirigente dos trabalhadores, que tinha colocado a funcionar a fábrica quebrada pelos seus donos. (HELLER, 2004, p.222, tradução nossa)

Os trabalhadores realizam o trabalho autogestionado, porém sob forte pressão do capital. A luta pela autogestão reúne todos os setores operários combativos, associações comunitárias, movimentos de desempregados, organismos de direitos humanos e alguns setores do sindicalismo tradicional. Essa frente popular operária é fundamental para impedir a

segunda tentativa de desocupação da fábrica, em outubro de 2002, quando os operários comemoram um ano de ocupação, resistência social e trabalho autogestionado.

Nesse meio tempo, os trabalhadores da antiga comissão interna da fábrica, da direção sindical dos ceramistas apoiados pela CGT local, organizam uma manifestação intitulada: “Ceramistas Independentes”. Nesse encontro, os trabalhadores contrários à autogestão da Zanón distribuem panfletos e organizam discursos públicos sustentando: “Queremos voltar a trabalhar nas condições anteriores, mas não sobre o controle operário” (HELLER, 2004, p. 225, tradução nossa).³⁷ As estratégias da classe trabalhadora, de unificação do movimento operário em defesa da autogestão, redimensionam o movimento capitalista contra o avanço do trabalho sob controle operário, e a simultaneidade das ações e manifestações nas fábricas recuperadas e nas arenas públicas é incorporada pela patronal.

A defesa da propriedade privada estabelece uma nova forma de radicalidade. Os trabalhadores contrários à recuperação do trabalho montam barracas em frente à fábrica e compartilham o espaço com forte aparato policial, de intimidações e ameaças a seus pares. Simultaneamente, a imprensa local se empenha em arrebatar a opinião pública, via generalização do medo, com publicações e manchetes diárias, sustentando a existência de uma batalha campal entre ceramistas e o desrespeito à decisão de instância superior. Porém, a referida “instância superior” era a mesma que havia determinado a repressão e o corte no fornecimento de energia elétrica para intimidar os trabalhadores e enfraquecer a resistência. Ante a situação, por meio de uma assembléia de fábrica, os recuperadores, apoiados pelos piqueteiros, CTA e outros organismos, deliberam pela realização de um dia de paralisação das atividades laborais e um protesto geral em frente à fábrica. A determinação dos trabalhadores resulta na saída da polícia e dos trabalhadores opositores acampados em frente à fábrica, mas explicita uma divergência entre a CTA e o Pólo Obreiro, pois a primeira defende a suspensão do protesto, enquanto o Pólo Obreiro assinala a necessidade de permanência do estado de mobilização.

Um ato de protesto, realizado no mês de novembro de 2002, por uma comissão dos trabalhadores pró-patronal e organizado pela Federação dos Ceramistas de Neuquén e pela CGT para pressionar o Poder Judiciário a decidir em favor dos patrões, provoca uma reação em massa da frente popular operária em defesa da Zanón. No dia 22 desse mesmo mês, desempregados e dirigentes do Pólo Operário, do MTV, do MTD, de diversas associações de bairros de todas as regiões do país, concentram-se na capital neuquiana exigindo a estatização

³⁷ Entrevista concedida por um trabalhador da Fábrica Zanón.

e o controle operário. Entre avanços, retrocessos, tensão e incertezas, os operários da Zanón se dividem entre tribunais, gabinetes legislativos, executivos e manifestações de populares. É nesse momento, também, que se efetiva a solidariedade do movimento operário internacional. A fábrica Zanón recuperada recebe amplo apoio dos trabalhadores internacionais, em especial dos operários da Fiat-Itália. Os trabalhadores são convidados a relatar as suas experiências em várias partes da Europa e se reafirmam como um exemplo de luta anticapitalista. As pressões internacionalistas e o apoio popular argentino rompem com a resistência judicial e, em outubro de 2005, é criada a cooperativa Fábrica sem Patrão (FASINPAT)³⁸, legalizada e reconhecida judicialmente como organismo gestor da ex-cerâmica Zanón. A autorização judicial concede à FASINPAT, no período de um ano, o direito de gestão e de comercialização da produção. A outorga da gestão operária aos ex-empregados da Zanón afasta, mesmo que por um curto período, o fantasma dos ataques repressivos e das tentativas de fechamento da fábrica. A criação de 220 novos empregos e o estoque de 120 mil metros quadrados de pisos cerâmicos é fundamental para a obtenção da decisão judicial, que acata, em outubro de 2006, o pedido dos trabalhadores para produzirem por mais três anos. Esse reconhecimento da autogestão garante a autonomia dos trabalhadores, impossibilita qualquer ingerência patronal, estabelecendo a Assembléia Geral de Trabalhadores como instância máxima de deliberação. Os operários da Cooperativa FASINPAT explicitam possibilidades reais de trabalho autogestionado e estabelecem uma nova dinâmica nas relações sociais da produção sob controle operário coletivo. Na atualidade, a Cooperativa mantém igualdade na distribuição dos recursos obtidos pelas vendas das mercadorias produzidas, e cada um dos 477 trabalhadores recebe 950 pesos mensais. Ademais, parcela do recurso é aplicada em obras para a comunidade, por meio de doações mensais a hospitais e restaurantes públicos, construções de centros de saúde e para organizações e festivais culturais. A FASINPAT representa um momento qualitativo superior na luta das Fábricas Recuperadas na Argentina, pois conquistou juridicamente o direito da existência da fábrica sem patrão.

³⁸ FASINPAT, sigla símbolo do movimento pela estatização autogestionária encabeçado pelos trabalhadores da cerâmica Zanón, e cuja orientação política fundamenta-se no internacionalismo. Esse grupo, existente no seio do movimento das fábricas recuperadas, tem o objetivo principal de defender a transformação das fábricas recuperadas em patrimônio público, com produção das mesmas sendo inteiramente voltada para suprir as carências sociais.

3 A FÁBRICA RECUPERADA IMPA: LABORATÓRIO SOCIAL DE AUTOGESTÃO

A IMPA é o coração de um projeto que transcendeu a necessidade de manter a fonte de trabalho de uma empresa destinada a fechar e que tinha como único futuro engrossar as filas dos desempregados. Base de um sistema que exclui e marginaliza mediante a flexibilização trabalhista, os baixos salários e uma política de desindustrialização que sustenta um modelo de país no qual a distribuição da riqueza se concentra em mãos de uns poucos. A IMPA é uma amostra da determinação assumida por um conjunto de trabalhadores para projetar, fundar e desenvolver um projeto integral de transformação humana.³⁹

A história da IMPA é, também, exemplo da impossibilidade de produzir a existência sob a forma individual. Homens e mulheres que viviam produzindo, quase que exclusivamente, pensando em si mesmos, nas suas próprias necessidades, não conseguem mais fazê-lo e precisam aderir a um projeto coletivo. Como imperativo, portanto, sabem que para continuar existindo devem se associar sob a forma “fábrica recuperada”. Esta, por sua vez, pode ser analisada como laboratório social, permitindo a reflexão acerca de problemas pertencentes ao período da transição de uma sociedade para outra e sobre suas especificidades. A questão do poder se situa no “coração do debate” o que implica a discussão acerca do processo de abolir-se a si mesmo como classe. Como recuperadores tomam decisões sobre quais necessidades devem ser satisfeitas por meio de um planejamento estabelecido na materialidade, engendrando, simultaneamente, “comida na mesa” e ruptura com o domínio do capital.

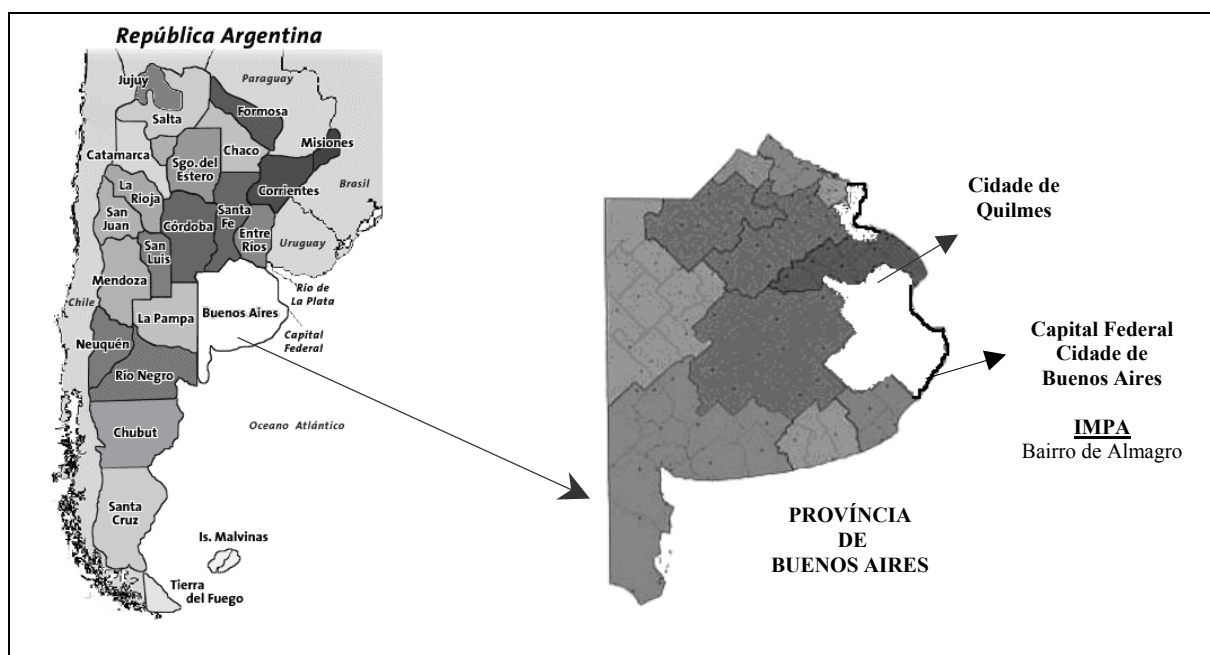
3.1 NACIONALIZAÇÃO DA FÁBRICA METALÚRGICA IMPA: HISTÓRIA E TRABALHO

Localizada em meio a uma área residencial, no bairro portenho de Almagro, na Capital Federal de Buenos Aires, Argentina, a Indústria Metalúrgica e Plástica Argentina (IMPA) é uma das principais experiências do movimento de fábricas e empresas recuperadas

³⁹ Carta Denúncia publicada em 26 de abril de 2005, assinada pela IMPA Cooperativa LTDA., IMPA La Fabrica Ciudad Cultural e pelo MNER, sob o título “Sectores del Gobierno atacan IMPA y el MNER”. Disponível em: <<http://nuestraamerica.info.gacietienda.hls?id=55>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

do país. A experiência coletiva de ocupação remonta a 1998, quando é transformada em fábrica recuperada, com 40 trabalhadores, dos quais 31 homens e 09 mulheres. Dois anos depois, esse projeto ganha a adesão de novos operários e o número se eleva para 120 trabalhadores. Atualmente a IMPA funciona com 140 recuperadores, sendo 110 homens e 30 mulheres, e o faturamento chega a 300 mil pesos por mês, sendo que cada recuperador recebe 800 pesos mensais.

A IMPA é uma fábrica de produtos de alumínio cuja fundação remonta a 1910. Propriedade privada, mantém-se nessa condição até 1945. Nesse ano, devido a alterações na composição orgânica da política internacional decorrente do fim da Segunda Guerra Mundial, o governo argentino confisca propriedades de empresários alemães existentes no país, dentre elas a IMPA. Essa nacionalização ocorre na década de 1940, com o presidente Juan Domingo Perón, atingindo a IMPA em 1945, à época 1000 operários distribuídos em duas unidades de produção, a primeira em Quilmes e a segunda em Almagro. A IMPA incorpora inovações tecnológicas na transformação do alumínio, destinando sua produção ao mercado interno. A administração, o gerenciamento do processo produtivo e de recursos humanos é controlado por uma comissão indicada pelo governo. Com a nacionalização da IMPA, a democracia interna instituída se restringe à escolha de representantes setoriais, uma vez que a escolha da direção, durante o período de 1945 a 1961, não se configura como um direito dos trabalhadores. O Estado, por sua vez, assume atribuições de patrão, determina a escolha dos gerentes que, muitas vezes, são indicações políticas ou de funcionários públicos de carreira que desempenham cargos de confiança. Os trabalhadores têm garantia de salário e estabilidade ocupacional sob essa forma de administração.



Mapa 1 – Localização da IMPA. Fonte: Google Maps. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2007. Elaboração do autor.

Em 1960, a fábrica nacionalizada apresenta os primeiros sinais de crise e a unidade produtiva de Quilmes é fechada, sendo desativados 500 postos de trabalho. Para deflagrar a crise concorre a mudança de orientação governamental em relação à nacionalização, o estímulo à entrada de capital internacional e a instalação da ALUAR⁴⁰. Essa fábrica privada recebe subsídios estatais, o que torna a situação da IMPA ainda mais complexa. Com 60% da produção voltada para a exportação, a ALUAR obtém o domínio da demanda interna argentina com 40% do montante produzido. Mantém sob sua dependência a maioria dos ramos produtivos nacionais que necessitam do alumínio como matéria-prima.

A ALUAR recebeu ao longo de 30 anos cinco milhões e oitocentos mil dólares em subsídios do Estado Nacional e dos Estados Patagônios. Recebeu diferentes tipos de subsídios, em especial em relação às tarifas elétricas subsidiadas, mantidas pelos portos patagônios, e agora planos para a amortização de suas dívidas públicas são acelerados pelo governo nacional. A ALUAR recebeu este subsídio em três décadas e utilizou uma parte desses recursos públicos para destruir todas as indústrias de alumínio. Enquanto

⁴⁰ A ALUAR atua com capital nacional desde a década de 1970. Transforma-se numa empresa competitiva, especializada em trabalhar com o alumínio na forma bruta. Suas operações compreendem desde o trabalho para obtenção do alumínio na sua forma líquida, até a fabricação de produtos elaborados que se destinam as indústrias de transporte, construção, eletricidade, medicamentos e tratamento de água. Com uma força de trabalho composta por dois mil trabalhadores, a empresa possui várias unidades produtivas: em Porto Madry, na província de Chubut, está situada a produção de alumínio primário e mais duas unidades que se dedicam ao trabalho de semi-elaboração do alumínio; em Abasto, na província de Buenos Aires, funciona a unidade dedicada à laminação e fundição. Disponível em: <<http://www.aluar.com.ar/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2007.

para a IMPA o governo nega até a possibilidade de acesso a crédito (MURÚA, 2005, tradução nossa).⁴¹

Diante da concorrente subsidiada, a IMPA fica sem mercado para comercialização dos seus produtos e reestrutura suas bases de atuação.

3.2 FÁBRICA COOPERATIVA IMPA

Em 1961, a parte restante da fábrica, situada na cidade de Buenos Aires, foi desnacionalizada pelo Estado e, por meio de acordo de compra e venda com os trabalhadores, transformou-se em cooperativa de trabalho com 500 cooperados. Entretanto, as relações de poder não se alteraram, pois o controle interno permaneceu sob a tutela do poder estatal. Na negociação entre cooperados e Estado, este último preservou o direito de gerenciamento até que a dívida fosse quitada. Quanto ao valor da fábrica, do maquinário e instrumentos de trabalho, esse total foi repassado aos associados, que assumiriam a dívida na forma de cotas individuais a serem pagas mensalmente, ao Governo, no início representando 20% dos salários recebidos. Do acordo, também fez parte a permanência na fábrica de uma junta administrativa indicada pelo Governo, até a integralização total das cotas. Com esse contrato, os associados iniciaram a produção numa conjuntura adversa ao contexto de fábrica nacionalizada e de clientes estatais exclusivos. Eles deviam saldar as dívidas com o Governo e, ao mesmo tempo, precisavam enfrentar a concorrência no ramo da atividade do alumínio, sem possuir o pleno domínio administrativo da cooperativa.

Nas reflexões de Mészáros (2002), o Estado e o capital encontram-se como ramificações de um só corpo. Portanto, na base empírica, as ações estatais, inclusive aquelas com *status* de dádivas, ocorrem sempre na mesma direção e possuem os mesmos objetivos - manter a hegemonia da classe dominante e garantir a manutenção permanente do processo de acumulação de capital.

⁴¹ Formado no Movimento Sindical Metalúrgico, Eduardo Murúa, atualmente com 46 anos, metalúrgico, teve importante atuação nas lutas operárias regionais da Argentina na década de 1980. A defesa de práticas e idéias políticas anticapitalistas, bem como a vasta experiência militante o conduzem à condição de dirigente social, ganhando destaque na União Obreira dos Metalúrgicos (UOM), da cidade de Quilmes. Murúa é o atual dirigente do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), e também o foi na sua origem.

A IMPA, na condição de cooperativa de trabalho, permaneceu sob direção do Estado durante 37 anos, e isso não significa dizer que os sócios tivessem a possibilidade de expressar sua palavra. Quando um associado reclamava ou fazia algum movimento interno era “marcado” pelos membros do Conselho Diretivo. As assembleias promovidas por exigência da legislação de sociedade cooperativa não passavam de mera formalidade. O cooperado que solicitava informações sobre o faturamento ou aqueles que pediam aumento salarial eram despedidos.

A Cooperativa IMPA era famosa, pois funcionava como uma sociedade anônima, mas quando alguém reclamava algo, era colocado para escanteio. E quando queríamos fazer algum movimento interno nos marcavam. Havia assembleias, mas eles informavam o que queriam e quando alguém perguntava pelo faturamento ou pedia um aumento, a esse o anotavam e despediam. Um dia eu me desentendi com a vice-presidente, no setor de fundição, por causa do atraso de salário e por tudo o que estava passando na cooperativa. Ela me disse que se sentia ofendida, então eu lhe respondi:

— Imagina como estamos, nós que não temos um peso!

Meia hora depois discuti com o chefe dos encarregados, que se fazia de desentendido. Por tudo isso, na sexta-feira eles me disseram que ficasse em minha casa, pois para mim não tinha mais trabalho na cooperativa.⁴²

A partir de 1990 a cooperativa de trabalho IMPA enfrenta uma crise na forma de existência. A produção se torna insuficiente para quitar os débitos. Em 1997, não há mais luz e gás e os trabalhadores recebem apenas dois dólares por dia. Essa situação se aprofunda à medida que os associados solicitam ao Conselho Diretivo a realização de uma assembleia, sem obter êxito. Tal ambiente desencadeia uma divisão entre os associados, favoráveis e contrários aos membros do Conselho - que defendem a transformação de cooperativa em sociedade anônima. Segundo Oracio Campos, do ponto de vista jurídico e social, ao final da década de 1990 a cooperativa encontrava-se em processo de transformação em sociedade anônima e havia se tornado famosa por sua forma, “aparente”, de produzir sem patrão. Mas a prática de assembleias pró-reforma, ausência de transparência de gestão, surgimento de dívidas levaram a base da cooperativa a se insurgir contra o Conselho Diretivo. Oracio Campos⁴³ rememora detalhes dessa insurgência.

⁴² CAMPOS, Oracio. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Oracio Campos, militante de esquerda, com formação escolar primária, aos 16 anos se profissionaliza como mecânico. Com 25 anos, em 1978, se associa à IMPA, trabalhando como mecânico de manutenção, na seção de laminação. Inicia sua liderança na Cooperativa de Trabalho IMPA em 1998 quando, junto com outros 100 operários, é dispensado, sem justificativa. Foi o primeiro presidente da Fábrica Recuperada IMPA, de 1998 a 2000.

⁴³ CAMPOS, Oracio. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

O grande problema nosso era a falta de união. O setor de Laminação protestava com firmeza, mas o resto não. A UOM ^[44] não intervinha, pois para eles nós éramos cooperativistas. Então eu comecei a fazer uma manifestação na esquina da fábrica. Um dia, encontrei-me com alguns companheiros e eles me disseram:

—Sabes que nós estamos nos organizando com um advogado?

—Não queres vir?

—É claro que irei, eu lhes disse.

Ao meio dia, por acaso, encontrei-me com a companheira Anita. Ela era telefonista e tinha sido despedida uma semana antes de mim. Comentei sobre a reunião com o advogado, e ela disse-me que estava de acordo. Então fomos em 30 companheiros e o advogado se comprometeu a nos ajudar, mas disse que éramos poucos e que deveríamos ter mais trabalhadores. E para a reunião seguinte levamos mais de 100.

—Ah, agora sim, disse o advogado.

E fomos ao salão. Nisso, aparece, ao acaso, um rapaz envelhecido, que havia sido metalúrgico. Ele nos diz:

—Se necessitam uma mão, contem comigo.

Nós estávamos sós e ele era o primeiro que nos oferecia uma mão desinteressada. Era Eduardo Murúa.

O advogado nos explicou como devíamos nos organizar. Nesse dia eu disse a meus companheiros que o negócio era defender a fonte de trabalho e deixar as diferenças de lado. Lembrei-lhes que o grupo a que pertencíamos tinha idade avançada e não ia conseguir facilmente outro trabalho. Bom, os rapazes concordaram e escolhemos uma comissão para começar a brigar. Na segunda-feira fomos à frente da fábrica e nos apresentamos com os foguetes. Também queimamos pneus na porta da fábrica. Pedimos uma assembléia geral. Mobilizamos igualmente repórteres de TV. O advogado falou com os membros do Conselho, que negaram conceder o direito à assembléia. Mas nós estávamos decididos e permanecemos na porta da fábrica, em protesto.

No início dos anos de 1990, os cooperados recebem os primeiros resultados de problemas de ordem externa e administração fraudulenta acumulados⁴⁵. O pagamento da dívida se transforma em uma incógnita. A dívida interna, de 20%, é amortizada nos salários dos cooperados, mas não há transparência na prestação de contas, e a informação sobre a

⁴⁴ A União Obreira Metalúrgica da República Argentina (UOM) é a principal central sindical dos metalúrgicos do país. Em 1919 já existia na Capital Federal a denominada “Sociedade de Resistência Metalúrgica”. Naquela época os sindicatos eram nomeados desse modo, e esta foi, então, a primeira organização sindical que agrupava os trabalhadores da indústria do metal. Em 19 de abril de 1943 um grupo de trabalhadores, encabeçados pelos operários Nicolas Giuliani, Angel Perelman e outros (cada qual representando o ramo pertinente a sua atuação dentro da indústria: fundidores, caldeiros e serralheiros), se reúnem na sede da Confederação Geral do Trabalho (R.G.T.), sob a coordenação de José Domenevch, secretário-geral da Central Operária e presidente da União Ferroviária. Depois de discutir os pontos de vista (dissidência devido à diferente posição política de cada um) se conciliam e, finalmente, decidem fundar uma organização sindical que agrupe a todos. Assim nasce a UOM, uma única organização sindical para todos os trabalhadores metalúrgicos argentinos.

⁴⁵ Nos arquivos da Cooperativa não foram localizados registros identificando os representantes do Estado que participaram da administração da IMPA, tampouco suas funções públicas. A cada alteração na composição administrativa toda a documentação produzida era destruída ou simplesmente desaparecia dos arquivos da cooperativa. Esse fato constitui uma dificuldade inclusive para os atuais recuperadores que não possuem base documental que lhes permita reconstituir o passado.

proporção de dívidas externas com os fornecedores e bancos públicos não circula entre os cooperados, restringindo-se ao círculo dos dirigentes estatais. De acordo com as observações registradas em diário de campo durante a pesquisa, outro problema constatado se refere ao funcionamento do processo de trabalho na cooperativa IMPA, que, desde sua fundação, baseia-se na hierarquia, disciplina e no planejamento fordista-taylorista. Nessa mesma direção são realizadas as tomadas de decisões, verticalizadas. A permanência da categoria “salário” como forma de pagamento dos cooperados reafirma o continuísmo das relações de trabalho, estabelecida durante o período da IMPA nacionalizada, cujo padrão é o Estado.

3.3 FÁBRICA RECUPERADA IMPA: UMA NOVA FÁBRICA APÓS 1998

No início de 1998 não recebíamos nada, absolutamente nada tirávamos da retirada. Aqui houve gente que para conseguir sobreviver esteve vivendo dentro da fábrica. Assim é o começo da luta dos trabalhadores contra o padrão, porque o padrão esvaziou a fábrica e decretou a falência e nós pagamos com o desemprego e a fome. Um momento decisivo foi quando nos deparamos com a necessidade de incluir mais trabalhadores na fábrica. A decisão inicial foi incluir os filhos de cooperados.⁴⁶

Em 1998 desencadeia-se um processo de desligamento de mais de 100 cooperados, entre eles o líder, afastados pela comissão diretiva. Diante dessa situação, o cenário altera-se. Conforme relata Oracio Campos⁴⁷, inconformados com o afastamento e na tentativa de evitar o sucateamento da fábrica e a destruição de postos de trabalho e, sobretudo, “para pôr comida na mesa”, os 100 trabalhadores se organizam, sendo que 40 ocupam a fábrica e os demais prestam suporte fora dela. A ocupação interna é tão importante quanto o apoio externo, que inclui a adesão de professores e alunos da Universidade de Buenos Aires, das Mães da Praça de Maio e de outras cooperativas que já existiam como fábricas recuperadas.⁴⁸

⁴⁶ GUTIERREZ, Sonia. 22 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Sonia é uma das lideranças femininas mais ativas da IMPA. Trabalha no setor de prensa pomo desde 1980. É uma das integrantes do grupo dos trabalhadores que permaneceu no interior da fábrica durante a ocupação em 1988.

⁴⁷ CAMPOS, Oracio. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. 21 de novembro de 2006.

⁴⁸ A existência de fábricas recuperadas na Argentina inicia-se com a recuperação da Gráfica Campichuelo, em 1992. As iniciativas operárias anteriores limitam-se a ocupações efêmeras e representam, para os trabalhadores, apenas uma ferramenta para forçar os patrões a aumentar os salários ou reintegrar algum companheiro demitido sem justa causa. Mesmo tomando a forma de cooperativa de trabalho, ao iniciar o processo de recuperação, a Gráfica Campichuelo representa o primeiro caso de propriedade coletiva, com efetiva gestão operária, no mundo do trabalho argentino. Sobre o princípio e evolução das fábricas

A IMPA é ocupada no dia 4 de maio de 1998. Com a tomada da fábrica, novos problemas surgem. Os trabalhadores, inicialmente, precisam evitar o esvaziamento, o fechamento da Cooperativa, e garantir a fonte de trabalho. No intuito de transformar a cooperativa em fábrica recuperada, na qual todos os cooperados devem ter os mesmos direitos, realizam uma assembléia. Nesse momento destituem o Conselho Diretivo, ao mesmo tempo em que empossam o primeiro Conselho Administrativo da Fábrica Recuperada IMPA. Para o novo Conselho são escolhidos o mecânico Oracio Campos e a operária Julia Taborda⁴⁹, presidente e vice, respectivamente. Esse se constituiu no golpe de misericórdia no Conselho Diretivo representante do Estado. Para marcar esse novo momento, os recuperadores estabelecem a assembléia geral como órgão máximo para discussão e resolução de problemas e propõe a distribuição igualitária de sobras. Enquanto um grupo permanece no interior da Cooperativa vigiando as máquinas, impedindo a retirada de objetos e instrumentos de trabalho, um outro articula apoio jurídico, procurando estreitar laços com os moradores do bairro e demais organizações de trabalhadores. Conforme relata Oracio Campos, cientes de que estão envelhecidos, buscam formas para envolver os jovens no laboratório social, criando uma escola popular profissionalizante, com curso de segundo grau (habilitação em gestão de cooperativas e micro-empresendimentos), uma biblioteca comunitária e, ainda, permitem a instalação de um centro de saúde comunitário no espaço da fábrica recuperada. Os recuperadores alargam ainda mais o espectro de suas bases sociais, destinando um espaço aos artesãos autônomos e artistas de rua. Num gesto de solidariedade, não sem questionamentos por parte de alguns recuperadores, concedem espaço físico à Manos Cooperativa Serigráfica⁵⁰, que se ocupa de arte gráfica, sendo que seus produtos compreendem serigrafia

recuperadas na Argentina, ver: AUED, B. W.; CHAVES, Luiz C. O desemprego não é inexorável. *Revista Plural*, Florianópolis: APUFSC, 2003, v. 13.

⁴⁹ Júlia Taborda é operária no setor de prensa da IMPA desde 1982. Participou ativamente do processo de recuperação da fábrica e, ao lado de Oracio Campos, é a primeira vice-presidente da fábrica recuperada (1998-2000). É militante de esquerda declarada, possui o ensino médio completo e é integrante do Movimento Nacional de Recuperação de Fábricas (MNER), que a tem como referência. Defende abertamente na IMPA a permanência da Manos Cooperativa Serigráfica, da escola profissionalizante, do centro cultural, bem como da abertura da fábrica para o público externo. Propõe a manutenção da fábrica como um laboratório social. TABORDA, Julia. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

⁵⁰ A Manos Serigrafia inicia suas atividades no ano 2001, por meio de oficinas de serigrafia, confirmando-se legalmente como cooperativa de trabalho em 2003. O dinamismo inicial é impulsionado por um grupo de seis jovens artistas, desenhistas e técnicos com formação profissional na arte, que participavam, de forma ativa, da Comissão de Arte e Política do agrupamento “Filhos”. O projeto nasce como uma iniciativa independente, apresentando um plano político, cultural e econômico à Cooperativa IMPA, que cede um espaço nas suas edificações para sua concretização. Em 2003, após organizar o espaço de comercialização dos produtos, a atividade começa a tomar impulso. Atualmente os associados que a integram contam com formação em *design* gráfico, cinema, propaganda e serigrafia. A cooperativa se especializa em impressões sobre todo tipo

integral, artística, serviço de estampa e desenho gráfico. Sua força de trabalho é composta por oito jovens, que, desde 1998, participam ativamente da vida no interior da IMPA.⁵¹

Assim, surgem os arranjos para os primeiros passos da autogestão obreira na fábrica recuperada IMPA.

No ano de 1998 começa uma nova etapa. Não tínhamos nem luz, nem gás, não tínhamos nada no caixa, muito menos matéria-prima. A Cooperativa estava praticamente quebrada. Conhecemos o senhor Guillermo Robledo, e nesse mesmo ano montamos uma equipe: Eduardo Murúa, Guillermo Robledo, Gallardo [atualmente é juiz] e Diego Kravet [atualmente deputado]^[52]. Nesse momento, quando eles chegaram, obtivemos uma entrada de dinheiro da família de Robledo. Com isso, e com um pequeno investimento que fizemos, conseguimos comprar a matéria-prima; depois um companheiro, Castillo^[53], conseguiu, por intermédio de um político, que a luz e o gás fossem religados. Aí sim começamos a trabalhar.⁵⁴

O apoio e as mediações externas são essenciais para o início do trabalho na fábrica recuperada IMPA. O investimento de 300 mil dólares (viabilizado pela família de Guillermo Robledo), a formação de uma equipe de colaboradores e o auxílio obtido por meio de laços externos, mediados pelo recuperador Castillo, são decisivos. A fábrica recuperada passa a ser um centro de referência local, atraindo visitantes e pesquisadores, dentro do país e fora dele.

Na fábrica chama a atenção dos visitantes a livre circulação dos trabalhadores, de um setor a outro sem restrições. Eles também falam, argumentam as suas posições, revelando uma mudança no espaço conquistado, muito distinto do existente outrora. Mas como não poderia deixar de ser, a livre expressão patenteia um cotidiano de manifestações e posições

de material, faz serviços de serigrafia artística (assessoria técnica, realização de originais), *design* gráfico e cursos de serigrafia, e também produz estampas e postais. A Manos Cooperativa Serigráfica possui um Conselho Administrativo que se reúne mensalmente, objetivando deliberar assuntos referentes à Cooperativa, sejam estes financeiros ou quanto à participação ativa da cooperativa em ações vinculadas às organizações sociais que trabalham com adolescentes em situação de risco, inclusão no mundo do trabalho ou capacitação profissional.

⁵¹ COMES, Ramiro. 15 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Ramiro, “recuperador voluntário” da IMPA, é fundador da Manos Cooperativa Serigráfica.

⁵² Guillermo Robledo é cineasta, Diego Kravet e Guillermo Gallardo advogados trabalhistas; junto com Luís Caro e Eduardo Murúa formam a primeira equipe de apoio externo à IMPA, ainda em 1998, e propiciam os primeiros impulsos à criação do MNER. Com os desdobramentos posteriores, Robledo, Kravet e Gallardo, cada um a seu tempo, abandonam o Movimento.

⁵³ Castillo é cooperado da IMPA desde 1998. Participou da tomada da fábrica e, por indicação de Eduardo Murúa, é incorporado ao quadro da Cooperativa. Ele trabalha no setor de papel alumínio.

⁵⁴ GUTIERREZ, Sonia. 22 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

divergentes, que se explicitam, com frequência, em debates acalorados no interior da fábrica.⁵⁵

Alguns companheiros, principalmente os mais velhos, estão acostumados à linha do patrão, não conseguem pensar que podemos trabalhar unidos e que a fábrica é uma cooperativa, e nós, os associados, temos de organizá-la para que tudo saia bem. Alguns companheiros não têm bem definido que é uma cooperativa.⁵⁶

Em 1998 conquistamos o direito ao trabalho, hoje, pelo menos até este momento, podemos caminhar por toda a fábrica e conversar com os companheiros sem que nos reprimam. Temos a liberdade de circular por todos os setores da fábrica sem problemas, e isso é favorecido até pela dinâmica adotada, que todos têm que saber tudo. Então não trabalhamos somente em uma máquina, passamos por todas, e, com isso, também circulamos pelos setores.⁵⁷

3.3.1 Composição dos recuperadores

Entre setembro de 2005 e maio de 2006, em enquete realizada com 76 trabalhadores da IMPA (63 homens e 13 mulheres), com o objetivo de evidenciar as características principais da composição social dos recuperadores, constatou-se que 85% da amostra possuem idade acima dos 31 anos. Destes, 72% têm idade entre 42 e 71 anos.

⁵⁵ Registros do Diário de Campo realizados em 2006, durante a pesquisa.

⁵⁶ GUTIERREZ, Sonia. 22 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

⁵⁷ GUTIERREZ, Nathalia. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Nathalia é a cooperada mais jovem da fábrica recuperada IMPA. Participou intensamente, como apoio externo, durante o processo de ocupação da IMPA. Ingressou no quadro da IMPA por indicação de sua mãe, a cooperada Sonia, com a qual trabalha desde 1988 no setor de prensa pomo.

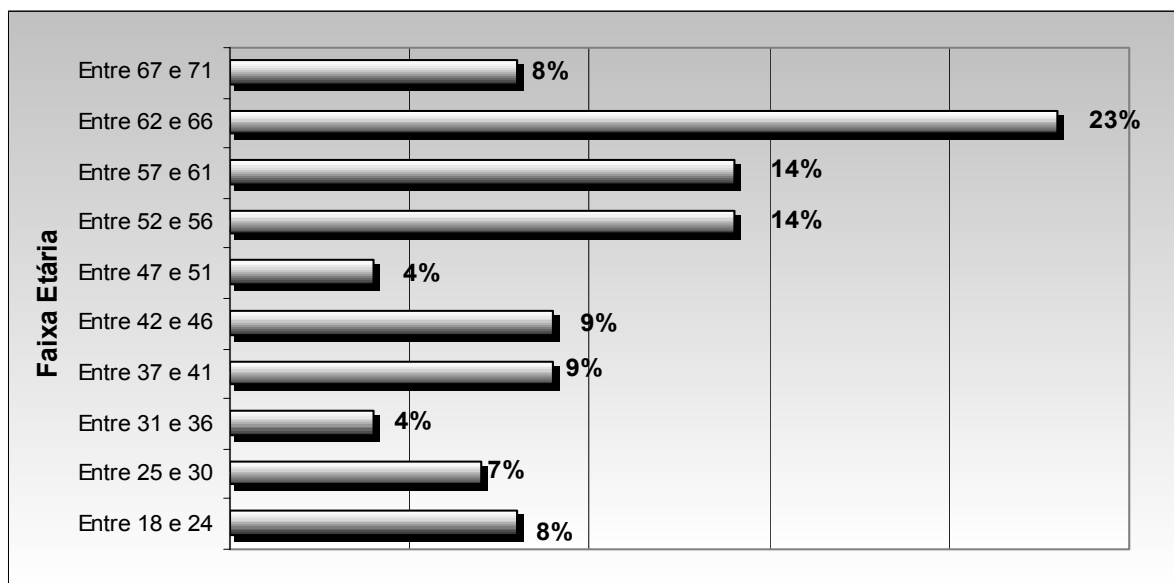


Gráfico 3 – Faixa etária dos trabalhadores da IMPA. Elaboração: do autor.

Os recuperadores mais jovens, entre 18 e 30 anos, somam o percentual de, aproximadamente, 15% da amostra.

Hoje, cada recuperador recebe 800 pesos, muito próximos do salário mínimo oferecido na Argentina, 720 pesos⁵⁸.

O recuperador Mario Gonzáles expõe, ainda, que o trabalho na fábrica recuperada não é nada fácil. Os recuperadores enfrentam condições adversas para desenvolver o processo de trabalho e garantir a sobrevivência. Ele atua diariamente em temperaturas de até 1600 graus, convive com ambientes insalubres, com muita sujeira e pouca iluminação.

Aprendi na IMPA o que é uma fábrica, o que é me sentir contente. Quando você funde um pedaço de alumínio estando a um metro das chamas, quase se queimando, na verdade esse perigo não interessa, porque eu sei que o trabalho que eu faço, o produto e os ganhos, nós levamos, não um patrão. Há seis anos estou na IMPA e nesse tempo se passou um montão de coisas. Há um ano houve uma assembléia na fábrica e tive a oportunidade de postular-me candidato ao Conselho Administrativo, e graças aos meus companheiros, que me escolheram, pude ser secretário e assumir mais responsabilidades. Tinha que me inteirar sobre o que é a administração, entender completamente os números. Senti necessidade de, até nos fins de semana estar na fábrica, apesar de ter uma família. Sobre a vontade de vir à fábrica e trabalhar, me dá prazer e tomara que siga assim. Há dois anos atrás vinha muita gente de outros países para conhecer a história dos trabalhadores e o que nós pensávamos sobre a fábrica e o trabalho. Recordo de uma pergunta

⁵⁸ Esse é o salário mínimo na Argentina em abril de 2006. Sobre esse aspecto, importante para demonstrar o resultado do trabalho nas fábricas recuperadas, não decodificamos o que se podia comprar com 800 pesos na Argentina, no corrente ano. Porém, uma idéia sobre este ponto pode-se obter por meio da reconversão cambial a qual demonstra que para a realidade brasileira, no mesmo ano, 800 pesos significaria 560 reais.

que me fez um senhor, se eu gostava do meu trabalho. Eu lhe disse que sim, prefiro estar entre a sujeira, produzir a partir dessa sujeira, minha alegria é um montão de outras coisas mais. Assim ajudo mais meus companheiros, do que estar por trás de uma escrivaninha querendo explorar as pessoas. Também me perguntaram se caso recebesse uma proposta salarial melhor, sairia da IMPA. Não saio, porque aprendi muitas coisas, não só no modo de produzir, mas aprendi também o que é um produto do meu trabalho, um tubo para armazenar pasta, um papel alumínio, uma bandeja de alumínio. Desde que entrei na fábrica me identifico com tudo o que tem a ver com os direitos. O trabalhador tem de viver e não ser explorado.⁵⁹

Na mesma direção, o ex-metalúrgico e sindicalista Eduardo Murúa⁶⁰ expõe a percepção na composição dos recuperadores, do ponto de vista de movimento organizado:

Com a ocupação da fábrica, o conjunto de homens e mulheres entendeu que não bastava saber como recuperar os meios de produção sem assumir a tarefa de alterar um sistema de exclusão, exploração e dominação, e essa luta se ampliou a diferentes setores da sociedade e a outras fábricas. Por isso a IMPA é muito mais que uma processadora de alumínio.

Há operários que estão na IMPA desde 1959, dois anos antes da desnacionalização, possuindo tempo de trabalho entre 44 e 48 anos (4%). Há aqueles que estão na fábrica entre 34 e 43 anos, totalizando 15% da amostra.

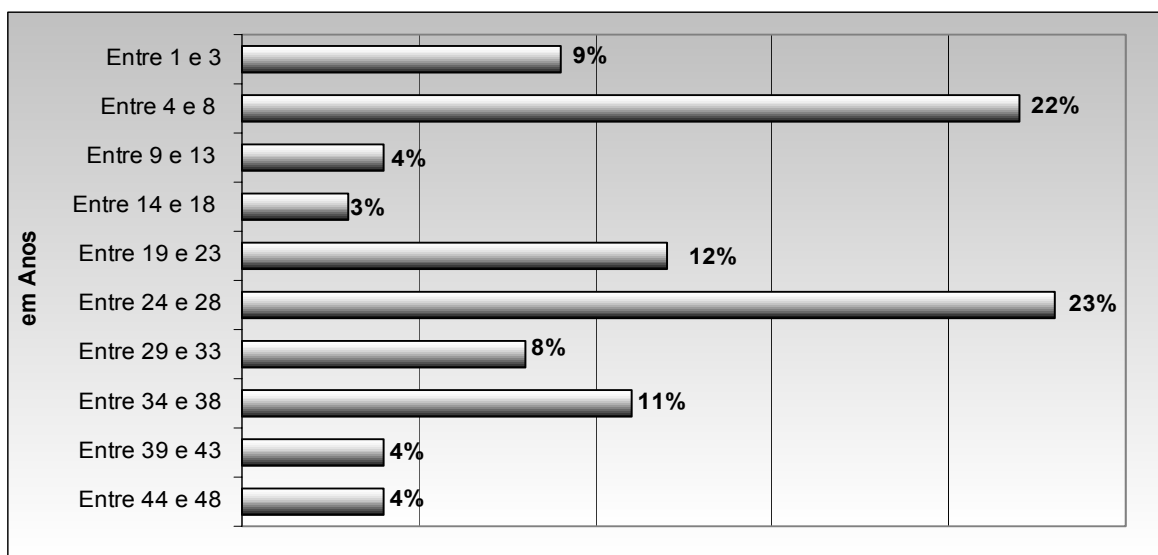


Gráfico 4 – Tempo de trabalho dos operários na IMPA. Elaboração: do autor.

⁵⁹ GONZÉLES, Mario. 28 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Gonzáles é um jovem trabalhador. Sua primeira experiência de trabalho fabril foi na IMPA, sendo incorporado ao quadro da cooperativa em 1998, por indicação de Eduardo Murúa. Transformou-se em liderança dentro da fábrica, sendo eleito secretário geral em 2006.

⁶⁰ MURÚA, Eduardo. Outubro de 2005. Entrevista concedida no 1º Encontro Latino-americano de Empresas Recuperadas, Venezuela. Publicada no periódico “Una multinacional sin patrón”, em 1º novembro 2005. Disponível em: <<http://lavaca.org/seccion/actualidad/1/1195.shtml>>. Acesso em: 12 de novembro de 2006.

A relação tempo de vida e tempo no trabalho, observada no processo produtivo da IMPA recuperada, perpassa a sobrevivência. Pode-se inferir que esses recuperadores não se aposentam por absoluta falta de condições previdenciárias, não observadas nos tempos da cooperativa de trabalho, sobretudo a partir do final da década de 1980, quando os trabalhadores com tempo de trabalho para aposentadoria perceberam que os dirigentes não haviam depositado os aportes necessários. Esse é um outro problema gerado pela administração fraudulenta, porque obriga os cooperados a permanecer trabalhando após ter cumprido o tempo de serviço regulamentar para a aposentadoria.

A jornada de trabalho é de cinco dias semanais, com nove horas diárias; inicia às 6 horas da manhã com término às 15 horas e 30 minutos, com dois pequenos intervalos, sendo de 10 minutos para o lanche, às 9 horas e 30 minutos, e outro ao meio dia para o almoço, também de 30 minutos. A adoção dessa sistemática se justifica, por um lado, pelo fato de a maioria da força de trabalho residir a uma distância maior que 40 quilômetros em relação à fábrica, representando um deslocamento com tempo mínimo de uma hora; por outro lado, pela decisão coletiva de não trabalhar aos sábados.

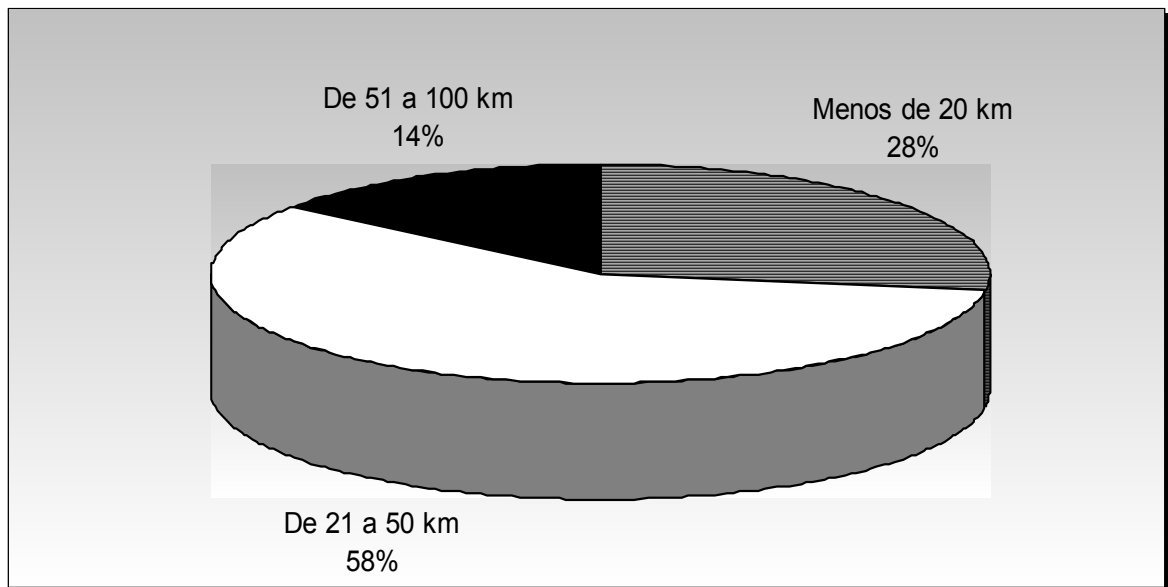


Gráfico 5 - Distância do itinerário diário casa/fábrica percorrido pelos trabalhadores da IMPA.
Elaboração: do autor.

A fixação do início do expediente às 6 horas da manhã demanda sacrifícios para alguns, pois o itinerário percorrido para chegar à fábrica sugere que eles devem despertar, na melhor das hipóteses, às 5 horas da manhã. Para chegar pontualmente ao trabalho, muitos cooperados não conseguem ingerir alimentos antes de sair de casa, e esse jejum somente termina às 9 horas e 30 minutos, quando realizam o primeiro intervalo (de 10 minutos). No

segundo intervalo, às 12 horas e 30 minutos, com duração de 30 minutos, os recuperadores realizam a última refeição na fábrica, uma vez que o horário de trabalho se encerra às 15 horas e 30 minutos.⁶¹

A opção por privilegiar o ingresso de parentes de trabalhadores ou ex-cooperados da fábrica, ou pessoas indicadas, marca a composição dos associados da IMPA recuperada e consolida um ambiente de trabalho contornado por difusos laços de solidariedade. Nos momentos de conflitos, sobretudo nas tomadas de decisões, essas características se transformam no “fiel da balança”. “Na primeira vez entraram 60 companheiros; desses, 40 eram filhos, e os demais, ex-trabalhadores e pessoas indicadas por algum cooperado, e como nós, todos viviam longe daqui”.⁶²

A IMPA recuperada é formada por 90 ex-trabalhadores da IMPA Cooperativa de Trabalho, sendo que 50 são aposentados e 40, muito embora tenham trabalhado o tempo necessário à aposentadoria, se diz vítima da administração fraudulenta que não contribuiu para a obtenção o reconhecimento legal do direito. Os 50 trabalhadores restantes são parentes e conhecidos, indicados pelos recuperadores mais velhos da fábrica. As eleições, na prática nem sempre se transformam em possibilidade de convergência. Existem divisões internas e os laços de solidariedade, muitas vezes, se prendem aos limites da experiência e não ultrapassam o processo produtivo.

Da amostra pesquisada, 68% dos recuperadores não participaram de atividades conjuntas com experiências autogeridas. Mas alguns, como Oracio Campos, Pablo Piñero, Mario Gonzáles, Sonia Gutierrez, Nathalia Gutierrez, Julia Taborda, entres outros, participam ativamente do movimento de recuperação de fábricas e mantêm laços com diversas experiências.

⁶¹ Registros do Diário de Campo e do Caderno de Notas, realizados durante a pesquisa no ano de 2006.

⁶² GUTIERREZ, Sonia. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

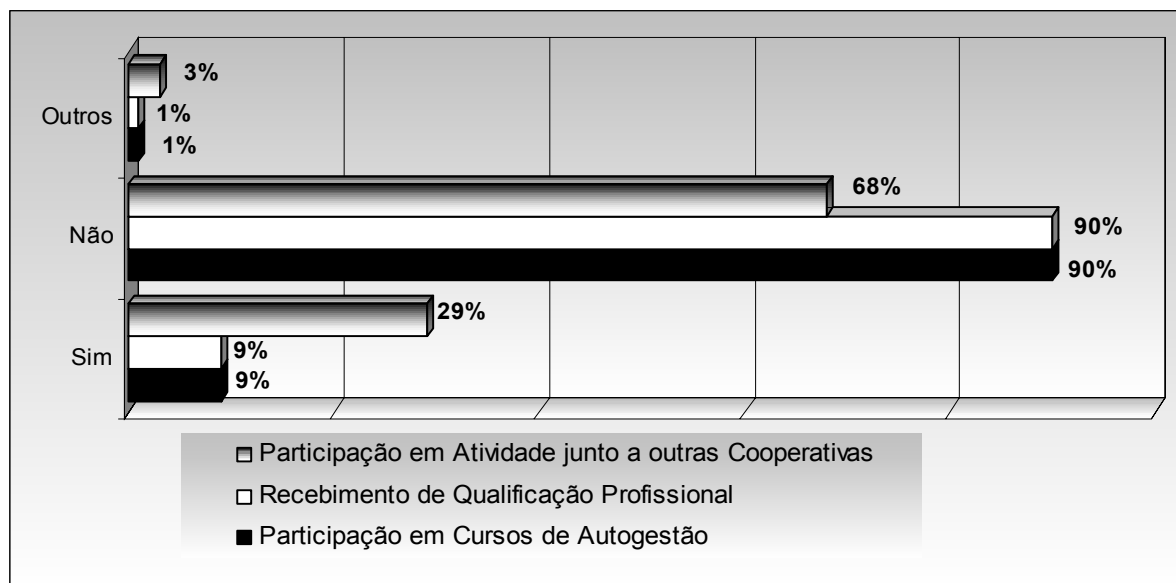


Gráfico 6 – Participação dos trabalhadores da IMPA nas atividades de autogestão. Elaboração: do autor.

A ausência de transparência é apontada como ponto frágil na relação entre os recuperadores. A inexistência de informativos nos murais setoriais e no quadro de avisos sobre a situação financeira corrobora essa realidade⁶³. Esta observação é comprovada quando 50% da amostra declaram não ter conhecimento da situação financeira da fábrica recuperada, porém, contraditoriamente, 90% afirmam que a fábrica recuperada possui dívidas. Esse indicativo mostra que os recuperadores, de certa maneira, têm informações sobre a situação financeira, o que lhes falta são detalhes sobre o montante da dívida, os credores e as formas de amortização adotadas.

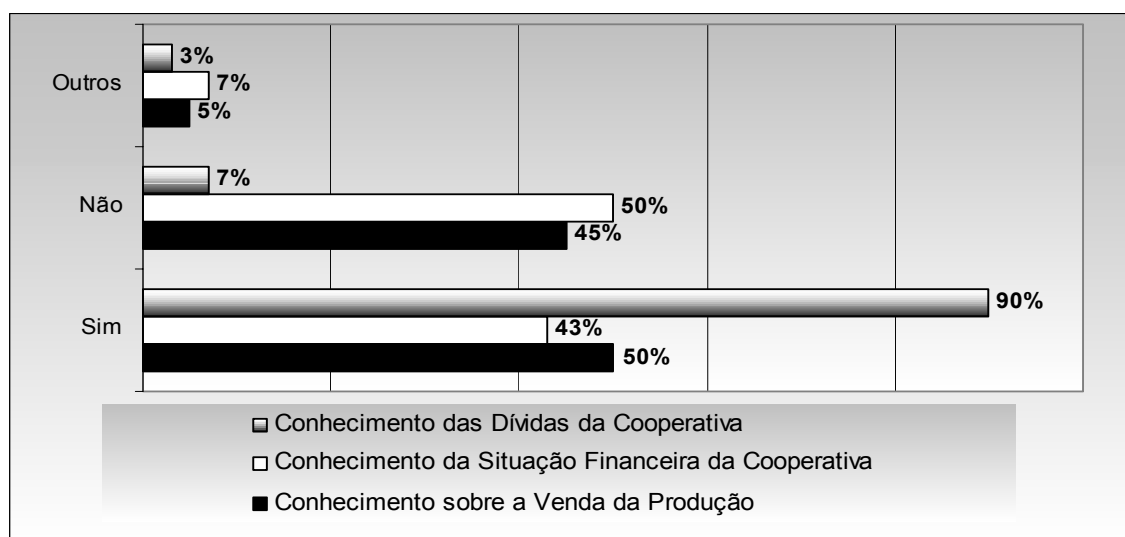


Gráfico 7 - Conhecimento dos trabalhadores da IMPA sobre a comercialização dos produtos e a situação financeira da Cooperativa. Elaboração: do autor.

⁶³ Registros do Diário de Campo e do Caderno de Notas, realizados durante a pesquisa no ano de 2006.

A falta de transparência é um problema para o processo de autogestão pretendido pela IMPA. Os gráficos 6 e 7 complementam a composição dos recuperadores, realinham e canalizam a potencialidade de ação criativa do coletivo para os modos de ação e reação hierarquizados e mecânicos, típicos do trabalho que ocorre na fábrica tradicional.

Quanto à procedência dos recuperadores que responderam o questionário, 95% são cidadãos argentinos, sendo 17 % nascidos na cidade de Buenos Aires, e 78% têm sua origem nas diversas cidades que compõem a República Argentina. Também se observa a presença de força de trabalho estrangeira, com 5 % que nasceram em países como Brasil, Paraguai e Bolívia.⁶⁴

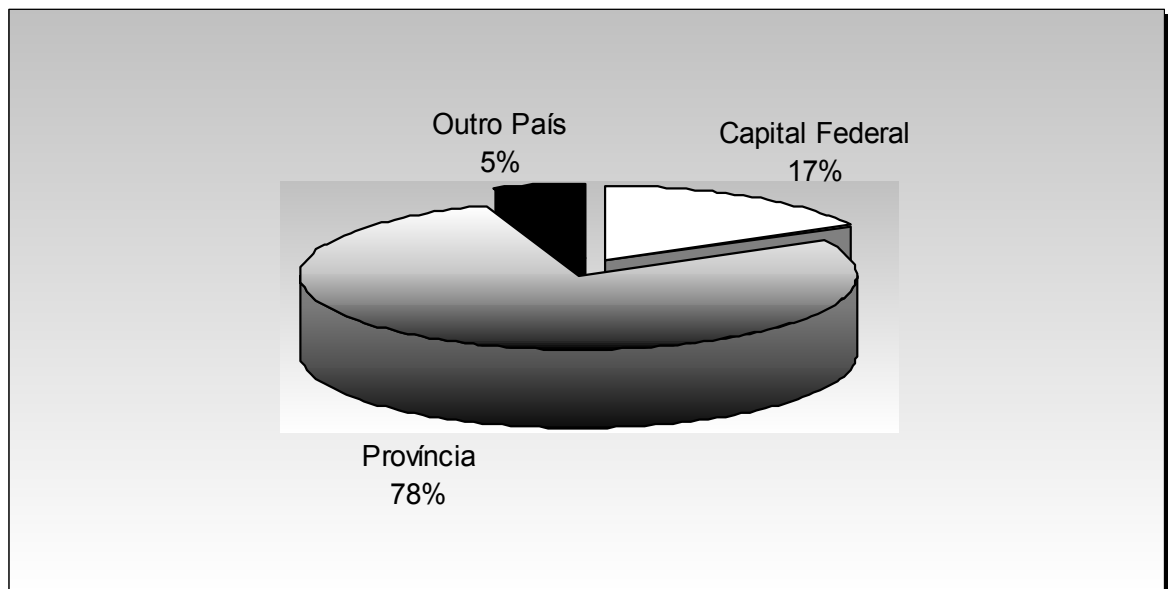


Gráfico 8 – Local de nascimento dos trabalhadores da IMPA. Elaboração: do autor.

Indagado sobre a sua procedência, Ignacio Castaño diz:

Eu nasci em Chaco, ao norte da Argentina. E, para poder comer, minha vida era trabalhar na colheita de algodão, na construção civil e em outras atividades no campo. Desde os cinco anos, às 6 horas da manhã, eu já estava na lavoura pronto para trabalhar. Durante anos economizei uns pesos, esperando uma oportunidade para vir a Buenos Aires e tentar uma nova vida. Um dia meu tio estava de férias e foi para Chaco, me levando para trabalhar na IMPA. Desde que nasci o trabalho é tudo para mim.⁶⁵

⁶⁴ Dados dos questionários aplicados em 2006, durante a pesquisa.

⁶⁵ CASTAÑO, Ignacio. 28 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Castaño iniciou seus trabalhos na IMPA em 1999, no setor de prensa pomo. Participar ativamente do levante interno, em 1988, e com a tomada da fábrica passou ao setor de laminação, onde trabalha até hoje. Foi indicado para trabalhar na IMPA por seu primo, o laminador Juan Carlos Castaño.

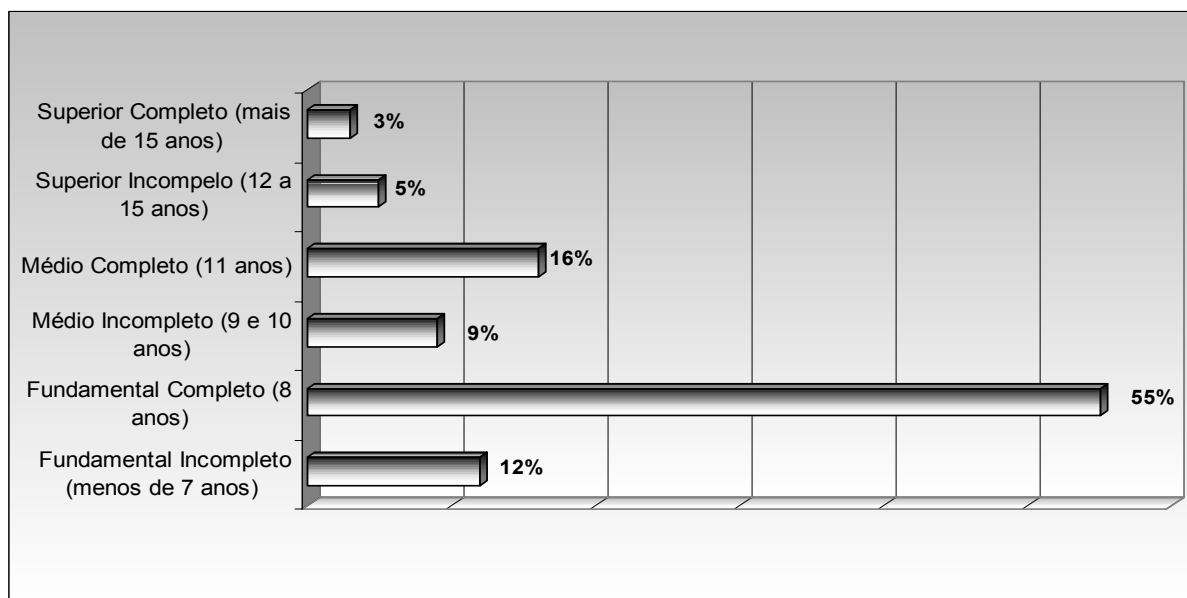


Gráfico 9 – Grau de instrução dos trabalhadores da IMPA (em anos de estudo). Elaboração: do autor.

A composição dos recuperadores também é demarcada pelos patamares de escolaridade. 76% freqüentaram a escola por um período inferior ao necessário para completar o ensino médio; destes, 55% possuem o fundamental completo e 12% não conseguiram completar a fase do ensino básico. Na outra base da pirâmide apenas dois recuperadores possuem curso superior.⁶⁶

3.3.2 Produção, divisão técnica e a planta da Fábrica

Os trabalhadores da IMPA produzem papel alumínio de embalagens de bombons e presentes, tubos para cremes medicinais e pomadas, e vasilhas para armazenamento de alimentos (marmitex e semelhantes). A comercialização das mercadorias produzidas se limita ao mercado interno, que abastece laboratórios médicos, fábricas e distribuidores de alimentos, sobretudo da Grande Buenos Aires. Segundo relato dos trabalhadores da IMPA, atualmente a capacidade produtiva da fábrica permite a manufatura mensal de 70 toneladas de alumínio bruto, com faturamento de 300 mil pesos por mês, mas há meses em que chega a 700 mil pesos mensais.

⁶⁶ Dados dos questionários aplicados em 2006, durante a pesquisa.

A fábrica está distribuída em dez mil metros quadrados. Na planta baixa da fábrica estão localizados os setores de mecânica, fundição e laminação, onde trabalham 55 pessoas. É nessa repartição que a matéria-prima sofre a primeira modificação. As alterações de forma e conteúdo do alumínio ocorrem por meio de uma intensa cooperação e uma complexa relação entre homem, maquinaria e tecnologia. Nesse setor acontece o trabalho mais árduo da cadeia produtiva da IMPA. Os cooperados enfrentam altas temperaturas, devido ao uso de caldeiras para derretimento do alumínio, e exercem suas atividades sob fortes ruídos, baixa iluminação, contato com óleo diesel, graxas, pó de alumínio, entre outros produtos químicos. O esforço físico também é intenso, há a prevalência do trabalho manual, embora exista uma máquina móvel para a remoção do material mais pesado. Os recuperadores se locomovem constantemente e a pé, deslocando-se de um setor para outro durante varias vezes ao dia.⁶⁷

Conforme registros no diário de campo, decorrentes da observação direta dentro da fábrica, o alumínio chega à IMPA na forma de blocos compactos: num primeiro passo há o aquecimento na caldeira; em seguida, ainda em alta temperatura, passa pela laminação e é transformado em pranchas de três a quatro metros de comprimento, com quatro centímetros de espessura. Após o resfriamento segue circulando pelos outros sub-setores desse andar, até estar apto para transformação em papel alumínio, embalagens para alimentos ou recipientes para medicamentos e assemelhados. Assim, a matéria-prima é distribuída para os outros setores.

A seção da mecânica que está instalada nesse setor e oferece suporte realizando a manutenção do maquinário em funcionamento, tanto neste piso quanto em toda a fábrica.

Paralelo ao processo produtivo desenvolvido neste piso, está o Centro de Saúde Comunitário, aberto à comunidade local, onde são realizados atendimentos às crianças, jovens, adultos e à terceira idade, além de encaminhamentos para tratamento de alta complexidade. A estrutura do posto é composta por uma equipe de profissionais: médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, todos eles funcionários do governo municipal.

No primeiro piso está o setor de prensa, onde ocorre a transformação final de uma parte da matéria-prima modificada no setor de laminação. Nessa seção os cooperados desempenham as atividades repetitivas intensificadas, pois devem acompanhar o ritmo da esteira mecânica que circula com os tubos, onde são alocadas as cores, os logotipos e as informações gerais sobre o conteúdo a ser acomodado na embalagem fabricada. Na composição da força de trabalho desse setor encontra-se a maioria das mulheres da fábrica.

⁶⁷ Registros do Diário de Campo e do Caderno de Notas, realizados durante a pesquisa no ano de 2006.

Mas há também homens que se misturam, realizando os mesmos trabalhos, com exceção do controle de qualidade dos tubos para embalagem de cremes e pomadas medicinais, que está a cargo de mulheres; já o empilhamento de mercadorias, a movimentação de máquinas e outros instrumentos pesados são atividades masculinas, exclusivamente.

A administração funciona no segundo piso e conta com o apoio de uma telefonista e três auxiliares de escritório. Essa seção funciona a portas fechadas. Há uma recepção que, por meio de uma recuperadora, filtra os assuntos a serem levados à diretoria. Nesse mesmo espaço físico ocupado pela diretoria funciona o setor de vendas e contabilidade. A sala é equipada com computadores, ar condicionado e outros equipamentos necessários ao trabalho administrativo. O acesso para os recuperadores em geral é restrito e depende de triagem na recepção. Aos coordenadores dos setores o acesso é livre. Aos pesquisadores, com raras exceções, o acesso é muito restrito em toda a fábrica.

No terceiro piso localiza-se o setor de papel alumínio, onde são fabricados todos os tipos de papel laminado. O setor se desdobra em tornearia, que retifica e fabrica peças para a manutenção das máquinas existentes na fábrica; em corrugados, que confecciona as vasilhas para armazenamento de alimentos (tipo marmitex); e, ainda, setores de marcenaria e eletricidade. Ao contrário das atividades desenvolvidas no setor de laminação, nesses setores não se percebe grande exigência de esforço físico, porém há o contato com elementos químicos (tintas e corantes), sobretudo na fabricação do papel alumínio. Os recuperadores também produzem sob os ruídos constantes das máquinas e sem nenhuma proteção auditiva. Outra seção existente nesse piso é o setor de prensa, nela os recuperadores realizam o processo de pintura dos tubos de creme. Nesse piso funciona também uma marcenaria, onde se fabricam moldes de peças e outros instrumentos necessários ao funcionamento do processo produtivo da fábrica.

Em todos esses setores, há falta de segurança no trabalho, pois os recuperadores não dispõem de equipamentos de proteção, e a fiscalização técnica é inexistente, uma vez que no quadro de recuperadores não há engenheiro ou técnico em segurança no trabalho. Da mesma forma, no setor de eletricidade os recuperadores responsáveis pela manutenção elétrica da fábrica não dispõem de equipamentos de segurança compatíveis com o grau de periculosidade das suas funções. Ainda, neste piso, se mantém em funcionamento um refeitório. À primeira vista parece vazio e denota rejeição. O refeitório coletivo é equipado, mas a maioria não o utiliza, sendo mais freqüente encontrar aqueles que almoçam nos seus setores, junto às máquinas, uma vez que neles são encontrados pequenos fogões elétricos e armários, onde cada recuperador guarda seu próprio alimento. Entre os motivos desta aparente rejeição ao

refeitório e de alimentar-se em pequenos grupos, estão as divergências entre os setores e a dificuldade de convivência coletiva e a prevalências de grupos internos marcados por ideologias distintas. Além disso, a alimentação servida no refeitório coletivo também parece não ser do agrado dos trabalhadores. O quarto piso, após a ocupação da IMPA, foi transformado num espaço que transcende o âmbito das atividades produtivas. É um verdadeiro laboratório social, onde a autogestão se experimenta cotidianamente, transcendendo também os espaços dos recuperadores individualmente considerados. É onde se gesta o novo, onde se reinventa a vida em convivência. O funcionamento do centro cultural autogestionado “La Fabrica” talvez seja a iniciativa mais inovadora da IMPA, e é esta reinvenção que a distingue das demais, desde 1998. Aí se realizam festas comunitárias, exibem-se filmes, peças de teatro, oficinas de contadores de histórias de resistência e de luta contra o capitalismo. Esse espaço se transformou, também, em espaço de debates e de exercício de poder na luta operária, e por ele passam intelectuais e ativistas da esquerda latino americana.

O projeto do centro cultural iniciou-se por meio do apoio popular, da solidariedade da vizinhança e do movimento social comunitário, que reivindica o não pagamento da dívida que o próprio governo fez em nome da IMPA junto ao Banco Nação. A dívida, em 1998, superava os dois milhões de dólares, o que, certamente implicaria o fechamento da fábrica. Com o tempo, os recuperadores perceberam que a participação da comunidade é uma ferramenta importante, não apenas para divulgar a experiência da fábrica recuperada, mas, também, como forma eficiente de desenvolver a consciência anticapitalista entre os recuperadores. Ademais, a criação do centro cultural parece ser uma maneira de retornar à sociedade a solidariedade recebida. Nesse aspecto, Oracio Campos lembra que, quando começaram a aparecer *punks* ou “cabeças peladas”, os operários não queriam saber deles, porém agora estavam todos juntos, comendo na sala de jantar que batizaram com o nome de “Azucena Villaflor de Devicenti”, operária metalúrgica e fundadora do Movimento das Mães da Praça de Maio, desaparecida durante o período ditatorial do General Videla (ZIBECCHI, 2002).

[...] Quem visita a fábrica ao entardecer, quando a produção começa a decair e chegam os jovens, passa por uma oficina ruidosa, onde operários engordurados manejam máquinas que cospem canos e pó de alumínio. Há espaços contínuos separados por um pequeno corredor onde, no maior silêncio, um grupo de estudantes desenha e pinta um mundo diferente. Em 1998 receberam a visita de Orlando Borrego, companheiro do Che Guevara em Serra Maestra, que inaugurou o primeiro ciclo de conferências do Centro

Cultural da IMPA. Em 2001 foi realizado, ali, o Festival Internacional de Cinema de Buenos Aires. Enquanto a fábrica segue funcionando eles comemoram o fato de nunca ter havido um incidente entre universitários, anarcopunks, jovens homossexuais e velhos operários e operárias que mal cursaram dois ou três anos de escola. (ZIBECHI, 2002, p. 5)

Nesse piso está instalada também uma escola popular profissionalizante de segundo grau, um curso em gestão de cooperativas e micro-empresendimentos e mais de trinta oficinas são oferecidas à comunidade. É um espaço onde são acolhidos artesãos autônomos e outros artistas de rua, como trapezistas e os escultores.

3.4 FORÇAS EM LUTA

Se as possibilidades desse laboratório social se evidenciam pelo tempo de duração da experiência e, sobretudo pelo desenho qualitativo de uma outra fábrica, as dificuldades são inúmeras.

Historicamente a constituição de empreendimentos produtivos que fogem aos padrões da fábrica capitalista exige alteração substancial nos modos de agir e de pensar dos cooperados. Os atos de produzir, de cooperar e de comercializar, próprios do sistema fabril capitalista, devem ser ultrapassados, e nesse sentido surge o desafio de “pôr comida na mesa” num contexto adverso e sem subsídios estatais.

Os recuperadores da IMPA, por meio da experiência autogestionária, “põem comida na mesa” e asseguram os postos de trabalho, mas isso não ocorre sem problemas. Para começar, produzir sem subsídios e preços competitivos. Os poucos recursos existentes não são aplicados para o aperfeiçoamento da qualidade e agilidade na fabricação das mercadorias. A opção preferencial dos recuperadores é garantir o cotidiano da família e sobreviver ao reino da necessidade.

Quando eu estava no Conselho havia algo muito concreto. A IMPA tinha uma dívida em protesto de seis milhões de pesos e muita gente que as queria receber. Não houve conscientização coletiva sobre essa condição, porque se pensava que se a informação se espalhasse, eles viriam cobrar, e ao vir um, viriam todos. A maioria dos companheiros dizia:

— Se eu sigo levando dinheiro às sextas-feiras, o que se passa não me interessa.

Esse é o pensamento que a maioria tinha. Quando eu estive no Conselho, repassava a informação, e na medida do possível conversávamos com os

companheiros sobre as dívidas e formas de pagamento, assim pagamos muitas coisas. Na gestão de Oracio Campos se privilegiou a retirada do associado, pois não podemos aceitar que o trabalhador tenha que sofrer ou pagar as contas do capitalismo, quando os culpados são os patrões e o Estado, que não dão facilidades para poder produzir ou gerar mais trabalho.⁶⁸

A coexistência entre uma força de trabalho envelhecida e a capacidade tecnológica da maquinaria não é um problema, aparentemente. A pesquisa de campo realizada em 2006, demonstra que a IMPA opera com um maquinário fabricado entre os anos de 1960 e 1980, e que algumas máquinas estão desativadas.

A IMPA não opera em larga escala. Mas isso seria possível? A resposta, evidentemente, remete a inúmeras questões. Para o Trabalhador B ⁶⁹, tudo se resume à ausência do Estado:

A falta de ajuda financeira por parte do Estado tem provocado divisões internas na IMPA, por isso não se pode conseguir uma estabilidade na fábrica. Hoje em dia somos 140 trabalhadores e o sistema de retirada das sobras não funciona bem. O que sobra se distribui, mas não é o suficiente para viver. Muitos capitalistas aproveitam isso e tentam se aproximar, utilizam alguns trabalhadores para entrar na fábrica e tentar torná-la uma empresa com patrão, eliminando a forma de gestão na qual trabalhamos.

As noções percebidas na concretude da vida social pela recuperadora sugerem soluções: o Estado como investidor privilegiado, como aconteceu com a concorrente da IMPA, a ALUAR, que obteve diversos subsídios governamentais desde sua origem.

As possibilidades e dificuldades se revelam interna e externamente. Internamente os recuperadores explicitam posicionamentos distintos em diversos pontos, mas há unanimidade no que diz respeito à continuidade do processo de trabalho na IMPA. Todos demonstram querer a continuidade da fábrica sem patrões, ao mesmo tempo em que se evidencia, também, a absoluta impossibilidade de assegurar a existência da experiência no isolamento. Exteriormente, no decorrer do processo de recuperação, emana o movimento nacional de apoio à recuperação de empresas e fábricas, que expressa forças em luta dentro e fora da fábrica. Isso tem explicitado o “terreno movediço” em que se move a IMPA, e que pode ser sintetizado por meio das forças em luta: forças governamentais, investidores e esquerda. Nem

⁶⁸ Trabalhador A. 02 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Optou-se por não publicar os nomes de alguns trabalhadores nos depoimentos extraídos das entrevistas.

⁶⁹ Trabalhador B. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

sempre é fácil distinguir essas forças, que em vários momentos se mesclam, mas é isto que tentaremos fazer.

A partir de 1998 alterou-se, também, a relação dos recuperadores da IMPA com as dívidas e a ingerência do governo. A administração autogestionária da fábrica privilegia, desde então, a defesa do trabalho e a garantia de “comida na mesa”. Nessa direção, as dívidas públicas e privadas não são negadas, porém, não são tratadas como prioridade. Além disso, a IMPA se viu às voltas com uma administração fraudulenta. “Entrei na fábrica pela segunda vez em 1980. Nesse momento o gerenciamento estava a cargo de Fernández, e ele esvaziou a Cooperativa até levá-la à falência, deixando-a com uma dívida de seis milhões de pesos”.⁷⁰

O processo de recuperação da IMPA, entre 1998 e 2001, mantém suas atividades básicas de transformação do alumínio e produção da vida, fortalecendo-se como uma outra concepção de fábrica que não prescinde de laços externos. O centro cultural é, sem dúvida, o elemento polarizador, interno e externo, e difusor do laboratório social da fábrica sem padrões, o que na prática não se revela nada fácil. Segundo registros da memória de alguns recuperadores, nesse período em que a fábrica recuperada é presidida por Oracio Campos e Júlia Taborda, com assessoria de Eduardo Murúa, Guillermo Robledo e Luís Caro, ocorrem assembléias mensais e a forma de poder decisório está na deliberação coletiva. Assim, a IMPA esteve à frente de inúmeras recuperações de fábricas, principalmente naquelas ocorridas em Buenos Aires e no ramo da metalurgia.

A trajetória da IMPA, que até então se resumia a um empreendimento praticamente isolado, é reforçada com a crise de âmbito nacional, e a conjuntura social se revela particularmente adversa aos trabalhadores argentinos em geral, que perdem, quase do dia para noite, os seus postos de trabalho e adentram ao mundo da fome e da desesperança. Para não morrer de fome, eles recorrem às mais diversas formas de organização coletiva: instituem as feiras de trocas, sem utilização do dinheiro, criam movimentos comunitários e ocupam fábricas. Em 2001, no auge da ocupação de fábricas e empresas, Cremonese (2002) assim se expressa:

O índice de pobreza mais acentuado é registrado nas províncias do norte do país, com um recorde de 71% em Corrientes, onde são denunciados casos de crianças que se alimentam com terra. Há famílias que estão vivendo na escuridão (em decorrência dos altos custos da energia pós-privatizações), o abastecimento energético para muitas delas retrocedeu para a época do abastecimento a carvão e querosene. Outras fontes ainda informam a

⁷⁰ GUTIERREZ, Sonia. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

existência de famílias pobres que se alimentam de cães e gatos. A pobreza na província de Buenos Aires, a maior do país, alcança 50,1% de seus 14 milhões de habitantes. Em junho, o governo argentino admitiu pela primeira vez que mais da metade da população se encontrava abaixo da linha da pobreza, vitimada pela crise econômica, inflação e desemprego. Só nos últimos cinco meses, a pobreza aumentou em 3,8 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto de Estatísticas (INDEC). Isto significa 25 mil novos pobres por dia. O INDEC considera pobres as famílias-casal e dois filhos que ganham menos de 626 pesos por mês. Nos últimos seis meses, já houve 329.500 demissões na Argentina. Quem mais demite são os setores do comércio e os serviços da construção. Segundo as estimativas, o índice de desemprego supera 20%, isso significa três milhões de trabalhadores argentinos (Clarín, 02/07/2002). Se a Argentina não está numa situação ainda pior é porque não seguiu à risca o formulário do FMI. Isso é o que afirmou Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia 2001: "Se a Argentina houvesse seguido ao pé da letra as instruções do FMI, agora estaria numa situação muito mais dramática". Imagine-se, então, se as reformas tivessem sido feitas na integralidade.⁷¹

Como resultado da crise o que era exceção vira regra e as ocupações de espaços produtivos se transformam em sinônimo de esperança para pessoas mergulhadas na miséria absoluta. Essa conjuntura de rupturas e construções sociais adentra todas as esferas da vida social na Argentina, porém é no ramo industrial de transformação que essa forma de resistência tem maior relevância.

⁷¹ Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2002/agosto/ibe_122.htm>. Acesso em: 01 dez. 2007.

| Fábricas Metalúrgicas Recuperadas | Ano de Recuperação | Nº Cooperados | Nº Assalariados |
|---|-------------------------------|--------------------------|----------------------------|
| Vélez Sarfield | 1994 | 14 | 0 |
| Adabor | 1995 | 45 | 10 |
| Metalmecánica | 1995 | 7 | 0 |
| CIAM | 1997 | 260 | 0 |
| La Unión | 1997 | 30 | 0 |
| Villa Elisa | 1997 | 25 | 0 |
| IMPA | 1998 | 174 | 0 |
| 25 de mayo | 2000 | 28 | 0 |
| Canadense | 2000 | 80 | 0 |
| Herramientas Unión | 2001 | 8 | 0 |
| La Historia | 2001 | 42 | 0 |
| Los Constituyentes | 2001 | 75 | 0 |
| Mecber | 2001 | 14 | 16 |
| Metalurgia Metal Varela | 2001 | 23 | 0 |
| Metalúrgica Las Varillas Zanello | 2001 | 180 | 0 |
| San Carlos | 2001 | 13 | 0 |
| Unión y Fuerza | 2001 | 54 | 30 |
| 2 de diciembre Coventry | 2002 | 60 | 0 |
| Argentina Nueva Era | 2002 | 11 | 0 |
| Cristal San Justo | 2002 | 38 | 5 |
| Crometal | 2002 | 20 | 0 |
| Diógenes Taborda | 2002 | 16 | 0 |
| Forja San Martín | 2002 | 30 | 0 |
| Fundición LB | 2002 | 69 | 0 |
| La Matanza | 2002 | 12 | 0 |
| Metalurgia 19 de diciembre Autopartes Alzacristal | 2002 | 27 | 0 |
| MVH | 2002 | 16 | 0 |
| Reno | 2002 | 10 | 0 |
| 11 de Noviembre | 2003 | 40 | 0 |
| Campos | 2003 | 8 | 0 |
| Electromecánica Barrancas | 2003 | 21 | 0 |
| Evaquil | 2003 | 10 | 0 |
| Fader | 2003 | 50 | 0 |
| Galáxia | 2003 | 25 | 0 |
| IMPOPAR | 2003 | 37 | 15 |
| Renacer | 2003 | 229 | 0 |
| Ruedas Rosário | 2003 | 40 | 0 |
| Copacinox | 2004 | 9 | 0 |
| Felipe Vallese | 2004 | 33 | 0 |
| Metalúrgica Lanús | 2005 | 49 | 0 |

Quadro 1 – Relação das fábricas metalúrgicas recuperadas na Argentina, entre 1994 e 2005. Fonte: Periódico de Lavaca. Disponível em: <<http://www.lavaca.org>>. Acesso em: outubro de 2006.
Elaboração: do autor.

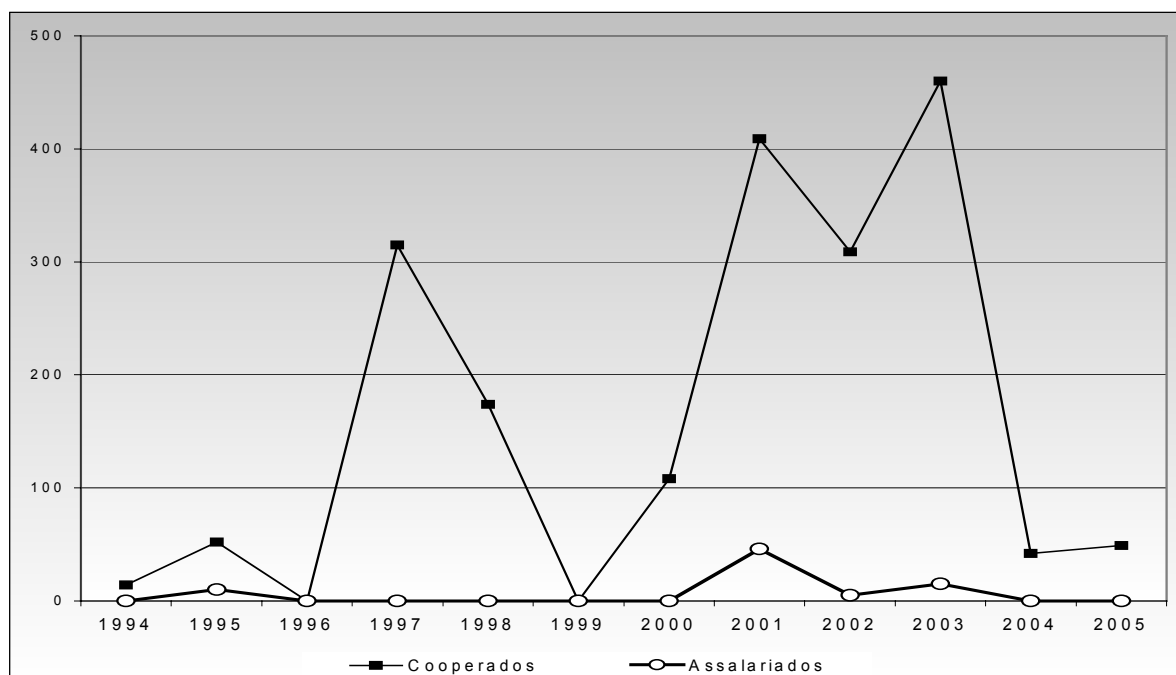


Gráfico 10 – Cooperados e empregados das fábricas metalúrgicas recuperadas na Argentina entre 1994 e 2005. Fonte: Periódico de Lavaca. Disponível em: <<http://www.lavaca.org>>. Acesso em: outubro de 2006. Elaboração: do autor.

O quadro acima demonstra que sete metalúrgicas foram recuperadas antes do contexto de crise argentina, entre 2001 e 2002. Igualmente demonstra a relação quantitativa de cooperados e assalariados.

3.5 COMO PÔR COMIDA NA MESA?

Num contexto em que a produção da vida está no limite e que a fábrica recuperada se apresenta com alternativa imediata de “pôr comida na mesa”, os recuperadores estreitam laços entre si e se organizam engendrando o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), criado em outubro de 1998. A rigor esse movimento é anterior ao calor da crise de 2001, e se nutre de experiências de organização do movimento operário argentino. Entretanto, mediante a gravidade da crise de 2001-2002, o movimento se amplia e ganha mais notoriedade na medida em que incorpora o problema das fábricas recuperadas. Portanto, podemos inferir que as fábricas recuperadas são decorrência de conhecimento acumulado e produto imediato da crise, momento em que ocorrem muitos protestos de rua devido ao aniquilamento de milhares de empregos e a conseguinte ocupação de inúmeras fábricas e outros empreendimentos. Mas esse movimento não reina sozinho no mundo das fábricas

recuperadas, o que o torna ainda mais complexo. Com as eleições gerais de 2003 em Buenos Aires, a busca por cargos eletivos provoca uma disputa eleitoral entre os dois representantes do núcleo organizativo das fábricas ocupadas pelos trabalhadores, Luís Caro e Eduardo Murúa. Enquanto o primeiro realiza acordo político com o conservador Aldo Rico e oficializa sua candidatura à intendente da cidade operária de Alvear, o segundo organiza sua candidatura a deputado, declarando apoio a Aníbal Ibarra, da aliança encabeçada por Néstor Kirchner, na cidade de Buenos Aires. Nessa conjuntura política nada favorável aos trabalhadores em geral e, por conseguinte, aos recuperadores, ganha força a dissidência dentro do MNER, liderada pelo advogado trabalhista Luís Caro, que funda o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT).

O MNFRT conta, segundo seus próprios cálculos, com mais de 60 integrantes, com destaque para a Metalúrgica Recuperada União e Força. Possui ligações com o catolicismo peronista. Nasceu no início de 2003, como dissidência do MNER. A única diferença com o MNER é que este é mais restrito ao cumprimento do marco legal. Não é em vão que seu líder, Luís Caro, insiste em renunciar a parte do slogan inicial que fundamentou o princípio do movimento de recuperação de empresas, passando do original “ocupar, resistir e produzir” a um mero “resistir e produzir”. (GARCÍA, 2005, p 21)

Todavia, ambos mantêm em comum a perspectiva de transformar trabalhadores em patrões de si mesmos. Entretanto, o núcleo argumentativo e de intervenção apresentado pelo MNFRT defende que a concorrência e o mercado capitalista não seriam obstáculos intransponíveis para as fábricas recuperadas, pois os trabalhadores, por meio do trabalho disciplinado, terminariam comprando ou conquistando os direitos da empresa. Para o MNER as bases da formação das fábricas recuperadas devem estar centradas em três pilares: ocupação, resistência e produção. Em comum, privilegiam a lei de expropriação como instrumento legal para impedir o esvaziamento da fábrica ou da empresa ocupada, e se posicionam contrários à alternativa política da estatização das fábricas com controle operário. Cobram a ajuda do Estado no sentido de criação de políticas públicas, mas entendem que a propriedade das fábricas deve permanecer a cargo dos recuperadores. Em 2003 produziu-se um documentário, “La Toma”, por Naomi Klein e Avis Levis, lançado em 2004, sobre as fábricas recuperadas, que explicita, com registros de imagens e entrevistas *in loco*, as relações estabelecidas entre esses dois movimentos representativos dos recuperadores. À época do documentário, Eduardo Murúa continuava à frente da fábrica recuperada IMPA, mas a

liderança era dividida com Luís Caro, que pertencia ao MNFRT e que permanecia advogado da IMPA. Eles freqüentavam a fábrica recuperada semanalmente.

É na condição de assessor jurídico que Luís Caro, em 2006, passa a congregar investidores ao quadro da IMPA. A incorporação das idéias de Caro pelos recuperadores enseja uma divisão no interior da fábrica e enfraquece as influências de Murúa. A chegada dos investidores coincide com o conturbado processo de escolha do novo conselho administrativo, que acontece em abril de 2006. Nessas eleições internas, os recuperadores elegem o recuperador da laminação Juan Carlos Castaño⁷² como presidente. Este e seus aliados constituem a base fundamental das ações de Caro no interior da IMPA, todavia isso não se deu sem polêmicas, enfrentamentos e dissidências internas.

A pessoa que trouxe os investidores é Luís Caro, e lhes disse que trabalhassem com Castaño porque ele era seu homem de confiança. E que necessitavam de investidores, e seguiriam necessitando por um montão de anos, porque há uma concorrência muito forte que não permitia o crescimento. Mesmo assim, sobre os que estão agora, seguia pensando que estão para fechar a fábrica e ficar com ela, porque uma fábrica no centro da cidade não é muito linda, e, possivelmente, eles entram com esse objetivo: de fechar a fábrica recuperada.⁷³

As divergências se acirram. No final de julho de 2006 a fábrica é fechada para entrada e saída de mercadorias. As dívidas e os problemas eclodem, como a falta de segurança, o não ajustamento técnico e operativo, a falta de limpeza e a ausência de instrumentos básicos de combate a incêndios e dispositivos elétricos. A fábrica permanece vigiada diuturnamente pela Polícia Federal de Buenos Aires.

Os argumentos oficiais para o enclausuramento são vistos pelos dirigentes do MNER como mais uma tentativa de minar a experiência e atingir a raiz do movimento de fábricas recuperadas na Argentina.

O projeto da IMPA é muito mais integral. Um projeto político que implica a destruição do sistema capitalista, um novo modelo de produção, de construir poder social. Uma permanente denúncia de que um sistema está acabado e tem que nascer outro. Isso não se faz em nenhuma das empresas recuperadas pelo MNFRT. E por isso os ataques. Aqui há um Centro Cultural, uma cooperativa de educadores que oferece bacharelado, o Centro de Saúde, interno e externo. O projeto da IMPA é muito mais integrador, novo e

⁷² Juan Carlos Castaño é um jovem trabalhador de 36 anos. O início de suas atividades na IMPA é anterior a 2006, ano em que é eleito presidente da Cooperativa. Declara apoio ao MNFRT e busca implantar as sugestões de Luís Caro no processo de trabalho da IMPA.

⁷³ Trabalhador A. 28 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

revolucionário, e isso é o que estão atacando. O outro é um processo da porta para dentro. Cada vez que alguém nos pede um lugar, não lhe perguntamos como pensa. No Centro Cultural há de todas as cores, na Cooperativa de trabalhadores há peronistas, marxistas, trotskistas. (MURÚA, 2005, tradução nossa)⁷⁴

No interior da fábrica constata-se um clima de tensão e desentendimentos. O grupo defensor de Murúa questiona os métodos legalistas de Caro. O Conselho Diretivo, até então alinhado com as idéias de Caro, agora refuta seus procedimentos, sob o argumento de que a Justiça é lenta e a Cooperativa não pode esperar a solução judicial⁷⁵. No dia 15 de agosto, um grupo componente do Conselho Diretivo, acompanhados por Murúa e Caro, participa de uma audiência com o chefe da fiscalização municipal do trabalho, solicitando autorização para a entrada da matéria-prima na fábrica IMPA, tal como enfatizava o discurso dos trabalhadores e das lideranças, pois a interrupção da produção feria o direito constitucional ao trabalho. O insucesso dos argumentos explicita as divergências sobre os encaminhamentos: enquanto Caro almeja o caminho judicial, o grupo de trabalhadores, influenciados por Murúa, argumenta que o problema é político e defende a manifestação pública dos trabalhadores. O conflito se resolve parcialmente quando os recuperadores obtêm autorização para retirada das mercadorias estocadas na fábrica. Nesse ínterim a IMPA continua vigiada por policiais, que se encarregam de impedir entradas e saídas de automóveis, em especial de carga. Assim, a fábrica prossegue funcionando com a matéria-prima estocada.⁷⁶

Um clima de incertezas toma conta dos recuperadores. Os desentendimentos constantes e intensos se instalam na fábrica. O recuperadores se dispersam em meio a uma saraivada de informações desencontradas, e acerca desse momento Gonzáles se pronuncia:

A IMPA é minha segunda casa, ela é muito importante para mim porque me ensinou muitas coisas, me mudou a cabeça. No início era um espaço aberto à sociedade, podia entrar quem quisesse e conhecer e aprender o que queria. Falo de um ano atrás, porque hoje mudou tudo. Porque há um grupo de companheiros que tem o poder na Cooperativa e não esteve de acordo com tudo o que se fez no passado. Nós sempre dávamos as responsabilidades e as decisões a Murúa, e essa nossa comodidade foi nosso erro. Isso fez com que não se estabelecesse o compromisso de se colocar e aprender. Eu me faço responsável pelas situações de hoje em dia, que não fomos capazes de nos conscientizar do que eles estavam fazendo, e o que se queria para a IMPA,

⁷⁴ MURÚA, E. *L'IMPA, l'impasse...* Calpa - Coordination de Soutien Aux Luttes Deus Peuple Argentin. Madri, 26 de abril de 2005. Entrevista publicada por José Larrea. Disponível em: <<http://www.calpa-paris.org/spip.php?auteur1>>. Acesso em: 22 de outubro de 2005.

⁷⁵ Essa divergência culmina no primeiro desentendimento entre Luís Caro e os membros do Conselho Diretivo.

⁷⁶ Registros do Diário de Campo e do Caderno de Notas, realizados durante a pesquisa no ano de 2006.

além do produtivo e econômico. Desde que estou aqui entraram cerca de 40 pessoas. Recordo-me de uma vez, a fala de um companheiro:

— Temos que aprender. Até quando vamos depender de Murúa e chamá-lo para que nos explique tudo? Porque sempre nos reunimos para pedir aumento, ao invés de questionar porque não se arrecada mais.⁷⁷

É importante ressaltar que a dissidência do MNER, que funda o MNFRT (via Caro) dentro da IMPA, permanece como uma única força. Porém, à convivência e convergência de encaminhamentos sucede um período de rupturas: o Conselho Diretivo rompe com Caro, e este intensifica os ataques a Murúa; os investidores que até então somavam com Caro, rompem com ele e dominam o Conselho Diretivo. Nesse momento, os investidores adentram à fábrica, sem máscaras e subterfúgios.

A manutenção do fechamento sob custódia policial na fábrica promove um mal estar geral, prejudicando a condução do processo de trabalho. Numa demonstração de força por parte do MNER, no dia 28 de agosto de 2006 os recuperadores da IMPA, acompanhados por representantes da Gráfica Recuperada Chilavert, do Hospital Recuperado Israelita, do Frigorífico Recuperado Yangané, e representantes do Movimento dos Piqueteiros, marcham pela Avenida de Maio em direção à sede do governo na cidade de Buenos Aires, reivindicando o direito ao trabalho. O MNER, através de Murúa, encaminha protestos no sentido de explicitar à população que o Governo da cidade está negando o direito ao trabalho a 140 recuperadores, enfatizando que tal medida resultará na falta de “comida na mesa”. Caro sugere prosseguir no sentido da manutenção da ordem, procurando manejar a manifestação para que os recuperadores não demonstrem descontentamento com as autoridades políticas e judiciais, pois, para ele, a simples presença dos recuperadores num só bloco pelas ruas e a concentração sem manifestações verbais seriam suficientes para pressionar, indiretamente, as autoridades judiciais a aprovarem as petições por ele impetradas.⁷⁸

A luta para pôr comida na mesa representa também a possibilidade de ampliar o processo de produção e reprodução da vida social, e por conseguinte poderá proporcionar a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade. A difícil tarefa de obter as condições necessárias para a manutenção da vida cotidiana encontrada pelos recuperadores da IMPA denota um esforço para avançar na luta pela vida, além da esfera da produção material.

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por

⁷⁷ GONZÉLES, Mario. 28 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

⁷⁸ Registros do Diário de Campo e do Caderno de Notas, realizados durante a pesquisa no ano de 2006.

natureza, situa-se além da esfera material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem que fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. (MARX, 1985c, p. 942)

Para Marx (1985c) a liberdade somente poderá existir quando os homens em cooperação – os produtores livres e associados – obtiverem o domínio do intercâmbio material com a natureza e o fizerem coletivamente com menos dispêndio de energia, nas condições mais condizentes com a natureza humana, ou seja, com o fim da exploração no trabalho, contudo, acrescenta o autor: “esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade” (MARX, 1985c, p. 942).

3.5.1 O MNER e as teses de Eduardo Murúa

Como todo movimento, o MNER não tem forma própria, assume forma de empreendimento recuperado, de instituição social, sindical e religiosa, e essa simbiose, por sua vez, imprime-lhe uma feição diversa e multifacetada, existindo, dentro dele, posições contraditórias, seja no pensar o trabalho e nas alternativas ao desemprego ou na compreensão das transformações sociais no mundo do trabalho.

Eduardo Murúa, na condição de dirigente do movimento, tem como premissa a manutenção da centralidade histórica da classe trabalhadora como agente de transformação social; a defesa de organização da luta social por um projeto nacional para a Argentina; a suspensão das dívidas externa e interna das fábricas recuperadas; a manifestação pela destruição da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA); e o estabelecimento do pleno emprego, propondo a ocupação fábricas como alternativa ao desemprego, à miséria, à fome.

O MNER reclama a necessidade de desenvolver e consolidar a indústria argentina no marco de um projeto nacional capaz de pôr a economia a serviço da felicidade do povo, tendo ao homem como origem, ator e sujeito final da atividade econômica. Sustentamos que é imprescindível para o desenvolvimento nacional enfrentar as políticas do Imperialismo, pois elas fomentam uma guerra econômica contra nosso continente e pretendem nos destinar o papel de meros produtores, utilizando como armas nesta guerra a dívida externa, a ALCA. A sua política de subsídios internos e os planos econômicos que nos vêm impondo desde a ditadura militar de 1976 levam à marginalização e a exclusão milhões de pessoas. O MNER é independente

dos partidos políticos e solidário com a organização de todos os setores populares: desocupados, direitos humanos e aposentados. Consideramos que é imprescindível fomentar e obter a unidade dos setores populares de nosso país e sobre essa base começar a desenhar um país independente, soberano, que exerça o direito à autodeterminação, que tenha políticas de Estado dentro de um projeto nacional e popular onde o primeiro objetivo, o primeiro destinatário, seja o povo. Para o Estado Nacional exigimos políticas ativas de fomento, capacitação e crédito para as empresas recuperadas, um marco legal que promova e sustente o conjunto da Economia Social e Solidária. (MURÚA, 2005, tradução nossa)⁷⁹

O MNER polariza a defesa do princípio de autodeterminação dos povos, a ênfase na realização de um “projeto de Argentina” com prioridade ao nacionalismo e a busca de soluções contra o processo de desemprego e descentralização do trabalho instalado, efetivamente, na segunda metade da década de 1970.

A condição de militante ativista de esquerda acompanha a história de vida de Eduardo Murúa; todavia, o que ele defende no que diz respeito às fábricas recuperadas?

Nossa proposta é clara: queremos uma lei de expropriação de unidades produtivas, a sessão dos créditos dos bancos oficiais às cooperativas de trabalho, um fundo de capital do trabalho de 10 mil pesos por cada posto recuperado, a incorporação à vida sindical dos sindicatos, e um registro especial para a aposentadoria de nossos companheiros. Muitos companheiros não só não podem contribuir ao princípio da atividade, mas vêem que a patronal não contribuía nada durante cinco anos ou mais. Há muitos companheiros que se incorporaram depois, que eram da fábrica, mas não estiveram na luta da recuperação, isso lhes custou compreender o novo regime de trabalho. Há alguns que fazem muito bem seu trabalho, mas quando chegam as três horas vão para a casa; não assumem o compromisso do conjunto, da empresa ou do político. Às vezes, na assembléia, falamos metade sobre a empresa e a outra metade sobre questões políticas, desde o imperialismo até o que pode passar com a ALCA e a lei de quebra. Há muitos companheiros que, se ficam na assembléia não estão interessados nessas questões; interessa-lhes como está à fábrica e quantas pratas vamos repartir no fim do mês. Os que se interessam são 50% e os que assumem essa política 30%. Isso acontece, mais ou menos em todos os lados, mas nós não nos introduzimos na vida interna das empresas. A melhor forma desde os companheiros aprenderem é não nos intrometermos nas assembléias e na gestão, dizendo que eles é que têm que fazer. Confiamos que cada um irá fazer bem. Se necessitarem que abramos uma porta no Estado, abrimos. Se necessitarem de dinheiro para começar a produzir, tratamos de consegui-lo, mas, uma vez que a empresa é recuperada, a assembléia é soberana, e somente para os trabalhadores. Rejeitamos é a proposta do presidente Kirchner de fazer um ato demagógico com o MNER. Nós estamos totalmente em desacordo em utilizar a luta dos trabalhadores para isso;

⁷⁹ MURÚA, E. *L'IMPA, l'impasse...* Calpa - Coordination de Soutien Aux Luttes Deus Peuple Argentin. Madri, 26 de abril de 2005. Entrevista publicada por José Larrea. Disponível em: <<http://www.calpa-paris.org/spip.php?auteur1>>. Acesso em: 22 de outubro de 2005.

sentar com um presidente da nação para que de uma migalha depois de seis anos de luta. Há muitos companheiros que ainda estão sendo processados, mas sabemos que se o governo quiser pode criar muitas fontes de trabalho da forma que estamos fazendo. É uma tentação do Estado, como todo Estado, de querer cooptar a força do movimento ao seu favor, para destruí-la ou para que lhe sirva, como alguns setores dos piqueteiros e sindicais; onde possa, seguramente, em algum momento o governo vai atuar, e temos que estar atentos para que isso não estremeça a unidade de cada fábrica. (MURÚA, 2003, tradução nossa)⁸⁰

3.5.2 O MNFRT e as teses de Luís Caro

Em 2003 o MNFRT realiza seu primeiro encontro nacional, com ampla divulgação, realizada via rede eletrônica e, principalmente, pela distribuição massiva de panfleto explicativo. O objetivo principal é “discutir” as proposta do MNRFT para o desenvolvimento do trabalho nas fábricas recuperadas. Uma das questões centrais à grande maioria dessas fábricas corresponde à necessidade de capital para iniciar o processo produtivo. Como solucionar a sua ausência? Para Luís Caro, o reaquecimento dos meios de produção não necessita de dinheiro, mas de organização interna e de trabalho. Por meio dessas duas variáveis é que a fábrica recuperada superará a falta de capital de giro. Ou seja, a tese de Caro, nesse momento, sustenta que a fábrica recuperada não necessita de dinheiro para iniciar a produção. Centralizado na categoria “resignação”, sugere que os recuperadores trabalhem por uma ínfima recompensa salarial e, assim, possam, aos poucos, capitalizar a cooperativa. Para reforçar essa proposição, Caro (2003) explica: “Um coletivo de 100 trabalhadores a um salário de 500 pesos por mês, em quatro meses de trabalho poderá acumular 200 mil pesos de capital”. Mas de que viverão os trabalhadores se não receberem salários? A essa pergunta, Caro responde: “De que sobreviveram durante os longos anos de desemprego?” (HELLER, 2004, p.52).

O interessante é notar que Caro, em 2003 mantém no seu discurso a defesa da autonomia dos recuperadores, propõe a institucionalização da assembléia geral como órgão máximo do processo decisório e nega a abertura da fábrica para investimentos externos.

⁸⁰ Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-25202-2003-09-08.html>. Acesso em: 10 de julho de 2005.

No MNFRT há um total de 80 fábricas, das quais eu tenho contato direto com 70. Todas têm esse mesmo sistema, onde fundamentalmente todas as decisões são tomadas por meio de assembléias de trabalhadores ou operários. Além disso, não há uma condução única, mas a assembléia é quem decide acerca de tudo: desde a hora de acender uma lâmpada até a hora de apagá-la. O que vai passando é que os trabalhadores vão delegando para diferentes companheiros a autoridade que têm. Agora não está o dono, está a assembléia. Muda-se a pirâmide de comandos, digamos. Um tema muito importante é que não aceitamos gerenciamentos externos. Eu estou convencido, desde o início, que os trabalhadores podem administrar suas fábricas. Este é um dos paradigmas que eles vão rompendo. Aqui [referindo-se à Cooperativa Ghelco] há um trabalhador, Miguel, que é o secretário da cooperativa, que não sabe ler nem escrever, e maneja o computador de expedição, lhe ensinamos. Por que esses processos não ocorreram antes na Argentina? Sempre se dizia que era necessários 50 mil, 100 mil pesos para iniciar um processo produtivo, porque você necessita pagar as matérias-primas, serviços e insumos. E eu sempre lhes disse:

- “Rapazes, vocês, para iniciar este processo, não necessitam de um peso. Porque, para ter o contrato de aluguel, como é o caso de Ghelco, por exemplo, e para comprar matéria-prima, tampouco necessitamos de capital: o que temos que fazer é trabalhar por encomenda, vendendo a mão-de-obra. Então, a luz, o gás e os serviços se pagam no fim do mês”.

Assim se inicia com zero de capital. Isto é bastante contraditório, porque a nós, nos ensinaram que primeiro é preciso ter capital para poder investir, produzir, vender e pagar tudo, e depois retirar os ganhos, e se não existe ganhos reduzimos os salários, suspendemos, abandonamos ou fechamos a fábrica. Então nós nos manejamos com outra lógica. As fábricas recuperadas são bem-sucedidas economicamente e entram no mercado porque elas cumprem com duas condições fundamentais. O interesse do comerciante, que como dizia Adam Smith, é o econômico. Pois, se as fábricas recuperadas tiverem qualidade e preço, vão vender. Ou seja, não há nenhum problema se o trabalhador é empregado ou não, a mercadoria tem que ter qualidade. O custo empresarial na Argentina é altíssimo. Os salários gerenciais, que são de 10 a mais 20 vezes que o salário do operário, isso desaparece na fábrica recuperada, o custo trabalhista também não existe, ele é investimento. Porque os trabalhadores assumem a responsabilidade de não cobrar um peso nos primeiros meses de produção: um, dois ou três. Então o preço que eles conseguem vender a mercadoria sem custo trabalhista e sem custo empresarial é muito bom. (MAGNANI, 2003, p.57, tradução nossa)

Na prática, a proposta de Caro não ultrapassa a legalidade. Tudo tem solução desde que não estremeça a estrutura e não abale as instituições estabelecidas.

Fundamentado nos princípios da estabilidade legal e política e da preservação da ordem pública, em 2006 o MNFRT agrega um número considerável de cooperativas e abre espaço para a submissão dos recuperadores aos interesses de capitalistas.

| Cooperativa | Localização |
|---------------------------------------|---------------------|
| Unión y Fuerza | Avellaneda |
| Lavalan | Avellaneda |
| San Carlos | Avellaneda |
| Astillero Navales Unidos | Avellaneda |
| La Unión | Avellaneda |
| COOTRAMA | Avellaneda |
| Fênix | Lanas |
| Ex Textil San Remo | Lanas |
| Copacinox | Lanas |
| Citrus Argentinos | Lanas |
| Aliar | Lanas |
| Hospital de Lavallol | Lomas de Zamora |
| Química Del Sur | Berazategui |
| DUC | Berazategui |
| Evaquil | Quilmas |
| Vieytes (ex Ghelco) | Buenos Aires |
| La Nueva Esperanza (Grissinopoli) | Buenos Aires |
| El Jardín de Palermo | Buenos Aires |
| Diógenes Taborda | Buenos Aires |
| 18 de Diciembre (ex Brukman) | Buenos Aires |
| Gráfica Mercatali | Buenos Aires |
| Porteros | Buenos Aires |
| Hospital Israelita | Buenos Aires |
| Punta Arenas | Buenos Aires |
| Cafla | Buenos Aires |
| Los Constituyentes | Vicente López |
| M. V. H. | Vicente López |
| Argentina Nueva Era – CANE | Vicente López |
| 2 de Diciembre –Coventry | San Martín |
| Muebles San José | San Martín |
| Campos | San Martín |
| Forja San Martín | San Martín |
| Electro Unión | San Martín |
| Avícola Moreno | Moreno |
| Argypaz | José C. Paz |
| San Justo | La Matanza |
| Fundición L.B - La Baskonia | La Matanza |
| Palmar | La Matanza |
| La Matanza | La Matanza |
| La Nueva Mitre | La Matanza |
| Frigorífico Yaguané | La Matanza |
| Cintoplom | Tres de Febrero |
| Cootragas | San Miguel |
| Sanitaria Malvinas Argentinas | Malvinas Argentinas |
| Porcelana, Malvinas | José C. Paz |
| Unión Papelera Platense | La Plata |
| Matadero y Frigorífico Bragado | Bragado |
| Olavaria | Olavaria |
| La Prensa -Diario Comercio y Justicia | Córdoba |
| Comunicar | Córdoba |
| Flexicoop | Córdoba |
| Bolsas del Tucumán | Tucumán |

| Cooperativa (Continuação) | Localização (Continuação) |
|--|----------------------------------|
| Unión de Trabajadores San Luíseños (Gatic) | Corrientes |
| J. J. Gómez (Fricader) | Río Negro |
| Carrocerías DIC | Rosário |

Quadro 2 – Fábricas e empresas recuperadas que integram o MNFRT na Argentina.

Fonte: Boletim do MNFRT⁸¹. Elaboração: do autor.

Fortalecido pelo amplo número de cooperativas associadas ao seu movimento, nesse momento Caro passa a defender a tese da gestão híbrida. Na prática, sua concepção de autogestão revela uma versão ainda mais conservadora que a heterogestão.

Sob o discurso da necessidade de homogeneização do trabalho, a classe dominante julga-se capaz de gerir, determinar, guiar mesmo, os interesses das classes dominadas, pois acredita que estas nada fazem por livre iniciativa, mas somente atua sob um comando inteligente, exercido axiomáticamente em nome dos interesses coletivos. (FARIA, 1985, p. 51)

Na condição de advogado trabalhista, Luís Caro inicia a construção de sua hegemonia como mediador jurídico solidário às causas dos trabalhadores e, num primeiro momento, encarrega-se de questões políticas e jurídicas necessárias à recuperação de fábricas. Na concretização do processo de recuperação, permanece como advogado e líder das fábricas recuperadas, onde colabora com a recuperação; de colaborador se transforma em prestador de serviços. Ele dita regras não somente em relação aos encaminhamentos jurídicos, mas, a partir da formação do MNFRT, passa a interferir diretamente nas práticas internas das fábricas integradas ao MNFRT. Caro possui circulação entre empresários, trabalhadores, juízes e políticos. O livre acesso que desfruta junto aos poderes eclesiástico, político e judiciário lhe confere facilidades para negociar a formação das cooperativas e, assim, consegue a adesão dos trabalhadores para a reativação do trabalho.

Nesse sentido Magnani (2003) registra:

Em outra fábrica na qual Caro colaborou, um dos empregados contou que estava em minoria cada vez que se opunha a algum encaminhamento defendido. Segundo contavam, as decisões finais eram tomadas pelo advogado, não por que dava ordens, e sim porque se apresentava com muita humildade e se sentia “ferido” se alguém contrariava sua opinião. “Fala até esgotar e alcança o que quer”. Esse tipo de liderança, que busca solapar a autonomia real dos trabalhadores, talvez represente um risco para o movimento, já que os trabalhadores podem não aprender a se autovalorizar e serem utilizados para fins que não têm nada a ver com o deles. No caso de

⁸¹ O Boletim Informativo do MNFRT é um documento que explica o processo de recuperação de fábricas por parte dos trabalhadores, e é elaborado por Luiz Caro.

Caro, o risco de que isso ocorra aumenta, já que ele aceitou ser candidato à intendente de Alvellaneda, na lista de Adolfo Rodríguez Sá e Aldo Rico, personagens que dificilmente apóiam a sistemática de abertura das fábricas. (p.53, tradução nossa)

Seja sob a influência do positivismo jurídico e dos trabalhos voluntários que desenvolve em comunidades carentes, ou por meio das comunidades eclesiais de base da pastoral católica da cidade de Alvellaneda, Caro adota um discurso radical contra seus oponentes e termina explicitando um projeto de fábricas recuperadas que busca, simultaneamente, a ocupação, a legalização dos empreendimentos sem questionamentos estruturais e grandes confrontos com as instituições, e a adesão de investimentos.

3.6 OS CAPITALISTAS INVESTIDORES

No processo de recuperação da IMPA em 2006, Murúa e Caro são afastados, mas não deixam de influenciar o cotidiano da fábrica recuperada. Isoladas as lideranças do MNER e do MNFRT, os investidores assumem o controle da fábrica e estabelecem ações e procedimentos administrativos que desestabilizam o agir coletivo. A centralização da administração provoca tensões e traz para o interior da fábrica novos problemas.⁸²

Os trabalhadores novos se uniram com os mais velhos e expulsaram Murúa e Caro. Nessa ocasião foi eleito um conselho novo e ficou Liliana Fuentes^[83] como presidente, e aí ficaram dois grupos: os de Liliana e os de Murúa. Infelizmente Liliana Fuentes fez uma administração muito ruim e aumentou a dívida, por isso a tiramos do Conselho, e aí se formou outro grupo, o da laminação. Com a formação de três grupos internos houve um acordo entre a laminação e o grupo de Murúa, para que se juntassem na formação do novo Conselho. Agora quem está administrando tudo é o grupo formado por quatro companheiros da laminação, porque os integrantes do Conselho que pertenciam ao grupo de Murúa foram substituídos.⁸⁴

⁸² Essa nova realidade provoca alteração na metodologia investigativa e, de certa maneira, promove interação entre pesquisador e trabalhadores, possibilitando, também, a problematização de questões latentes no cenário da fábrica, sobretudo em relação à presença dos investidores, às interferências geradas no processo de trabalho, e ao acúmulo de dívidas.

⁸³ Liliana Fuentes foi incorporada ao quadro da Cooperativa IMPA em 1998. Trabalha no setor administrativo, sendo eleita presidente da IMPA em 2005, e destituída em 2006.

⁸⁴ JIMENEZ, Marcelo. 28 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

A apreensão da figura dos capitalistas investidores como personagens⁸⁵ nos encaminhamentos e na tomada de decisões na fábrica se generaliza no imaginário dos recuperadores. A IMPA, desde abril de 2006, com o aparecimento dos investidores, trabalha com despesa superior à arrecadação. Tomando como referência o mês de julho de 2006, momento em que a produção foi considerada uma das melhores dos últimos tempos, e utilizou 33 toneladas de alumínio, gerando um faturamento bruto de 300 mil pesos, neste mês os gastos apresentados superaram os investimentos, conforme sugere a tabela a seguir:

Tabela 1 – Faturamento, despesas e saldo devedor da IMPA, com referência no mês de julho de 2006 (em moeda argentina - pesos).

| | | |
|---------------------------------------|---------|------------------|
| FATURAMENTO BRUTO⁸⁶ | | 300 mil |
| FATURAMENTO LÍQUIDO | | |
| Despesas | | |
| Despesa com impostos | 60 mil | |
| Aquisição de matéria-prima | 230 mil | |
| Pagamento de Trabalhadores | 140 mil | |
| Água, luz, manutenção, outros | 50 mil | |
| SALDO | | - 180 mil |

Fonte: Dados coletados nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Elaboração: do autor.

Os números apresentados na tabela acima apontam prejuízos. Um descompasso entre gastos e arrecadação, essa é a contabilidade dos investidores. Certamente, não é dessa forma que os recuperadores estão percebendo a questão, afinal qual é a contabilidade da autogestão? É aquela organizada sobre o lucro e o prejuízo? Que investimento é esse que insiste no prejuízo? A respeito dessa questão, Nathalia Gutierrez diz:

É importante que queiram colocar dinheiro na IMPA, mas não me parece certo pensar que pelo fato de investir, eu tenha que lhe dar toda a fábrica. Tenho consciência de que nosso trabalho não gera arrecadação negativa. Eu tenho meus direitos como trabalhadora associada e quero fazer valê-los. Você poderá vir e investir no nosso trabalho, mas não vou ter que acreditar nas suas contas e te entregar a vida que estou construindo aqui dentro.⁸⁷

⁸⁵ No mês outubro de 2006 circula na fábrica uma convocatória de assembléia extraordinária com os seguintes pontos de pauta: aprovação de assessoramento industrial a cargo dos senhores Frederico Braga, Mariano Gallo e Adriana Curti; e aprovação de um empréstimo realizado pelo senhor Frederico Braga com o propósito de injetar capital necessário para recuperar os níveis de faturamento e produção. Essa é a primeira aparição pública do grupo de capitalistas investidores.

⁸⁶ O valor-referência, segundo fontes orais, chegou a 700 mil pesos.

⁸⁷ GUTIERREZ, Nathalia. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

Acerca dos investidores, Sonia Gutierrez esclarece:

Isso, de fato, tem tornado a relação entre nós muito difícil, não estamos unidos e as pessoas de fora, os investidores, nos desunem ainda mais. Alguns companheiros, principalmente os mais velhos, estão acostumados à linha do patrão, não conseguem pensar que podemos trabalhar todos unidos e que esta é uma cooperativa, e nós, os associados, temos que organizá-la para tudo sair bem. Alguns companheiros não têm bem definido que é uma cooperativa.⁸⁸

Os capitalistas investidores, desde que chegaram à IMPA, apresentam um quadro de prejuízos. Que querem os investidores? Por que seguem investindo? Que resultados essa ação pode trazer ao coletivo dos trabalhadores?

Na tentativa de buscar possíveis respostas, nos deparamos com muitos questionamentos que aparentemente são desconexos: a fábrica deveria ser vendida? A Manos Cooperativa Serigráfica deveria ser expulsa? A escola profissionalizante e o Centro Cultural deveriam ser fechados?

A tentativa de encontrar uma explicação para a entrada dos investidores nos levou à compreensão da importância social da fábrica recuperada IMPA, um laboratório de vivências e relações que se colocam para além das ações relativas à produção e reprodução do capital. Um laboratório social onde o trabalho realmente engendra novas e solidárias formas de convivência, de produção e reprodução da vida no reino da necessidade. E essas novas formas de relacionamento gestadas pelo recuperadores, parece não escravizar e implicam um passo a mais para a superação do sistema capitalista, o que não pode ser admitido pelos investidores da IMPA. Além disso, segundo dados averiguados pelos próprios recuperadores, a IMPA está instalada numa área avaliada em 15 milhões de pesos, com uma dívida, aproximada de seis milhões de pesos. Portanto, a fábrica possui muitos atrativos para os capitalistas investidores.

Como caçadores à espera da caça, os investidores astuciosamente estão transformando os empréstimos realizados para a compra de matéria-prima para a produção da IMPA em uma forma de multiplicar o seu capital, por meio do trabalho dos recuperadores. Lucram e obtêm para si as prerrogativas de patrão. Dessa forma, iniciam um processo de esvaziamento do laboratório social e constroem possibilidades legais para adquirirem a propriedade da IMPA e reconduzir os recuperadores às filas do desemprego.⁸⁹

⁸⁸ GUTIERREZ, Sonia. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

⁸⁹ Registros do Diário de Campo realizados em 2006, durante a pesquisa.

3.6.1 Persistência do conflito: quando os capitalistas investidores deixam o aparente anonimato⁹⁰

Os conflitos internos sobre os encaminhamentos e as interferências dos investidores nas relações internas da IMPA persistem até 9 de outubro de 2006, quando a recuperadora Nathalia Gutierrez apresenta uma carta aos membros do Conselho Diretivo solicitando sua renúncia, justificando a falta de transparência e incapacidade administrativa do Conselho. A carta não é reconhecida pelo presidente, sob o argumento de que a mesma deveria estar assinada por um coletivo de trabalhadores. No mesmo dia a cooperada recorre aos setores da fábrica e consegue o apoio de trinta recuperadores, que firmam o documento. Concretizada a nova representação, a carta é recebida pelo Conselho Diretivo. No mesmo dia os capitalistas investidores desativam seus computadores e deixam a fábrica. Nesse contexto, as forças internas se rearticulam e um novo cenário se configura no interior da IMPA. De um lado emerge o Conselho Diretivo, liderado por Castaño, que defende os capitalistas investidores⁹¹. De outro, os recuperadores da linha de produção que, retomando o contato com Luís Caro e Eduardo Murúa, exigem a destituição do Conselho Diretivo e, por conseguinte, dos investidores.

Na manhã de 10 de outubro o processo produtivo é suspenso e todos os trabalhadores se reúnem no refeitório. Após discussões e agressões verbais, Juan Carlos Castaño reitera, por várias vezes, que sem a sua permanência no cargo de presidente os investidores não permanecem na Cooperativa, e, além disso, sem a manutenção de seu cargo os trabalhadores não teriam mais trabalho. A seguir procede-se uma votação (secreta) com as opções: “sim”, indicando a renúncia de todo o Conselho, e “não”, assegurando a permanência do Conselho. Após cinco recontagens, a votação tem o seguinte resultado: 53 votos a favor da renúncia coletiva, 51 pedindo a permanência do Conselho e um voto nulo. Contudo, o presidente Castaño não acata o resultado, iniciando uma intensa discussão com novas agressões verbais e acusações recíprocas. Os recuperadores se separam em pequenos grupos dentro do refeitório, mas permanecem reunidos das 12 às 17 horas e 30, minutos tentando, cada qual, defender

⁹⁰ Os fatos apresentados neste subitem são, exclusivamente, resultados da observação direta e dos registros realizados pelo autor durante a pesquisa de campo realizada na IMPA, entre maio de 2006 e abril de 2007.

⁹¹ O primeiro resultado do arranjo concretizado entre os integrantes do Conselho Diretivo e os capitalistas investidores é uma reunião realizada no setor de laminação, onde estão os trabalhadores com mais tempo de trabalho da fábrica. Na reunião os investidores afirmam que somente voltam a financiar a matéria-prima se Juan Carlos Castaño permanecer como presidente. A apreensão toma conta da fábrica e muitos trabalhadores se perguntam quem irá efetuar-lhes o pagamento na sexta-feira.

suas posições. Como não há acordo, o grupo favorável à renúncia solicita a presença de Luís Caro, a fim de que ele, na condição de representante legal da IMPA, represente-a contra o Conselho e garanta a soberania da assembléia. No dia seguinte, Caro chega a IMPA e é impedido de entrar pelo Conselho Diretivo. Forma-se uma briga generalizada com muitas ofensas pessoais. Os ânimos são contidos, mas Luís Caro não entra na fábrica e os recuperadores voltam a se reunir. Depois de quatro horas de conversação, dois investidores se somam aos recuperadores, e uma hora mais tarde ouvem-se aplausos e comemorações dentro da fábrica.⁹² Segundo depoimentos de alguns recuperadores os investidores reafirmam que sem Juan Carlos Castaño na presidência eles não continuariam investindo na fábrica e suspenderiam a distribuição das sobras semanais, a qual já estava em atraso. Sobre essa reviravolta na conjuntura da IMPA, um recuperador desabafa: “Nesse momento, lamentavelmente, a IMPA está muito dividida”.⁹³

Desse cenário a pesquisa registra alguns encaminhamentos internos. O grupo de recuperadores vinculados ao Conselho Diretivo e aos investidores impede Luís Caro de entrar nas dependências da IMPA, causando conflitos com o grupo de recuperadores que defendem a renúncia do atual Conselho Diretivo. O presidente do Conselho Administrativo, Juan Carlos Castaño, percebe a gravidade do problema, e num ato de astúcia submete à votação dos recuperadores sua permanência como presidente e propõe a renovação dos demais cargos a serem ocupados por recuperadores contrários às suas idéias. As sugestões são acatadas pelo coletivo. No dia seguinte, o trabalho transcorre normalmente, inclusive com o pagamento de salários e até um abono de cinquenta pesos como prêmio pelo dia das mães. No primeiro expediente da semana seguinte três recuperadores do setor de laminação, por determinação de Juan Carlos Castaño, impedem a entrada de Mario Gonzáles e Castillo, comunicando-lhes que estão suspensos por tempo indeterminado. Com essa decisão novo impasse é estabelecido. Os setores de prensa e de papel alumínio entram em estado de paralisação e exigem a volta dos companheiros punidos. Com isso, o Conselho Diretivo volta atrás na decisão, mas suspende os dois recuperadores pelo período de vinte dias. No dia 12 de outubro, pela manhã, um grupo de recuperadores solicita uma reunião com o Conselho Diretivo por meio da cooperada Liliana Fuentes, secretária do Conselho, para requerer o fim da punição e a reintegração imediata dos companheiros. Após o objetivo exposto, mesmo que, somente o presidente e o vice-presidente do Conselho tenham negado o pedido os demais recuperadores que formam o

⁹² Registros do Diário de Campo realizados em 2006, durante a pesquisa.

⁹³ JIMENEZ, Marcelo. 28 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

conselho protestam e expressam-se favoráveis a reintegração imediata dos recuperadores castigados à fábrica, mas isso de nada adianta e a maioria vencida junta-se ao grupo pró-recuperadores suspensos e organizam uma conversa com os investidores obtendo promessa de redução do “castigo” para 10 dias. No dia seguinte a punição é estendida aos que pararam as atividades em solidariedade aos companheiros castigados e todos têm os dias de paralisação descontados das sobras.

Em 7 de setembro de 2007 o descontentamento se generaliza e os recuperadores voltam a aglutinar-se. Desta feita, em decisão de assembléia geral, organizada à revelia do Conselho Diretivo e dos investidores, os capitalistas, e com eles os recuperadores membros do Conselho Diretivo, Juan Carlos Castaño, Daniel Algañaraz e Cláudio Suarez, são expulsos da fábrica. A partir de então a fábrica recuperada IMPA segue presidida por uma comissão de transição, escolhida em assembléia, tendo como presidente o recuperador Castillo e vice-presidente a recuperadora Julia Taborda. Como componentes do Conselho Diretivo, as recuperadoras Sonia e Nathalia Gutierrez e o recuperador Ignacio Castaño. Com essa reviravolta, Oracio Campos e Eduardo Murúa ganham força e poderão voltar a exercer influência no interior da IMPA.

Com essa retomada, os recuperadores mostram que há esperança. “Espaços de esperança”, é como AUED (2007)⁹⁴ define as cooperativas autogestionárias. A explicação da autora se materializa na ação dos recuperadores da IMPA que, por enfrentarem a possibilidade da descontinuidade no processo organizativo da fábrica recuperada e sentirem ameaçado o projeto que não só põe comida na mesa, mas também aponta formas de superação das dificuldades enfrentadas no reino da necessidade, procuram manter acesa a esperança na produção e na reprodução da vida social, em patamares com contornos distintos dos engendrados pelas regras capitalistas, sem, no entanto, deixar de explicitar contradições inerentes ao modo de produção capitalista. “Como todos os anteriores, o processo capitalista de produção se efetua em certas contradições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida” (MARX, 1985, p.940).

Nesse sentido, a categoria autogestão que alicerça a ação dos trabalhadores nos laboratórios sociais de autogestão no Brasil, e também na Argentina, é histórica e dessa forma não é considerada nesse trabalho como pronta e acabada, uma vez que as experiências

⁹⁴ Palestra proferida no II Seminário Luso-Brasileiro de Educação Popular e Movimentos Sociais, ocorrido entre os dias 12 e 14 de novembro de 2007, na cidade de Florianópolis (SC).

sociais pesquisadas demonstram que a autogestão não surge de construções a *priori* e muito menos advém de modelos metafísicos e apriorísticos. Nessa direção é no campo do reino da necessidade que a experiência autogestionária em processo na IMPA evidencia que a construção da vida em cooperação não se circunscreve aos limites da fábrica recuperada e sem padrão, amplia-se com a aproximação à vida comunitária, à cultura dos bairros e às organizações políticas e civis anticapitalista.

FOTOS DA IMPA



Figura 1 – Foto da Fábrica Recuperada IMPA. Foto de DyN.
Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008



Figura 2 – Foto da entrada da IMPA. Foto de Jean Pierre Bodelois.



Figura 3 – Foto da laminação. Foto do autor.



Figura 4 – Foto do alumínio planchado. Foto de Jean Pierre Bordelois.



Figura 5 – Foto da laminação. Foto do autor.



Figura 6 – Foto do Oracio Campos ajustando o torno. Foto do autor.



Figura 7 – Foto do armazenamento de mercadorias. Foto de Jean Pierre Bordelois.



Figura 8 – Foto da acomodação de tubos para envio à pintura. Foto do autor.



Figura 9 – Foto da pintura de tubos para creme. Foto de Jean Pierre Bordelois.



Figura 10 – Foto do controle de qualidade. Foto do autor.



Figura 11 – Foto do Castillo em sua atividade diária no setor de papel alumínio. Foto do autor.



Figura 12 – Foto do Castillo no setor de papel alumínio. Foto do autor.



Figura 13 – Foto do produto final. Foto do autor.



Figura 14 – Foto do mostruário. Foto do autor.



Figura 15 – Foto do Centro Cultural: área concedida aos trapezistas. Foto do autor.



Figura 16 – Foto da sala da escola profissionalizante. Foto do autor.

4 COOPERATIVAS E TENDÊNCIAS POLÍTICAS NO BRASIL

As primeiras cooperativas no Brasil se institucionalizam no contexto da “extinção” do trabalho escravo, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889, e são concebidas sob os ideais de Rochdale⁹⁵. Em 1891 registra-se a primeira cooperativa brasileira, a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, no Estado de São Paulo. Em 1894 surge a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro, e em 1895 é registrada a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, no Estado de Pernambuco, transformada, em seguida, na Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe. No ano de 1897 oficializa-se a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas, também no Estado de São Paulo (OLIVEIRA, 2006). Essas experiências do cooperativismo tradicional nascem, basicamente, com a missão de organizar e dinamizar a troca e o consumo de mercadorias. Seus fundadores são funcionários públicos, trabalhadores de empresas privadas ou associações da classe média. Nesse contexto, a organização na forma de cooperativa de consumo marca presença nos principais centros produtivos do país, operando em vários setores: café, algodão, leite, trigo, soja e vinho.

Um dado importante é que as primeiras cooperativas criadas no Brasil manifestam duplo interesse, ou seja, ora são criadas por interesses dos próprios trabalhadores, ora pelos interesses dos patrões. Um exemplo de interesse patronal é o caso da Cooperativa de Camaragibe, em Pernambuco, criada pelo senhor Carlos Alberto de Menezes, proprietário da fábrica, que é transformada em cooperativa. Segundo ele, a cooperativa ajudaria o barateamento dos produtos consumidos pelos trabalhadores, aliviando o dilema: baixos salários *versus* alto custo de vida. É com esse tipo de iniciativa que, no Brasil, é incubado e criado um tipo característico de cooperativa, que Maurer Júnior (1966) chama de “cooperativas de classe” ou seja, cooperativas criadas para atender, indiretamente, a uma determinada classe, neste caso a patronal. Ressalte-se aqui, que, ao considerá-las como cooperativas de classe, o autor não está fazendo referência ao conceito de classes sociais, mas se referindo ao fato de ela servir a um determinado setor social, não possuindo nenhuma relação com o conceito marxista de classe.

⁹⁵ O cooperativismo de consumo surge na Inglaterra aproximadamente no ano de 1844, nos arredores da cidade de Manchester, em Rochdale. Um grupo de 28 tecelões se unem para comprar, em conjunto, itens de primeira necessidade, como alimentos, por exemplo. Chamava-se “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Trata-se da primeira cooperativa de consumo da história. O movimento aparece como uma alternativa ao baixo poder de compra da classe trabalhadora, estimulando a cooperação e a circulação de mercadorias (troca e venda de produtos a preço acessível) (HOLYOAKE, 2000).

A prática do cooperativismo no Brasil, desde o seu princípio, é concebida como adversa à luta de classes e vinculada aos interesses capitalistas. Oliveira (2006) faz essa constatação e, de certa forma, oferece uma chave de leitura para poder entender a não adoção de práticas desenvolvidas nas fábricas-cooperativas dos séculos XVIII e XIX, baseadas nos pressupostos socialistas de Robert Owen (1771-1858). As regras estipuladas pela política republicana reguladora do cooperativismo, a partir de 1890, obrigam a adoção do modelo de Rochdale. Nesse sentido, a organização do trabalho cooperado no Brasil se desenvolve por meio de cinco variantes pré-estabelecidas: conforme a possibilidade de conhecimento do grupo; em função de suas escolhas referentes ao ramo produtivo; de acordo com os valores culturais; em consonância com os costumes locais; e em conformidade com os preceitos religiosos adotados pelo Estado-Nação.

O surgimento do cooperativismo no Brasil pode estar situado nos últimos anos da década de 1880, do século XIX, quando algumas pessoas que se interessavam pelas questões sociais se preocupam com a necessidade de organização dos trabalhadores, sobretudo após a desorganização das relações entre patrões e empregados, decorrente da abolição da escravatura. Desde essa época o cooperativismo já fora apresentado como uma das melhores soluções para atender a questões como estas e para resolver outros problemas econômicos e sociais de determinados grupos de indivíduos. Desde então, no Brasil, o cooperativismo passa a ser visto, sobretudo pelos trabalhadores, como instrumento de amortecimento dos conflitos gerados das questões sociais, advindas, principalmente, da relação entre patrão e empregados, cuja origem advém das crises geradas pelo modelo econômico aqui praticado. No entanto, mesmo visto por esse ângulo, o cooperativismo, na compreensão quase que unânime dos seus simpatizantes, era considerado algo que ajudaria a atender bem aos interesses das mais variadas classes ou segmentos sociais. (OLIVEIRA, 2006, p. 39-40)

Fundamentado nos estudos de Diva Benevides Pinho (1962) sobre cooperativas e desenvolvimento econômico no Brasil, Oliveira (2006, p. 169-170) destaca a tendência funcionalista histórica das cooperativas no Brasil:

Uma revista editada no Rio de Janeiro, chamada Revista Financeira, publicou, em maio de 1888, um artigo que enaltecia a função do cooperativismo, dizendo que: “As associações cooperativas fundam-se, unicamente, para o bem coletivo dos seus associados, desenvolvem a sociabilidade, que dá origem a recíproca benevolência, e esta ao amor pelos nossos semelhantes. A cooperação mútua é, pois, um elemento de ordem, fraternidade e de justiça, um incentivo poderoso ao bem, ao processo intelectual e moral, fonte de economia e riqueza das nações”.⁹⁶

⁹⁶ Transcrição da obra “Ordem e Progresso”, de Gilberto Freire, publicada em 1959.

A auto-ajuda surge como pano de fundo na formação sócio-política das cooperativas brasileiras. As primeiras iniciativas patronais em instituir cooperativas não avançam ao patamar da organização do consumo. Assim, de um lado, cria-se uma forma de controle social dos trabalhadores e, por outro, inicia-se uma prática social de transferência de responsabilidades, uma vez que, com a instituição das cooperativas de consumo, os trabalhadores assumem o ônus da miséria decorrente da exploração patronal e obtêm uma fórmula compensatória e de manutenção dos baixos salários. Ademais, a generalização das cooperativas de consumo no seio da classe trabalhadora influencia o conteúdo das reivindicações operárias, e isso é fundamental aos empregadores, pois, à época, a relação patrão e empregados estava apenas no início, já que antes se baseava no trabalho escravo.

O surgimento das cooperativas de consumo por iniciativa dos trabalhadores ocorre num contexto de precárias condições de trabalho no Brasil pós-escravatura, criadas para defender interesses de classe, tornando-se sociedades fechadas e, quase sempre, ligadas a um partido político ou sindicato (OLIVEIRA, 2006, p.40). Essa iniciativa dos trabalhadores introduz a luta de classes no cooperativismo e cria polêmica no campo prático e na esfera teórica. Maurer Junior (1966) classifica as cooperativas de consumo formadas por iniciativa de trabalhadores como sociedade fechada e percebe nelas uma “traição” ao que ele considera o pressuposto central dos “rochdelianos”: a sociedade aberta.

Maurer Júnior tenta levantar a tese do “purismo rochdeliano” acerca do princípio da neutralidade política, esquecendo-se ele de que os pioneiros de Rochdale, embora registrassem em seus princípios a questão da neutralidade política, religiosa, de raça, etc., eram todos trabalhadores desempregados, que estavam buscando alternativas para a sobrevivência e formas de se protegerem dos efeitos causados pelo liberalismo econômico, sobretudo as questões do desemprego e da exclusão. É para isso que criaram a primeira cooperativa, uma cooperativa de consumo, com a função básica de ofertar produtos básicos a preços menores do que os de mercado, visando, para isto, à estratégia de adquirir produtos em quantidades altas, garantindo, assim, preços mais baixos. (OLIVEIRA 2006, p.40)

4.1 COOPERATIVAS E CONTROLE ESTATAL: ALGUMAS CORRENTES INTERPRETATIVAS A PARTIR DE 1930

O engajamento oficial do Estado no campo do cooperativismo tem como marco o Decreto Lei nº. 22.239, de 09 de dezembro de 1932. Segundo Pinho (1962), Maurer Júnior (1966) e Oliveira (2006), por meio dessa legislação específica é que o Estado passa a exercer

o controle das cooperativas. Crúzio (1994) destaca que, por meio dessa atitude do Estado, o movimento cooperativo brasileiro é afastado das possibilidades de democratização, autonomia e autogestão institucional. Um dos resultados do referido decreto é a criação do primeiro órgão de representação do governo junto às cooperativas, o Conselho Nacional de Cooperativas (CNC), com competência para analisar, interpretar, regulamentar e orientar a política cooperativista no Estado brasileiro.

No esteio da interferência do Estado no cooperativismo, surgem as mais variadas correntes interpretativas acerca do cooperativismo brasileiro, cada uma trazendo consigo um tipo ou modelo a ser seguido. Dentre essas correntes, pode-se destacar cinco delas. 1. A primeira, liderada por Saturnino Brito, defendia a implementação do cooperativismo sindicalista e servia aos interesses classistas; 2. a segunda, liderada por Fábio Luiz Filho, que se opunha às idéias de Saturnino Brito, sugerindo que se seguisse o modelo rochdeliano, sobretudo respeitando a tese da ação “apolítica”. Luiz Filho representava uma corrente que confiava no cooperativismo como um instrumento para o desenvolvimento e a expansão do liberalismo; 3. uma terceira vertente tinha em Waldiki Moura seu mentor, cuja tese básica era que o Estado teria de assumir uma função paternalista dos órgãos oficiais sobre as cooperativas, aportando recursos para que essas pudessem se desenvolver, ou seja, defendia uma tutela do Estado; 4. a quarta, era liderada por Maurer Junior, que só acreditava no desenvolvimento do cooperativismo se tivesse como objetivo principal a formação do que ele chamava de “república cooperativa”, apresentando-se como uma via alternativa ao capitalismo e ao socialismo estatal; e, finalmente, a quinta corrente, podendo ser considerada como sendo liderada por Diva Benevides Pinho, defendendo o desenvolvimento e a formação de uma “economia cooperativista”, que poderia ter relações com o Estado, mas possuindo, em si, uma dinâmica própria, totalmente cooperativada, com independência da orientação macroeconômica aplicada ou defendida pelo Estado, em que esta economia cooperativista se desenvolvesse. (OLIVEIRA, 2006, p. 42)

A presença de múltiplas idéias em relação ao cooperativismo no Brasil demonstra diversas possibilidades e, porque não, inúmeros limites institucionais e teóricos colocados à prática do cooperativismo.

Diante das formulações apresentadas sobre o arcabouço teórico que influencia a formação das cooperativas brasileiras, pode-se concordar com o seguinte raciocínio de Oliveira (2006, p. 43):

Essas considerações, por si só, embora brevemente apresentadas, sinalizam que o cooperativismo no Brasil tenderia a ter um desenvolvimento diferenciado do que ocorreu na Europa, pois as formações das estruturas econômicas e políticas são distintas. No entanto, embora seja desenvolvido em países de estruturas econômicas e sociais distintas, o cooperativismo sempre mantém, no seu desenvolvimento, os seus princípios fundamentais.

Isso remete à formulação da idéia de que, mesmo atuando em países com estruturas econômicas e sociais diferentes, o cooperativismo se desenvolve neles com os mesmos princípios, mas com características práticas diferenciadas. Baseando-se nessa afirmação, pode-se considerar que o cooperativismo brasileiro possui características próprias e, com isso, todos os seus conflitos e desafios que até os dias de hoje o diferenciam dos modelos aplicados no restante do mundo. Vejamos, por exemplo, de que lado estaria o cooperativismo brasileiro, na distinção que faz Maurer Júnior entre o cooperativismo francês e o alemão do inglês. Segundo este autor, o cooperativismo inglês não visava unificar classes e é por isso que ele o classifica como popular e, por isso, aliado da classe trabalhadora. Diferentemente, o cooperativismo alemão e o francês surgiram e se desenvolveram dentro de uma estratégia de juntar classes, sendo, portanto, classificado como o verdadeiro cooperativismo, ou seja, aquele que, juntando classes, fortalece o princípio da igualdade social, racial, política, religiosa e o da **coexistência social**. (Grifo nosso).

Contudo, a evolução do cooperativismo brasileiro vislumbra algumas características importantes, como a vinculação formal ao Estado, em que ações desenvolvidas pelo CNC propiciam a incorporação do cooperativismo no rol das políticas públicas do Estado. A construção do domínio estatal sobre as cooperativas brasileiras caminha conforme os distintos momentos históricos da economia e da política, isso desde 1889. Porém, desde 1932, com a oficialização do CNC, após 37 anos de interferência sistemática, o Estado assume em definitivo a responsabilidade pelo sistema cooperativo nacional, e no dia 2 de dezembro de 1969 é constituída a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Esse sistema de controle, monitoramento e incubação das cooperativas, amplamente apoiado pelo Estado-Nação, irradia-se nas unidades da Federação, sendo instalada uma unidade por Estado. Em Santa Catarina, por exemplo, é implantada a Organização das Cooperativas de Santa Catarina (OCESC), com subordinação direta à OCB. Com a Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, conhecida como “Lei das Cooperativas”, o Estado outorga à OCB plenos poderes sobre as cooperativas, desde a autorização para funcionamento, criação de regras de funcionamento, interferência nos encaminhamentos, até a formação e qualificação destinada aos cooperados.

Por quase dois terços de século o Estado brasileiro se apóia e aproveita do cooperativismo para desenvolver alguns de seus programas de desenvolvimento, principalmente aquele voltado para o setor rural. A atuação do Estado no cooperativismo, que se inicia quando ele utiliza-se das cooperativas para levar adiante a sua proposta de “organizar” a produção e a distribuição da monocultura extensiva, sobretudo o café, e depois instituindo novas culturas, como arroz, soja e trigo, além da cana-de-açúcar, serve para dar suporte às teses das ocupações das chamadas fronteiras agrícolas. Nessa aliança entre o Estado e o cooperativismo convencional, formalizaram-se grandes cooperativas, que passam a ter um papel importante no modelo

agro-exportador brasileiro e no desenvolvimento dos chamados complexos agroindustriais. Estas ações contaram com forte ajuda governamental, pelas quais as cooperativas recebiam altas somas de recursos para desempenhar estes papéis. A partir do surgimento da OCB, em 1969, estas ações passaram a ter visibilidade maior e fica mais evidente que esta parceria serviria para o processo de modernização agrícola brasileira. (OLIVEIRA, 2006, p. 48)

Sob a tutela do regime militar (1964–1985), os capitalistas, sobretudo os organizados pela União Democrática Ruralista (UDR), ganham legitimidade frente ao Estado e passam a interferir no sistema cooperativo com ampla liberdade.

Na década de 1980 a formação de cooperativas veio sendo ampliada, sobretudo as agropecuárias. Os trabalhadores rurais, em especial os sem-terra, assumem, taticamente, a formação de cooperativas como uma forma de organização do trabalho, beneficiamento e comercialização da produção. Concomitantemente, crescem as experiências de cooperativas de produção e trabalho, com foco nos desempregados urbanos. Ainda influenciadas por resultados da administração pública conservadora do período militar no Brasil (1964-1985), e pela reestruturação produtiva do sistema fabril, ocorrida em meados da década de 1970, as cooperativas brasileiras se expandem por meio da via conservadora, sendo controladas pela OCB. Os dados apresentados a seguir ilustram a composição quantitativa do mundo cooperativo no Brasil, em 2006, embora muitas experiências autogestionadas alternativas não possuam registro nesse órgão.

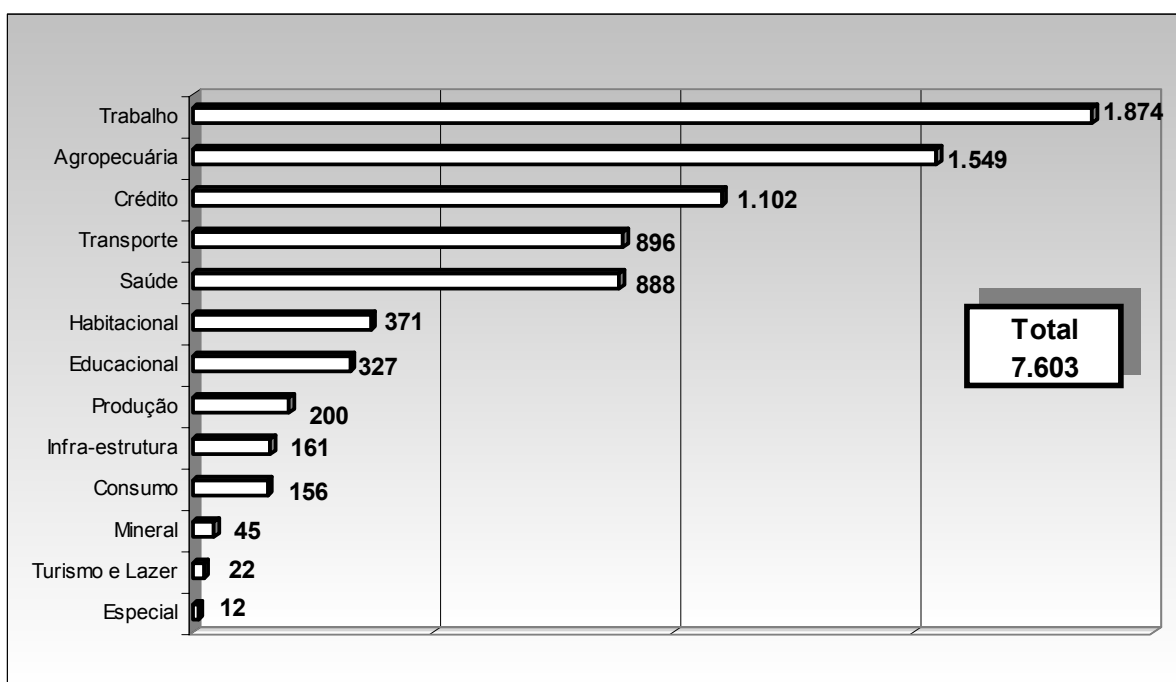


Gráfico 11 - Total de cooperativas no Brasil, em 2006, por atividade desenvolvida. Fonte: OCB/OCESC. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.com.br/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2007.

Em 2006, com um parque nacional de 7.603 cooperativas, o Brasil, em linhas gerais, mantém o modelo das cooperativas tradicionais conservadoras, uma vez que a maioria das organizações se localiza entre as que defendem como princípio básico do direito a propriedade privada e a manutenção do trabalho assalariado. Segundo a Lei nº 8.949, de 1994, a prática do trabalho cooperado não gera vínculo empregatício, portanto, os cooperados não podem receber fundo de garantia, aviso prévio, décimo terceiro salário e aposentadoria por tempo de serviço. Essa condição é regulamentada pelo artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1997, sendo que o parágrafo único define: “Qualquer que seja o ramo da atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”.

No Brasil, o setor do cooperativismo teve crescimento de 300% nos últimos dez anos, estando majoritariamente em áreas de prestação de serviços como os dos taxistas, pedreiros, médicos, professores, catadores de papel e na área agrícola. No setor industrial destaca-se a formação de cooperativas de trabalhadores nos setores de calçados, e mesmo de confecções, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, criadas de baixo para cima, por trabalhadores desempregados, moradores de favelas, que trabalham com facção para grandes indústrias. (LIMA, 1997, p.144)

Com a proliferação generalizada do cooperativismo, surgem algumas dificuldades à classe trabalhadora, pois, se números crescentes mostram as cooperativas como alternativa econômica para os capitalistas, para os trabalhadores as cooperativas se apresentam como redutoras de direitos trabalhistas, historicamente conquistados.

Tabela 2 – Cooperativas, cooperados e empregados no Brasil, em 2006, por estados brasileiros.

| Estado | Cooperativas | Cooperados | Empregados |
|--------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Acre | 39 | 4.793 | 109 |
| Alagoas | 90 | 13.388 | 3.861 |
| Amapá | 74 | 3.542 | 406 |
| Amazonas | 134 | 16.691 | 1.549 |
| Bahia | 493 | 107.654 | 2.796 |
| Ceará | 185 | 72.460 | 3.790 |
| Distrito Federal | 228 | 102.711 | 1.976 |
| Espírito Santo | 130 | 90.780 | 4.199 |
| Goiás | 193 | 87.941 | 6.336 |
| Maranhão | 244 | 12.916 | 719 |
| Mato Grosso | 147 | 142.099 | 4.724 |
| Mato Grosso do Sul | 93 | 51.098 | 2.879 |
| Minas Gerais | 811 | 951.984 | 26.220 |
| Pará | 378 | 51.547 | 882 |
| Paraíba | 150 | 36.806 | 2.500 |
| Paraná | 228 | 407.335 | 49.250 |
| Pernambuco | 182 | 106.874 | 1.232 |

| Estado | Cooperativas | Cooperados | Empregados |
|---------------------|--------------|------------------|----------------|
| Piauí | 114 | 17.138 | 512 |
| Rio de Janeiro | 955 | 182.091 | 5.319 |
| Rio Grande do Norte | 192 | 72.790 | 1.469 |
| Rio Grande do Sul | 962 | 1.300.571 | 34.686 |
| Rondônia | 105 | 14.126 | 1.470 |
| Roraima | 44 | 1.463 | 3 |
| Santa Catarina | 252 | 670.028 | 21.882 |
| São Paulo | 1.011 | 2.853.756 | 38.424 |
| Sergipe | 113 | 12.806 | 473 |
| Tocantins | 56 | 7.687 | 749 |
| Total | 7603 | 7.393.075 | 218.415 |

Fonte: OCB/OCESC. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.com.br/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2007. Elaboração: do autor.

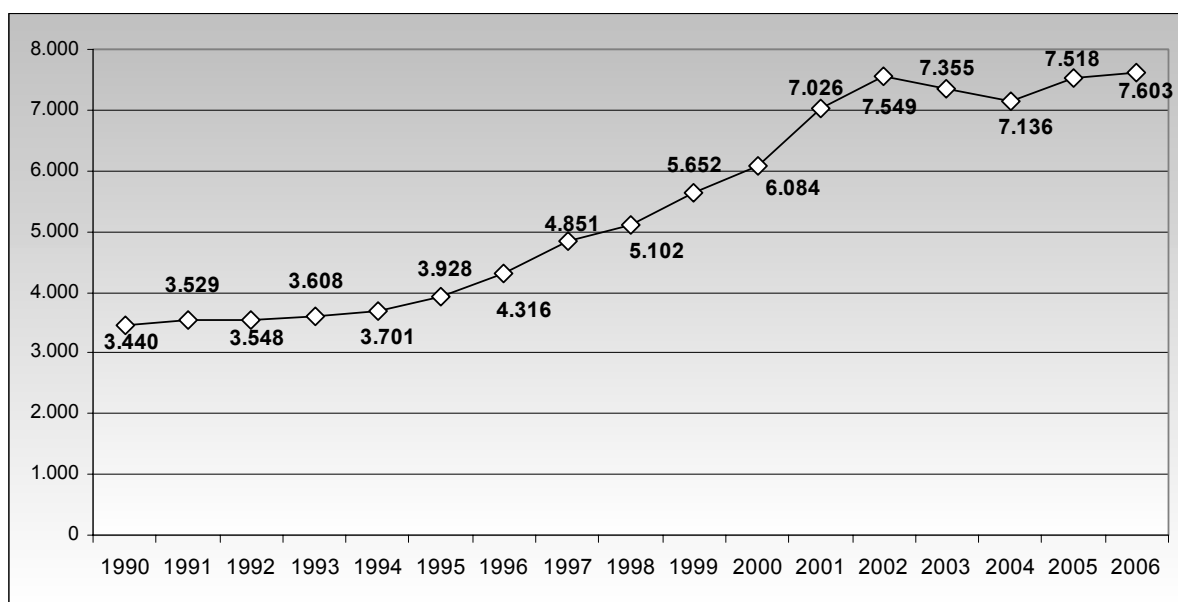


Gráfico 12 – Evolução das cooperativas no Brasil, entre 1990 e 2006. Fonte: OCB. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.com.br/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2007. Elaboração: do autor.

Considerando os dados da OCB, chama a atenção, em primeiro lugar, a quantidade de cooperativas vinculada a essa Organização. As informações presentes na Tabela 2 e no Gráfico 12 revelam a organização do setor cooperativista brasileiro, e demonstram, também, que as cooperativas de consumo e do setor agropecuário são as que mais crescem desde a criação da entidade. Segundo Gaiger (2000), há uma expansão sem precedentes dessas cooperativas nos últimos anos. Entre 1990 e 1998 elas representam 47% das cooperativas e mais de 53% do número dos cooperados. Um outro setor crescente são as cooperativas de trabalho, em especial no meio urbano, que surgem em grande número, com aumento de 112%.

O contexto de ascendência das cooperativas impele alguns autores à busca de explicação do fenômeno, elementos que possam dar conta de distinguir e melhor qualificar essas experiências e seus distintos canais de abrangência.

Em todas as experiências reconhecidas pela OCB observam-se relações de coexistência entre empregados e cooperados. Esse é um problema empírico, mas também teórico, uma vez que as dificuldades de inserção prática refletem, de forma direta, na visibilidade social dessas experiências, que historicamente não encontram lugar nas instâncias institucionais do sistema capitalista. Os indicadores da OCB apresentam dados recentes do cooperativismo nacional:

Tabela 3 – Cooperativas, cooperados e empregados no Brasil em 2006, por atividade desenvolvida.

| Atividade Desenvolvida | Cooperativas | Cooperados | Empregados |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalho | 1.874 | 413.777 | 5.595 |
| Agropecuário | 1.549 | 886.076 | 123.890 |
| Crédito | 1.102 | 2.462.875 | 30.396 |
| Transporte | 896 | 74.976 | 5.431 |
| Saúde | 888 | 349.474 | 34.738 |
| Habitacional | 371 | 83.633 | 1.153 |
| Educacional | 327 | 69.786 | 2.808 |
| Produção | 200 | 20.631 | 463 |
| Infra-estrutura | 161 | 624.812 | 5.462 |
| Consumo | 156 | 2.384.926 | 8.359 |
| Mineral | 45 | 17.628 | 83 |
| Turismo e Lazer | 22 | 3.509 | 31 |
| Especial | 12 | 972 | 6 |
| Total | 7.603 | 7.393.075 | 218.415 |

Fonte: OCB. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.com.br/>. Acesso em: 30 de novembro de 2007.

Elaboração: do autor.

Saliente-se que, por meio dos dados inseridos na Tabela 3, não é possível identificar informações sobre a autogestão, porquanto, nos 13 ramos de atividades apresentados pela pesquisa, persiste a referência ao trabalho assalariado, o que não expressa ampliação do assalariamento e, tampouco, contradição, pois a coexistência entre cooperados e assalariados é uma característica regular das cooperativas tradicionais.

Drimer (1981) divide as cooperativas em três segmentos:

a) as cooperativas de trabalho propriamente ditas, onde se contratam os serviços de outras empresas ou de terceiros. Em alguns casos, elas funcionariam como intermediárias na alocação da força de trabalho especializada. São as chamadas prestadoras de serviço;

b) as cooperativas de produção, em que os associados são os seus donos por meio da propriedade individual do capital social. Os trabalhadores detêm a posse coletiva dos meios de produção (instalação, insumos, entre outros), e assumem os riscos da atividade

desenvolvida e da participação no montante do capital social. Os próprios associados trabalham e os produtos se destinam, fundamentalmente, ao mercado;

c) as cooperativas comunitárias de trabalho, que também possuem características de cooperativas de produção. A propriedade e a posse dos meios de produção são coletivas e seus produtos destinam-se mais ao consumo interno, não excluindo, no entanto, a comercialização dos excedentes. Essas cooperativas caracterizam-se pela busca de aprofundamento dos vínculos econômicos e sociais entre os trabalhadores.

Uma outra formulação importante, nesse sentido, é realizada por Lima (2003), mesmo com duas décadas de diferença em relação a Drimer (1981), que identifica as cooperativas formadas por desempregados e sugere alterações no comportamento funcional das cooperativas brasileiras, sendo que, na prática, elas são formadas da seguinte forma:

a) as advindas de proprietários de empresas e cujas motivações empresariais variam entre as idéias socialistas cristãs e o pragmatismo decorrente do interesse em se manter na empresa. Em geral, nessas cooperativas, os proprietários mantêm o controle e os funcionários participam como acionistas. A organização do trabalho pouco muda e a democracia raramente existe, mantendo-se a hierarquia anterior. Essas cooperativas são conhecidas como “Coopergatos”.

b) as formadas por operários que procuram manter seus empregos com o fechamento ou a falência da fábrica. Geralmente a formação da cooperativa é o último recurso e ocorre, apenas, quando as outras ações de recuperação falham. Por isso, essas cooperativas surgem com situação comercial precária, além de outras dificuldades. Nesses casos, as fábricas são, também, tecnologicamente defasadas e, por isso, perdem mercado e têm baixa produtividade. A nova estrutura depende do investimento de trabalho dos operários, da vontade de clientes e de fornecedores, e da ajuda efetiva de sindicatos e órgãos governamentais. São as chamadas “cooperativas defensivas” ou “cooperativas fênix”;

c) as que resultam de movimentos contra-culturais, surgidos nos anos 1960 e 1970. Seus membros são oriundos de classe média, bem educada, com ideais democráticos voltados mais para necessidades sociais do que para os lucros. Essas experiências são mais comuns nos países capitalistas avançados e, na maioria das vezes, são formadas por editoras, livrarias, lojas de comida e/ou produtos naturais, de informática, escolas de línguas e similares. Habitualmente são pequenos negócios com dificuldade de sobrevivência, inerentes aos pequenos empreendimentos. As cooperativas que resultam desses movimentos contra-culturais, são conhecidas como “cooperativas alternativas”;

d) as que surgem com o crescimento do desemprego. Em tempos anteriores constituíam programas governamentais de obras emergenciais em períodos de recessão econômica, sendo freqüentes, sobretudo, na Europa. Em países em desenvolvimento são incluídos programas de agências de desenvolvimento, visando à organização de cooperativas em comunidades carentes. Essas, de modo geral, têm problemas de comercialização de seus produtos. Uma variação desse grupo de experiência é constituída pelas cooperativas voltadas à terceirização industrial e criadas por meio de políticas públicas de governos estaduais ou municipais, de sindicatos, da Igreja Católica e de outras instituições. Também conhecidas como “cooperativas populares” ou “cooperativas de geração de renda”, e estão voltadas aos desempregados e à população de baixa renda;

e) as organizadas por empresas que têm como objetivo a terceirização de atividades e redução de custos. Não existe a preocupação com a democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador, sendo conhecidas como “cooperativas pragmáticas”.

4.2 COOPERATIVAS AUTOGESTIONÁRIAS

As cooperativas autogestionárias estão fora ou dentro da OCB? Por que são designadas de autogestionárias?

Há no Brasil cooperativas com distintas feições identificadas como empreendimentos autogestionários. Na prática, funcionam diferentemente, como sociedade anônima, organização informal, associação ou cooperativa.

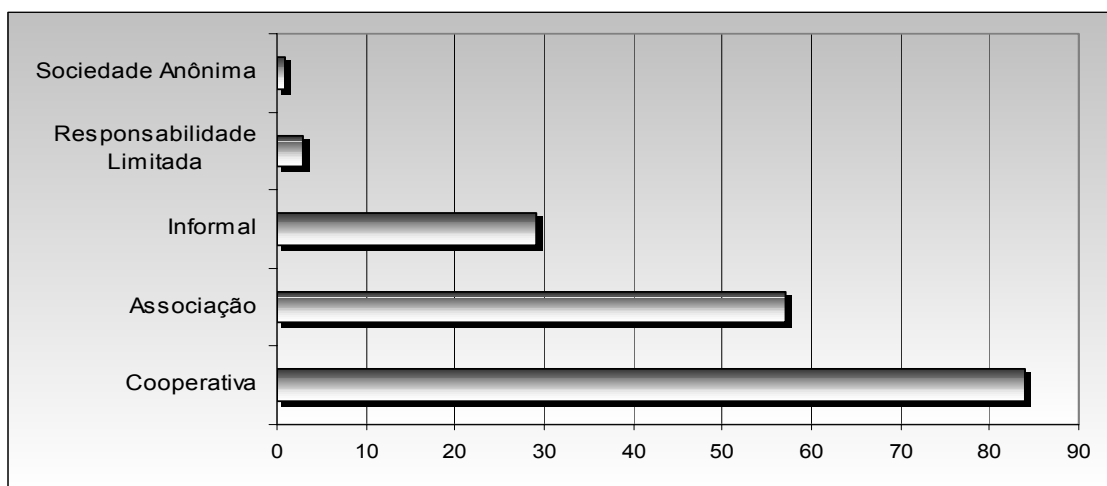


Gráfico 13 - Razão social das empresas recuperadas no Brasil em 2005. Fonte: Schiochet (2006).

Elaboração: do autor.

A COOPERMINAS (FANTIN, 1992; COIMBRA, 1996; CAROLA, 2002), COOPERUNIÃO (MASSI, 2000), Wallig (HOLZMANN, 1992 e 2001), Makerly (FARIA, 1998), Tecelagem Mandacaru (NASCIMENTO, 1993), exceto a BRUSCOR (PEDRINI, 2000), são cooperativas que têm em comum serem produto de massa falida e propõem a autogestão como forma administrativa.

Dimensionar o segmento das cooperativas autogestionadas no Brasil é uma tarefa difícil, pois, ao contrário das cooperativas da OCB, essas experiências não contam com arcabouço jurídico específico e são constituídas, na maioria das vezes, sob a forma de cooperativas de trabalho. Essa característica sugere o exame da estrutura organizacional e a dinâmica de funcionamento como mediação necessária à identificação das cooperativas autogestionárias. Juvenal (2006), em pesquisa recente, destaca que a falta de comunicação e pouca articulação são alguns dos fatores que têm impedido uma visualização nítida das características e da totalidade das experiências autogestionárias brasileiras, citadas, pela autora, como empresas recuperadas por trabalhadores. Por outro lado, ela identifica, ainda, a herança administrativa deteriorada da fábrica autogestionada como causa principal da não construção de um sistema de informações econômico, financeiro e social que possa alimentar, de forma regular, um banco de dados específico sobre essas cooperativas.

Em pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), divulgada em 2005, foram identificadas 174 experiências autogestionárias, que ocupam 11.348 trabalhadores, sendo que 72% das experiências estão na Região Sul. Outro dado relevante assinala que 54,5% das experiências autogestionadas por trabalhadores se concentram em área urbana.

Segundo essa pesquisa, as cooperativas representam 50%, da totalidade pesquisada, totalizando 86 unidades, enquanto que as associações correspondem a 32,8%, e as experiências sem formalização jurídica 16,4 %, sendo que estas duas últimas estão localizadas nas regiões norte e nordeste. A hipótese explicativa dos pesquisadores envolvidos sugere que as experiências sem formalização são assentamentos rurais originários de desapropriação ou abandono das empresas agroindustriais. Vale ressaltar que as cooperativas autogestionárias do setor industrial concentram-se, principalmente, no Centro-Sul e no Centro-Oeste brasileiro.

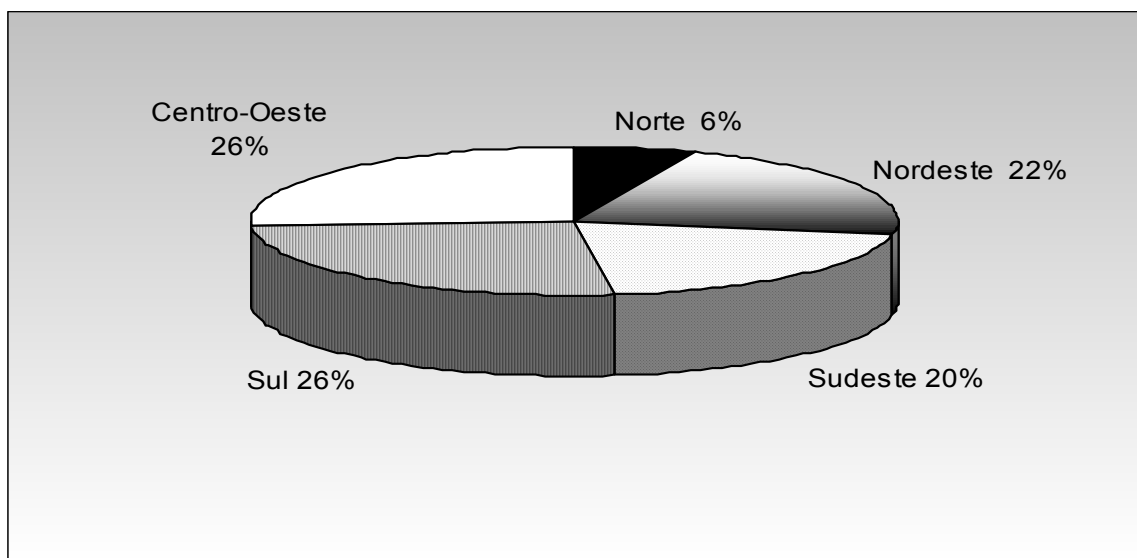


Gráfico 14 - Distribuição regional de fábricas recuperadas no Brasil em 2005.
Fonte: SCHIOCHET (2006). Elaboração: do autor.

Quanto à origem das experiências autogestionárias, Schiochet (2006), identifica-as desde 1976, destacando maior crescimento no período de 1995 a 2000 e uma queda entre 2001 e 2005.

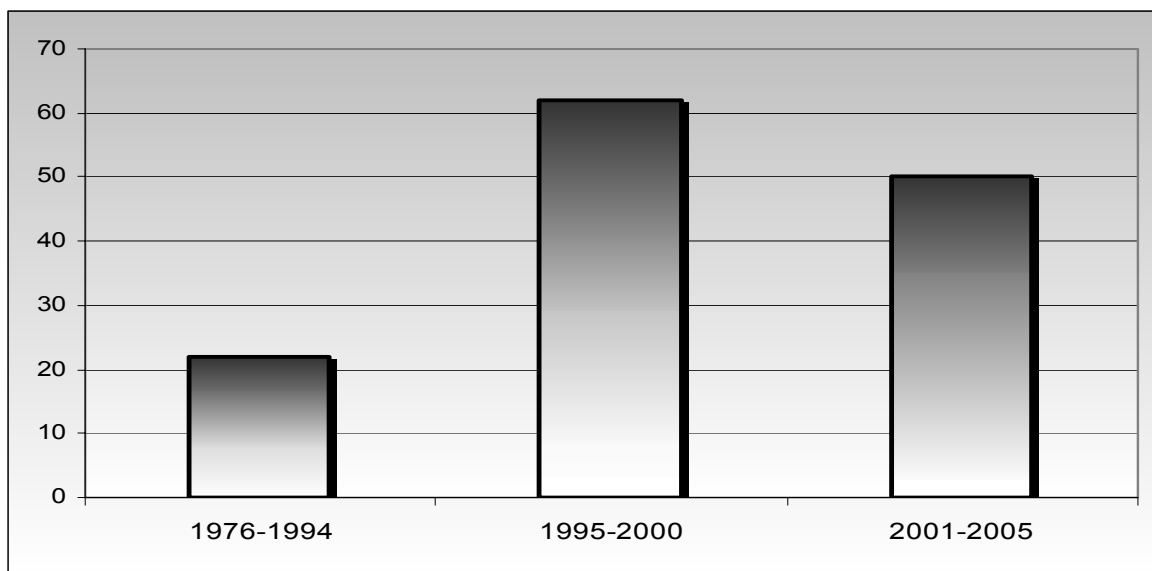


Gráfico 15 - Surgimento de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil, de 1976 a 1994, 1995 a 2000, e 2001 a 2005. Fonte: SCHIOCHET (2006). Elaboração: do autor.

Na tentativa de apreensão do sentido da ação autogestionária, Rech (2000, p. 9) destaca a possibilidade de o trabalho ter sentido social, humanizado em si e humanizando coletivamente:

Estes experimentos econômicos diferenciam-se, é claro, pelo arranjo da produção e da distribuição, mas seu destaque maior se dá pela nova configuração mental do trabalhador. Tem-se que são, antes de tudo, esforços por humanização econômica, justiça de distribuição de riquezas, equivalências e similitudes nas trocas e, porque não dizer, esforços pelo constructo do próprio sentido de pertencimento dos indivíduos a um determinado grupo social, condição essencial para a coesão e continuidade de quaisquer sociedades. Compreender tais esforços é percebê-los inscritos na própria dinâmica autoconsciente do trabalho, firmada na sua teleológica capacidade de dar forma, sentido e sentimento de mundo, transformar e formar novas naturezas, realizar o não-realizado e re-significar o próprio mundo material e imaterial, de modo a, ao mesmo tempo, resignificar-se.

As cooperativas autogestionárias são institucionalizadas com a criação, em 2003, da SENAES, e Paul Singer é um outro autor que teoriza sobre as cooperativas autogestionárias:

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção, o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, privada sem fins lucrativos, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. (SINGER, 2002a, p. 86-87)

Nessa passagem, ao propor a existência paralela de diversos modos de produção dentro da economia solidária, Singer parece contraditório, pois a opção pela autogestão, em nossa perspectiva, é uma mudança radical e um divisor de águas entre capitalistas e trabalhadores. Para Singer, ao que parece, a coexistência das cooperativas autogestionárias com o modo de produção capitalista é possível e viável. Nessa perspectiva, a autogestão, via economia solidária, ganha visibilidade como resposta ao desemprego. No entanto, o próprio Singer acrescenta:

Surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente [...]. O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias simples. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado

“sobras”); e também critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado. (SINGER, 2003, p.13)

Os empreendimentos solidários que incluem as cooperativas autogestionárias e recebem apoio financeiro do Estado denotam a institucionalização das experiências, aumentando e assegurando o controle social das experiências, aspectos irrelevantes para Singer.

Por surpreendente que seja, a grande maioria das tentativas de transformar firmas, meio ou inteiramente falidas, em empresas solidárias tem tido sucesso. Isso é explicado, em primeiro lugar, pelos sacrifícios feitos por cooperados, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes apenas em troca de cestas básicas (conjunto padronizado de alimentos que devem suprir as necessidades essenciais de uma família por determinado período). Mas também pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado, que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios. E, finalmente, pelo aprendizado por parte dos novos administradores das técnicas e manhas da gestão de comprar e vender, de receber e dar crédito, de inovar produtos e processos e de tecer relações solidárias com outras autogestões. (SINGER, 2002a, p. 91)

A inclusão de cooperativas autogestionárias no rol da economia solidária e a convivência com o modo de produção tradicional também são defendidas por Gaiger (2000, p. 189):

Assim, eu diria que a economia solidária estaria apontando para a possibilidade de criação de uma forma social de produção diferente. Uma forma social que pode conviver - e vai conviver ou ao contrário vai morrer, única solução para ela é conseguir conviver - com o modo de produção capitalista e com a forma social de produção típica do capitalismo, que é a forma social de produção assalariada. Eu acho que uma forma social de produção pode conviver tranquilamente com outras tantas: a forma de produção parcelar, a produção familiar, camponesa etc., são outros exemplos históricos dessa convivência. Entretanto, há desafios nisso. Sobretudo no que diz respeito à incorporação e à criação de tecnologias apropriadas e mais adequadas a este outro tipo de relação social que os empreendimentos na linha da economia solidária estão instaurando.

4.2.1 Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e a Institucionalização

No auge das iniciativas de recuperação e autogestão de massas falidas pelos trabalhadores, em 1994 surge a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG). Essa instituição representa, desde então, a mais significativa fonte de fomento e apoio às cooperativas autogestionárias, contribuindo, inclusive, para a formação de outras iniciativas apoiadoras. Seus principais objetivos compreendem: a) fomentar, no interior das experiências, se possível antes do momento inicial de sua constituição, a discussão sobre as implicações sociais e econômicas da prática autogestionária; b) incentivar o planejamento e articular a viabilidade econômico-financeira, agilizar os aspectos jurídicos, auxiliar o coletivo de trabalhadores no processo de negociação entre os diferentes grupos de trabalhadores existentes no interior da fábrica, e destes com os antigos donos, fornecedores, setor bancário, empresas estatais fornecedoras de serviços e matéria-prima e instituições políticas, comunitárias e financeiras; c) manter relação permanente com as experiências constituídas e construir um processo de viabilidade empresarial como forma de sustentar a cooperativa autogestionárias como um negócio viável, por meio do qual os trabalhadores participem discutindo, criticando, tomando decisões.

O segundo objetivo se realiza junto às cooperativas autogestionárias e refere-se à contribuição para a construção de um modelo autogestionário capaz de articular os princípios da autogestão com os pressupostos da co-gestão mantida pelas fábricas tradicionais. É a preocupação com os aspectos da organização funcional das experiências. Os meios para concretização dessa iniciativa prevêem: a) o desenvolvimento da “inteligência coletiva”, criando nos trabalhadores a capacidade de manter uma empresa de produção industrial que mantenha, no seu interior, relações mais fraternas e solidárias, que cultive a negação ao individualismo, mas que desenvolva, ao mesmo tempo, capacidade competitiva nos moldes do sistema capitalista. Nesse sentido, a ANTEAG se propõe a trabalhar as experiências na forma de associação, juntando-as em uma mesma organização política. No aspecto econômico a “autoproteção” parece ser o maior objetivo.

O terceiro objetivo de atuação está relacionado à construção de canais de relações comerciais e divulgação junto aos seguintes segmentos sociais: mídia, esferas da sociedade civil e esferas do governo. A base dessas ações consiste em promover a visibilidade das

experiências, apontando-as como uma alternativa viável aos desempregados e como mais uma alternativa de produção de mercadorias, geração de renda e empregos.

Em relação aos pressupostos sociais, políticos e econômicos que perpassam a existência da ANTEAG, Singer (in: CAVALCANTE, 1998, p. 11) faz a seguinte reflexão:

A ANTEAG surgiu como resposta ao desafio colocado aos trabalhadores que conseguem – em geral, após muita luta – ficar com a massa falida de suas ex-empresas ou com o patrimônio, geralmente deteriorado, da sua empregadora em processo falimentar. Os trabalhadores sempre tiveram esta possibilidade, como credores prioritários que são dos empregadores falidos. Mas, enquanto a crise do emprego não havia explodido, a maioria deles preferia recolher o que pudesse, em termos de salários atrasados, FGTS etc. e tentar abrir alguns negócios por conta própria ou achar um novo emprego. Nos anos de 1990 essas duas opções são cada vez mais precárias: os pequenos negócios morrem como moscas, inclusive pelo seu número excessivo, e os novos empregos andam muito escassos. Assim sendo, nos últimos anos multiplicaram-se, no Brasil, as cooperativas de produção que sucedem negócios capitalistas falidos ou em vias de falir. O desafio é que os trabalhadores carecem de cultura cooperativista e inexperiência na gerência de negócios para levar suas cooperativas ao sucesso, em lugar das antigas empresas que afundaram. Em seis anos de existência, a ANTEAG acumulou amplo *know-how*, à disposição das cooperativas associadas. Oferece cursos aos cooperativados, dá assessoria, põe as cooperativas em contato mútuo, organiza redes de negócios entre elas, intermedeia financiamentos e mobiliza apoio político no Congresso Nacional, junto aos governos e na grande mídia.⁹⁷

Singer ressalta a atuação da ANTEAG como um importante aporte à formação das cooperativas autogestionárias no Brasil e não considera a institucionalização uma forma de controle estatal e nem contraditória à existência e ao fomento da organização para autodestruição do trabalho e do capital. Nessa direção, a missão de contribuir com a luta dos trabalhadores pela garantia de postos de trabalho, a busca do fim da subordinação do trabalho ao capital e o assessoramento às cooperativas autogestionárias, denominadas por Singer (2002a) de “empresas solidárias”, formam o tripé da ANTEAG. Porém, é importante destacar que na prática a idéia de coexistência social em Singer e também na ANTEAG embora denote uma preocupação com a manutenção dos postos de trabalho, não tem como objetivo ideológico a experimentação radical da autogestão plena.

As reflexões de Marilena Nakano (2000) apontam que a ANTEAG é fundamental às cooperativas autogestionárias, sobretudo no início dessas experiências, período em que os laços de solidariedade e o apoio recebido dos sindicatos, mesmo sendo importantes, são

⁹⁷ Em entrevista concedida a Ângelo Cavalcante.

insuficientes. Segundo a autora, a ANTEAG nasce e se nutre do sindicalismo e se afirma como uma instituição independente, especializada na transformação de empresas e fábricas falidas em cooperativas de produção autogestionadas. Por meio desta análise observa-se que a ANTEAG se insere na esfera pública ao prestar assessoria a governos adeptos do cooperativismo. Todavia, sob forte influência singeriana, Nakano não relaciona esse processo a transformação das experiências autogestionárias em um terreno propício ao cooperativismo institucionalizado.

4.2.2 Algumas experiências autogestionárias recentes: em breves traços

No final do século XX, surgem outras experiências de cooperativas autogestionárias, impulsionadas pelos altos índices de desemprego e empobrecimento da classe trabalhadora. Conhecidas como “fábricas sem patrão”; sobrevivem num contexto paradoxal de precarização e ampliação do trabalho. Nessas condições, elas reacendem a luta de classes e organizam os trabalhadores em proposições distintas das formulações sindicais.

4.2.2.1 Cooperativa Industrial dos Trabalhadores da Wallig Sul

Fundada sob administração patronal em 1964, em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, a Fábrica de Fogões Wallig, maior indústria do ramo no Brasil, funcionou até 1981, quando, após 17 anos de funcionamento, teve apresentado seu pedido de falência. O processo produtivo foi abandonado, efetivando-se em 1984. Nesse mesmo ano são criadas, pelos trabalhadores remanescentes da antiga empresa, duas cooperativas industriais no Rio Grande do Sul: a Cooperativa Industrial Mecânica dos Trabalhadores da Wallig Sul Ltda. (COOMECA) e a Cooperativa Industrial de Fundidos dos Trabalhadores da Wallig Sul Ltda. (COOFUND). Os trabalhadores assumem a fábrica, sendo essa experiência eivada de conflitos causados pelos aparelhos institucionais representantes do capital. A efetivação do controle obreiro é permeada pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Holzmann (2001), ao analisar o caso da Wallig, infere que essas cooperativas são viabilizadas quando a maioria dos trabalhadores compreende que a renúncia aos direitos trabalhistas, para além das

vantagens imediatas de manter-se trabalhando, é condição indispensável à sua transformação em patrões e donos da fábrica. As cooperativas autogestionárias COOMEC e COOFUND funcionam até 1991, quando os ex-patrões obtêm, judicialmente, a posse do espaço físico onde elas estavam implantadas. Provavelmente os trabalhadores teriam seus empregos de volta, pois muitos deles tinham vários anos de trabalho na empresa: entretanto, retiram-se e instalam-se em outro local, no município de Cachoeirinha, onde permanecem até hoje, produzindo como cooperados, competindo com a antiga empresa (SINGER, 2007).⁹⁸

4.2.2.2 Cooperativa dos Mineiros de Criciúma - COOPERMINAS

A Companhia Brasileira Carboquímica de Araranguá (CBCA), fundada em 1917, no município de Criciúma, Santa Catarina, é a mais bem sucedida exploradora de carvão do Brasil, até que, em 1987 com a falência da CBCA, a relação de trabalho baseada exclusivamente na relação patrão e empregado é interrompida, e engendra-se o surgimento da Cooperativa dos Mineiros de Criciúma (COOPERMINAS). Essa importante experiência é constituída sob forte mobilização sindical dos trabalhadores na década de 1980. As formas de manifestação envolvem os operários, vizinhos e familiares, e marca a COOPERMINAS como uma cooperativa autogestionária forjada num contexto de mobilização social e enfrentamento popular operário aos aparelhos repressivos do capital (Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo). A defesa dos direitos conquistados e a iminência do desemprego, nesse caso, extrapolam uma característica geral da formação das cooperativas no Brasil: a negociação circunscrita aos muros das fábricas e aos gabinetes judiciais.

Três meses sem salário, com greves, diante da falência da CBCA, e a futura estatização da mineradora de carvão, acenderam o estopim para um conflito até então nunca visto em Criciúma: milhares de mineiros – os da CBCA e de outras minas – montam acampamento sobre os trilhos e impedem o escoamento de toda a produção de carvão do município. Enfrentam a polícia, e Argemiro Vitorino vê sua mulher sentir as primeiras dores do parto para o nascimento de sua filha Paula, hoje com 20 anos. “Botamos a polícia para correr, mas fomos surpreendidos à noite por um batalhão de 250 PMs,

⁹⁸ SINGER, Paul. Economia Solidária. Revista Caros Amigos. Entrevista Concedida a Natália Viana. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed66/natalia_viana.asp>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2008.

munidos com bombas de gás lacrimogêneo. Minha filha nasceu no meio desse fogo cruzado”, disse Vitorino. (AUED, 2007, p.28)

Entre esperança, solidariedade e indignação, a iniciativa dos mineiros de Criciúma resulta na luta pela vida, seja por meio da preservação dos postos de trabalho, da rebeldia contra os patrões e o desemprego ou, ainda, pela negação da estatização. O fato é que esses operários constituem a autogestão da produção urbana mais duradoura e pesquisada do país, contudo, para fugir à regra e escapar à efemeridade, os trabalhadores têm que transpor muitas barreiras, entre elas: falta de capital de giro; construção de credibilidade junto aos fornecedores de matéria-prima e compradores das mercadorias; ausência de experiência e cultura no trabalho autogestionado (SANTOS, 2002). Mesmo com ampla colaboração do sindicato (designado pela Justiça como síndico da massa falida), ocorrem, nos primeiros meses, problemas salariais. Os trabalhadores recebem apenas vale-alimentação e recursos para o pagamento de água e luz; todavia, essas questões são estabilizadas a partir do momento em que a cooperativa passa a produzir carvão, exclusivamente, para a Eletrosul Centrais Elétricas S.A.⁹⁹.

Constata-se, de certa forma, que a aproximação e a negação com o Estado capitalista perpassam a história da COOPERMINAS. No momento em que a relação comercial com o aparato estatal estabiliza a produção e emite tranquilidade aos trabalhadores da Cooperativa, isso no ano de 1994, através da compra de mercadorias produzidas pelos trabalhadores autogestionários, esse mesmo Estado tenta extinguir a experiência e impor trabalho baseado na relação patrão e empregado. Todavia, é no seio desses contraditórios encontros e desencontros que o coletivo operário prossegue na busca de subsistência fora da órbita do modo de produção tipicamente capitalista. Os caminhos dessa contradição são ressaltados por Aued (2007, p. 29) que, após visita à mina e entrevista com os trabalhadores, registra:

[...] Em 1994, a Justiça arrenda a mina para um empresário da região. Novos conflitos. Os mineiros, para impedir a retomada da empresa, abrem trincheiras no caminho, envolvem corpo com dinamite e ameaçam explodir tudo. A Justiça volta atrás. Os pedidos da Eletrosul aumentam e certa estabilidade passa a fazer parte da vida dos 450 mineiros da CBCA. Hoje a

⁹⁹ A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é criada em 23 de dezembro de 1968. Subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é uma sociedade anônima de capital fechado que atua no segmento de transmissão de energia em alta e extra-alta tensão. Tem seu sistema de transmissão localizado nos estados da Região Sul e no Mato Grosso do Sul, área que abriga um contingente populacional da ordem de 28 milhões de habitantes e que responde por 16% do PIB e 17% do mercado de energia elétrica do País. Disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br>>. Acesso em 20 de novembro de 2007.

situação continua indefinida, já que, para vender à Eletrosul, usam outra empresa para emitir as notas. Um acordo com o ex-proprietário poderá ser a solução definitiva para o grupo. Eles vão assumir as dívidas trabalhistas, cerca de 1,5 milhões de reais, e as com o INSS, 12 milhões de reais, que eles buscam baixar para R\$ 4 milhões. O ex-proprietário fica com as dívidas bancárias. Como vitória eles contabilizam a redução da carga horária de trabalho de 36 para 30 horas semanais; a substituição dos caminhões caçambas usados para o transporte de mineiros por ônibus; a montagem de uma clínica; os exames periódicos para verificar o efeito do trabalho na mina e prevenir as doenças da função, como a pneumoconiose (doença do pulmão que ataca o mineiro). Hoje eles garantem a aposentadoria após quinze anos de trabalho e o pagamento de salário médio de R\$ 600. A produção alcança 20 mil toneladas por mês, o patrimônio é de R\$ 10 milhões e o faturamento mensal é de R\$ 1 milhão. Apesar das vitórias, os mineiros ainda convivem com o fantasma do desabamento, a escuridão das galerias 150 metros abaixo da superfície, as caminhadas diárias dentro da mina, que chegam a cinco quilômetros, o barulho ensurdecedor das furadeiras e a poluição a olho nu do carvão, que gruda no pulmão.

Atualmente, a principal via de produção e reprodução da vida dos trabalhadores da COPERMINAS não ocorre totalmente pelo trabalho autogestionado, porque nem todos os operários são cooperados. Alguns, em especial os engenheiros, optam por tornar-se empregados. A Cooperativa funciona com 800 trabalhadores e o plano de cargos e salários é subdividido em sete patamares, sendo que o patamar salarial máximo não pode ser mais do que 4,5 vezes superior ao menor. A COOPERMINAS, uma das precursoras da autogestão operária, é fundadora da Associação Nacional de Empresas de Autogestão (ANTEAG).

4.2.2.3 Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda. - BRUSCOR

Originária de uma ação coletiva, surge, em 1987, na cidade de Brusque, Santa Catarina, a Cooperativa de Cordas e Cordoamentos Ltda., a BRUSCOR. A produção na BRUSCOR gira em torno da fabricação de: a) cordões de poliéster, trançado e agulhado em 46 cores e dez referências; poliéster texturizado de algodão, trançado e agulhado em doze cores básicas e quatorze referências; polipropileno, em doze cores básicas; cordão elástico, uma referência e várias cores. b) cadarços com ponteira de acetato destinado a toda e qualquer linha de calçados; c) elástico com cordão embutido, destinado à confecção de roupas.

Para Aued (2005), essa organização produtiva foge às características habitualmente encontradas nas cooperativas autogestionárias brasileiras, as quais, na maioria das vezes, surgem como resultado direto de processos falimentares efetivados ou conflitos crônicos entre

patrões e empregados, com iminência de fechamento de postos de trabalho. A opção pela autogestão como proposta de geração de renda e ampliação do trabalho antes mesmo da materialização do processo produtivo consolida a BRUSCOR como uma experiência coletiva de trabalho e geração de renda *suis generis*. Nela, as inovações em relação à divisão, ao planejamento e à execução, típicas do trabalho na modalidade “emprego”, são inteiramente modificadas.

Mesmo com faturamento de 600 mil reais em 2000, segundo Pedrini & Rogensberg (2001), a jornada de trabalho passou por variações, sendo no início de 35 horas, elevando-se para 37 e, em seguida, para 40 horas. Atualmente é de 37 horas semanais.

Quando da existência de muitos pedidos, são feitas horas extras, organizando-se turnos nos finais de semana ou à noite, nos quais membros da expedição, administração e vendas também vão reforçar a produção. A hora extra nunca foi remunerada, pois, segundo os sócios, é uma necessidade emergente da firma, que gera crescimento para o conjunto, todos os sócios tem um descanso anual remunerado de trinta dias e um 13º pró-labore, quando possível. (PEDRINI & ROGENSBERG, 20001, p. 51)

A primeira alteração no processo de trabalho é inexistência de divisão entre o planejamento e execução – assim se estabelece a fábrica sem diretor ou qualquer outro cargo de chefia. Nos primeiros seis anos de existência, a organização foi composta pelas seguintes instâncias deliberativas: Comissões, Conselho Administrativo e Gerenciador. Porém, as pesquisas realizadas por Pedrini, & Rogensberg (2001) indicam uma reformulação na forma administrativa da BRUSCOR. Para as autoras, desde 2000 essa estrutura está reordenada, as Comissões e o Conselho Gerenciador foram extintos e criaram-se cargos por responsabilidades (responsável por produção, financeiro, vendas, expedições e lazer). Essas responsabilidades são individualizadas, sendo designadas a cinco associados. Uma outra instância criada foi o Conselho do Desenvolvimento, sendo que da estrutura organizativa inicial somente permanece o Conselho Administrativo. Essa recomposição parece ter sido originada em uma mudança de prioridade da BRUSCOR para ampliar as possibilidades de sobrevivência.

A função de desenvolvimento atende a metas de buscar novos clientes, maquinários, desenvolvimento tecnológico e de novos produtos que podem ser agregados à BRUSCOR. Durante todo o ano de 2000, este cargo funcionou em relação ao maquinário e novos produtos e apresentou um resultado satisfatório, caminhando para que em 2001 pudessem ser atingidas as demais metas. Contudo, com a saída de dois associados, um deles nesse último ano dedicava-se a parte administrativa, a BRUSCOR teve novamente

que se reestruturar, deixando de lado, momentaneamente, este cargo para suprir o espaço que ficou aberto. (PEDRINI & ROGENSEBERG, 2001, p. 50)

Nas assembléias gerais realizadas mensalmente, os responsáveis pelos cargos e pelos Conselhos prestam contas e submetem à votação dos associados as decisões sobre os encaminhamentos internos e externos. Os clientes da BRUSCOR são confecções e atacadistas do ramo, lojas de armarinhos e aviamentos, indústrias de calçados, de embalagens plásticas, gráficas, agropecuárias e redes de supermercado, abrangendo a Região Sul e também as Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

As autoras Pedrini e Rogensberg, (2001) ao realizar pesquisa empírica na BRUSCOR, discute categorias que perpassam o cotidiano dos associados, tais como: modernização, situação financeira, escolha de novos sócios, construção de laços externos, entre outros. Quanto à modernização, esta é visto pela autora como um importante desafio e uma pré-condição para a viabilidade da autogestão.

Um dos grandes desafios do empreendimento pesquisado é a inovação tecnológica contínua, pois esta é uma pré-condição para a viabilidade de projetos de autogestão. Constatase uma preocupação nesse sentido, mas os recursos disponíveis para este fim sempre são poucos, diante das necessidades e expectativa dos sócios. Mesmo com seu setor financeiro saneado, sem dívidas, a empresa não tem tido condições de investimentos maiores, com recursos próprios, para a aquisição de maquinário mais moderno. (p. 53)

Pedrini e Rogensberg, também não encontram discrepâncias significativas entre o faturamento e os gastos.

O faturamento tem se mantido em volume compatível com as despesas necessárias, havendo algumas exceções, como nos anos de 1995 e 1997, quando a média de receitas foi menor que as despesas. Este fato levou os autogestores a tomarem algumas medidas: alguns buscaram, provisoriamente, trabalho fora, maior ofensiva nas vendas em mercados maiores, como São Paulo, estudo para investimento em ramo diverso, como o da informática, produção e venda de alimentos, representação de produtos de outras empresas. Atualmente os sócios estão participando dos esforços para a construção de uma rede de compras e vendas conjuntas com demais empreendimentos de economia social do país. (2001, p. 54).

Em relação à entrada de novos associados na empresa autogestionárias BRUSCOR, as autoras ressaltam que, para isso, foram estabelecidos alguns critérios, tais como:

mentalidade aberta à proposta autogestionária e de solidariedade social, desejo de crescer com ela e interesse pela socialização.

A seleção não se baseia em aptidões ou qualificação profissional, mas no comprometimento com o projeto político e social do grupo. O convidado faz uma experiência de seis meses e, se aprovado pelo grupo, o novo sócio passa a incorporar a firma, com direitos sociais iguais aos demais sócios: saúde integral, educação, lazer e demais benefícios. Começa a fazer parte do contrato social por meio de uma cota simbólica de 1%. Quanto ao patrimônio, o novo membro terá direito a uma unidade fracionária sobre a parte do que ajudou a adquirir, a partir da data do ingresso, mas somente poderá receber algo em caso de saída, após três anos de associado. (PEDRINI & ROGENSBERG, 2001, p. 50)

Finalmente as referidas autoras enfatizam que a BRUSCOR é formada, também, por laços externos, e constata a existência de uma rede de relações sociais, políticas e econômicas. No campo social e político, os intercâmbios se estabelecem com grupos de associativismos civis locais, com a pastoral da Igreja Católica, com o Partido dos Trabalhadores (PT), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade de Blumenau (FURB) e o Grupo de Trabalho Sócio-Economia Solidária de Santa Catarina. No aspecto econômico, articula-se com a ANTEAG, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

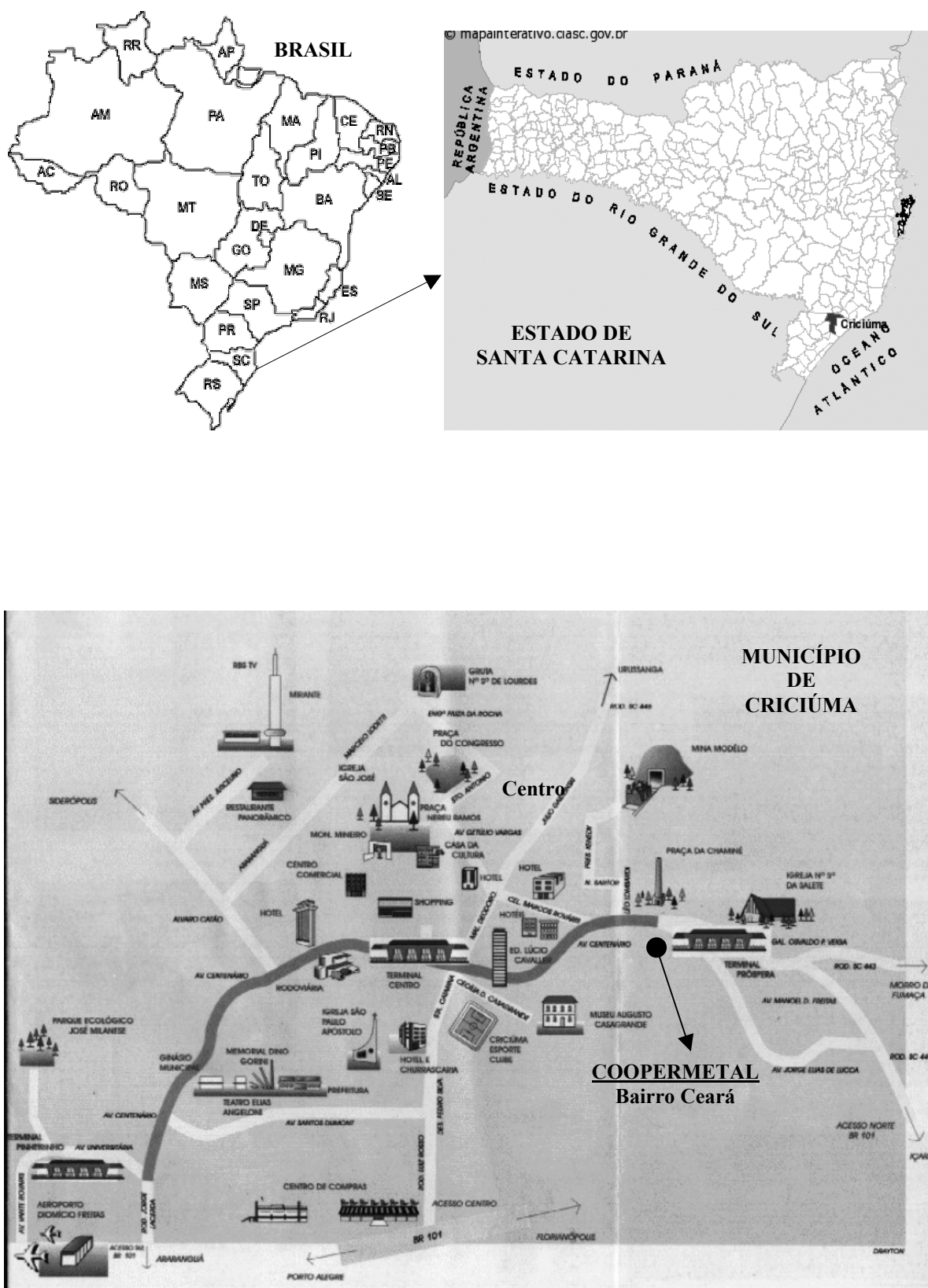
5 COOPERATIVA AUTOGESTIONÁRIA DOS METALÚRGICOS DE CRICIÚMA: REORIENTAÇÃO SINDICAL E AUTOGESTÃO

Cada fábrica fechada é um cemitério de postos de trabalho assim como também o é o latifúndio no campo. Por isso, os trabalhadores do campo e da cidade têm direito de ocupar as fábricas e as terras para defender seu trabalho e a soberania dos povos. Por isso, ocupamos as empresas e as fazemos produzir.¹⁰⁰

A Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma está localizada nas proximidades do centro da cidade de Criciúma, no estado de Santa Catarina, Brasil. Essa fábrica ocupada é originária da Siderúrgica Criciumense S.A. (SIDESA), empresa de capital privado fundada em 1960. Em 1998, em virtude de uma crise na sua base econômica que originou uma instabilidade geral foi tomada por trabalhadores, tornando-se uma cooperativa vinculada à ANTEAG e à Economia Solidária. Nesse período da crise interna, havia 130 trabalhadores empregados na fábrica, dos quais 126 homens e quatro mulheres; destes, somente 80 participaram da ocupação da fábrica (76 homens e quatro mulheres).

Após oito anos de ocupação, dos empregados da SIDESA que participaram da tomada da fábrica apenas quatro permanecem na cooperativa. Na atualidade, a Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma (COOPERMETAL) possui 200 cooperados, sendo 194 homens e seis mulheres. Especializada na fundição de ferro e aço para utilização em diversas áreas da metalurgia é, nos setores de metal-mecânico, cimenteira, ferroviária, mineração, motores e rolos de moagem que a Cooperativa se destaca, obtendo um faturamento médio superior a um milhão e meio de reais. A COOPERMETAL se constitui como exemplo de fábrica recuperada por trabalhadores sob a orientação do movimento sindical.

¹⁰⁰ Declaração “Compromisso de Caracas”, elaborada pelos trabalhadores das fábricas recuperadas no I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores, realizada em 29 de outubro de 2005, em Caracas.



Mapa 3 – Localização da COOPERMETAL. Fonte: OCB e Estado de Santa Catarina. Elaboração: do autor

5.1 O PÓLO CRICIÚMA¹⁰¹: DA MINERAÇÃO À DIVERSIDADE FABRIL

Criciúma foi fundada em 1880 e recebeu seu primeiro impulso econômico com o início do extrativismo do carvão por volta de 1917. Em 1940, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda/Rio de Janeiro, surge o Pólo industrial Criciúma e o município desenvolve uma economia centrada, predominantemente, na mineração de carvão.

O extrativismo industrial em larga escala rapidamente transforma o município de Criciúma em um dos principais geradores de divisas do estado. As reservas carboníferas existentes representam 10,8% dos recursos carboníferos brasileiros, aproximadamente 3,2 milhões de toneladas de carvão. Com incentivos públicos, a produção de carvão é elevada. Na década de 1970, quando ocorre a crise do petróleo, o governo brasileiro cria novos subsídios e torna a extração de carvão uma atividade ainda mais lucrativa. No entanto, como “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, os primeiros sinais de crise na extração do carvão aparecem desde a década de 1980, quando o governo federal retira os subsídios repassados aos proprietários das minas. Com a queda nos patamares de acumulação, os “barões” do carvão demitem operários, diversificam seus negócios e partem para outros ramos fabris. Isso, por um lado; por outro, surgem as demissões em massa dos mineiros, que perdem parte do poder político que tinham na cidade. A categoria é reduzida de 11 mil mineiros, em 1985, para 2.400 em 2000 (GOULARTI & NETO, 2002).

A greve geral ocorrida em maio de 1986 leva às ruas de Criciúma mais de 30 mil trabalhadores. Sob orientação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as organizações sindicais reivindicam reajustes salariais. Os mineiros somam-se aos calçadistas, aos vestuaristas e a outras quatro categorias que participam da greve.

No quarto dia de greve, calçadistas e vestuaristas reclamavam da violência que estava acontecendo contra o movimento dos trabalhadores. Um empregado e membro da comissão de organização grevista, Eduardo Rocha, reclamou que um dos sócios da malharia Lady, conhecido como Marinho, ameaçou avançar com seu carro sobre os piquetes. Conforme Rocha, o acusado ainda “apontou um revólver contra os trabalhadores e os ofendeu com palavrões”. Na manhã do dia 22 de maio, no décimo dia de paralisação dos vestuaristas e calçadistas, a advogada do sindicato Rosângela Souza foi

¹⁰¹ A referência ao Pólo Criciúma compreende, além do município de Criciúma, todos aqueles produtores de carvão em seu entorno: Urussanga, Siderópolis, Tubarão, Capivari, Lauro Muller, Urussanga, Içara, Nova Veneza, Treviso e Forquilha.

agredida por três proprietários da indústria de confecções Nuermberg. Segundo Rosangela, ela pretendia convocar as funcionárias da fábrica para a assembléia geral das categorias que ocorreria no dia seguinte. Os diretores não deixaram a advogada dar o aviso e entraram na garagem da indústria seguidos por Rosangela. Em seguida, conforme relata a advogada, os diretores Nélito Dilton e Sergio Nuermberg a jogaram no chão. Minutos depois uma multidão se aglomerou na frente da fábrica e Rosangela foi liberada. Os diretores da fábrica negaram a acusação. Eles acusaram a advogada de ter invadido a garagem, mas disseram que não a espancaram. (SILVA, 2005 p.6)

Em 1987, passada a greve geral, os mineiros permanecem na luta para manter empregos e constroem táticas para continuar no trabalho das minas. Nessa década surgem importantes manifestações da categoria em todo o pólo. Uma delas ocorre na CBCA, em Criciúma, envolvendo 2.000 mineiros que, com a direção do sindicato, protestam contra os patrões e reivindicam o controle do trabalho.

É nesse contexto de intervenção sindical que os trabalhadores ganham fôlego na correlação de forças com o capital. Dessa forma, no seio da maior empregadora do pólo minerador de Criciúma, os trabalhadores da CBCA dissolvem as relações com os patrões e engendram, com o apoio do sindicato, estratégias de luta política contra os capitalistas. As forças em luta, patrões e empregados, enfrentam-se de diversas formas, no Judiciário, no confronto direto com a força repressiva do Estado, nos Parlamentos municipal, estadual e federal. Mas é via setor sindical que a “queda de braços” se complexifica e os operários combatem efetivamente os patrões. Ainda em 1987, mediante possibilidade de estatização da mineradora, os mineiros, com o aval do sindicato, ocupam a CBCA e a transformam em cooperativa autogestionária. A CBCA nascera em 1917, porém, é na década de 1980 que surgem as primeiras fissuras na sua base econômica, entrando em colapso em 1987, e dessa situação seus trabalhadores gestam o surgimento da primeira cooperativa autogestionária do Pólo Criciúma, a COOPERMINAS. Sempre recebendo assessoria do sindicato, essa cooperativa autogestionária torna-se referência para a organização operária no pólo, expressando a crise nas minas e a ascendência do movimento sindical com deslocamento nas formas organizacionais dos trabalhadores.

Como resposta à crise no ramo minerador, os capitalistas diversificam as formas de investimentos. Desde a década de 1990, os ex-patrões da CBCA, assim como todos os empresários do carvão, passam a ocupar e investir capital em outras áreas do sistema fabril. As indústrias ceramistas, de vestuário, alimentícia, calçadista e da construção civil iniciam o século XXI consolidadas em Criciúma.

Por ironia da história – em Criciúma – a cidade que sustentou durante várias décadas o título de Capital Nacional do Carvão, atualmente as atividades extrativas estão totalmente desativadas – algumas por estarem completamente cheias de águas e outras devido ao rumo que a política econômica brasileira optou nos últimos anos. Devido a esse fator, a última mina em funcionamento na cidade de Criciúma foi fechada em 1996. (BARBOZA, et al., 2003, p. 8)

A respeito dessa afirmação, cabe ressaltar que a autora está se referindo, especificamente, ao município de Criciúma, não ao pólo, onde ainda existem minas em funcionamento, dentre elas a COOPERMINAS, hoje localizada no município de Forquilha, o qual se emancipou de Criciúma em 1989. Entretanto, mesmo não existindo mais nenhuma mina no município, a cidade de Criciúma continua tendo, entre seus principais empresários (em outras áreas por suposto) e “elite dirigente”, os mineradores da região ou seus descendentes – não à toa, o Centro Administrativo das Indústrias Carboníferas se localiza na cidade. Nesse sentido, o conflito entre capital e trabalho se amplia e aparece, também, nos municípios vizinhos.

Se, por um lado, em Criciúma a classe operária é parcelada entre os diversos setores industriais ascendentes, por outro, como resultado dessa dinâmica, nascem as representações sindicais. Estas, tendo como “carro chefe” o sindicato dos mineiros, que também mantém sua sede administrativa na cidade de Criciúma, apertam o cerco contra a exploração da classe operária pelos patrões, em todos os municípios onde o capital instalou e criou indústrias¹⁰².

Em Criciúma na década de 1980, acompanhando a abertura política que viveu o país, emerge o movimento sindical unificado. Mineiros, metalúrgicos, bancários, servidores públicos, motoristas e outros se organizaram e realizaram muitos movimentos reivindicatórios. A cidade ficou conhecida no Estado de Santa Catarina, como uma cidade de movimento sindical combativo. (BARBOZA, et al. 2003, p. 10)

Remanescente de uma correlação de forças travada com os mineradores, o sindicato dos mineiros de Criciúma vivencia, na totalidade, o processo de engendramento e dissolução de uma base industrial, bem como todas suas implicações para os operários do ramo e para a classe trabalhadora local. Soma-se a isso a influência recebida da efervescência do

¹⁰² Os investimentos empresariais nos municípios de Forquilha, Içara, Urussanga, Siderópolis, Nova Veneza e Treviso, para além de criar fábricas e empresas de serviços, levou também para essas localidades muitos conflitos, como greves, desemprego, degradação do meio ambiente e da saúde humana, numa clara demonstração de que, aonde vai o capital, o conflito vai atrás.

sindicalismo brasileiro, sobretudo aquele alinhado à CUT. É nesse contexto que ocorre a dissolução da SIDESA e o surgimento da COOPERMETAL.

5.2 SIDERÚRGICA CRICIUMENSE SOCIEDADE ANÔNIMA

Constituída pela iniciativa privada em 1960, a SIDESA era uma pequena empresa de capital privado administrada por diversos proprietários, conforme demonstra o quadro abaixo:

| Fundação e Alternância do Poder Interno | Proprietários da Fábrica | Período de Administração da Fábrica | Número Inicial de Trabalhadores em cada Período Administrativo |
|--|---|--|---|
| Fundadores | Cláudio Miraglia e Jorge Frydberg | 1960-1978 | 100 |
| 1ª | Jorge Cechinel | 1978- 1991 | 120 |
| 2ª | Fidelis Barato | 1991-1995 | 240 |
| 3ª | Jorge Cláudio Miraglia e Jorge Frydberg Filho | 1995-1998 | 170 |
| 4ª | Jorge Cláudio Miraglia | 1998-1999 | 130 |
| 5ª | Cooperados e Sindicato dos Metalúrgicos | 1999-2000 | 130 |
| 6ª | Cooperados | A partir de 2000 | 80 |

Quadro 3 – Alternâncias no domínio administrativo da COOPERMETAL.

Fonte: Arquivo da COOPERMETAL - Setor de Pessoal. Elaboração: do autor.

A tomada da SIDESA por seus trabalhadores, em 1998, não ocorre do dia para noite. Também não ocorre devido a alternâncias dos patrões no processo administrativo da fábrica. A COOPERMETAL é fruto de 28 anos de organização sindical. Em retrospectiva, nas entrevistas realizadas com os trabalhadores durante a pesquisa de campo, em 2006, a “época de ouro” da fábrica vai de 1960 a 1978, período em que os patrões são os empresários Cláudio Miraglia e Jorge Frydberg. Nesse período os salários dos 100 operários mantidos na fábrica jamais sofreram qualquer atraso e não houve nenhuma demissão. A produção de peças fundidas é absorvida pela demanda local e por algumas fábricas existentes em Joinville e Brusque. A empresa não tem problemas com dívidas e, sobretudo, nesse período não há registro de demandas trabalhistas. Tampouco há registro de intervenção sindical, o que demonstra, de certa forma, que trabalhadores, patronal e sindicato coexistiam sem muitos enfrentamentos e outros problemas de ordem coletiva. A empresa entra em crise em 1978,

quando, igualmente como as grandes empresas brasileiras, absorvem a política de controle de qualidade e privilegiam a manutenção de elevados patamares de acumulação. Nesse contexto, a SIDESA altera a rotina de trabalho e redefine a sua política de salários. Os empresários da SIDESA, assim como os demais empresários nacionais, incorporam o discurso defensor de qualidade da mercadoria e de maximização dos lucros.

Qualidade total, flexibilização, competitividade, reestruturação produtiva são palavras que passam a fazer parte da realidade vivenciada pelos trabalhadores relacionados diretamente com o contexto econômico e social experimentado pelo mundo e pelo Brasil. As formas de gestão adotadas, por um lado, levam os trabalhadores a se sentir mais úteis dentro da empresa. Por outro lado, retira-lhes qualquer opção. Ou se adapta ou fica excluído do mercado de trabalho, desempregado, subempregado, trabalhando por conta própria ou no mercado informal. O novo mundo do trabalho também é marcado pela segregação dos trabalhadores, sendo que sua seletividade atinge principalmente mulheres, negros e índios. (COSTA, 2000, p. 70-71)

O cooperado Antônio Carlos Leandro, Tonhão¹⁰³, relata que implantada a qualidade total, a SIDESA não demite, mas, em compensação, atrasa os salários. Depois de quatro meses de atraso dos salários, a fábrica troca de mãos, passando para o empresário Jorge Cechinel, que compra a fábrica. Com a efetivação do negócio, os operários recebem os salários em atraso. Essa venda marca o início de um novo período sem turbulências internas. Os salários são mantidos em dia durante, pelo menos, 13 anos. Nesse período, apenas 20 novos trabalhadores são incorporados ao processo produtivo. Ainda na gestão de Cechinel, em 1986, ocorre um incidente relevante na organização das forças do trabalho, que realiza a primeira greve da história da SIDESA, como protesto e defesa do líder Tonhão. Segundo ele:

Em 1980 houve eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e fui eleito como representante da SIDESA, aí os patrões me promoveram a supervisor do setor de usinagem, onde eu trabalhava, mas não aceitei e fui para o sindicato. Em 1985, quando voltei do sindicato, fui afastado, por justa causa, por falta grave, mas não conseguiram provar nada. Em 1986 os companheiros fizeram uma greve, para que eu voltasse a trabalhar e exigiam que eu fosse o supervisor da fábrica. Foi feita uma greve com 100% da fábrica (mais ou menos 170 trabalhadores), que durante 12 dias não trabalharam, pedindo o meu retorno.¹⁰⁴

¹⁰³ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Antônio Carlos, mais conhecido como “Tonhão”, é um dos trabalhadores do setor de usinagem na antiga SIDESA e recuperador da fábrica. Ele é presidente da COOPERMETAL desde a tomada da fábrica, em 1998.

¹⁰⁴ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

A greve não acontece por problemas de salários, mas contra uma ação arbitrária da patronal. Essa ação operária coincide com a explosão das manifestações dos trabalhadores no ABC Paulista e a ascensão nacional de Lula¹⁰⁵ como dirigente político frente ao Partido dos Trabalhadores, o PT. Em Criciúma esse período é marcado pela efervescência sindical, com destaque para a organização dos mineiros.

Conforme relato dos entrevistados que participaram da pesquisa em 2007, as alternâncias no comando administrativo da fábrica adentram a década de 1990 e, em 1991, a SIDESA é novamente vendida para Fidelis Barato, empresário do transporte urbano e da mineração. Em quatro anos são incorporados 120 trabalhadores, e a fábrica dobra sua força de trabalho, que chega a operar com 240 operários.¹⁰⁶ Em 1995 ocorre uma nova venda para os herdeiros dos proprietários fundadores, Jorge Cláudio Miraglia e Jorge Frydberg Filho, que assumem o domínio administrativo da SIDESA. A nova administração inicia com a demissão de 70 trabalhadores. Os que permanecem além de receberem o pagamento de seus salários atrasados, também o décimo-terceiro não lhes é pago. Em seis meses a nova parceria empresarial se dissolve e a fábrica torna-se propriedade exclusiva de Jorge Cláudio Miraglia. Em meio a novas demissões e acúmulo de dívidas, sob pressão contínua dos trabalhadores, o novo patrão propõe a co-gestão a 170 operários mantidos na fábrica como forma de salvar os empregos. O acordo é homologado pelo Sindicato dos Metalúrgicos (SINMETAL) e três operários são indicados para fazerem parte da comissão administrativa.¹⁰⁷

Então, em 1995, a empresa foi passada para o Jorge Miraglia, que trabalhou dois anos, até 1997, e acabou de quebrar a empresa. Uma negociação mediada pelo sindicato, no começo de 1998 – da qual eu não participei, pois não estava na cidade –, colocou o Cláudio Miraglia para tocar a empresa em parceria com os trabalhadores. E quando eu voltei e vi tudo aquilo, disse aos companheiros:

– Nós estamos errados, isso não tem como dar certo.

Mas já tinham feito o acordo. Os participantes da comissão não tinham acesso a nada e tudo começou a complicar-se cada vez mais. Em meados de 1998, através do sindicato, fizemos um levantamento geral sobre a fábrica. Pelos números registrados concluímos que a empresa era viável e as coisas não andavam porque o nosso pessoal não tinha acesso a nada. No final de 1998, os três trabalhadores integrantes da comissão administrativa nos disseram o seguinte:

¹⁰⁵ No sindicalismo, LULA surge a partir de 1977 em São Bernardo do Campo - São Paulo e sua primeira visita ao sul de Santa Catarina foi à cidade de Criciúma, em 1979, entre os dias 28 de abril e 1º de maio. LULA participa do 1º Simpósio do Trabalhador, organizado por dirigentes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Criciúma.

¹⁰⁶ Dados do Arquivo Administrativo da COOPERMETAL.

¹⁰⁷ Os trabalhadores que compuseram a comissão foram Albertino Campos, Osni da Rosa e Menegon.

– Não temos mais condições, nós estamos caindo fora.¹⁰⁸

O depoimento de Antônio Carlos Leandro, para além de indicar o fracasso da tentativa da co-gestão entre patrões e empregados infere um primeiro indício de mudança de orientação do sindicato.

5.3 UMA NOVA FÁBRICA APÓS DEZEMBRO DE 1998

A estimativa é que em Santa Catarina existem cerca de 400 empreendimentos com esse perfil. Nos dados preliminares da ANTEAG, na região de Criciúma, no sul do Estado, existem 23 grupos mapeados, abrangendo cerca de 1.500 pessoas. Entre eles estão a Coopervectra de Içara, Coopermaq de Urussanga, Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo de Praia Grande, a Cooperminas e a Cooperativa de Artesanato (Lafênix) de Criciúma. (ANTEAG, 2008)¹⁰⁹

Ao perceber as limitações da co-gestão e a manutenção da precariedade de condições no trabalho, sobretudo devido ao atraso dos salários e às demissões, os operários da SIDESA, sob orientação do sindicato, decidem ocupar a fábrica e iniciar um processo de recuperação.

Então nós nos reunimos no dia 23 de dezembro de 1998 e eu lhes disse o seguinte:

– Vamos trabalhar, e tocar a empresa. Passado o final do ano vamos sentar e discutir com os capitalistas, pois nós temos propostas.

Alguns trabalhadores queriam saber o que era, mas como no meio havia delatores, trabalhador defensor dos patrões, dissemos o seguinte:

– É estratégico não abriremos o jogo.

Por isso fomos criticados por alguns companheiros.

No dia quatro de janeiro de 1999 nós marcamos uma assembléia e viemos para a fábrica. Nesse dia dissemos ao pessoal que a estratégia era os trabalhadores assumirem a produção. Houve várias discussões e, no final acabou sendo aprovada, por unanimidade, autogestão operária. Nós a levamos para a direção da empresa, que não aceitou, apenas mandou tirarmos uma outra comissão. Nós voltamos e a assembléia ainda estava instalada no refeitório. Eu era presidente do sindicato desde maio de 1998. O nosso pessoal discordou em tirar uma comissão - essa também era a posição do sindicato. E a idéia aprovada foi “tocar o barco”. Fomos até a direção da empresa:

– Não temos mais negociação com vocês, nós vamos tocar a empresa.

¹⁰⁸ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.anteag.org.br/>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2008.

Os dirigentes até disseram que iam lacrar o portão, mas nós não concordamos e estabelecemos um prazo para que eles se retirassem da empresa.¹¹⁰

A exemplo do ocorrido na COOPERMINAS na década de 1980, o metalúrgico da SIDESA, Antônio Carlos Leandro, também presidente do SINMETAL, assume o controle do processo de ocupação e formação da fábrica recuperada COOPERMETAL. O ato é respaldado por uma assembléia geral.

Naquela época havia 130 trabalhadores. No começo não foi muito complicado. O pagamento estava atrasado, eles não tinham o que comer em casa e também porque havia repressão policial, porém eles estavam determinados, 80 dos 130 companheiros queriam assumir a fábrica. Então na ocupação todo mundo colaborava. Quando era preciso fazer funcionar uma máquina, um dava cinco reais, outro dava dez reais, outro dois, fazia “uma vaquinha” para comprar óleo diesel para colocar na máquina.¹¹¹

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores não se resumiam só às dificuldades materiais. A luta contra o domínio do capital foi ampliada e os cooperados passam a enfrentar os aparelhos ideológicos do Estado capitalista, ao mesmo tempo em que constroem laços externos com outros sindicatos, donos de supermercados e familiares dos cooperados.

5.3.1 Laços externos decisivos

Nós não quisemos e tínhamos consciência que não podíamos mais seguir com os patrões. Eles estavam dando calote em nós, os trabalhadores. As peças eram produzidas por nós, os clientes tinham as suas encomendas, mas nós não recebíamos os salários. Essa descoberta foi a chave, evitou o confronto direto com os patrões. Nesse momento nós continuamos brigando muito, mas judicialmente.¹¹²

Ao abolir o poder dos patrões, a COOPERMETAL passa praticamente todo o ano de 1999, envolvida em batalhas jurídicas, objetivando a obtenção da razão social (precondição para a existência legal da experiência). Segue também na luta para conseguir o reconhecimento por parte dos fornecedores de matéria-prima e, sobretudo, ganhar

¹¹⁰ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹¹¹ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹¹² CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. Albertino é trabalhador cooperado e membro do Conselho Fiscal da COOPERMETAL.

confiabilidade junto aos clientes. Uma das primeiras batalhas dá-se na Justiça do Trabalho, quando os cooperados impetram uma ação coletiva, contra a patronal, pela não observância de direitos legais do trabalho: reclamam os depósitos do FGTS não realizados e o não pagamento de férias, entre outros. Eles ainda denunciam a patronal na Justiça Civil Comum por prática de estelionato, pois as mercadorias eram vendidas sem, no entanto, existirem. Muitas vezes a mesma peça era vendida para mais de um cliente. Com base nessas evidências, os cooperados reforçam, na Justiça, a necessidade de penhora do terreno onde a fábrica está localizada, como forma de garantia de seus direitos.

Entretanto, após vinte e cinco dias de ocupação, a patronal obtém, judicialmente, a reintegração de posse da fábrica. Acatando a decisão do Poder Judiciário, em favor do patrão, os 80 trabalhadores se retiram das dependências da fábrica, sendo acompanhados por oficiais da Justiça do Trabalho e pelo efetivo do batalhão de operações especiais da Polícia Militar local. Antes, porém de retirar seus pertences do interior da fábrica, realizam uma assembléia e decidem acampar, montando 25 barracas em frente à fábrica. Numa segunda assembléia, ainda, no mesmo dia, os trabalhadores analisam a situação e concluem que os patrões não possuem condições de administrar a empresa. A liminar faz parte de uma estratégia para minar a ocupação. Assim, deliberam pela retomada da fábrica e de sua transformação em uma cooperativa de trabalho autogestionária.

Eles pediram a reintegração de posse por pedir, pois não tinham nenhuma condição de tocar a empresa. Até porque, em alguns casos, foram emitidas faturas de mercadorias, receberam do cliente e não entregaram a peça. Depois de ocupada a fábrica, nós tivemos que atender esses clientes, para não perdê-los e reconquistar a credibilidade. Fundir a peça e entregá-la, mas não receber o pagamento, isso foi muito difícil. Para você ter idéia, todo o terreno e os maquinários estavam penhorados (as pontes rolantes, a usinagem, os fornos do acabamento). Se tivesse uma chave de fenda aqui, estava penhorada. O terreno já tinha sido vendido para um empresário da região.¹¹³

Na alvorada de 30 de janeiro de 1999, os cooperados, além de quebrar as correntes simbólicas que os prendiam aos capitalistas, rompem, também, com as correntes de aço, as fechaduras e os cadeados que lacravam as entradas da metalúrgica SIDESA S.A., e sob o lema “ocupar, organizar o trabalho e produzir”, os operários realizam as primeiras atividades de trabalho sem patrão.

¹¹³ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

Com o objetivo de organizar a fábrica e produzir, determinado em assembléia geral, todo mundo trouxe uma enxada, uma pá, uma foice, um carrinho de mão e até uma vassoura, pois a fábrica estava sem limpeza há algum tempo. Assim começamos a preparar os equipamentos para produzir. Quem estava no forno limpava-o e preparava para a produção. Quem estava no acabamento limparia o setor e quem estava na usinagem colocaria as máquinas para produzir. Foi assim que no dia 19 de janeiro de 1999 começamos a produzir, apesar de todas as dificuldades.¹¹⁴

Na tomada da fábrica, a constituição de laços externos são sobremaneira importantes. Além da união de 80 trabalhadores, seus familiares e dirigentes sindicais, na ocupação da SIDESA existe a participação de trabalhadores dos sindicatos dos bancários, mineiros, ceramistas, vestuaristas, do setor alimentício e químico. Todas esses representantes e organizações operárias apoiaram o movimento de ocupação dos metalúrgicos.

Os sindicatos da região traziam comida para o pessoal. Num dia trazia alimento, no outro, roupa. Eu era o próprio cozinheiro. Fazia o arroz, uma galinha frita e o pessoal almoçava. As mulheres de alguns companheiros também vinham ajudar. Nesse momento todos os movimentos de sindicatos de Criciúma estavam presentes na empresa, inclusive a imprensa. Porém, os administradores da empresa saíram, nós ficamos no pátio e não tínhamos como produzir como era preciso, pois não tínhamos matéria-prima.¹¹⁵

Durante os vinte e cinco dias de acampamento e nos primeiros meses da administração autogestionária, os cooperados não possuíam sequer meios para a obtenção de alimentação. Para pôr comida na mesa e as máquinas em funcionamento começaram recebendo pequenas doações de entidades sindicais. A rede de solidariedade organizada em prol da luta dos trabalhadores da antiga SIDESA indica resultados preponderantes da cooperação e união desses trabalhadores. A convocação “Trabalhadores de todo mundo unidos!”, feita por Marx e Engels em 1844 (MARX & ENGELS, 1980), no caso em análise, aparece cheia de sentido e fornece materialidade à ação dos metalúrgicos. Após 155 anos do lançamento do “Manifesto Comunista”, em um espaço em que os metalúrgicos permanecem indispensáveis à produção de mercadorias, estes percebem a impossibilidade de produzir a existência isoladamente e se organizam coletivamente.

Durante quatro meses, praticamente, trabalhamos sem salário. Nessa época só conseguimos comida porque tivemos ajuda de muitas instituições: o sindicato do setor alimentício, dos metalúrgicos, o Supermercado GIASSI, a

¹¹⁴ CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹¹⁵ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

Cooperminas, que nos abriu crédito em outros supermercados da cidade. Assim conseguimos a reativação da cozinha. Essa foi uma das primeiras grandes vitórias do nosso trabalho sem os patrões. Trabalho aqui há 29 anos e durante 20 anos trouxe marmita, não havia café, e quando foi feita a cozinha os trabalhadores pagavam o almoço. Agora, estamos, desde 2000, almoçando e tomando café gratuitamente.¹¹⁶

A situação de pouca comida perpassou todo o ano de 1999, período em que os parques recursos faturados foram empenhados em despesas com processos judiciais, muito embora parte significativa das custas jurídicas fosse realizada pelo departamento jurídico do SINMETAL.

5.3.2 Os sujeitos da COOPERMETAL

A COOPERMETAL possui hoje 200 trabalhadores cooperados. Entre eles prevalecem, fruto de deliberação em assembléia, cooperados que possuem pouca ou nenhuma prática no ramo da metalurgia. Com relação à faixa etária, no gráfico a seguir percebemos que os cooperados são relativamente jovens e a maioria deles tem entre 18 e 30 anos de idade, o que representa 45% daqueles que responderam ao questionário.

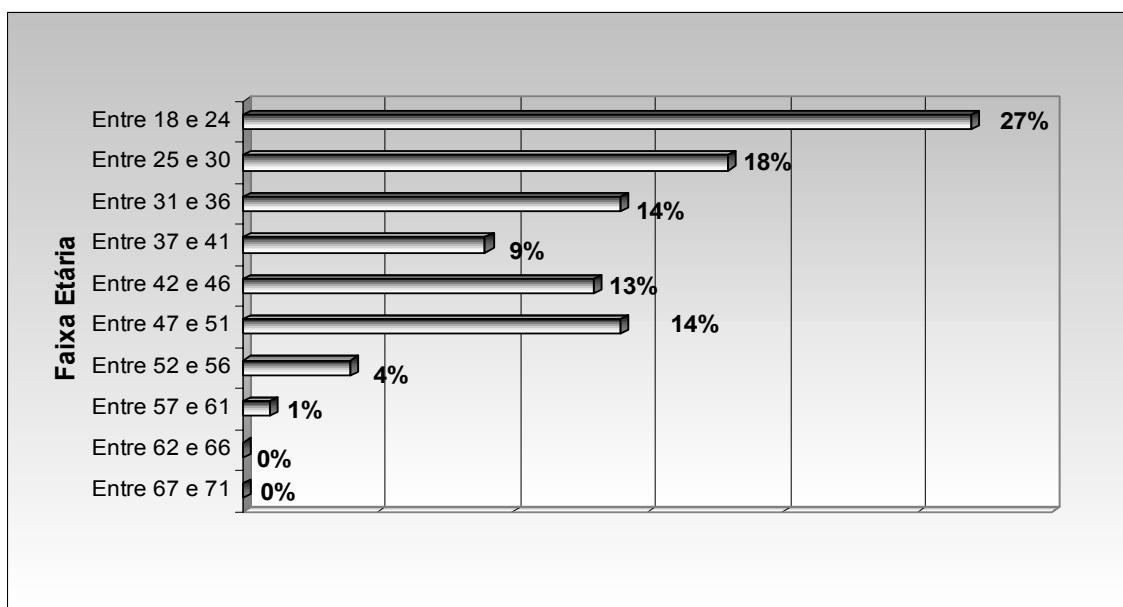


Gráfico 16 – Faixa etária dos cooperados da COOPERMETAL. Fonte: Dados dos questionários aplicados em 2007, durante a pesquisa. Elaboração: do autor.

¹¹⁶ CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

A deliberação preferencial por cooperados que não possuem muito tempo de trabalho em fábricas impõe a qualificação técnica permanente.

Entre os cooperados, 11% declararam trabalhar há mais de 11 anos e 29% menos de 10 anos. Para 60% dos cooperados, o tempo total de trabalho não ultrapassa três anos. Esse panorama revela renovação no quadro de associados da COOPERMETAL. Além disso, desde o surgimento como cooperativa autogestionária, de 80 ex-empregados da SIDESA, apenas quatro permanecem no quadro da cooperativa, o que ratifica as impressões coletadas durante o período de observação: é uma experiência composta por uma maioria de trabalhadores jovens.

Quando assumimos, fizemos a opção de dar oportunidade para os jovens, e assim está acontecendo agora. Inclusive, estamos incentivando a qualificação. A Cooperativa tem colaborado com os cooperados, pagando faculdade e cursos técnicos, isso tudo para dar oportunidade ao nosso jovem. Assim, nossos cooperados jovens vão estar sempre preparados para enfrentar os problemas.¹¹⁷

A escolaridade dos cooperados, conforme mostra o Gráfico 17, situa-se nos extratos inferiores, pois 37% da amostra possuem menos de sete anos de estudo. Esse dado é importante, não somente porque demonstra a raiz da questão educacional e infere que suprir a falta dela não é uma prioridade para os trabalhadores autogestionários da COOPERMETAL, mas, sobretudo, porque não se percebe nos números, nem nos depoimentos dos cooperados indícios de correlação entre escolarização formal e a formação política.

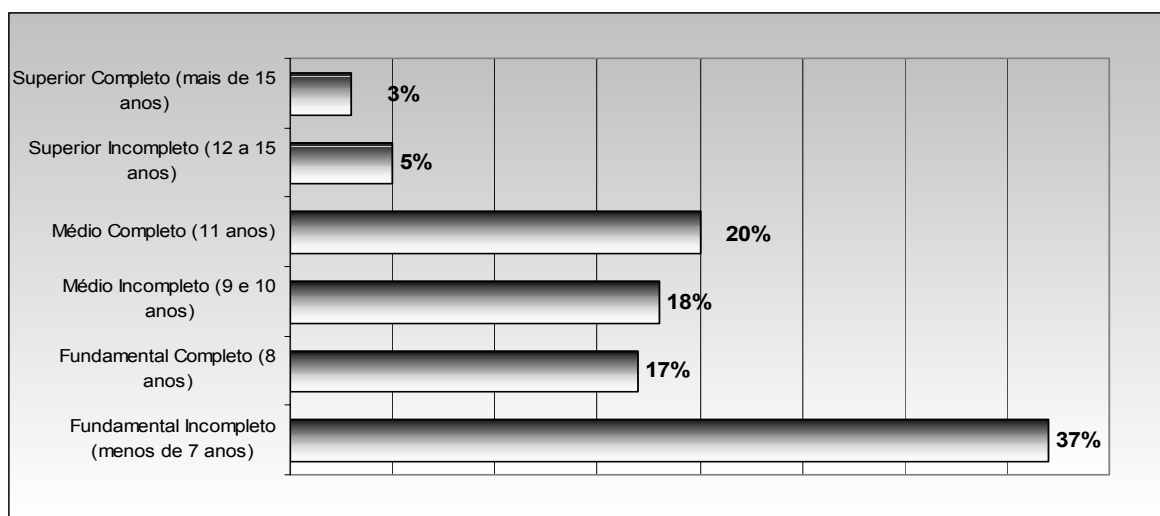


Gráfico 17 - Grau de instrução dos cooperados da COOPERMETAL (em anos de estudo).

Fonte: Dados dos questionários aplicados em 2007, durante a pesquisa. Elaboração: do autor.

¹¹⁷ CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

Numa outra ponta, 63% dos cooperados possuem acima de oito anos de estudo, destes, muitos possuem o ensino médio completo, e um total de 8% já tiveram acesso à universidade, sendo que 5% deles estão em fase de conclusão dos estudos.

Quanto à participação dos cooperados em cursos, eventos e atividades sobre autogestão, 82% da amostra afirmam não ter participado de cursos. E 88% declaram não ter cursado qualquer qualificação profissional sobre cooperativismo.

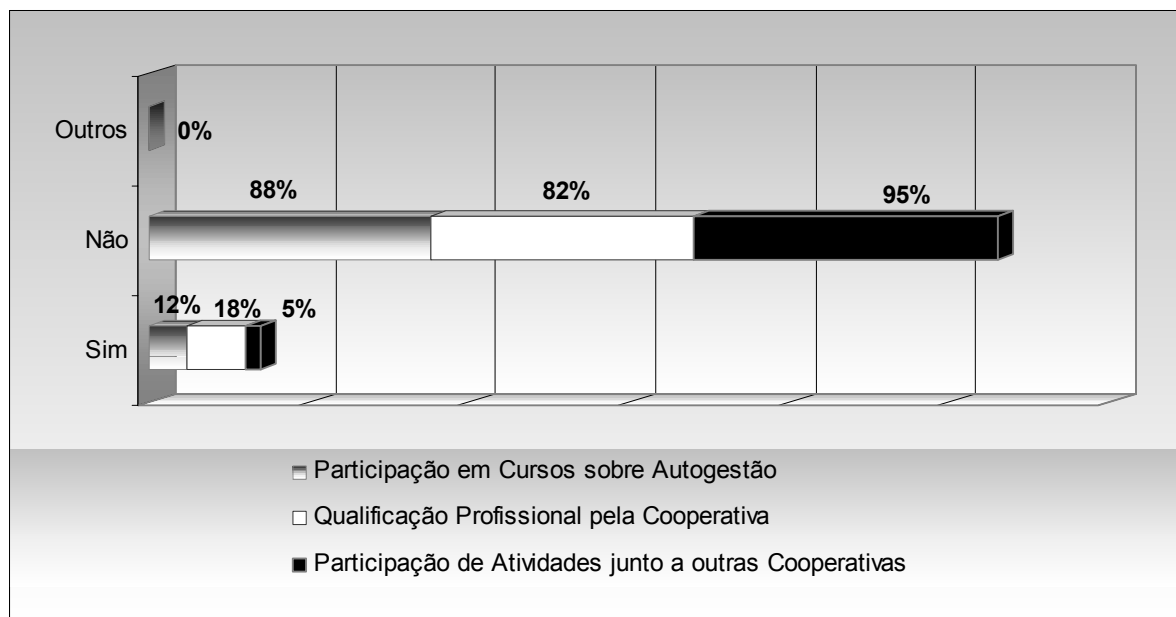


Gráfico 18 – Qualificação e participação dos cooperados da COOPERMETAL em atividades sobre autogestão.
Fonte: Dados dos questionários aplicados em 2007, durante a pesquisa. Elaboração: do autor.

5.3.3 Autogestão se aprende?

A categoria “autogestão”¹¹⁸ é historicamente recorrente no seio da classe trabalhadora e dos partidos de esquerda, mas é a partir de 1960 que se generaliza como uma referência para os trabalhadores na luta contra o capital. Segundo Carvalho (1983), o movimento autogestionário nasceu na ala jovem intelectual do comunismo internacional como uma crítica da ala esquerda do bolchevismo. Para a autora, autogestão não significa apenas um modo de organizar uma única fábrica, mas, simultaneamente, representa uma forma de organização social, não se resumindo ao domínio operário da fábrica. Propõe a

¹¹⁸ Guillerme e Bourdet (1976) apontam que a categoria “autogestão” é introduzida na França na década de 1960 para caracterizar a experiência da Iugoslávia de Tito, que estava em ruptura com o stalinismo.

autora que, para a autogestão ser completa, é necessário desenvolver laços externos constitutivos da propriedade social fora do local de trabalho. Faria (1985) enfatiza que a autogestão é um projeto vinculado à organização direta da vida coletiva em uma única direção, a supressão do Estado. Afirmar ainda que a autogestão não se resume a uma proposta conciliadora, que busca amenizar o conflito entre capital e trabalho por meio da organização participativa dos trabalhadores; trata-se de outra coisa, de uma mudança radical e revolucionária nas formas de gestão social. Guillermin & Bourdet (1976, p. 14) anteciparam essa mesma concepção – que a autogestão significa uma transformação radical: “A autogestão não é para nós uma espécie de bálsamo destinado a adoçar os males da sociedade atual, mas implica uma mudança radical e a instauração de outra maneira de viver em comum, inteiramente nova”.

Em 2000, o Sindicato sai de cena, dando lugar à assessoria da ANTEAG, que prioriza a autogestão enquanto estratégia de coexistência.

A autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão. Autogestão também significa autonomia. Assim, as decisões e o controle pertencem aos próprios profissionais que integram diretamente a empresa. Isso quer dizer que a prática de se contratar profissionais para administrar o negócio ou mão-de-obra para atender às necessidades do aumento temporário de produção deve ser considerada uma exceção que requer critérios previstos nos estatutos e/ou nos contratos sociais internos. Os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos, modernização, política de pessoal, etc. Isso quer dizer que as atividades educativas e o incentivo à inteligência coletiva constituem a vida das empresas autogestionárias. Valorizar e incentivar a criatividade do conjunto dos trabalhadores implica em: recuperar e manter trabalho e renda através da participação e controle coletivo dos trabalhadores (as) sobre as atividades produtivas; democratizar as tarefas que envolvem conhecimento, dando oportunidade para que o “saber fazer” chegue ao conjunto dos trabalhadores; superar os entraves ao acesso às informações e conhecimento; envolver o conjunto dos trabalhadores nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; promover regularmente atividades de desenvolvimento do trabalho em equipe e de relacionamento e a inteligência coletiva entre os trabalhadores (as). (ANTEAG, 2008).¹¹⁹

As orientações da ANTEAG destinam-se ao grupo de envolvidos em experiências de autogestão e a entidade parece tratá-las aos moldes do *slogan* popular “cada caso é um caso”. As preocupações estão direcionadas no sentido de que cada experiência mantenha o controle

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www.anteag.org.br>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2008.

coletivo do processo de produção, e seja educada no sentido de derivar sua forma de atuação para uma plataforma de autogestão que melhor se adapte ao estilo de coexistência com a produção capitalista. Isso significa a adaptação do coletivo e dos sujeitos individuais às necessidades típicas do sistema capitalistas, como, por exemplo, o cumprimento de prazos exigidos pelos compradores das mercadorias produzidas na Cooperativa. A manutenção desse princípio no interior da COOPERMETAL aparece naturalizado, sem que percebam ser oriundo da lógica do capital.

Hoje, no mercado, o sucesso de qualquer venda depende do cumprimento de prazo e eficiência na entrega. O mercado exige um tempo e tem que ser assim. Se o cliente encomendar uma peça para quinze ou vinte dias e você não fizer, ele procura outra fábrica. A COOPERMETAL já melhorou muito e irá melhorar ainda mais, porque nós sabemos que o mercado exige e temos que renovar.¹²⁰

O depoimento do cooperado Albertino Campos espelha a adequação da COOPERMETAL às propostas autogestionárias da ANTEAG. Mesmo submetidos à formulação da coexistência com o modo de produção capitalista, os cooperados conseguem pôr comida na mesa. Todavia, é essa mesma lógica que lhes impõe questões cruciais, tais como: temos que comprar fornos modernos e modernizar o maquinário? Temos que manter os salários ou instituir as sobras? A educação é pré-condição da autogestão? Como fazer a contabilidade?

Diante das diferentes possibilidades que contornam a prática do trabalho autogestionado disseminado nos principais ramos e setores produtivos que compõem a economia brasileira na atualidade, cabe indagar: autogestão é priorizar a qualificação, o ensino formal? O que é qualificação adequada para o cooperativismo autogestionário? Evidenciar prioridades como esta, de qualificar, no limite é importante, mas se houver qualificação todos os problemas se resolverão? As indicações observadas nas realidades explicitadas por esta pesquisa mostram que, na prática, a qualificação não é o maior problema enfrentado pelos trabalhadores autogestionários, uma vez que, de fato, autogestão se aprende, porém, não unicamente via mundo das idéias e da qualificação técnica capitalista e para alguns cooperados.

Na COOPERMETAL existe incentivo aos cooperados que estudam. Segundo o presidente da cooperativa no ano de 2005, com ajuda financeira do coletivo da fábrica, um

¹²⁰ CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

cooperado graduou-se em comércio exterior e, desde então, desenvolve suas atividades em prol da cooperativa; outro cooperado começou em 2007 a cursar Engenharia de Produção, financiado integralmente pela Cooperativa, e hoje responde pela seção de Engenharia de Materiais; outros cinco cooperados estão matriculados em cursos de Laboratório Industrial, Metalurgia, Controle de Qualidade e Usinagem, sendo que todos têm auxílio financeiro de 50% da mensalidade total e flexibilidade de horário de trabalho.

Educar para a autogestão basta? Para alguns autores como Tiriba (2001), sim.

Assim como na fábrica capitalista, também nestas unidades econômicas o processo de trabalho se desenvolve como um ambiente de educação, ao mesmo tempo técnica e política. À medida que seus integrantes aprendem os conhecimentos específicos para produzir os bens materiais para sua sobrevivência, aprendem, também, os valores, os comportamentos necessários para o estabelecimento de determinadas relações de produção. (TIRIBA, 2001, p. 212)

No caso da COOPERMETAL se o incentivo a educação formal é o bastante ou o suficiente o tempo dirá, mas certamente podemos afirmar que é fundamental desde que não se despreze os conhecimentos histórico, artístico e o processo anticapitalista socialmente acumulados.

Ao que parece na prática, para o coletivo da COOPERMETAL, a educação formal por si só, não basta, ainda que seja extremamente interessante qualificar tecnicamente e preparar os cooperados por meio de escolas técnicas, universidades, e cursos de autogestão. Essas capacitações muitas vezes podem demarcar poder e transformam-se em parâmetros de distinção entre cooperados estimulando o individualismo.

Então, antes eu recebia hora-extra, só que há quatro meses ela foi considerada como não existente, consideraram meu serviço não produtivo. Perdi o direito de receber hora-extra, houve redução no meu salário. Não sei o que é serviço produtivo ou improdutivo, eu desconheço. A referência que podemos ter é que, quando começou essa cooperativa, existia esse direito. Depois de seis anos mudou. O fato é que tu trabalhas e não tens direito.¹²¹

Nesse depoimento percebe-se claramente a persistência e a manutenção de princípios da produção capitalista no modo de produzir da cooperativa autogestionária. A atividade de vigilante é considerada não produtiva e com isso justifica-se a concessão desigual de direitos aos cooperados. Esta realidade mostra que educar para a autogestão sem trabalhar conceitos

¹²¹ Trabalhador C. 24 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. O Trabalhador C foi terceirizado da antiga Fábrica SIDESA, sendo que desde 1998 está como cooperado na COOPERMETAL.

mais amplos, como por exemplo, trabalho produtivo e trabalho improdutivo, não será suficiente e nos remete à idéia de que mudam os padrões, mas não muda a cultura do trabalho assalariado.

Então para que educar trabalhadores autogestionados? Retomando a noção de experiência histórica desenvolvida por E.P. Thompson, Vendramini (2004) que problematiza a educação destinada às cooperativas autogestionadas por trabalhadores rurais, especificamente aquelas criadas pelo Movimento Sem Terra. Para a autora a educação não é a tábua salvadora, mas está historicamente configurada com a práxis social. Em um outro sentido há aqueles que se centram nos pressupostos da economia solidária e defendem a institucionalização de uma base educativa como o centro de disseminação de “novos” valores, buscam, em outras palavras, uma reinvenção da cultura do trabalho. Nesse sentido, retomando Vendramini (2004), percebe-se que implementar planos educacionais direcionadas à reordenação do trabalho, sem, no entanto, abranger diretamente a necessidade histórica dos trabalhadores de eliminar o metabolismo do capital, na prática pode representar um caminhar para lugar nenhum, literalmente uma utopia.

Esses resultados também são decorrentes do modelo educacional implementado no interior das experiências. A postura do coletivo da COOPERMETAL frente às dificuldades enfrentadas no processo de trabalho e a opção pelo investimento em bens materiais é também fruto do modo de educar para a autogestão implementada desde 2000 pela ANTEAG e pelos defensores da coexistência social. Para solucionar os problemas internos à Cooperativa, os cooperados acabam se valendo da experiência vivenciada na condição de empregado no processo produtivo do mundo do trabalho das fábricas capitalistas, ignorando suas possibilidades de ruptura.

Ainda no que diz respeito a processos educacionais, em relação à contabilidade, esta tem sido um motivo de preocupação. Os cooperados não entendem de contabilidade e muitos não conseguem sequer decifrar a linguagem dos balancetes, o que dificulta sobremaneira a fiscalização das contas. “Hoje estamos com um mês de atraso no balanço e a determinação da assembléia é que o Conselho Fiscal passe a se reunir separadamente e assim organize todas as contas”.¹²²

¹²² LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

5.3.4 Planta da Fábrica e organização produtiva

A organização produtiva na COOPERMETAL é constituída dos setores de modelagem, moldagem, aciaria, tratamento térmico, usinagem, controle de qualidade, acabamento e vendas. A matéria-prima, o ferro ou o aço, entra na fábrica ainda sob a forma bruta. Os cooperados do setor de moldagem e modelagem confeccionam o desenho e os moldes das peças encomendadas. Em seguida, os cooperados do setor de aciaria preparam o molde para receber o ferro ou aço derretido, elaborado no setor de fundição. A seguir o material é inspecionado pelo setor do controle de qualidade, passando, depois, por um período de resfriamento. Após, a mercadoria é encaminhada para o rebarbeamento, local destinado à lapidação das peças, cortes e ajustamentos, seguindo, ainda, para o setor de usinagem, sendo que este último procedimento é realizado conforme a necessidade do cliente. As mercadorias, que são previamente negociadas pelo setor de vendas da COOPERMETAL ganham, então, formas definitivas: são peças, rodas, caldeiras, engrenagens para hidrelétricas, suportes de grandes pontes, entre outros, todos prontos para a comercialização. Com o término da produção, a mercadoria é repassada ao setor de expedição. Às vezes a mercadoria pode ser entregue no local solicitado, sendo a sua instalação realizada com assistência técnica da COOPERMETAL.

A COOPERMETAL possui dois turnos de trabalho de nove horas. No geral, o trabalho inicia-se às 6 horas da manhã e se estende até as 21 horas e 30 minutos. Mas nem todos trabalham nove horas diárias, os trabalhadores da vigilância, da cozinha e os responsáveis pela manutenção, por exemplo, possuem uma outra dinâmica de horário. “Eu trabalho em turnos de 12 horas e folgo 24 horas”.¹²³

Em relação ao faturamento mensal, à época da tomada da fábrica SIDESA, em 1998, girava em torno de 150 mil reais. Ao assumir a fábrica e consolidar a administração, os cooperados, em concordância com os estudos do sindicato, absorvem a idéia de que, para sustentar a experiência, necessitavam alcançar um faturamento médio de 350 mil reais por mês. Segundo as avaliações realizadas pelo sindicato, somente dessa forma seria possível aos recuperadores criar uma estratégia para saldar as dívidas de 600 mil reais deixadas pelos patrões, assumidas para “pôr comida na mesa”.

¹²³ Trabalhador C. 24 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

Se compararmos a COOPERMETAL há uns cinco anos atrás, você diria que hoje nós estamos no primeiro mundo, a começar pelo forno. O forno era a eletrodo, hoje é um forno a indução. Digamos que é compararmos um forno a lenha e um fogão a gás. Um forno elétrico com um forno microondas. Alguns companheiros chegam a dizer que é uma benção o que nós conseguimos. Isso é opção por uma tecnologia. O jato era de areia, hoje temos um jato de granada de aço que nós implantamos. O misturador contínuo, e um sistema de resina, foi reformado e, além disso, compramos um novo. O setor de areia verde está mecanizado, era tudo na base da pá. Instalamos quatro correias transportadoras. Alguns cooperados, na época, acharam que era para tirar os postos de trabalho. E na realidade foi para melhorar a qualidade de trabalho e a produção. Hoje você aciona um botão e a areia cai dentro da caixa, do molde, não precisa a pá, como antigamente. No setor de acabamento, o forno funcionava à base de queimado, poluía muito, tinha cooperado que saía pior do que se estivesse, debaixo da mina depois de seis horas de trabalho. Hoje funciona à base de gás natural. Todas as máquinas do acabamento são de alta frequência, antes a pneumática, você tinha que fazer força e, mesmo assim, a máquina parava constantemente. Hoje não, o cooperado não precisa fazer força para empurrá-la. Na usinagem compramos um torno automático e um MKD [torno convencional, semi-automático] e uma frezadeira. E estamos comprando um centro de usinagem, já pagamos a primeira parcela, estamos pagando a segunda, são cinco parcelas, esse torno deve chegar aqui até dezembro. Com ele vamos economizar, pois estávamos gastando para usinar nossas peças em outras metalúrgicas, em torno de 260 a 280 mil reais por mês. Vamos pagar 650 mil reais por esse torno novo, mas é uma máquina de primeiro mundo. Compramos, ainda, uma empilhadeira para o transporte das peças, com isso evitamos sofrimentos dos companheiros. Isso tudo não vai diminuir postos de trabalho.¹²⁴

Para tornar a cooperativa “viável” e recuperar a confiança dos clientes e fornecedores de matéria-prima, os cooperados negociaram as dívidas. Primeiro, precisaram produzir mercadorias e nada receber por elas, que já haviam sido pagas aos patrões pelos clientes. Nos primeiros quatro meses os cooperados trabalharam somente para pagar as dívidas. Após esse período discutiram e implantaram um sistema de pagamentos de salários e não de distribuição das sobras.

5.3.5 Entre as sobras e o salário: como distribuir o faturamento?

Na linguagem cooperativa o termo “sobras” designa o próprio lucro líquido, ou lucro apurado em balanço, que deve ser distribuído sob a rubrica de retorno ou como bonificação

¹²⁴ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

aos associados, não em razão das cotas-parte de capital, mas como resultado das operações e negócios por eles realizados na cooperativa. Assim, o fato de a lei do cooperativismo denominar a mais valia de “sobra” não tem o intuito de excluí-la do conceito de lucro, mas permitir um disciplinamento específico da destinação desses resultados (sobras), cujo parâmetro é o volume de operações de cada associado, enquanto o lucro deve guardar relação com a contribuição do capital (Lei nº 6.404, de 1976, art. 187).¹²⁵

Hoje a COOPERMETAL produz aproximadamente 200 toneladas de peças fundidas por mês, tendo um faturamento bruto de, aproximadamente, um milhão e quinhentos mil reais. O pagamento de salário persiste como a principal forma de distribuição dos resultados da produção coletiva. Sua margem de distribuição está definida entre 532 reais o menor, a 4.500 reais o maior.¹²⁶

Em relação às sobras, a questão é a seguinte: no momento não tem sobra, mas o pessoal recebeu gratificação natalina, todas as horas extras trabalhadas e suas férias. Isso poderia ser contado como sobra, mas se fosse deixar como sobra não existiria. Acredito que agora conseguiremos deslocar a fábrica para o novo endereço e fazê-la funcionar 24 horas, aí a produção vai aumentar 50% a 60%. Eu não tenho sobra, mas eu estou aumentando o capital da empresa de que eu sou sócio. Essa é a idéia: começamos ontem um negócio que está crescendo. Hoje, por exemplo, a COOPERMETAL tem o terreno onde está a empresa, que vale um milhão de reais. De quem é isso? De quem é esse patrimônio? Os caminhões? As máquinas? É da empresa, é da cooperativa. Eu sendo cooperado, automaticamente faço parte desse processo, desse patrimônio.¹²⁷

A opção pelo salário revela contradições e gera divisão interna entre os cooperados. A prerrogativa de distribuir salários e não instituir desde o princípio o sistema da divisão das sobras mantém viva no interior da experiência um traço característico do trabalho capitalista. Além disso, o salário é diferenciado, e o conceito de “mercado” é o definidor nessas diferenciações.

Hoje, o supervisor tem um salário, o encarregado tem outro e o líder outro, tudo bem diferente. Não acho que está certa ou errada essa diferenciação de salário. Hoje, no nosso mercado, as coisas estão complicadas, está difícil encontrar um profissional formado - não basta somente dizer que é uma cooperativa e se quiser é assim. Até acho que deveria, mas como começamos de uma forma diferente está complicado para mudar a forma de pagamento, e outro problema é que na nossa região tem muita indústria necessitando

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suref/Lei6404-76.pdf>>.

Acesso em: 05/10/2007.

¹²⁶ Dados coletados nos arquivos do Setor de Pessoal da Cooperativa, durante a pesquisa de campo, em 2007.

¹²⁷ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

dessa força de trabalho. Independente de sermos cooperativa, essa questão depende do mercado, então temos que manter as condições de salário e benefícios conforme o mercado. Por isso, quando começamos a cooperativa algumas coisas continuaram, como o piso salarial do metalúrgico e o destaque pela função, e isto fez com que a prática do salário diferenciado se consolidasse.¹²⁸

A questão de diferenciação salarial é defendida pelo sindicato e está no centro do debate entre os recuperadores, provocando divisões internas. Para alguns cooperados, a preservação da distinção salarial, típica da fábrica capitalista, funciona como estímulo para que todos os trabalhadores busquem constantemente aprimoramento profissional e mantenham-se no quadro da Cooperativa.

A diferenciação de salário é correta, porque existem várias classificações na produção, e isso é uma forma de incentivar a pessoa que está trabalhando. O cooperado terá que se espelhar em alguém. Por isso tem que haver essa classificação, porque uma função mais qualificada, como um torneiro, não pode ganhar igual uma pessoa de chão de fábrica, pelo próprio nível de escolaridade e profissionalismo que é totalmente diferente um do outro.¹²⁹

Se você admitir um torneiro como cooperado e não tiver diferença entre ele, o mecânico e o ajudante de moldador ou com o moldador, o torneiro mecânico não vai ficar. O mercado é quem dita isso. Então nós temos que ter essa diferença de função, infelizmente. Eu gostaria que todo mundo ganhasse o salário que o presidente ganha. Nessas condições, daí sim, todo mundo ficaria contente. Mas infelizmente temos muitas dificuldades nesse ponto. Nós temos isso claro e está no estatuto: as sobras têm que ser divididas em partes iguais. Portanto, pode existir diferença de remuneração pela função, agora, o lucro, esse tem que ser dividido em partes iguais.¹³⁰

O cooperado Antônio Carlos¹³¹ defende a permanência do salário, dados os condicionamentos históricos. Ao defender esses pressupostos e inseri-los na dinâmica interna do processo de trabalho, o presidente da cooperativa e os cooperados que o acompanham nessa tese explicitam o maior entrave à autogestão, direcionando a experiência às práticas empresariais capitalistas. Além do salário diferenciado, a COOPERMETAL constitui dois prêmios a serem distribuídos a todos aqueles que atingem metas de produtividade: cestas básicas e 52 reais em vale-combustível, inclusive para os cooperados que não possuem automóveis. Essa repartição simboliza um prêmio pelo bom desempenho no trabalho. Para

¹²⁸ CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹²⁹ Trabalhador D. 25 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves. O Trabalhador D trabalha na fábrica-cooperativa desde 1998.

¹³⁰ LEANDRO Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹³¹ LEANDRO Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

obter esses benefícios no final do mês, o cooperado de cada setor deve cumprir as metas cotidianas de produtividade e também dispensar total atenção para evitar desperdício de materiais, visando ao alcance da meta de maior quantidade e melhor qualidade.

A cesta básica funciona assim: tem uma quantidade determinada de produção para cada setor e tem, também, uma meta de diminuição do refugo. Então, cada trabalhador e cada setor têm que se esforçar para fazer a sua parte, porque se um setor não trabalhar de acordo, ninguém ganha. Agora, quem falta ou tem atestado médico perde o direito de receber a cesta básica. O trabalhador não pode ficar doente e não pode faltar. Se ficar doente um dia não tem direito à comida, mesmo trabalhando todos os outros. Foi discutido em assembléia e o pessoal aceitou, teve votação, o pessoal achou que seria bom. Só que isso é uma prática de empresa capitalista, não de cooperativa sem patrão, e no fundo vem para te cobrar qualidade na produção e não na vida.¹³²

Quem trabalhar recebe, mas quem não trabalhar não recebe... Outros prêmios também são distribuídos ao final do ano:

Qual a empresa que dá o lanche de manhã, o almoço, cesta básica, o transporte (independente se o pessoal usa ou não)? No final do ano passado, dos 180 trabalhadores, 168 ganharam televisores 20 polegadas. Qual é a empresa que faz isso? Até 12 de dezembro todos os que tinham os critérios (assiduidade, não ter dispensas médicas e ter alcançado as metas estabelecidas) que nós discutimos na assembléia ganharam televisores de 20 polegadas. Qual é a empresa aqui no estado que faz isso? Não sei de uma empresa que faz isto no Brasil. O café não tem um custo, o almoço não tem um custo. Tem uma empresa que cobra 51,00 reais pelo almoço e diz que paga a metade. Eu estive fazendo a conta aqui, nós não gastamos isso por pessoa. Qual é a empresa que está dando cesta básica? Qual é a empresa que irá dar ajuda de transporte se o trabalhador vem de bicicleta, mora do lado da empresa? Não existe isso. Eu acho que isso é trabalho sem patrão. Acho que é você querer para você mesmo, tentar defender os objetivos e socializar o lucro da empresa. Nada mais, nada menos. Para cada trabalhador são estabelecidos 245 reais, independentes da retirada deles. Então uma pessoa que retira 700 reais tem um ganho de 25%. E, na situação de hoje, 25% a mais, todos os meses, é um bom incremento na renda.¹³³

Na cooperativa autogestionária a instituição dessa estratégia extrapola, inclusive, as orientações da ANTEAG, que não prevê a distribuição de prêmios extras como um princípio da autogestão.

¹³² Trabalhador C. 24 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

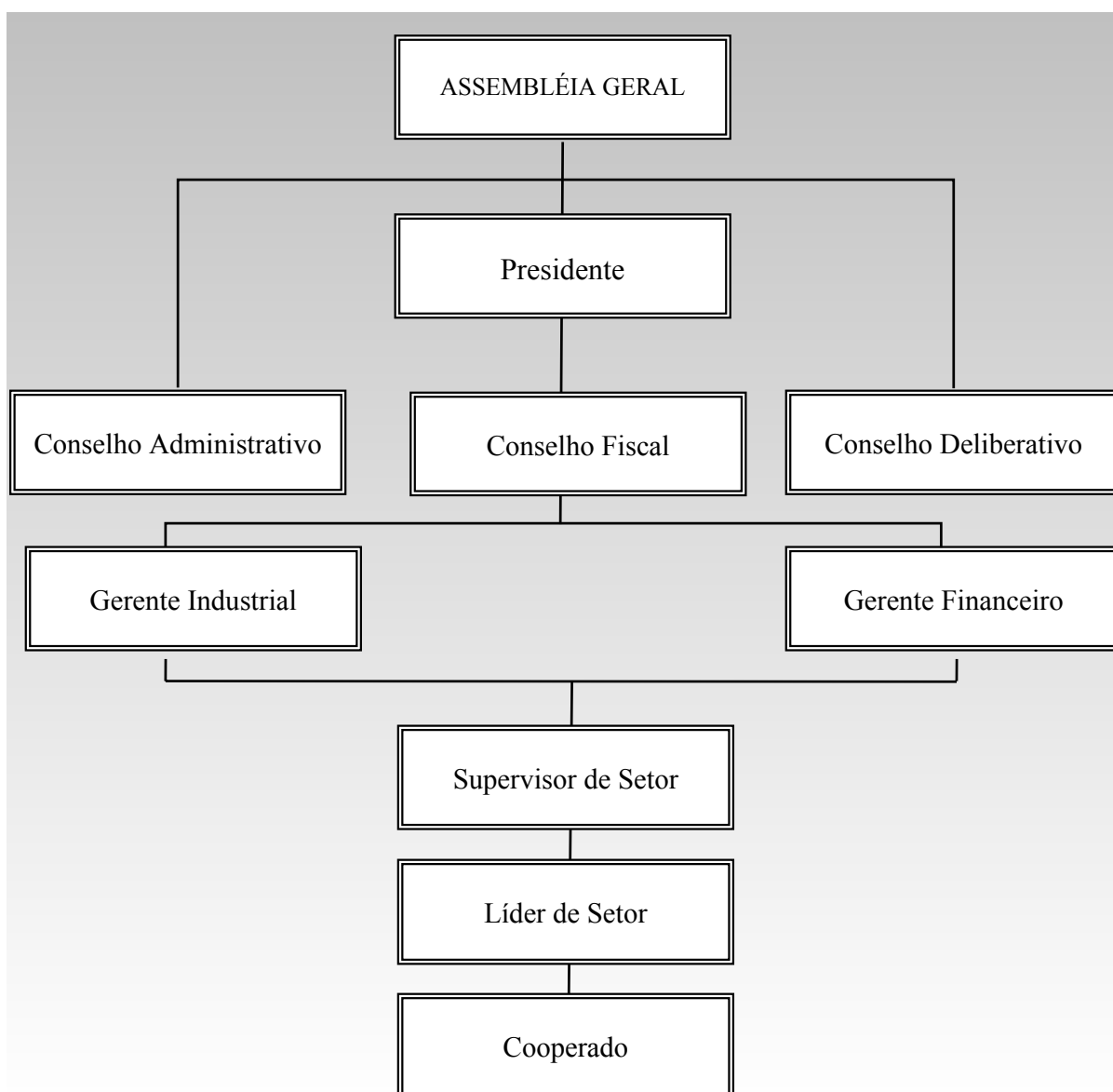
¹³³ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

5.3.6 Hierarquia e institucionalidade

A organização formal da COOPERMETAL obedece a Lei Federal nº. 5.764 de 1971¹³⁴, que regula as cooperativas no Brasil.

À primeira vista, a forma organizativa percebida no cotidiano da COOPERMETAL demonstra um avanço em relação às práticas desenvolvidas no seio das fábricas dirigidas por patrões, sobretudo no que diz respeito à hierarquia, conforme demonstra o organograma a seguir:

¹³⁴ Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/5764_71.htm>. Acesso em: 05/10/2007.



Organograma 1 – Processo decisório na COOPERMETAL na atualidade. Fonte: Arquivo da COOPERMETAL.
Elaboração: do autor

A descentralização do poder não elimina a verticalização. Na prática, a administração exercida pelos trabalhadores é formada por meio de uma comissão, constituída por 16 cooperados eleitos pelo voto universal, que passam a compor o Conselho Administrativo, Deliberativo e Fiscal. A instituição do voto universal parece não ser suficiente para desmanchar o nó da hierarquia, sendo exemplos, a persistência de supervisores, encarregados e líderes de setores. Os supervisores e líderes de setor deixam de usar o uniforme verde, vestimenta de praticamente 90% dos cooperados, e a substituem por outra cinza, passando a usar capacetes brancos – tudo isso demarca terreno de poder hierárquico.

A escolha do cooperado como membro de conselho ocorre por eleição, porém, no processo de composição de chapas, os critérios da indicação e da experiência são decisivos, de modo que os cooperados com mais tempo de trabalho são os indicados, na maioria das vezes. Não há consenso interno sobre essa prática, e mesmo silenciada ela é insurgente, e nos bastidores da fábrica “existe muito oportunismo e personalismo dos conselhos e isso prejudica muito o nosso trabalho. Não era para ser assim, talvez seja porque ainda não tomamos consciência”.¹³⁵ Indagado sobre os descontentamentos com o processo de escolha dos representantes diretivos, o presidente resume:

Eu fui o primeiro presidente da COOPERMETAL, fizemos eleição e eu continuei sendo presidente. Nós temos pessoas qualificadas aqui dentro. Se precisar, elas vão colaborar. De manhã, a primeira coisa que eu faço quando chego é dar uma volta por todos os setores, verificar como está o pessoal e se tem luz acesa, mas há alguns cooperados que acham que não é legal.¹³⁶

Antônio Carlos Leandro reduz o foco dos problemas internos à incompreensão dos cooperados sobre suas “boas intenções” como presidente, e o fato de estar na presidência da cooperativa desde 2000 não lhe parece problemático e nem motivo de entraves à construção do coletivo, ao contrário do cooperado Trabalhador C, que faz a seguinte observação:

Na verdade são os conselheiros que decidem tudo, quando cortar ou aplicar recursos, quem tem direito a benefícios, quem tem direito a explicação. Eles sempre foram reeleitos e quase não mudam muita coisa. A presidência continua a mesma desde o início. Na minha avaliação, o pessoal dos conselhos, que foi eleito para nos representar se comporta como os nossos patrões.¹³⁷

Ainda sobre os problemas cotidianos, os depoimentos a seguir são reveladores:

Não vou dizer que é uma rixa ou queda de braço, não é bem isso. Mas ainda existe um problema muito grave dentro da empresa: quando tem um problema numa peça de refugo, um fica jogando no outro a culpa. Eles não procuram incentivar, só pensam individualmente, tirar a dificuldade de cima do seu ombro e jogar para cima do outro. Contudo, tirando essa parte aí, quanto à amizade, o pessoal se dá muito bem. Aqui dentro tem um lado social muito bom.¹³⁸

¹³⁵ CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹³⁶ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹³⁷ Trabalhador C. 24 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹³⁸ Trabalhador D. 25 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

Têm alguns que você pode confiar e conversar, mas têm outros que não – são “dedo duro”... Eles te entregam para a diretoria. Existem punições e se a coisa for grande eles te põem na rua. Você tem que trabalhar com “o pé atrás”, todo mundo quer um lugar no poder e se você entrega pode se sentir seguro. Na cooperativa existe sim o negócio do poder.¹³⁹

Questões como essas, para alguns, não são obstáculos ao cotidiano da cooperativa autogestionária, pois apresentam-se como uma dificuldade de ordem pessoal (SINGER, 2003) e falta de consciência (Antônio Carlos Leandro).

O que falta às vezes é o cooperado acreditar em si e ter consciência de que está trabalhando para ele mesmo, e saber que amanhã ele pode trazer os filhos para trabalhar, como tenho o meu filho e a minha filha trabalhando aqui na COOPERMETAL. Tem cooperado com três filhos trabalhando na cooperativa. E qual é a empresa tradicional que vai deixar o pai colocar três filhos para trabalhar no mesmo setor dele?¹⁴⁰

Para o cooperado Albertino Campos, o problema da falta de consciência não pode ser tratado com naturalidade, pois o cerne da questão se situaria na incorporação, por parte dos cooperados, da idéia da autopatronização. Ele é um dos quatro recuperadores que permanecem na COOPERMETAL desde o momento da tomada da fábrica.

Eu tenho consciência do que é ser um trabalhador sem patrão, só que na verdade eu não me sinto um patrão de mim mesmo. Quando as decisões forem tomadas com o consentimento de todos os cooperados, aí eu digo que sim, mas elas não são. Eu sou cooperado, sei que sou o patrão, mas à medida que eu não servir mais para a COOPERMETAL qual vai ser o tratamento? Quando eu parar de trabalhar, vou ser patrão de quem? De onde vou tirar meu sustento? Isso é ter consciência do que é ser um cooperado e ser patrão ao mesmo tempo.¹⁴¹

Finalmente, complementa a listagem de problemas na COOPERMETAL a deliberação, em 2007, de terceirizar parte da produção para cumprir contratos firmados. A terceirização ocorre com o aumento da jornada de trabalho em alguns setores da COOPERMETAL – no setor de usinagem, por exemplo, que passa a funcionar em turnos de 12 horas.

Nosso transporte era todo terceirizado. Compramos três caminhões e isso dá uma economia de 70 mil reais por mês. Então, a cada três meses ganhamos

¹³⁹ Trabalhador E. 25 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹⁴⁰ LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

¹⁴¹ CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

praticamente um caminhão. Substituímos o óleo queimado pelo gás a granel, estávamos gastando em torno de 100 mil reais por mês e agora conseguimos mudar para o gás natural e gastamos apenas 40 mil reais mensais. Para o carregamento dos caminhões, compramos uma empilhadeira que faz o transpasse das peças. Há seis meses compramos essa empilhadeira e acabamos de pagá-la agora, mês passado. Tudo isso são coisas que você está dando condições de trabalho para os cooperados. Agora, por exemplo, todo mundo trabalha equipado e com segurança, além do uniforme usamos o capacete.¹⁴²

Se a terceirização representa uma relação de precarização e de aprofundamento da exploração da força de trabalho, que estão fazendo os cooperados da COOPERMETAL. A instituição do trabalho terceirizado, ao que parece, não tem liberado os cooperados do processo produtivo. Eles continuam trabalhando oito horas, e alguns doze horas diárias. Com essas medidas, os cooperados caminham para pôr um ponto final ao movimento que pretendeu acabar com a exploração do trabalho? No caso da COOPERMETAL, seguindo o movimento de engendramento/dissolução/engendramento rumo a superação da cultura do trabalho assalariado, a resposta continua aberta. O que se pode afirmar é que autogestão não combina com exploração, assalariamento e, muito menos com manutenção de hierarquia. No entanto, cabe ressaltar que a COOPERMETAL é uma experiência em processo de transformação e como tal segue com alguns problemas, tais como a perpetuação de diretores e a manutenção do sistema de diferenciação salarial. Essas prerrogativas da fábrica capitalista que ainda persistem no interior desse laboratório social de autogestão se mantém sob forte questionamento, o que nos leva a interpretá-las como práticas em processo de extinção.

¹⁴² LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

FOTOS DA COOPERMETAL

Figura 17 – Foto da entrada da COOPERMETAL. Foto do autor.



Figura 18 – Foto da aciaria. Cooperado Albertino Campos armazenando peça recém-fundida. Foto do autor.



Figura 19 – Foto da aciaria. Foto do autor.



Figura 20 – Foto da fundição. Foto do autor .



Figura 21 – Foto da fundição. Foto do autor .



Figura 22 – Foto da limpeza do forno. Foto do autor.



Figura 23 – Foto do corte de canal. Foto do autor.



Figura 24 – Foto da usinagem. Foto do autor.

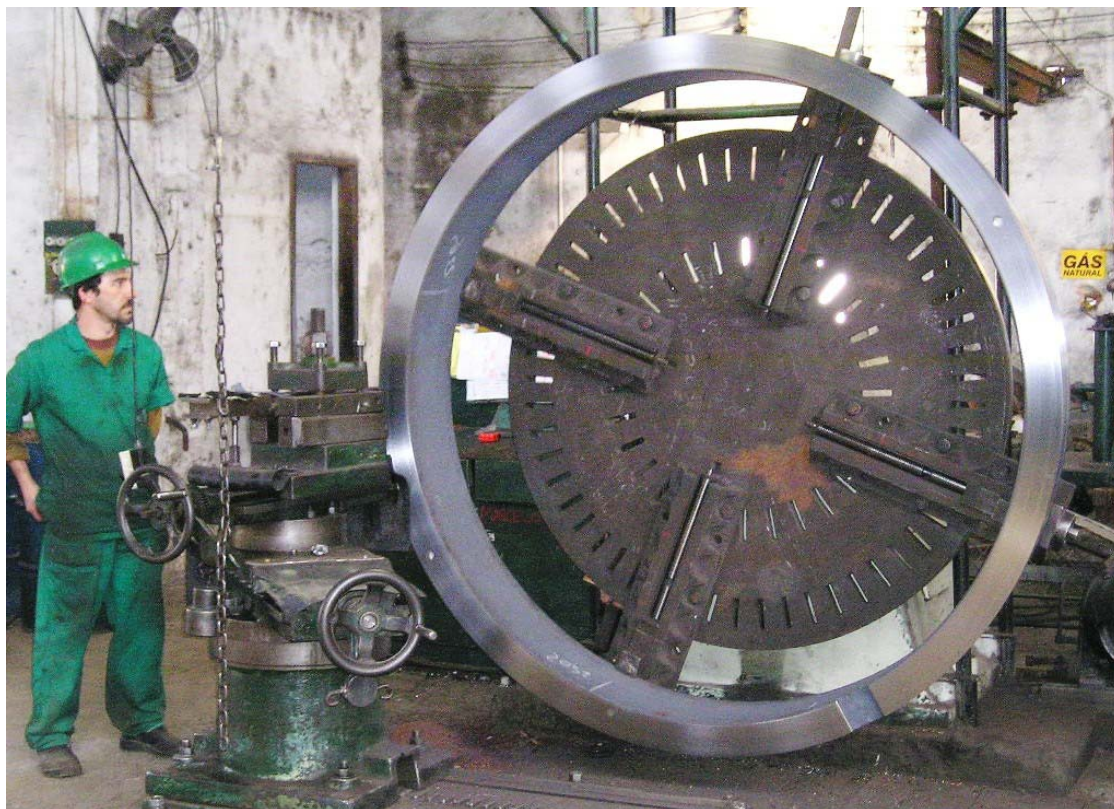


Figura 25 – Foto da usinagem. Foto do autor.



Figura 26 – Foto da usinagem. Foto do autor.



Figura 27 – Foto do rebarbamento. Foto do autor.



Figura 28 – Foto do rebarbamento. Foto do autor.



Figura 29 – Foto do rebarbamento. Foto do autor.



Figura 30 – Foto da solda. Foto do autor.



Figura 31 – Foto da manutenção. Foto do autor.



Figura 32 – Foto do ajustamento mecânico. Foto do autor.



Figura 33 – Foto do deslocamento das peças. Foto do autor.



Figura 34 – Foto da assembléia geral realizada no refeitório da COOPERMETAL. Foto do autor.



Figura 35 – Foto da assembléia geral realizada no refeitório da COOPERMETAL. Foto do autor.



Figura 36 – Foto do refeitório da COOPERMETAL. Foto do autor.



Figura 37 – Foto do final de turno na COOPERMETAL. Foto do autor.

6 CONCLUSÕES

O fio condutor que nos levou a pesquisar a IMPA (Argentina) e a COOPERMETAL (Brasil), sem a pretensão de estabelecer comparações, foi ampliar a reflexão sobre a cooperação autogestionada. Uma pesquisa centrada em sujeitos e ações concretas se frutifica na medida em que lhes proporciona voz e vez e mergulha no cotidiano de trabalhadores que constroem alternativas de vida, contrapondo-se às regras estruturadas pelo sistema capitalista. A possibilidade de estar junto, observar, ouvir e dialogar com os operários no âmbito dos seus lugares de trabalho e, por algumas vezes, em suas casas, nos momentos de lazer e vivência familiar, foi fundamental para vê-los não apenas como componentes de um estudo, mas como sujeitos que, na materialidade do trabalho autogestionado, reúnem forças e se impõem aos desígnios do capital.

Portanto, investigar experiências autogestionárias nos diferentes espaços constituiu-se uma experiência sociológica edificadora de conhecimentos sobre um universo contraditório de luta pela vida. As divergências teóricas entre os atores externos – os apoiadores e os intelectuais que se envolvem com os laboratórios sociais de autogestão – mostram que os processos de ocupação e transformação de fábricas tradicionais em autogestionárias tanto na Argentina quanto no Brasil, não ocorrem do dia para a noite. Essa constatação, percebida na prática também é corroborada por Novaes (2005) que, fundamentado em Mészáros (2002), afirma que o movimento de recuperação de fábricas por trabalhadores, sobretudo o fenômeno argentino, ocorre devido a uma crise geral do capital.

Na mesma perspectiva Rebón (2004) também chama a atenção para a existência de uma crise social do capital, mas, esta se resumiria a uma crise pontual na base de comando capitalista. A esse respeito, nossa tese defende a pertinência da noção de crise geral do capital, mas acrescenta que a retomada da autogestão nos contextos argentino e brasileiro ocorre sob a impulsão de três variáveis específicas do nosso tempo que atinge majoritariamente a classe trabalhadora: 1) a impossibilidade de produzir a vida individualmente; 2) a necessidade de luta coletiva contra a precarização do trabalho, da produção e reprodução da vida social no espaço da fábrica capitalista; e 3) a ampliação do trabalho. Nesse terreno movediço e adverso em que se movem as FRs na Argentina e também as cooperativas autogestionárias no Brasil identificamos a existências de distintas tendências políticas que apóiam e interferem nos laboratórios sociais de autogestão. Na Argentina encontramos quatro tendências políticas claramente definidas:

a) os laboratórios sociais agrupados pelas fábricas e empresas recuperadas que rejeitam a razão social “cooperativa de trabalho” e lutam pela estatização mediante expropriação, sem indenização aos patrões, e com controle operário. Esse grupo, encabeçado pela Zanón – FASINPAT, Clínica Junín e pelo Supermercado “O Tigre”, tem como característica básica o envolvimento com o internacionalismo e uma preocupação constante com a formação política dos seus integrantes. São apoiados por frações do Movimento de Trabalhadores Desocupados (piqueteiros) e pela maioria dos partidos políticos de esquerda;

b) os laboratórios sociais liderados pelo Partido Obreiro, que rejeitam a estatização por considerá-la um ataque à autonomia das ERTs, além de ser uma forma de não inserir a recuperação de empreendimentos produtivos em um processo de luta totalmente revolucionário; porém, também reivindicam a expropriação definitiva sem indenização aos patrões e a transformação do empreendimento em propriedade operária. São contrários à institucionalização do movimento de ERTs, consideram o MNER e o MNFRT limitados por não serem capazes de superar a ideologia que supõe o trabalho como fonte de dignidade humana. Esse grupo é liderado pela fábrica recuperada Sasetru e pela empresa recuperada Companhia de Transporte do Oeste;

c) o MNER defende a institucionalização e aproximação com o Estado. Agrupa parte dos laboratórios sociais instituídos na Cidade de Buenos Aires, dentre eles a IMPA. Seu quadro é composto por militantes de distintos partidos de esquerda, como o PTS e o Partido da Revolução Democrática, ao qual pertence o seu líder, Eduardo Murúa. Uma peculiaridade desse grupo é defesa da aproximação entre fábricas recuperadas e sindicato;

d) o MNFRT, fundamentado no cristianismo de esquerda, tem como orientação principal o cumprimento do marco legal; assessora a maioria das fábricas recuperadas existentes na Argentina e tem como laboratório social de referência a Cooperativa União e Força. É dirigido praticamente por uma única pessoa – o advogado trabalhista Luis Caro.

No Brasil foi possível perceber três tendências políticas que influenciam direta e indiretamente na formação e na produção das cooperativas autogestionárias. Uma primeira se refere ao grupo dos defensores do cooperativismo de coexistência, que percebe as cooperativas autogestionárias como mais uma alternativa de trabalho e renda. Um dos intelectuais orgânicos defensores dessa formulação é Paul Singer, idealizador da Economia Solidária e também da criação da ANTEAG. Segundo esse autor, “a coexistência dos empreendimentos autogestionários com o modo de produção capitalista não só é possível, mas viável, é um modo de produção entre outros” (SINGER apud AUED et al., 2005, p.4).

A segunda tendência compreende as cooperativas autogestionárias como tática, circunscrita em um movimento maior – o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra coloca-se nessa perspectiva, e mantém interfaces com outros movimentos sociais. A adoção de cooperativas autogestionárias como tática para a sobrevivência e para a transição é uma marca desse grupo que, sem desconsiderar os limites estruturais, propõe a transição social como questão central aos movimentos sociais organizados e, por conseguinte, aos laboratórios sociais de autogestão. “Para isso empregam a tática das cooperativas autogestionárias para viabilizar a sobrevivência dos associados no presente e fortalecer o anticapitalismo. A experiência do MST na organização de cooperativas vem desde o final da década de 1980” (AUED et al., 2005, p.8).

Uma terceira tendência, o internacionalismo, defende a incompatibilidade dos laboratórios de autogestão com o modo de produção capitalista, lutam pela mundialização das cooperativas autogestionárias como gênese do rompimento com o domínio do capital. Reivindicam a estatização com controle operário e defendem o uso transitório do aparelho estatal como pressuposto para sua destruição. Os principais laboratórios sociais que se orientam por essas formulações são: a CIPLA e Interfibra em Joinville e a Flaskô em Sumaré. Um traço significativo destas experiências se expressa nos laços de cooperação estabelecidos com outras cooperativas, como a Zanón, as FRs da Venezuela e com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Seus princípios são: não delegação de poder, luta permanente pelo socialismo, socialização e não nacionalização da riqueza e a negação permanente dos pressupostos capitalistas (GUILLÉN, 1970).

No campo da práxis, as cooperativas autogestionárias possuem dois momentos distintos, mas inseparáveis entre si: primeiro representam um instrumento de defesa do emprego e uma referência estratégica para os trabalhadores, tanto para se defenderem dos ataques do capital, (patrões, a polícia, o Judiciário), como para a organização da luta, domínio do espaço físico e proteção dos instrumentos de trabalho; o segundo é o encadeamento do processo de constituição da fábrica sem patrão e a adaptação ao novo, o desafio de produzir liberto do patrão. Nesse sentido, os trabalhadores autogestionários ousam e engendram a vida de forma coletiva, dissolvendo relações pessoais e aspectos técnicos operativos típicos das fábricas patronais. Contudo, isso não tem sido suficiente para que as experiências autogestionárias adotem uma única orientação política, por isso sistematizar as experiências autogestionárias nos países estudados resultou em uma tarefa nada fácil.

Na Argentina, as informações existentes são desarticuladas e contraditórias; em comum elas têm apenas a origem cronológica do movimento de recuperação de

empreendimentos produtivos pelos trabalhadores – as fontes pesquisadas de forma unânime situam-na entre o final da década de 1990 e o início da década atual. No entanto, nossa tese confronta-se com tais leituras e situa a origem do movimento em 1992¹⁴³, assinalando um arrefecimento significativo a partir de 2004. Entretanto, o marco defendido pelas fontes citadas representa uma superação das práticas de ocupações temporárias de fábricas ações identificadas no movimento operário argentino desde 1960. Nesse sentido, defendemos que a transformação da gráfica Campichuelo em fábrica sem patrão marca o surgimento da nova fábrica, mas é com a fábrica recuperada IMPA, em 1998, que acontece a disseminação da autogestão para além dos muros das fábricas, e é também a partir daí que os trabalhadores abandonam o recurso da ocupação temporária e passam a reivindicar a propriedade coletiva das fábricas.

Uma outra polêmica entre os autores argentinos refere-se ao número de empreendimentos recuperados. Alguns, entre eles Fajn (2003, p. 01) e Heller (2004, p. 277), defendem a existência de 270 empreendimentos recuperados no mundo do trabalho argentino. Para outros, como Lucita (2002, p. 02), há um total de 120 empreendimentos recuperados. Kulfas (2003, p.16) defende a existência de 140 empreendimentos recuperados, abrangendo aproximadamente 10.000 trabalhadores. Briner e Cusmano (2003, p.23) apontam um universo de 128 empreendimentos recuperados. Porém, em 2004, aparecem os maiores números: Rebón (2004, p.32) destaca a existência de mais de 200 empreendimentos produtivos recuperados e em funcionamento. Em relação ao universo dos empreendimentos produtivos recuperados nos aproximamos de Kulfas (2003): em nossa pesquisa, que compreendeu o período de 1992 até 2005, constatamos a existência de 143 estabelecimentos recuperados em funcionamento e um universo de 7561 cooperados e 105 empregados.

No caso brasileiro, apesar da existência de estudos regionais, a primeira sistematização geral sobre as fábricas que tivemos acesso foi uma publicação de 2006 da SENAES, a qual defende a existência de 174 experiências autogestionárias no mundo do trabalho brasileiro que ocupam 11.348 trabalhadores. No entanto, essa mesma pesquisa demonstra que mais de 80% funcionam juridicamente pela razão social “cooperativa de trabalho”. Esse ponto de partida tende a deixar as experiências no fio da navalha, pois, ao

¹⁴³ Defendemos que o primeiro caso de recuperação de uma fábrica na Argentina ocorreu em 1992, com a transformação da Gráfica Campichuelo em fábrica sem patrão. Mesmo com opção de incorporar a razão social “cooperativa de trabalho”, essa experiência representa a primeira tentativa prática de autogestão aos moldes das fábricas recuperadas, o que não foi suficiente para evitar seu isolamento pela hegemonia das cooperativas tradicionais capitalistas, as quais, na ocasião, já somavam mais de 2.500 (INAES, 2008). Nessa condição, a Gráfica se perpetua economicamente, todavia, não logra notoriedade no movimento operário e passa a praticar a autogestão estritamente circunscrita ao interior da cooperativa.

mesmo tempo em que proporciona vida jurídica às experiências de autogestão, invariavelmente as subordina ao domínio do capital. Contudo, no geral, as cooperativas autogestionárias no Brasil, assim como as Fábricas Recuperadas na Argentina, equilibram-se entre a liquidação de dívidas deixadas pelos antigos patrões e o desafio da distribuição igualitária dos resultados do trabalho. Ainda que a compensação econômica não seja o ideal sonhado, os cooperados e os recuperadores autogestionários seguem produzindo e reproduzindo vida, tentando manter-se fora da órbita individualista do assalariamento.

Outro ponto de destaque em nosso estudo é a percepção de uma tendência ao isolamento presente nessas experiências: à medida que elas se fortalecem economicamente e conquistam espaço na estrutura produtiva, passam a privilegiar seus “negócios” e os problemas de gestão, desprezando a apreensão da totalidade do regime social e a manutenção da relação com o conjunto dos trabalhadores. Na prática, essa tendência é encontrada nas experiências em que o discurso dos trabalhadores está centrado na idéia de que o estado falimentar definitivo de fábricas e empresas se atribui a uma má gerencia administrativa ou a um ato de esvaziamento premeditado por parte dos patrões. Essa noção reduz o conflito entre o capital e a força de trabalho à problemas de conduta individual de determinados capitalistas industriais, e isso leva os trabalhadores a admitir que vivem uma crise de um capitalista em particular ou de um grupo de empresários, e não uma crise da tríade capital, capitalismo e trabalho. Essa compreensão é generalizada entre os trabalhadores brasileiros e argentinos, porém, é na experiência brasileira que se percebe um forte apelo à cristalização da idéia de que o lugar reservado aos trabalhadores autogestionários é o de substituir maus administradores e ocupar a gerência de fábricas falidas ou na iminência do colapso. Em certa medida, a identificação dessa realidade representa uma possibilidade explicativa a não ocupação de empreendimentos produtivos bem sucedidos.

Sobre esse assunto cabe ressaltar que, ao longo deste estudo, mostramos que os trabalhadores das cooperativas autogestionárias brasileiras e argentinas não desencadeiam a autogestão no âmbito das fábricas falidas por uma questão ideológica, pois, se assim fosse, não haveria sentido ocuparem empresas e fábricas exploradas e abandonadas pelos capitalistas e assumirem o risco de se transformarem em mais uma engrenagem do processo de domínio do capital. Num primeiro momento, eles utilizam o recurso da autogestão do trabalho para “pôr comida na mesa”. A prática anticapitalista aparecerá como realidade concreta e processual à medida que os trabalhadores autogestionários, mediante o ato de produzir mercadoria, percebe a transformação das relações de produção como condição para romper com o domínio social do capital.

Na IMPA, assim como na Zanón, Brukman e Sasetru, a autogestão não diz respeito somente à produção e gestão da fábrica em si mesmo, tecem-se simultaneamente laços da produção da vida. Nesses espaços, a tessitura da autogestão não ocorre da mesma forma, mas reflete toda a contradição de um contexto adverso.

Em relação às táticas operárias para concretizar a estratégia da autogestão, tanto as experiências brasileiras como as argentinas se fundamentam em três pontos principais: tomada da fábrica, sua ocupação e recuperação. Trata-se de fases distintas, mas formam um processo que possui antecedentes relevantes: salários atrasados, falência e, sobretudo, greve.

Na prática, a tomada de fábrica se traduz em uma forma de ocupação motivada pela inviabilidade da coexistência entre patrões e empregados, e ocorre sob resistência e ação coletiva de trabalhadores e desempregados, na maioria das vezes apoiados por sindicatos e outras entidades operárias. É nesse momento que os trabalhadores enfrentam, olho no olho, os aparelhos repressivos do capital: o Estado, representado pelo Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, e os capitalistas. Esse estágio, em que os lados aglutinam forças e as põem em cena, é importante porque desnuda as ideologias em luta: de um lado os trabalhadores unidos contra o desemprego; por outro, o capital, multifacetado, mobilizando suas forças para evitar o abalo de sua estrutura fundamental, a propriedade privada dos meios de produção. Por isso a frutificação das cooperativas autogestionárias, mesmo que em pequeno número se comparada com as empresas capitalistas, resulta em preocupações para o capital e os defensores do capitalismo. Nessa direção também observamos, nas análises dos processos desenvolvidos pelas experiências autogestionárias nos cenários pesquisados, que a tomada de uma fábrica não se limita à ação dos sujeitos sociais diretamente envolvidos; pressupõe, ainda, a inclusão de trabalhadores alheios à cadeia produtiva e ao espaço tomado. Essa característica fundamental torna a ocupação um instrumento de negociação em favor dos trabalhadores e representa, literalmente, correlação de forças. Nesse sentido, o reconhecimento dos termos equivalentes, fábrica recuperada e cooperativa autogestionária, não representa um fim em si mesmo, mas uma construção em movimento, atravessada por necessidade social, experiência histórica e contradições humanas, indicativo inapelável e comprobatório de que os homens, por meio de suas práticas, seguem fazendo sua própria história, sob distintas determinações ideológicas e materiais.

Indivisíveis, a tomada, a ocupação e a recuperação compreendem a reativação do processo produtivo, muitas vezes inutilizável, e a busca de apoio e reconhecimento sócio-político e de permanência perene na cadeia produtiva. Essa forma de dizer “não” aos capitalistas marca uma fase extremamente importante da correlação de forças entre o capital e

o trabalho, sem, contudo, deixar de revelar reviravoltas nos acontecimentos históricos, sendo um deles, o rompimento da relação entre patrão e empregados. As máquinas que no passado foram destruídas por trabalhadores pertencentes ao movimento luddista, no século XIX, como forma de protesto e enfraquecimento dos capitalistas, na atualidade são destruídas pelos capitalistas para impedir a ação coletiva dos trabalhadores.

A vinculação às políticas públicas e a busca de excelência administrativa como elementos articuladores das relações do processo de trabalho são problemas enfrentados pelos trabalhadores nas experiências autogestionárias. A aproximação com o Estado estabelece uma relação de cumplicidade, nem sempre a favor das necessidades do coletivo, e ainda cria um quadro de confinamento das experiências, levando-as ao caminho oposto da luta contra o capital. E, sobretudo, reativa o individualismo entre os trabalhadores, focando-os na falsa noção de que problemas coletivos serão solucionados pela soma das iniciativas individuais.

Quanto às proposições teóricas e os encaminhamentos realizados por parte de alguns movimentos representativos, defensores da coexistência entre diferentes modos de produção, este trabalho demonstrou que a autogestão obreira é incompatível com a administração capitalista. As experiências da COOPERMETAL e da IMPA evidenciam que a proposição de coexistência foge aos propósitos da razão dialética da transformação social. Por isso a pretensão de alguns movimentos representativos e intelectuais, de projetar uma convivência harmoniosa entre o capital e o trabalho como transição social, na prática reforça a hegemonia do capital sobre a força de trabalho. Isso deixa claro que a opção pela coexistência oblitera a luta pela substituição do capitalismo e, por conseguinte, não desenvolve os fundamentos políticos, filosóficos e econômicos para estabelecer, o desaparecimento definitivo da fome, do desemprego e de todas as mazelas sociais decorridas do modo tradicional de produzir mercadorias. Nesse sentido, o trabalho nas fábricas recuperadas de solução pode se transformar em um problema para os trabalhadores cooperados e para o conjunto da classe trabalhadora.

No Brasil, a lógica produtivista enraizada no cooperativismo tradicional exerce influência nas experiências autogestionárias, lançando-as na concorrência mercadológica. Se Luxemburgo (1999) relaciona a existência, no passado, do cooperativismo de produção à expansão das cooperativas de consumo, hoje as cooperativas autogestionárias brasileiras são condicionadas pela lei da oferta e demanda do emprego, e isso também é observado na Argentina. Em ambos os países, quando a oferta de trabalho assalariado está compatível com a força de trabalho economicamente ativa, elas recuam; quando num contexto de baixo acesso ao emprego, elas ascendem. Essa fórmula tradicional da economia política burguesa se

empenha em demarcar o surgimento e o desenvolvimento do trabalho autogestionário via equação econômica. Tal proposição, porém, não é simplesmente matemática, e expressa toda uma dinâmica de domínio do capital, pois, se a existência das fábricas recuperadas é atrelada ao nível de desemprego, vale dizer que essas experiências desempenham, também, uma função extremamente importante para o processo de acumulação e hegemonia do capitalismo. A persistência nessa lógica, objetivamente, aliena os trabalhadores enquanto classe e corrobora com o aprofundamento da exploração no mundo do trabalho, reformando a homogeneidade entre capital, trabalho e administração política capitalista, fundamento da apologia à coexistência social acrítica. Desse modo, em aspecto geral, os trabalhadores são, processualmente, distanciados da perspectiva de destruição do domínio do capital e de sua substituição por uma relação de domínio social.

Sobre o caso brasileiro, em linhas gerais, as experiências cooperativistas surgem no século XIX e, desde então, promovem o crescimento do capital e facilitam a coexistência entre patrões e empregados. Mas é a partir da última década do século XX que esse panorama começa a ser contestado, com o surgimento das cooperativas autogestionárias, sendo que os trabalhadores enfrentam o desafio da autotransformação em meio a uma estrutura ainda adversa. Em geral, nessas experiências, o que o cooperado recebe não é salário, são “sobras”, e, além disso, não têm direitos trabalhistas, pois, segundo a legislação vigente, os trabalhadores cooperados são os patrões, definição que, por si mesma, gera polêmica: patrões de quem e para quem? Ademais, ao avançar da posição de assalariados à condição de cooperados, os trabalhadores modificam as relações de produção, porém a criatividade e o compasso do processo de trabalho permanecem subjugados à exigência da lógica do capital, nesse caso representado pelo mercado.

Desde 1980, mas especificamente na década de 1990, no Brasil, o cooperativismo se transforma em campo fértil para a ampliação do trabalho, sendo as cooperativas tradicionais transformadas, efetivamente, em sinônimo de ampliação precarizada do trabalho. Entretanto, em paralelo, nascem e se revigoram como negação desse pressuposto as cooperativas autogestionárias, como Cooperminas, a Cooperativa WALLIG, a BRUSCOR, e entre outras, a COOPERMETAL, em 1988.

A relação da experiência operária de recuperação de fábricas com algumas idéias desenvolvidas por Marx no texto sobre a “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, sugere, ao contrário das reflexões de alguns pós-modernos (RIFKIN, 1995; BECK, 2000; BALMAN, 2001), um amadurecimento de classe e aponta um contínuo atrelamento da produção e reprodução da vida social ao trabalho. Essa parece ser uma grande questão de nosso tempo,

pois, paradoxalmente, o trabalho continua sendo fonte essencial à construção da vida humana, mas também segue como forma soberana de alienação dessa mesma humanidade. Por isso, a eliminação de postos de trabalho pelo capital não proporciona liberdade aos trabalhadores, aprisionando-os, cada vez mais, no cárcere do desemprego. Essa condição, ainda mais degradante que o estafante e geralmente, desvalorizado trabalho no interior das fábricas capitalistas, impulsiona os trabalhadores à construção de alternativas coletivas para retornar ao labor fabril e obter as condições de sobrevivência proporcionadas pelo uso da força de trabalho, porém, sob o domínio operário. Desse ponto de partida são estabelecidas alianças, muitas aproximações se efetivam e a resistência anticapitalista recebe solidariedade de organizações comunitárias, partidos políticos, legisladores de direita e de esquerda.

Esses sujeitos e instituições sociais, à sua maneira e interesse, mantêm e influenciam o dimensionamento das ações do movimento dos trabalhadores autogestionados dentro e fora da fábrica. Contudo, é por meio dessas relações contraditórias que os trabalhadores constroem possibilidades de materializar o trabalho autogestionário e a realidade de produzir-se e reproduzir-se via trabalho “sem patrão”. A correlação de forças, nesse sentido, pode ser de curta ou longa duração e envolver embates físicos, sociais, políticos e econômicos.

As experiências destacadas neste estudo, tanto na Argentina quanto no Brasil, somam-se a outras centenas de iniciativas semelhantes, disseminadas nas mais diversas atividades produtivas. Algumas são agrupadas no campo das políticas públicas, como o caso das gráficas recuperadas na região metropolitana de Buenos Aires, outras estão vinculadas aos movimentos sociais, tais como o MNER e o MNFRT. Quanto às brasileiras, as da área urbana vinculam-se, basicamente, à ANTEAG, e as da área rural ao MST, sob os auspícios das políticas públicas. Esses arranjos sociais, sobretudo os relacionados às experiências urbanas, lutam, em tese, pelos mesmos objetivos: instrumentalizar os trabalhadores na luta contra o capital e contra a falta de comida na mesa. Todavia, na prática cotidiana, essa relação nem sempre é hegemônica e acontece sob indelévels contradições. A vinculação a movimentos representativos e segmentos sociais solidários, observada como possibilidade de generalização das cooperativas autogestionárias para além do espaço local, e como troca de experiências entre casos similares, não aparece como razão principal nos casos estudados. Todas as reflexões durante o desenvolvimento deste estudo apontam para uma perspectiva de isolamento e disputas internas.

No decorrer do processo de investigação na IMPA, detectou-se intensa concorrência interna pela hegemonia administrativa da fábrica e pela direção do seu processo produtivo. As preferências por bandeiras político-partidárias funcionam como fatores desagregadores,

mecanismos de cooptação e de aprofundamento do individualismo, que promovem descontinuidade e desmonte das possibilidades de estabelecimento de uma proposta de construção coletiva e de novas relações humanas pela reorganização do trabalho. O uso e a manutenção do discurso da centralidade do trabalho estão intimamente relacionados com a intenção de perpetuação do poder e conquista de hegemonia por parte dos grupos internos.

Outro fator importante observado no interior da fábrica diz respeito ao tratamento dispensado à autogestão, tanto pelos recuperadores quanto pelos dirigentes dos movimentos representativos. A autogestão é defendida com entusiasmo pelo MNER e pelo MNFRT, em comum eles trabalham a noção de autogestão como sinônimo de autopatronização de operários. Esse modo de propor a prática da autogestão, num primeiro momento, propicia uma relação de cooperação e solidariedade entre os trabalhadores; no entanto, a noção de solidariedade permanece condicionada à dinâmica de funcionamento das máquinas e ao uso sincronizado dos instrumentos de trabalho. As atuações de Eduardo Murúa (MNER) e Luís Caro (MNFRT) frente às fábricas e empresas administradas por trabalhadores, na prática, apresentam uma dupla face conservadora. No campo da política, reproduzem a estrutura organizacional do Estado capitalista, e no campo organizacional, ao submeter os trabalhadores à democracia representativa, mesmo que diretamente, vinculam o movimento e as próprias experiências operárias à programas assistencialistas estatais e partidários. Esses movimentos proclamam a libertação operária dos grilhões patronais, mas não projetam a ruptura com as bases hegemônicas do Estado, de modo a alienar a classe obreira à direção tutelada de pequenas unidades produtivas.

O confinamento e isolamento das fábricas recuperadas, assim como das cooperativas autogestionárias, aparecem como tendência inexorável às formas de gerenciamento inseridas pelas representações institucionalizadas. O movimento combativo do trabalho autogestionário, sob orientação desses núcleos, não se direciona, verdadeiramente, contra o Estado capitalista; ao contrário, tende a dinamizá-lo, ao concentrar sua potência na revitalização das políticas públicas e não na destruição do *status quo* que sustenta a comercialização do trabalho. A centralização da organização em questões pontuais, como a luta pela aprovação de uma lei de falência e a recuperação do trabalho, cristaliza as opções do MNER pela transformação gradual, e do MNFRT pelo produtivismo – entre ambos existe uma pequena diferença: enquanto o primeiro propõe a autogestão como tática para romper gradualmente com o domínio do capital, o segundo a propõe como um modelo produtivo eficiente para abrigar trabalhadores desempregados. Nesse sentido, o MNFRT torna-se um núcleo problemático à luta anticapitalista nas fábricas recuperadas, pois, sob a direção

legalista e populista de Luís Caro, além de defender a readequação dos trabalhadores às necessidades do capital, revela a tendência mercantilista, em que a mercadoria principal é a força de trabalho. Com a utilização do escopo legal da cooperativa de trabalho, transforma as fábricas recuperadas em um mercado atrativo a capitalistas investidores. “A única fábrica sob controle obreiro é a Zanón de Neuquén, e não é representativa das mais de 100 fábricas recuperadas transformadas em Cooperativas de Trabalho” (HELLER, 2004, p.54 tradução nossa)¹⁴⁴.

A luta da Zanón pela estatização com controle obreiro, para Caro resume-se a um delírio utópico defendido por amplo setor político de esquerda, partidários da autodeterminação e da liberdade que não têm vivência participativa no cotidiano obreiro. Caro, por sua vez, é advogado trabalhista e se projeta como dirigente desde 2000, ocasião em que defende a recuperação da metalúrgica GIP METAL S.R.L., atualmente Cooperativa de Trabajo Unión y Fuerza. Em agosto de 2000, com o sucesso dessa iniciativa, surgem outras recuperações de fábricas no âmbito do pólo industrial de Avellaneda, província marcada pela presença massiva da classe operária. Na estratégia de Caro, e de certa forma, de Murúa, o marco legal é decisivo para as fábricas recuperadas, e ambos lutam pela instituição dessa normativa como um ponto de partida fundamental para os recuperadores.

As divergências teóricas entre os atores externos que integram, de forma representativa, o movimento de recuperação de fábricas e empresas sugerem que os processos de falências e tomadas de fábricas na Argentina não ocorrem do dia para a noite. Em paralelo às ocupações ocorrem lutas políticas e conflitos ideológicos, e a tomada das fábricas se constitui em meio a batalhas jurídicas, divergências político-partidárias e ingerências institucionais públicas e privadas.

Na COOPERMETAL os acontecimentos internos demonstram que o capital produz sua própria negação, o trabalho desempenhado pelos cooperados não consiste apenas em um mero cumprimento de tarefas rotineiras em troca de um salário mínimo de subsistência. Movidos, também, por contradições internas e constantes ameaças estruturais, esses trabalhadores, em certa medida, refazem suas próprias identidades históricas e a cada avanço questionam e estremecem as bases do trabalho alienado.

Uma lição que pode ser apreendida dessas experiências é que a ocupação e a recuperação de fábricas por trabalhadores não cai do céu; o rompimento com a lógica do capital acontece quando, na base empírica, esgotam-se todas as possibilidades de negociação.

¹⁴⁴ Entrevista concedida a Pablo Heller. In: HELLER, Pablo. *Fábricas Ocupadas - Argentina 2000-2004*. Buenos Aires: Rumbos, 2004.

Em outras palavras: quando a relação patrão e empregado não garante mais comida na mesa para os trabalhadores. Por isso, a formação da fábrica sem patrão, ocorrida em virtude da transição da SIDESA, no caso brasileiro, para uma cooperativa autogestionária, não representa apenas o resultado de um processo histórico amplamente desenvolvido a favor do capitalismo, mas uma negação coletiva aos padrões de produção e reprodução da vida social emanados do domínio do capital. É por meio desse processo histórico, e só por ele, que podemos explicitar e entender, na materialidade, a correlação de forças entre capital e força de trabalho, as contradições, equívocos e acertos dos trabalhadores envolvidos com a experiência.

Uma outra questão destacada no caso da COOPERMETAL é a “opção” coletiva pela adoção da razão social “cooperativa de trabalho”, uma vez que, na prática, isso representa um enquadramento aos domínios do capital e pressupõe a existência da autogestão contornada por uma rígida estrutura hierárquica, onde, por exemplo, a soberania da assembléia geral é observada com desconfiança por muitos cooperados. Os processos decisórios são configurados sob a ótica vencedores x perdedores, mantendo a produção autogestionada sob controvérsias que paulatinamente minam as forças coletivas e formam grupos internos que concorrem pela ocupação dos conselhos diretivos, então transformados em instâncias de concentração de forças e interesses individuais. Essa realidade mantém, no seio da cooperativa, duas facetas capitalistas: a luta pelo domínio interno e o egoísmo individual. Os cooperados votam e são votados, no entanto persistem as dificuldades em transformar as deliberações coletivas em práticas concretas.

As tensões cotidianas de relacionamento no interior da cooperativa se apresentam como o *nó górdio* à cooperação entre os trabalhadores. A encarnação da figura do empregado e do patrão em uma só pessoa (a autopatronização), por um lado, reforça a condição de patrão e, por outro, confere ao cooperado certa autonomia, mas seus resultados, geram contradições no comportamento do trabalhador-patrão, e em alguns casos têm prejudicado a constituição do coletivo (os conselhos, as assembléias setoriais e gerais) e a eliminação do individualismo. O fato de ser empregado e patrão ao mesmo tempo revela-se um entrave às práticas cotidianas no interior da experiência e interfere diretamente na forma de produzir e reproduzir a vida fora da esfera do assalariamento.

Muito embora durante a pesquisa de campo não tenha sido possível identificar a consolidação de grupos internos sólidos, as indicações derivadas das entrevistas, dos dados coletados dos questionários aplicados e das observações realizadas, demonstram que, no estágio atual, as discordâncias internas entre os cooperados (sobretudo em relação a questões

como diferenciação salarial, individualização do poder decisório nos setores e a realização de assembléias gerais para homologação de decisões previamente tomadas pelos conselhos, as quais, muitas vezes, já estão em processo de execução) podem, a curto prazo, consolidar a luta interna no cenário da COOPERMETAL, o que, a exemplo da IMPA, poderá comprometer, sobremaneira, as possibilidades autogestionárias em todos os seus sentidos.

Assim como na IMPA, a autogestão na COOPERMETAL não acontece alheia às heranças estruturais da organização capitalista. Ao tentarem se libertar das amarras patronais, os trabalhadores se deparam com uma situação conjuntural adversa, que os impele a enfrentar coletivamente o capital em esferas comumente não transitadas por vendedores de força de trabalho.

Uma outra questão importante está na concorrência. As experiências estudadas não operam sozinhas, estão inseridas na trama capitalista e enfrentam a competição de outras empresas do ramo. A IMPA tem sido mais afetada por esse problema devido ao monopólio estabelecido na Argentina pela processadora de alumínio ALUAR, enquanto a COOPERMETAL vive uma situação regional inversa – na condição de liderança regional do ramo, destaca-se em qualidade de serviços, mercadorias, produção e geração de empregos; porém, problemas ambientais causados por ela precisam ser resolvidos (poluição de rios, atmosférica e sonora).

A produção e reprodução da vida, para os cooperados, tal como outrora segue dependente da dinâmica capitalista. Tomados pela necessidade crucial de resolução de conflitos, o coletivo dos trabalhadores é desafiado a avançar ao imediatismo e por meio de um cenário de múltiplas complexidades, enfrentam o capital, se enfrentam e seguem construindo caminhos de luta pela vida. Transformados em cooperados e recuperadores de massa falida, garantem comida na mesa e iniciam um processo de construção da consciência social anticapitalista. Ao posicionarem-se pela autogestão do trabalho criam espaços de resistência e de esperança no seio da classe trabalhadora e, diante das condições adversas, superam dificuldades particulares e universais, como, por exemplo, o desemprego e a precarização econômica, sócio-política e cultural da classe trabalhadora e a ampliação da formalidade do trabalho. Assim, operários brasileiros e argentinos, por meio da autogestão, desobedecem ao desemprego, desencadeiam em fábricas e empresas recuperadas processos de negação aos pressupostos do capital evidenciando que a fábrica no século XXI não será mais a mesma e pode vir a ser fábrica sem patrão. No limite da análise os laboratórios sociais de autogestão representam o ensaio de um novo tempo, onde o trabalho passa a ser gerido na perspectiva do ser humano em detrimento do capital.

REFERÊNCIAS

ANTEAG (Brasil). *A ANTEAG no Mapeamento da Economia Solidária*. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2008.

_____. *Autogestão*. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br>> Acesso em: 28 de janeiro de 2008.

_____. *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. 2. ed. São Paulo (SP): ANTEAG, 2002.

ANTUNES, R. *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

AUED, B. W. *Nossas histórias*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2007. v. 1. 203 p.

_____. (Org.). *Traços do trabalho coletivo*. Rio Grande do Sul: Casa do Psicólogo/AllBooks, 2005. v. 1. 326 p.

_____. A Gênese da categoria desemprego e alternativas. In: CONGRESO DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 6, 2003. *Anales do 6º Congreso de Estudios del Trabajo*. Buenos Aires, 2003. CDROM.

AUED, B. W.; CHAVES, L. C. O desemprego não é inexorável. *Revista Plural*, APUFSC: Florianópolis, v. 13, 2003.

_____. et al. Cooperativas autogestionárias, processo de trabalho e geração de renda em Santa Catarina. In: CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 7, 2005, Buenos Aires. *Anales do 7º Congreso de Estudios del Trabajo*. Buenos Aires, 2006. CDROM.

AUED, I. M. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernadete W. (Org.). *Educação para o (Des) Emprego*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BAKUNIN, M. A. *O socialismo libertário*. São Paulo: Globo, 1979.

BARBOZA, D. et al. A Economia Solidária em Criciúma: análise de empreendimentos cooperativos e associativos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2, 2003, Florianópolis. *Anais do 2º Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais*. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/html/331-of3-st1.htm>>. Acesso em: 10 de novembro de 2007.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, U. *The Brave New World of Work*. Nova York: Polity Press, 2000. Tradução: Patrick Camiller.

BIALAKOWSKY, A. et al. Recuperadores de trabalho – Resistências aos processos de Exclusão: extinção social. *Revista Plural*. n. 15, ano 12. Florianópolis, 2006.

_____. et al. Cooperación y conflicto en las nuevas formas de autogestión de los trabajadores. In: CONGRESO ALAS DE AREQUIPA, 24, 2003. Arequipa (Peru). *24º Congreso ALAS de Arequipa*. Arequipa (Peru), 2003.

_____. et al. (Org.). *Unidad en la diversidad: estudios laborales en los 90*. Buenos Aires: Eudeba, 2002.

BOLETIM ELETRÔNICO NUESTRA AMÉRICA. *Sectores Del Gobierno atacan IMPA y el MNER*. Carta Denúncia assinada pela IMPA Cooperativa LTDA., IMPA La Fabrica Ciudad Cultural e pelo MNER. 26 de abril de 2005. Disponível em: <<http://nuestraamerica.info.gacietielli.hlv.s?id=55>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. *Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)*, 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2007.

_____. *Lei Federal nº 8.949, 9 de dezembro de 1994*. Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2007.

_____. *Lei Federal nº 6.404, 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades sem Ações. Disponível em: <<http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suref/Lei6404-76.pdf>>. Acesso em: 05/10/2007.

_____. *Lei Federal nº 5.764, 16 de dezembro de 1971*. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/5764_71.htm>. Acesso em: 05/10/2007.

BRINER, M. A.; CUSMANO, A. *Las empresas recuperadas en la Ciudad de Buenos Aires: una aproximación a partir del estudio de siete experiencias*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad. Secretaría de Desarrollo Económico, 2003.

BUBER, M. *O socialismo Utópico*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. 200 p. Coleção Debates. Tradução: Paola Civelli.

CARO, L. *"LA TOMA": no refleja la realidad de las Fábricas Recuperadas en Argentina*. Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores (MNFRT). 20 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.fabricasrecuperadas.org.ar>>. Acesso em: 06 de abril de 2006.

_____. *Las enpresas em crisis*. La expropiación de plantas fabriles em uma salida viable. Compendio de aspectos legales. Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores (MNFRT), 17 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://www.fabricasrecuperadas.org.ar>>. Acesso em: 06 de abril de 2006.

CAROLA, C. R. *Dos subterrâneos da História*. As trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina. Florianópolis: Editora UFSC, 2002.

CARVALHO, N.V. *Autogestão - o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 156 p.

CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306 p.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE (CMI BRASIL). *Declaração "Compromisso de Caracas"*, elaborada pelos trabalhadores das fábricas recuperadas. ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES, 1, 27 a 29 de outubro de 2005, Caracas, Venezuela. Publicada pela Assessoria de Comunicação das Fábricas Ocupadas, em 10 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://midiaindependente.org>>. Acesso em 20 de dezembro de 2007.

CHAVES, L. C. *Colônia Cecília: uma experiência anarquista no Brasil*, 2001. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/cecilia.htm>>. Acesso em: 24 de setembro de 2007.

CHOINACKI, L. *Mineiros de Santa Catarina: sua luta e sua história*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1993. p 77.

COIMBRA, D. *Atravessando a escuridão*. Memórias de um comunista casual. Criciúma: UNESC, 1996.

CORAGGIO, J. L. *La Gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo*. Buenos Aires: Espacio, 2004.

_____. Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

COSTA, A. L. M. C. Vidas Paralelas. Nosso Mundo. *Revista CartaCapita*, São Paulo, n. 434, p. 30-32, 7 de março de 2007.

COSTA, C. da. *Sindicalismo e cidadania: análise da relação entre CUT e Estado na construção da esfera pública no Brasil*. São Paulo: Unitrabalho, 2000.

CREMONECE, D. *Argentina e o receituário do FMI*. La Insígnia. Agosto de 2002. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2002/agosto/ibe_122.htm>. Acesso em: 01 de dezembro de 2007.

CRUZ, A. C. Martins da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. 2006. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, Departamento de Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (São Paulo), 2006.

CRÚZIO, H. de O. *Ideologia e Autogestão*. Contradição do Cooperativismo Agropecuário/Industrial Brasileiro: o caso da inversão decisória. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 1994.

DÁVILA, N. Los cambios operados en la estructura productiva y la burguesía nacional. *Revista Argentina de Teoría Y Política*, n. 12, mai/jul, 1987.

DAVOLOS, P.; PERELMAN, L. *Acción colectiva y representaciones sociales: los trabajadores de empresas recuperadas*, 2003. Disponível em: <http://www.iisg.nl/labouragain/documents/davolos_perelman.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2005.

DRI, R. *La revolución de las asambleas*. Buenos Aires: Diaporías, 2006.

DRIMER, A. K. de. *Las cooperativas*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1981.

ENGELS, F. *El Anti-Duhring*: introducción al estudio del socialismo. Barcelona: Avant, 1987.

FAJN, G. *Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Centro Cultural de La Cooperación, Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003, 224 p.

FATIN, Márcia. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC: nas malhas das relações de poder*. 1192.200f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Florianópolis (SC), 1992.

FARIA, J. H. de. *Economia política do poder*. v.1. Curitiba: Juruá, 2004.

_____. *Comissões de Fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas*. Curitiba: Criar, 1987.

_____. *Relações de Poder e Formas de Gestão*. Curitiba: Criar, 1985. 87 p.

FARIA, M. S. de “... se a coisa é por aí, que autogestão é essa?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. Dissertação (Mestrado em Organização e Gestão). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FELICI, I. *A Verdadeira História da Colônia Cecília de Giovanni Rossi*. Caderno AEL. São Paulo. n. 8/9, 1998. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-8/Artigo-1-p09.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2007.

FIOD, E. G. M. Mudanças nas formas de aprendizagem do trabalhador. In: AUED, B. W. (Org.). *Traços do trabalho coletivo*. Rio Grande do Sul: Casa do Psicólogo/AllBooks, 2005. v. 1. 326 p.

FLORES, T. *De la Culpa a la Autogestión*: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza. Buenos Aires: Continente, 2005.

FRIGERIO, R. *Diez años de la crisis argentina*: diagnóstico y programa del desarrollismo. Buenos Aires: Planeta, 1983. Colección Pensamiento Político.

FRIGOLI, C. *Prensa Obrera*. n. 789. Buenos Aires, março, 2003.

GAIGER, L. Sentido e possibilidade da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares*: entre a realidade e a utopia. Petrópolis (RJ): Vozes; Rio de Janeiro: Capina: Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

GARCIA, L. B. *Destrucción económica y recuperación de empresas en Argentina en la última década*. Pré-Projeto de Pesquisa de Doutorado. 2005. Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais, Universidade Complutense de Madri, 2005.

GASTIAZORO, E. *Historia Argentina introducción al análisis económico-social de 1930 a nuestros días*. v. 4. Buenos Aires: Agora, 2004.

GOSI, R. *II Socialismo Utopístico*. Giovanni Rossi e la Colonia Anarchica Cecilia. Milano: Moizzi Editore, 1977.

GOULARTI, A. F.; NETO, R. J. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis (SC): Cidade Futura, 2002. 504 p.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos Políticos (1917-1933)*. 6. ed. México: Século XXI, 1998

GUILLÉN, A. *Democracia directa*: autogestion y socialismo. Montevideu: Editorial Aconcagua, 1970.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão*: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Tradução: Helio Pólvora.

GUIMARÃES, V.N. *Autogestão como estratégia de sobrevivência das organizações e dos trabalhadores: estudos multisetoriais no Estado de Santa Catarina*. Relatório de Pesquisa, Pibic/CNPQ. Florianópolis: UFSC, 2004.

HELLER, P. *Fábricas Ocupadas - Argentina 2000-2004*. Buenos Aires: Rumbos, 2004.

HUGON, P. *História das doutrinas econômicas*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

HOLZMANN, L. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora da UFSC, 2001.

_____. *Operários sem patrões. Estudo da gestão das Cooperativas Industriais Wallig*. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 1992.

HOLYOAKE, G. J. *Os 28 tecelões de Rochdale*. Porto Alegre: WS Editor, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de agosto de abril de 2007

INSTITUTO NACIONAL DE ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOCIAL (INAES). Cooperativas Argentina 2008. Disponível em: <<http://www.inaes.gov.ar/es/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2008.

IONESCU, G. *El pensamiento político de Saint-Simon*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1983. Tradução de Carlos Melchor e Leopoldo Rodríguez Regueira.

ITURBE, A. A Experiência das Empresas Recuperadas na Argentina. *Marxismo Vivo*, n. 7. 2003. Tradução: Raymundo Alves. Disponível em: <<http://www.marxismovivo.org/iturbe7port.html>>. Acesso em: 15 de outubro de 2006.

JUVENAL, T. L. Empresas Recuperadas por Trabalhadores em Regime de Autogestão: Reflexões à Luz do Caso Brasileiro. *Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Social*. v. 13, n. 26. Rio de Janeiro, dez. 2006.

KOROL, Claudia (Comp.). *Obreros sin patrón: sistematización de la experiencia de los obreros y obreras de Zanón*. Buenos Aires: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo. 2005, 160 p.

KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes: 2000.

KULFAS, Matias. *El contexto económico: Destrucción del aparato productivo y reestructuración regresiva*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Secretaría de Desarrollo Económico. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad. Secretaría de Desarrollo Económico, 2003.
LEVAL, G. et al. *Autogestão e Anarquismo. Perdizes, São Paulo: Imaginário, 2002. 98 p.*

LIMA, J. C. *O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado*. Trabalho apresentado ao 27º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2003. (mimeo).

_____. *Negócios da China: a nova industrialização do Nordeste*. In.: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 49. São Paulo: CEBRAP, nov. de 1997.

LIMA, J. C.; ARAÚJO, N. Para além do novo sindicalismo: a crise do assalariamento e as experiências com trabalho associado. In.: RODRIGUES, Iram Jácome (Org). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LÖWY, M. *O pensamento de Che Guevara*. 5. ed. Buenos Aires: Expressão Popular, 2003.

LUCITA, E. *Fábricas ocupadas y gestión obrera en Argentina: ocupar, resistir y producir*. *Cuadernos del Sur*, 34, novembro de 2002.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
Tradução: Lívio Xavier.

MAGNANI, E. *El cambio silencioso – empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

MALATESTA, E. “Definição de anarquia”. In: WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda., 1981. Tradução: Julia Tettamanzi e Betina Becker.

MANDEL, E. *Controle obrero, consejos obreros, autogestión*. v. 1. Buenos Aires: Cuadernos Rojos, 1973.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global Editora. 1986a. 183 p.

_____. *A Guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986b.

_____. *O capital*. v. 1, tomo I, livro terceiro, ed. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

_____. *O capital*. v. 3, tomo I, livro terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

_____. *O capital*. v. 3, livro terceiro. São Paulo: DIFEL, 1985c. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

_____. A guerra civil na França. In.: MARX, K. ENGELS, F. *Obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

_____. Cooperação. In: MARX, K. ENGELS, F. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Ched, 1980.

MASSI, J. *Diagnóstico da Cooperação Agrícola na Região Oeste de Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia na UNOESC (Chapecó) 2000.

MAURER JUNIOR, T. *O Cooperativismo: uma economia humana*. São Paulo: Pioneira-Metodista, 1966. 328 p. Biblioteca OCEPAR.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MEYER, A. *País del Sábado: en la ex Zanón festejaron un permiso por tres años*. Página/12, Argentina, 21 outubro 2006. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-74916-2006-10-21.html>>. Acesso em: 30 de março de 2007.

MURÚA, E. *L'IMPA, l'impasse...* Calpa - Coordination de Soutien Aux Luttes Deu Peuple Argentin. Madri, 26 de abril de 2005. Entrevista publicada por José Larrea. Disponível em: <<http://www.calpa-paris.org/spip.php?auteur1>>. Acesso em: 22 de outubro de 2005.

_____. El País. “*Las empresas en quiebra deberían ser cedidas a sus trabajadores*”. Página/12. 8 de setembro de 2003. Entrevista concedida a Laura Vales. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-25202-2003-09-08.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2005.

_____. “ANTEAG: autogestão como marca”. In: SINGER, Paulo; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

NASCIMENTO, M. F. M. *O próximo e o distante: histórias e estórias de um bairro e uma fábrica de João Pessoa*, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 1993.

OLIVEIRA, B. A. M. de. *As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro*. 2006. 161 p. Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

PAGOTTO, C. Ajustes e rupturas: cooperativismo e lutas sociais no Brasil contemporâneo. *Claroscuro Revista Del Centro de Estudios Sobre Diversidad Cultural*. v. 3. Rosário, Argentina, 2003.

PEDRINI, D. M. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

PINHO, D. B. *Cooperativismo e Desenvolvimento das Zonas Rurais do Estado de São Paulo*. 1. ed. v. 1. São Paulo: Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai, 1964. 116 p.

_____. *Cooperativas e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Pioneira, 1962. 299 p.

POUSADELA, I. M. *Que se vayan todos, enigmas de la representación política*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006. Colección Claves para todos, n. 53. Dirigida por José Nun.

REBÓN, J. *Desobedeciendo al desempleo: la experiencia de las empresas recuperadas*. Buenos Aires: PICASO-La Rosa Blindada, 2004, 167 p.

REBÓN, J.; SAAVEDRA, I. *Empresas recuperadas: la autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006. Coleção Clave para Todos, n.41.

RECH, D. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

RIAZANOV, D. *Marx e Engels e a história do movimento operário*. Tradução: Antônio Roberto Bertele e Jorge Santana. São Paulo: Global, 1984.

RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995. Tradução: Ruth Gabriela Bahr.

RUGGERI, A.; MARTÍNEZ, C.; TRINCHERO, H. H. *Las empresas recuperadas en la Argentina: informe del segundo releva miento del programa*. Buenos Aires: Faculdade de Filosofia e Letras/SEUBE/Universidade de Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHIOCHET, V. Empresas Recuperadas no Brasil: um retrato a partir do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Revista de Economia Solidária*. Ano II, n. 1. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/ Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), jun. 2006.

SCHVARZER, J. Cambios en el liderazgo industrial argentino en el periodo de Martinez de Hoz. *Revista Desarrollo Económico*, vol. 23, n. 91. out.- dez., 1983.

SILVA, R. P. da. O ABC Catarinense: greves e movimentos sociais em Criciúma (1980-1989). In: XIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. Anais do XIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz, 2005.

SINGER, P. Economia Solidária. *Revista Caros Amigos*. Entrevista Concedida a Natália Viana. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed66/natalia_viana.asp>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2008.

_____. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. In: *Revista Estudos Avançados*. v. 18, n. 51. São Paulo, 2004.

_____. Economia Solidária. In.: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306 p.

_____. A recente ressurreição da economia solidária. In: BOAVENTURA SOUZA SANTOS. (org) *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes: 2000a.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000b.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000 e 2003.

_____. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SPAIZMANN, G.; SANSON, J. R. Cairu e o Liberalismo Smithiano na Abertura dos Portos. In: *Revista Análise*. v. 17, n. 2. Porto Alegre, jul./dez. 2006.

STURMTHAL, A. *Consejos Obreros*. 1. ed. Barcelona: Fontanella, 1971. Tradução: José Luis Lana.

TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. Tradução: Ana Paula Ornellas Mauriel [et al].

TEIXEIRA, J. P. *Os donos da cidade*. Florianópolis: Insular, 1996.

THIAGO, R. S. *Fourier: esperança e utopia na península do Saí*. Blumenau (SC) FURB; Florianópolis: UFSC, 1995.

TIRIBA, L. Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí (RS): UnIjuí, 2001.

TIRIBA, L.; PICANCO, I. (Org.). *Trabalho e Educação: arquiteto, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2004, 295 p.

VENDRAMINI, C. R. Trabalho e Educação nas Cooperativas do Movimento Sem Terra. In.: TIRIBA, Lia; PICANCO, Iraci (Org.). *Trabalho e Educação: arquiteto, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2004. 295 p.

WOODCOCK, G. Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda., 1981.

ZIBECHI, R. Argentina - para producir no hacen falta los patrones: servicio informativo "alai-amlatina". *Rebelión*: El Reino del revés. Buenos Aires, 19 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/argentina/zibechi190902.htm>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2006.

ENTREVISTAS

ARREGIN, Silvestre. 15 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

BORGES, Claudinei. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

CAMPOS, Albertino Batista. 01 de agosto de 2008. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

CAMPOS, Oracio. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

CASTAÑO, Ignacio. 28 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

COMES, Ramiro. 15 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

FILHO, João Marcelo. 25 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

GONZÉLES, Mario. 28 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

GUTIERREZ, Natália. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

GUTIERREZ, Sônia. 22 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

JIMENEZ, Marcelo. 28 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

LAZÁRIO, João Paulo. 24 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

LEANDRO, Antônio Carlos. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

MACHADO, Filipe Francisco. 31 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

MORENO, M. 24 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

OBREGON, Fernando. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

PAZ, Carlos. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

PIÑERO, Pablo. 15 de outubro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

ROSA, Osni da. 25 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

ROSA, Samuel Silveira da. 25 de julho de 2007. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

TABORDA, Julia. 21 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

TREVISAN, Alcides. 22 de novembro de 2006. Entrevista concedida a Luiz Carlos Chaves.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVICH, A. L. et al. Empresas sociales y economía social: una aproximación a sus rasgos fundamentales. Buenos Aires: Universidad General Sarmiento, 2003.

ALLEGRONE, V. G. Los procesos de recuperación de fábricas: una mirada retrospectiva. In: BATTISTINI, O. (Coord.). *El trabajo frente al espejo: continuidades y rupturas en los procesos de construcción identidad de los trabajadores*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

_____. Procesos de ocupación y recuperación de fábricas y formas de la acción colectiva: un estudio de caso. In: CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 6., Buenos Aires. *Asociación Argentina de especialistas en estudios del Trabajo (ASET): los trabajadores y el trabajo en la crisis*. Buenos Aires: Aset, 2003.

ALMEYRA, G. *La protesta social en la Argentina (1990-2004): fábricas recuperadas-piquetes-cacerolazos-asambleas populares*. Buenos Aires: Continente, 2004. 207p.

ALTAMIRA, J. *El Argentinazo*. Buenos Aires: Rumbos, 2002.

AMARAL, L. *Tratado Brasileiro de Cooperativismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

_____. *Curso intensivo de cooperativismo*. São Paulo: Eco Limitada, 1949.

_____. *O cooperativismo ao alcance de todos*. São Paulo: Livraria Globo, 1935.

ANDREUCCI, B. P. *Os cursos de cooperativismo*. São Paulo: Grupo Editorial Monismo, 1960.

ARAÚJO, S. M. P. de. *Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba: Projeto, 1982.

ARENDT, H. *Da Revolução*. Brasília: Ática-UNB, 1988.

ATTLEE, C. *Bases e Fundamentos do Trabalhismo*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ÁVILA, F. *Parágrafo único do art. 442 da CLT e fraudes em cooperativas de trabalho*. 1998. Monografía (Especialização em Direito). Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar (IBEJ), 1998.

BASUALDO, E. *La crisis actual en Argentina: entre la dolarización, la devaluación y la redistribución del ingreso*. n. 13. México: Era, 2002.

_____. *Sistema Político y Modelo de Acumulación en la Argentina*. Notas sobre el transformismo argentino durante la valorización financiera (1976 – 2001). Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmas Ediciones, 2001.

_____. *Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década del 90*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, FLACSO, IDEP, 2002.

BASUALDO, E.; AZPIAZU, D.; KHAVISSE, M. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. Siglo XXI. Buenos Aires: Editores Argentina, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECCARIA, L. *Reconversión productiva y empleo en la Argentina*. Estudios del trabajo. n. 7. Buenos Aires: Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo (ASET), jan.-jul., 1994.

BENATO, J. V. A. *A arte de fiscalizar cooperativas*. 4.ed. Curitiba: OCEPAR, 1996.

_____. *Cooperativismo de trabalho: o gigante acorda*. São Paulo: OCESP, 2000.

_____. *ABC do cooperativismo*. 4. ed. São Paulo: OCESP, 2000.

BENECKE, D. *Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas nos países do terceiro mundo*. Porto Alegre: Coojornal, 1980.

BIALAKOWSKY, A. L. et al. “*Conclusiones*”, Taller 51: “Las Nuevas Formas de Gestión y Autogestión de los Trabajadores”. Jornada de Sociología, 4., Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2003. Compact Disk.

BIALAKOWSKY, A.; FERNÁNDEZ, B. *Las articulaciones laborales*. Los estibadores del puerto de Buenos Aires. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

BITTENCOURT, G. A. *Cooperativismo de crédito solidário: constituição e funcionamento*. São Paulo: KINGRAF, 2000.

BOETTCHER, E. *Las cooperativas en una economía de mercado*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1981.

BOGARDUS, E. *Cooperação: princípios*. Rio de Janeiro: Lidador, 1960.

_____. *Problemas da cooperação*. USA: Lidador, 1960.

BONASSO, M. *Informe especial: la represión aumenta*. Página/12 Web. 17 de junho de 2000. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar>>. Acesso em: 30 de março de 2007.

BOYER, R. Debate - La crisis argentina: un análisis desde la teoría de la regulación. *Revista de Ciencias Sociales: Realidade Economica*, Buenos Aires, n. 192, 17 jun. 2002. Mensal. Revista de Economia editada pelo Instituto Argentino para el Desarrollo Económico (IADE). Disponível em: <<http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=706>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

BRITTO, J. S. *Evolução do cooperativismo*. Rio de Janeiro: Casa Mandarino, 1936.

BRODER, P. *La Argentina de la postconvertibilidad*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003. 330 p.

BRUNO, L. *O que é autonomia operária*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRUZZONE, H. Fábricas Recuperadas. In: AGUIRRE, R. (Comp.). *COLÓQUIO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS DE AMÉRICA LATINA*. 3, 2003, Buenos Aires: Centro de Investigación Sociedad Economía e Trabajo, 2003.

BULGARELLI, W. *As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

_____. *Elaboração do direito cooperativo*. São Paulo: Atlas S. A., 1967.

_____. *Regime jurídico das sociedades cooperativas*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

_____. *Natureza jurídica da sociedade cooperativa*. 2. ed. São Paulo: Clássico Científico, 1962.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMACHO, C. G. *Multicooper, uma cooperativa de trabalho*. Brasília: OCDF, 1997.

CAMARGO, L. C. *O cooperativismo e a formação dos preços*. São Paulo: Gráfica USP, 1958.

CARMONA, R. R. *Organización y Legislación Cooperativa*. San José: Centro de Estudios y Capacitación Cooperativa, 1998.

CARNEIRO, P. P. *Ecología y cooperativismo: La patogenia Del capital*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1985.

_____. *Co-operativismo: o princípio co-operativo e a força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte, MG: FUNDEC, 1981. 346 p

CARPINTERO, E. *Produciendo realidad: las empresas comunitarias* Grissinopolis, Río Turbio, Zanón, Brukman y General Moscón. Buenos Aires: Topia, 2002. 111 p.

CASTIGLIONI, F. La política comparada. In: PINTO, J. (Comp.). *Introducción en la ciencia política*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2005. Edición Ampliada. Manuales.

CASTRO DE LIMA, A. L. *Globalização econômica, política e direito: análise de algumas mazelas causadas no campo político-jurídico*. Curitiba, 2000. Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2000.

CECEÑA, A. E. (Coord.) *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clasco Libros, 2006. p. 285-306. Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales.

CENA, J. C. Toma de fábrica y control obrero. *Revista La Maza*. n. 3. Buenos Aires, 2002.

CHACON, V. *Cooperativismo e comunitarismo*. Rio de Janeiro: UFMG, 1959.

COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 6. *O conselho nacional de cooperativismo como o responsável pelo desenvolvimento do cooperativismo brasileiro*. Proposição do Prof. Waldírio Bulgarelli. São Paulo, 1973.

CORAGGIO, J. ¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? *Revista Proposha*. v.1, n. 98. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Política social y Economía del trabajo: alternativas a la política neoliberal para a ciudad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2001.

_____. *Economía del Trabajo: una alternativa racional a la incertidumbre*. Trabajo presentado en el panel Fronteras de la Teoría Urbana: CGE, Incertidumbre y Economía Popular, Seminario Internacional sobre Economía y Espacio, organizado por el Centro de Desarrollo y Planificación Regional (CEDEPLAR). Belo Horizonte, Brasil, 2001.

CORIA, R. R. *Tratado de cooperativismo mexicano*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1952.

CORREIA, S. *Cooperação, cooperativismo e doutrina cooperativa*. Lisboa: [s.n.], 1965.

COTARELO, M. C. *Un punto de inflexión en las luchas populares en la Argentina actual: la insurrección espontánea de diciembre de 2001*. n. 19. Buenos Aires: Antídoto, 2002.

CRUZIO, H. de O. *Como organizar e administrar uma cooperativa*. 2. ed. São Paulo: FGV, 2001.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO DE LA NACIÓN. *Reforma de la ley de concursos y quiebras Informe especial sobre las empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores*. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://www.defensor.gov.ar>>. Acesso em: 20 de agosto de 2007.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psico patologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. Tradução: Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira.

DI LORETO, M. *Empresas recuperadas por los trabajadores: situación actual y perspectivas*. Buenos Aires: Centro de Estudios Urbanos y Regionales, 2006. 74 p. Cuadernos del CEUR, n. 1.

DIAS, E. F. *Gramsci em Turin: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DRUCKER, P. F. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Publifolha, 1999. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr.

ECHAIDE, J. *Debate sobre empresas recuperadas: un aporte desde el legal, lo jurídico y lo político*. Buenos Aires: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2006. 195 p. Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos.

EGUIA, F. (Comp.). Los principios Del cooperativismo de Rochdale a nuestros días. *CONFERÊNCIA MEXICANA DE CAJAS POPULARES. 1984.*

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 7ª ed. São Paulo: Global, 1985. 79 p.

FARIA, J. E. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 2000.

FERNÁNDEZ; M. I. A. Sentidos asociados a trabajo y procesos de construcción identitaria en torno en las ocupaciones y recuperaciones de fábricas de la Ciudad de Buenos Aires: un análisis a partir de un caso particular. In: BATTISTINI, Osvaldo (Coord.). *El Trabajo frente al espejo: continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

FERNÁNDEZ, A. M. *Política y subjetividad: asambleas barriales y fábricas recuperadas*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006. 267 p.

FERRARI, I. *Cooperativas de trabalho: existência legal*. São Paulo: LTr, 1999.

FIGUEREDO, R. de M. *Dicionário prático de cooperativismo*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

FILHO, F. L. *O Direito Cooperativo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1962.

_____. Teoria e prática das sociedades cooperativas. Rio de Janeiro: Irmãos Pagetti, 1961.

FLEURY, M. T. *Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1983.

FONTANELLA, D. *O lado (des) humano da terceirização: o impacto da terceirização nas empresas, nas pessoas e como administra-lo*. Salvador: Casa da Qualidade, 1994.

FRANKE, W. *Doutrina e aplicação do direto cooperativo*. Porto Alegre: Palloti, 1983.

_____. *Contribuição ao cooperativismo*. Brasília: INCRA, 1978.

_____. *Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo*. São Paulo: Saraiva, 1973.

FRANTZ, T. R.; DOMINGUES, M. (Org.). *Desenvolvimento e crise do cooperativismo do Rio Grande do Sul, 1957-1984*. Porto Alegre: [s.n.], 1985.

FREDERICO, A. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURQUIM, M. C. de A.. *A cooperativa como alternativa de trabalho*. São Paulo: LTr, 2001.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 30 ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2001.

GAIGER, L. et al. *A economia solidária no Rio Grande do Sul: viabilidade e perspectivas*. Cadernos CEDOPE, n. 15, 1999. Série Movimentos Sociais e Cultura.

GAL, N. *A organização cooperativa e o desenvolvimento rural*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1981. Tradução: José Walder Leitão.

GALVÃO, R. A. F. B. (Coord.). *Sine - organização de cooperativas de trabalho: manual de operação*. São Paulo: Conselho Nacional de Política de Emprego, 1979.

GAMBINA, J. C. Las resistencias Latinoamericanas del siglo XXI: empresas recuperadas en Argentina. In: CECENIA, Ana Esther. (Coord.) *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clasco Libros, 2006. Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales.

GATTAI, Z. *Anarquistas, Graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

GERCHUNOFF, P.; LLACH, L. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Un siglo de políticas económicas argentinas. Buenos Aires: Ariel, 2003.

GERMER, C. M. A 'economia solidária': uma crítica com base em Marx. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS. 4. 2005, Campinas, SP. *Anais do IV Colóquio Marx e Engels*, 2005.

GHIBAUDI, J. W. *Um lugar para eles: fábricas recuperadas na região metropolitana de Buenos Aires*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciência Política). Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Una aproximación comparativa a las empresas recuperadas argentinas y las autogeridas en Brasil*. 2004. Disponível em: <<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/ghibaudi.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2005.

GHIOLDI, C. Supermercado Tigre: Crónica de un conflicto en curso. In.: FERNÁNDEZ, Arturo (Director). *Transformaciones en el Mundo del Trabajo*. Rosario: Prehistoria. 2004. 162 p.

GOLDIN, A. O. *Continuidad y cambio en el sistema argentino de relaciones laborales y en su marco jurídico*. Documento de Trabajo, n. 20. 2001. Universidad de San Andrés, Departamento de Administración. Disponível em: <<http://www.udesa.edu.ar/Propuesta-San-Andres/Unidades-Academicas/Administracion/Publicaciones/Documentos>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2005.

GOMES, F. P. *A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e a Inclusão Social, Econômica e Política no contexto da Economia Popular Solidária*. 104 p. Trabalho de Conclusão de Curso em Assistência Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GOULARTI, A. F.; NETO, R. J. *A indústria do Vestuário: economia, estética e tecnologia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. 197 p.

GOULARTI, J. G. Distribuição de Renda no Brasil. *Jornal Içarense*. Içara (SC), 18 de junho de 2002.

GRAU, E. R. *A ordem econômica na constituição de 1988*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

GRUPENMACHER, B. T. (Coord.). *Cooperativas e Tributação*. Curitiba: Juruá, 2001.

GUIMARÃES, G. (Org.). *Integrar Cooperativas*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, UNITRABALHO, 1999. 52 p.

GUIMARÃES, V.N. *Novas Tecnologias de Produção de Base Microeletrônica e Democracia Industrial: estudo comparativo de casos na indústria mecânica de Santa Catarina*. Tese de Doutorado. UFSC: Florianópolis, 1995.

GUIMARAES, V. N.; KOROSUE, A. *Empreendimentos Autogeridos: um estudo exploratório – descritivo nos setores secundários e terciários de Santa Catarina*. Relatório de Pesquisa, Pibic/CNPQ. Florianópolis, agosto de 2002.

GUIMARAES, V. N.; SEVERO, L. S. *Empreendimentos Autogeridos em Santa Catarina: políticas, programas e ações institucionais de apoio*. Relatório de Pesquisa, Pibic/CNPQ. Florianópolis, agosto de 2003.

HAZAKI, C. La toma de fábrica y producción de realidad. *Revista Topia: Entre la realidad y el deseo*, Argentina, n. 35, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.topia.com.ar>>. Acesso em: 20 jul. 2006.

HECKER, E.; KULFAS, M.; SANCHEZ, F. et. al. *Empresas Recuperadas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Secretaría de Desarrollo Económico. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad. Secretaría de Desarrollo Económico, 2003. 101 p.

HOBBSBAWM, E. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bredan.

_____. *A era das revoluções: 1789-1848*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 366 p.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia popular. In: CATTANI, Antônio David. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306 p.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSO (INDEC). *Encuesta Permanente de Hogares (EPH)*. 2002. Disponível em: < www.indec.gov.ar>. Acesso em: 20 de agosto de 2006.

IRION, J. E. *As laranjas e o arco - íris: uma introdução ao cooperativismo, um sonho viável para a economia do terceiro milênio*. São Paulo: STS, 1997.

_____. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: STS, 1997.

JÄGER, W. *As cooperativas brasileiras sob o enfoque da moderna teoria da cooperação*. Universidade de Münster, 1992. Tradução: Helmut Egewarth (OCB).

JOE, D. *Cooperativismo, Economia Solidária e Autogestão*. Adaptação do primeiro capítulo da monografia. 36 p. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

JOIEUX, M. *Autogestão, gestão direta, gestão operária*. Brasília: Novos Tempos, 1988.

JUNIOR, C. B. *A Cooperação no Direito Positivo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932.

KATZ, C. Crisis en Argentina. *Revista Wayruro*, 2002. Disponível em: <<http://www.geocities.com/wayru/geo>>. Acesso em: 11 de maio de 2007.

KLIKSBERG, B. El rol Del capital social y de la cultura en proceso de desarrollo. In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINO, L. (Org.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

KOSLOVSKI, J. P. *Autogestão nas cooperativas: liberdade com responsabilidade*. Curitiba: OCEPAR, 1991.

LA CECÍLIA. Jean-Louis Comolli. Italy-France: Production company: Filmoblic, Sava Cinematográfica, 1975. 113 min., colorido, italiano e português.

LAUSCHNER, R. Autogestão, cooperativismo e capitalismo. *Revista Perspectiva Econômica*. v. 17, n.12. São Leopoldo, 1982. Série Cooperativismo, 36.

LAVACA EDITORA. *Sin patrón - fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores: una historia un guía*. Buenos Aires: Lavaca Editora, 2004. 190 p.

LAVERGNE, B. *Servicios Públicos Cooperativos*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1960.

LECHAT, N. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. *SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES*, 2.

20 de março de 2002. (Palestra). Disponível em:
<<http://ipd.unijui.tche.br/ipdcidadania/artigonoelle.doc>>. Acesso em: 29 de novembro de 2007.

LECLERCQ, R.; VEVERKA, C. *Posición Del cooperativismo ante la evolución económica de la técnica comercial y las cooperativas*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1960.

LENIN, V. I. Sobre a Cooperação. In.: *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1980.

LIANZA, S.; AMATO, J.; CARVALHO, V.F.M. A autogestão e o desenvolvimento sócio-econômico sustentável. In: OLIVEIRA, V. F. e outros (Org.). *Redes produtivas para o desenvolvimento regional*. Ouro Preto: ABEPRO, 2003.

LIMA, J. C. Possibilidades e limites das cooperativas do nordeste: alternativa ou falta de opção. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999. 120 p. Coleção Cadernos Sempre Viva.

LIMA, R. F. *Direito Cooperativo Tributário: comentário à lei das sociedades cooperativas (Lei nº. 5764/71)*. São Paulo: Max Limonad, 1997.

LIMBERGER, E. *Evolução da legislação cooperativa*. Porto Alegre: Sulina, 1982.

LORETO, M. D. *Recuperadas por los trabajadores: situación actual y perspectivas*. Buenos Aires: Centro de Estudios Urbanos Y Regionales (CEUR), 2006. 74 p. Cuadernos de CEUR, n. 1.

LOUREIRO, M. R. (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1979. Tradução: José Carlos Bruni.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; anticrítica*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998. Tradução: Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter.

MANCE, E. *Rede brasileira de sócio-economia solidária - Objetivos e Estratégia: uma apresentação sintética*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/rbses2.htm>>. Acesso em: 20 de março de 2007.

MANDEL, E. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Aparte, 1987.

_____. *Introdução ao marxismo*. Porto Alegre: Movimento, 1978.

MARQUES, P. L.A. *Trabalho Emancipado - Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos*, 2006, 129 p. Dissertação (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

MARTÍNEZ, J. Fábricas Ocupadas y gestión obrera directa. In.: *Lucha de Clases* (segunda época). n. 1. Buenos Aires, 2002.

MARTÍNEZ, O.; VOCOS, F. Las empresas recuperadas por los trabajadores y el movimiento obrero. In.: CARPINTERO, E.; HERNANDEZ, M. (Comp.) *Produciendo Realidad: las Empresas Comunitarias*. Buenos Aires: TOPIA-La MAZA, 2002.

MARX, K. Teoria da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. In.: MARX, K. *O capital*. Livro quarto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Tradução: Reginaldo Sant'anna.

MELO, J. de C. *Cooperativismo livre ou contratado*. Brasília: OCB, 1985.

MISI, M. C. *Cooperativas de trabalho: direito de trabalho e transformações no Brasil*. LTr, 2000.

MOURA, V. *Democracia Econômica: introdução à economia cooperativa*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942.

_____. *Problemas intertemporais*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977.

MOVIMENTO NACIONAL DE EMPRESAS RECUPERADAS (MNER). Argentina. Disponível em: <<http://www.mnerweb.com.ar>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2006.

MUELLER, H. I. *Flores aos Rebeldes que Falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília*, 1990. 333 p. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MUGGIATI, M. T. de F. (Org.). *O cooperativismo como técnica subsidiária do desenvolvimento de comunidade*. Curitiba: UCP, 1970.

NAKANO, M. ANTEAG: autogestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Empresa Social e Globalização – Administração Autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente*. São Paulo: ANTEAG/Studio3 Desenvolvimento Editorial, 1998.

NASCIMENTO, C. *A Autogestão e o Novo Cooperativismo*. 2004. Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Temas/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/autogestao_c_ooperativismo.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2007.

NASCIMENTO, F. R. do. *Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NETO, C. de M. *O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi*. Ponta Grossa (PR): UEPG, 1996.

NETO, S. B. (Coord.). *Política Institucional de monitoramento da Autogestão das Cooperativas do Estado de São Paulo*. São Paulo: OCESP, 2000.

NOVAES, H.T. *Sobrevivência ou Luta Anti-Capital? Lições Preliminares sobre a (Des) Funcionalidade dos Movimentos de Fábricas Recuperadas ao sócio-metabolismo do Capital*. Araraquara: Unesp, 2005.

NUNES, L. B. *Sociedades cooperativas: como funcionam estas empresas facilitadoras de negócios*. 2.ed. Brasília: Sebrae, 1994.

NÚCLEO DE ESTUDOS DO S DIREITOS DA CIDADANIA (NEDIC). *Política do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OGANDO, A. *Autogestión Obrera y Cooperativismo*. Algunos apuntes sobre el caso de las Fábricas ocupadas en la Argentina. 2003. Disponível em: <<http://www.rebelion.org>>. Acesso em: 13 de junho de 2005.

OLIVEIRA, F. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes: 2000.

OLIVEIRA, M. *Terceirização: estruturas e processos em xeque nas empresas*. São Paulo: Nobel, 1994.

OLIVEIRA, S. H. *A Autogestão como Diferencial Competitivo: o caso de uma cooperativa industrial*. 2002. Dissertação de Mestrado. Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Orientação para constituição de cooperativas conforme a nomenclatura do Sistema OCB*. 7. ed. Brasília: Dots Gráfica e Editora Ltda., 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *O cooperativismo no mundo*. Brasília: COOPERMÍDIA, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Curso básico de cooperativismo*. Brasília: COOPERMÍDIA, 1995. Manual do Instrutor.

PABLO, G. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PADILHA, D. L. *Sociedades Cooperativas*. São Paulo: Atlas, 1966.

PALOMINO, H. Los sindicatos y los movimientos sociales emergentes del colapso neoliberal en Argentina. In: TOLEDO, E. de L. *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: Clasco Libros, 2005. Colección Grupos de Trabajo.

PANZUTTI, R. *Empreendimento cooperativo: um novo agente econômico*. São Paulo: OCESP/SESCOOP, 2000.

PEREIRA, M. I. *Cooperativas de trabalho*. São Paulo: Pioneira, 1999.

PERIUS, V. *Problemas estruturais do cooperativismo*. São Paulo: CORAG, 1983.

PETRAS, J.; VELTMAYER, H. Auto-gestión de trabajadores en una perspectiva histórica. In: CARPINTERO, E.; HERNANDEZ, M. (Comp.) *Produciendo Realidad: las Empresas Comunitarias*. Buenos Aires: TOPIA-La MAZA, 2002.

PICHETTI, V. Fabricas recuperadas, fábricas de esperanzas, las experiencias de Zanón y Brukman. In.: CARPINTERO, E.; HERNANDEZ, M. (Comp.) *Produciendo Realidad: las Empresas Comunitarias*. Buenos Aires: TOPIA-La MAZA, 2002.

PINHO, D. B. (Org.). *Bases operacionais do cooperativismo*. São Paulo: CNPQ, 1982.

_____. *Avaliação do cooperativismo brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981.

PINTO, J. R. L. *Economia solidária: um elogio à associação e tempos de crise*. 2004. 214 p. Tese (Doutorado em Ciência Política e Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA e MTE. Ano 9, n. 24, ago/2004.

POCHMANN, M.; AMORIN, R. (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez. 2003. 222 p.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 306 p.

POLONIO, W. A. *Manual das sociedades cooperativas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PONT, S. E. *Partido Laborista: Estado y Sindicatos*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

PONTE JÚNIOR, O. de S. (Org.). *Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão, 2000.

PROGRAMA FACULTAD ABIERTA. *Informe del segundo relevamiento entre empresas recuperadas*. Secretaría de Extensión-Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2004.

QUEIROZ, C. A. R. S. de. *Manual de cooperativas de serviços e trabalho*. São Paulo: Editora STS, 1998.

RAPOSO, S. C. A. de. *Teoria e prática da cooperação: da cooperação geral e no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1935.

RECH, D. *Cooperativa: uma onda legal*. Rio de Janeiro. FASE, 1991.

RICCIARDI, L. *Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos*. São Paulo: LTr, 1999.

RIOS, G. S. L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Braziliense, 1987.

RODRIGUES, H. et al. *Referências conceituais para ações integradas - Uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar*. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005. 174 p. Relatório Final do Convênio MTE/ IPEA/ ANPEC, 2003.

RODRIGUES, M. V. *Qualidade de vida no trabalho*. 1989. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

ROSSI, G.. Cecilia, *Comunita Anarchica Sperimentale*. Un episodio d'amore nella Colonia Cecilia. Livorno: Sempre Avanti, 1893. 80 p.

SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999. Tradução: Emir Sader.

SANCHA, J. Recuperación de fuentes de trabajo a partir de la autogestión de los trabajadores. In: *SEMINARIO DE ECONOMÍA SOCIAL: aportes para el debate*, 1. 2003, Buenos Aires: IDEP, 2003.

SANTOS, Boaventura de S. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHNEIDER, J. O. *Democracia, Participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SCHORR, M. *Industria y nación: poder económico, neoliberalismo y alternativas de reindustrialización en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ministério do Trabalho e Emprego. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: Departamento de Estudo e Divulgação/secretaria Nacional de Economia Solidária (DED/DENAES/MTE), 2006. 60 p.

SEOANE, J. *Movimientos Sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clasco Libros, 2003. 288 p.

_____. *Crisis de régimen y protesta social en Argentina*. n. 13. México: Era, 2002.

SEOANE, J.; RODRÍGUEZ, G.; SANTUCHO, A. *Informe de coyuntura, octubre-diciembre*. Área de Investigación-Unión de Trabajadores de Prensa de Buenos Aires. Buenos Aires, 2000. mimeo.

SILVA, A. A. da. *Política social e cooperativismo habitacional*. São Paulo: Cortez, 1992.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA CATARINA (SINMETALSC). *A Nossa História*. Disponível em: <<http://www.sinmetalsc.com.br/sinmetal.php>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

SINGER, P. *Crise do trabalho e economia solidária*. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/itcpararaquara/> [>arquivos >textos para download]>.

_____. *Em defesa dos direitos dos trabalhadores*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>>.

_____. *Desenvolvimento: significado e estratégia*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>>.

_____. *É possível o desenvolvimento das comunidades pobres?*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>>.

_____. *Cooperativas de trabalho*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>>.

_____. *Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (GEEDES) da Universidade de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/~geedes/entrevista.html>>.

_____. *Entrevista concedida ao Professor Fernando Haddadna da Universidade de São Paulo. Revista Teoria e Debate*. n. 35. jul/ago/set, 1997. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/td/Td35/td35_entrevista02.htm>.

_____. *Entrevista concedida a Renato Rovai e Anselmo Massad*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/vs3/artigo_ler.aspx?artigo=a3c7dea5-994a-47e0ad05-45b291dd25f8>.

SITRIN, M. *Horizontalidad: voces de poder popular en Argentina*. Buenos Aires: del autor, 2005. 314 p.

SOARES, J. J. *Sociedades Cooperativas e Regimes Democráticos*. 5. ed. Rio de Janeiro, 1955.

SOARES, L.T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, A.; MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: *Anais do Encontro Nacional de Economia Política*, 7, maio de 2002. Curitiba, 2002.

TRAGTEMBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. Editora Moderna, 1986.

TÚLIO DE ROSE, M. *A interferência estatal nas cooperativas: aspectos constitucionais, tributários, administrativos e societários*. Porto Alegre: Fabris, 1985.

VALES, L. *La participación política de los movimientos de empresas recuperadas*. Las fábricas recuperadas hacen política. Página/12, Argentina, 17 de junho de 2000. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar>>. Acesso em: 07 de setembro de 2003.

_____. *Argentina: empleo. Reclamos de los movimientos de empresas recuperadas. Desde una quiebra a una esperanza*. Disponível em: <<http://www.sindicatomercosul.com.br>>. Acesso em: 10 de novembro de 2008.

VIEITEZ, C.; DAL RI, N. *Trabalho associado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.